

Dipartimento di / Department of

SCIENZE UMANE PER LA FORMAZIONE "RICCARDO MASSA"

Dottorato di Ricerca in / PhD program: Antropologia della Contemporaneità:  
etnografia delle diversità e delle convergenze culturali Ciclo / XXVIII°

## **TITOLO TESI / THESIS TITLE**

**O QUE ESTAMOS FAZENDO:**

**TRÊS CENTROS DE PESQUISA ANTROPOLÓGICA E INTERDISCIPLINAR NO  
BRASIL CONTEMPORÂNEO (LACED, CEAO, PNCSA)**

Cognome / Surname RIBEIRO VIEIRA LIMA Nome / Name MARCO ANTONIO

Matricola / Registration number 061250

Tutore / Tutor: PROF. ROBERTO MALIGHETTI

Coordinatore / Coordinator: PROF. ROBERTO MALIGHETTI

**ANNO ACCADEMICO / ACADEMIC YEAR 2015/2016**

## AGRADECIMENTOS

Escrever uma tese e concluir um percurso acadêmico é um intenso processo do qual soumos agradecidos a quantidade imensa de pessoas. No caso desse projeto de pesquisa onde transitei por dois países diversos, cidades e casa diferentes e tantas universidades, a lista é enorme. Começo pelos agradecimentos institucionais mais rápidos de individualizar. Sem a Bolsa Sanduíche Reverso da FAPERJ, Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, não poderia ter restado por mais de 11 meses no Brasil pesquisando nos vários centros. Do mesmo modo, sem o apoio do Departamento de Ciências Humanas para Formação “Riccardo Massa” que garantiu minhas viagens internas e o reembolso de despesas de alimentação e transporte, no seis primeiros meses no Brasil, não poderia ter efetuado o meu périplo etnográfico. Na reta final, o CiDis, Consorzio Pubblico Interuniversitario per la gestione degli interventi per il Diritto allo Studio Universitario, concedeu-me uma pequena bolsa de estudos e um auxílio alimentação de seis meses.

A colaboração, a disponibilidade e a amizade intelectual de João Pacheco de Oliveira Filho, Alfredo Wagner Berno de Almeida e Jocélio Teles dos Santos que me abriram as portas dos seus locais de trabalho, dos seus projetos e de suas reflexões sempre agudas, permitiram que se realizasse essa tese que era só um projeto. Em especial, João Pacheco, que respondendo imediatamente a um e-mail enviado às vésperas do Natal de 2013, disse sim à minha proposta e apresentou-a à FAPERJ, em seu nome, conferindo-lhe prestígio e viabilidade, além de orientar a minha estadia.

As professoras Rosa, Mariza, Jamile, Adriana e Adriana, Eliane, Thereza e os professores Antonio Carlos, Livio, Gustavo dedicaram tempo às minhas questões e trouxeram novos pontos de vistas às minhas reflexões. Os colegas Bruno, Glademir, Emmanuel, Gláucia, Elieyde, Arydimar, Franklin, Rita de Cássia, Rita de Cássia, Daniela, Carolina, Jordeanes, Isabela foram disponíveis, solidários sempre que puderam me mostraram o caminho das pedras. Juliene, Flávia, Diana, Rosseline e Stefany me trataram com carinho e responderam às minhas perguntas. Ricardo foi fundamental com a FAPERJ e Veloso me aconselhou no Museu. Dona Dulce e Márcio me acolheram na Biblioteca do PPGAS com a máxima disponibilidade.

Com Mattalucci, Barberani e Van Acken aprendi muito da dura fadiga do ensinamento universitário. Barbara, Giovanni e Corinna me acompanharam no percurso de correções e exames. Os funcionários do Departamento Alessandro, Paulino e Manoel e outros estiveram sempre presentes.

No Brasil uma coleção de amigos e parentes me ajudaram e me mimaram nos meses de minha permanência. Minha tia Eloina e minha madrinha Maria Lúcia dedicaram-me, como sempre, amor e

devoção desinteressada, além de uma hospedagem de primeira classe. A minha gratidão sempre será menor da meiguice que me devotam. Cafu, Vico, Maythe, Futuka, João, Arlete, Margrit, Jorge, Beto, Paulinho, Tereza, Célia, Mariazinha, Odúlia, Wladimir, Maria Laura, Lora, Joaquim, Miguel, Samuel, Arlete, Andrea, Rosangela são amigos e companheiros para todas as horas e precisões. Conto sempre com vocês.

Meus filhos, Joana e Gabriel Maria cresceram e tornaram-se adulto com essa pesquisa. Estiveram sempre presentes enquanto eu me recolhia.

Este trabalho não existiria se eu não tivesse a confiança e a orientação de Roberto Malighetti e o amor e a Bolsa família de Sabrina Donzelli. Aos dois, os maiores méritos. A mim a responsabilidade de os erros e lacunas.

Esse trabalho é dedicado à memória do Professor Ugo Fabietti. Gostaria muito que ele tivesse lido.

## RESUMO

A presente etnografia estuda e analisa como, hoje em dia, o trabalho científico é pensado, elaborado, organizado, estruturado, produzido e praticado por três importantes centros de pesquisa antropológica e interdisciplinar que possuem atuação intensiva e destacada no Brasil contemporâneo: LACED (Laboratórios de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento), CEAO (Centro de Estudos Afro-orientais) e PNCSA (Projeto Nova cartografia Social da Amazônia). Em particular, descreve-se uma forte relação dialógica entre pesquisadores/pesquisadoras e movimentos sociais, um decidido compromisso com grupos sociais organizados (índios, comunidades tradicionais, quilombolas) e temas específicos (sociologia das territorialidades e cartografia; ações afirmativas e educação superior indígena; poder, religiosidade e etnicidade afrodescendente; tutela, poder e Estado; direitos humanos, violência, resistências e sobrevivências). Esta ligação torna-se concreta historicamente quando conexa aos esforços feitos pelos movimentos sociais durante a preparação e realização da Constituinte de 1988 e como essa interferiu, e ainda interfere, na prática etnográfica da Antropologia brasileira. Essa questão está imbricada visceralmente com a definição de *poder constituinte*, ou seja, uma continuidade de operações de renovação, uma potência que se realiza no tempo (imediato e amplo) de um processo de mudanças, mais ou menos radical, e apesar de tudo, contínuo (Negri, 2015). Os centros são descritos como oficinas artesanais do pensamento, como processo coletivo de produção científica e nexos, através de uma etnografia da práxis – gestos práticos e teóricos – em suas múltiplas dimensões (observação participante, entrevistas, estudo de materiais literários e expositivos dos principais protagonistas). Também vistos como espaços institucionais ocupados onde acontecem encontros e nascem propostas, contribuindo à discussão de políticas públicas das diversidades, das convergências culturais e dos posicionamentos políticos que aparecem mais forte no cotejo com as outras instituições (ABA, Fundação Ford, Ministério Público, Mídia, Legislativo e Executivo). A ênfase vai dada à existência de transformações radicais que ocorrem nas situações etnográficas e que têm repercussões intensas no trabalho do antropólogo/antropóloga (Oliveira, 2009).

## RIASSUNTO

La seguente etnografia studia e analizza come, oggigiorno, il lavoro scientifico viene pensato, elaborato, organizzato, strutturato, prodotto e praticato da tre importanti centri di ricerca antropologica e interdisciplinare che hanno azione intensiva e rilevante nel Brasile contemporaneo. LACED (Laboratórios de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento), CEAO (Centro de Estudos Afro-orientais) e PNCSA (Projeto Nova cartografia Social da Amazônia). Nel particolare, venne descritto un forte rapporto dialogico tra ricercatori/ricercatrici e movimenti sociali, un deciso compromesso con gruppi sociali organizzati (indigene, comunità tradizionali, quilombolas) e temi specifici (sociologia delle territorialità e cartografia; azioni affermative e educazione superiore indigena; potere, religiosità ed etnicità afro-discendenti; tutela, potere e Stato; diritti umani, violenza, resistenze e sopravvivenze). Questo legame diventa concreto storicamente quando connesso agli sforzi spesi dai movimenti popolari durante la preparazione e realizzazione dell'Assemblea Costituente del 1988 in Brasile e come questo vincolo ha interferito, e ancora interferisce, nella pratica etnografica dell'Antropologia brasiliana. Aspetti che sono imbricati con la definizione di *potere costituente*, ovvero, una continuità di operazioni di rinnovamento, una potenza che si realizza nel tempo (immediato e ampio) di un processo di cambiamento, più o meno radicale e, malgrado tutto, continuo (Negri, 2005). I centri sono descritti come bottega artigianale del pensiero, come processo collettivo di produzione scientifica e nessi, attraverso una etnografia della *praxis* – gesti pratici e teorici – nelle sue multiple dimensioni (osservazione partecipante, interviste, studio di materiali letterari e espositivi dei principali protagonisti). Sono anche visti come spazi istituzionali occupati dove succedono incontri e nascono proposte, che contribuiscono alla discussione di politiche pubbliche delle diversità, delle convergenze culturali e dei posizionamenti politici che appaiono più forti nel confronto con altre istituzioni (ABA, Ford Foundation, Ministero Pubblico, Media, Legislativo e Esecutivo). L'enfasi venne data all'esistenza di trasformazioni radicali che occorrono nelle situazioni etnografiche e che hanno ripercussioni intense nel lavoro dell'antropologo/antropologa (Oliveira, 2009).

## Sumário

AGRADECIMENTOS .....	ii
RESUMO .....	iv
RIASSUNTO .....	v
INTRODUÇÃO .....	1
I    ANTROPOLOGIA, MOVIMENTOS SOCIAIS E PODER CONSTITUINTE .....	1
II   ANTROPÓLOGOS EM MOVIMENTO .....	11
CAPÍTULO 1. DENTRO E CONTRA UM CONTEXTO SOCIAL.....	15
1. 1. PPGAS: 1968, DITADURA MILITAR E REFORMA UNIVERSITÁRIA.....	17
1968: a conjuntura.....	17
A Ditadura Militar: a estrutura.....	19
Reforma Universitária: o contexto acadêmico .....	26
O 1º PPGAS: uma área política mínima de resistência.....	28
1.2. AÇÕES COLETIVAS, TRANSIÇÃO E CONSTITUINTE .....	35
Um ciclo de ações coletivas: o movimento.....	35
A democratização consentida.....	37
As greves do ABC, anistia e bombas.....	40
Crise econômica e a campanha das Diretas-Já.....	44
O fim da ditadura: uma transição com transação.....	46
Poder constituído e poder constituinte.....	48
Antropologia e Constituinte.....	51
CAPÍTULO 2. CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ORIENTAIS: ESPAÇOS E TEMPOS	
55	
Entrando no CEAO .....	55
Limbo e crise institucional.....	62
Uma oficina de ação afirmativa movimentada.....	65
Um processo de mudanças no tempo.....	75

A Cor da Bahia e o Projeto S.A.M.B.A. ....	82
Ações Afirmativas e CEAFFRO. ....	85
Microprocessos e Macroforças.....	89
Rede Ação Afirmativa.....	95
Mapeamento dos Terreiros de Salvador.....	99
Fábrica de Ideias.....	102
PÓS-AFRO. ....	108
Museu AfroDigital. ....	112
<b>CAPÍTULO 3. LABORATÓRIO DE PESQUISAS EM ETNICIDADE, CULTURA E DESENVOLVIMENTO: ESPAÇOS E TEMPOS.....</b>	<b>120</b>
Entrada em campo: o Museu Nacional. ....	120
O PETI.....	125
Bases para uma nova política indigenista .....	136
O LACED e a Educação Superior de Indígenas. ....	144
Os primeiros brasileiros e as coleções etnográficas.....	152
Progressão e Memorial.....	164
Tupinambás. ....	168
<b>CAPÍTULO 4. PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA: ESPAÇOS E TEMPOS .....</b>	<b>171</b>
Nova Cartografia Social, nova entrada em campo.....	171
A cartografia social no tempo. ....	174
Orientação e doutoramento. ....	182
Repositório e velhas amizades. ....	189
A oficina etnográfica dos mapas situacionais. ....	195
Boletim, projetos e administração.....	213
<b>CAPÍTULO 5. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA.....</b>	<b>218</b>
29ª RBA. Inauguração.....	219
GTS, simpósios e mesas redondas. ....	222

Por dentro da ABA.....	229
Presença internacional.....	236
Outro olhar. ....	240
CONCLUSÃO      TIRANDO E ATIRANDO GRAVATAS .....	245
BIBLIOGRAFIA.....	249
REFERÊNCIAS ENTREVISTAS .....	257
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS.....	259



## INTRODUÇÃO

### I ANTROPOLOGIA, MOVIMENTOS SOCIAIS E PODER CONSTITUINTE

“O que proponho, portanto, é muito simples:  
trata-se apenas de refletir sobre o que estamos fazendo”.

Hannah Arendt (*A condição humana*, 2007)

"O que não tem governo, nem nunca terá,  
o que não tem censura, nem nunca terá,  
o que não tem juízo".

Chico Buarque de Hollanda (*O que será*, 1976)

A presente etnografia estuda e analisa como, hoje em dia, o trabalho científico é pensado, elaborado, organizado, estruturado, produzido e praticado por três importantes centros de pesquisa antropológica e interdisciplinar que possuem atuação intensiva e destacada no Brasil contemporâneo: **LACED (Laboratórios de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento)**, **CEAO (Centro de Estudos Afro-orientais)** e **PNCSA (Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia)**. O LACED, dirigido pelos professores João Pacheco de Oliveira e Antonio Carlos de Souza Lima, "é um laboratório interdisciplinar de pesquisas e intervenção que reúne pesquisadores trabalhando em contextos urbanos e rurais, junto a grupos sociais e dispositivos de Estado variados, enfatizando o papel político-cultural das construções de identidade e as relações sociais que as sustentam e que integra o Setor de Etnologia e Etnografia/Departamento de Antropologia do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)". O CEAO da Universidade Federal da Bahia (UFBA), fundado em 1959, é um importante ponto de referência interdisciplinar para as pesquisas sobre as culturas negras na América meridional. Através do trabalho dos professores Jocélio Teles dos Santos e Livio Sansone tornou-se um importante centro de discussão das políticas públicas de ações afirmativas e da etnicidade afro-brasileira. O PNCSA, coordenado pelos professores Alfredo

Wagner Berno de Almeida e Rosa Acevedo Marin, tem como objetivo "dar ensejo à auto-cartografia dos povos e comunidades tradicionais na Amazônia e se mostra como um elemento de combate, fortalecendo o processo de territorialização diferenciada das comunidades e dos movimentos sociais existentes". Sendo o PNCSA multilocalizado, o trabalho de campo concentrou-se na sua sede de Manaus, em colaboração com a Universidade Estadual do Amazonas (UEA).

Uma das questões sobre a qual se confrontaram as ciências sociais em particular e a produção científica em geral foi a influência hegemônica dos centros acadêmicos localizados no hemisfério norte, principalmente anglo-saxônicos, ascendência que se fundou sobre o poder de transformar em universais particularismos que tiveram ligações com um contexto histórico específico (Bourdieu e Wacquant, 2005, p. 161). Ao invés, alargando a investigação científica à pluralidade de significados que potencialmente a globalização ofereceu através da difusão do pensamento e prática de outras antropologias (Ribeiro e Escobar, 2008, p. 11), pode-se contribuir à discussão dos eventos e políticas nas quais se processam as relações humanas com suas diversidades e convergências culturais. Como sugeriu Marc Augé (2007, p. 9), questionar-se a propósito do ofício do antropólogo seria interrogar-se a respeito do mundo atual. Fazê-lo de um ponto de vista da prática antropológica no Brasil poderia, portanto, revelar-se expressivo.

As reflexões de Gustavo Lins Ribeiro e Arturo Escobar (2008, p. 11) sobre o tempo presente como "momento de reinvenção da antropologia", onde a transformação das relações entre os antropólogos situados em diferentes partes do sistema-mundo incrementaria o intercâmbio de conhecimento e estimularia novas condições e novos termos de diálogo científico por intermédio de câmbios epistemológicos significativos. Este movimento de incorporação e inclusão de diversidades, segundo os autores, abriria ao mundo acadêmico oportunidades heterodoxas e permitiria a formação de uma comunidade antropológica heteroglóssica, democrática e transnacional. Segundo Ribeiro (2004, p. 13), a antropologia no Brasil, tanto pela vitalidade de sua prática e quanto pela posição que o país ocupa no sistema mundial, serviria como um exemplo rico e central pois apontaria claramente para a possibilidade de existência de antropologias pós-nacionais e pós-imperiais, de antropologias mundiais. Nos últimos anos, a antropologia brasileira teria conquistado espaços internacionais horizontais, redefinindo antigas relações com as antropologias francesa, inglesa e norte-americana e iniciando novos diálogos acadêmicos e institucionais com antropologias de outros continentes, como demonstraria a criação, sob impulso da ação pioneira da ABA (Associação Brasileira de Antropologia), do World Council of Anthropological Associations (WCAA), em Recife, junho de 2004 (Feldman-Bianco, 2013).

Esta pesquisa nasceu da intenção de estudar esses três centros de pesquisa por intermédio de uma etnografia da práxis antropológica em suas múltiplas dimensões (observação participante nas

salas de aulas, reuniões, palestras, bancas de teses e dissertações, entrevistas, estudo de materiais literários e expositivos dos principais protagonistas), pontos de partida singulares para a análise de uma produção científica também, singular e localizada. Dessa forma, buscou-se a descrição desses como oficinas artesanais do pensamento e observação das relações humanas, laboratórios acadêmicos que refletem sobre *o que estão fazendo*. Mariza Peirano (2008, s.n.) sugeriu que a boa etnografia de inspiração antropológica não seria somente “uma metodologia e/ou uma prática de pesquisa, mas a própria teoria vivida”. O diálogo íntimo entre teoria e etnografia criaria as condições indispensáveis para a renovação e sofisticação da Antropologia. Para Peirano (1995, p.12) esta característica aproximaria a disciplina da proposta weberiana de eterna juventude das ciências sociais. Seria então a Antropologia a ciência social que pediria para ser ultrapassada e superada, que manteria viva a consciência de que o aprendido, e/ou a descoberta, é sempre provisório e contextualizado, e, finalmente, que reconheceria suas maiores realizações nas questões formuladas mais do que nas respostas sempre efêmeras. Esse mesmo aspecto foi ressaltado por Alfredo Wagner B. de Almeida (2013, p.11), onde na etnografia se verificaria o aprimoramento pelas realidades localizadas que persistiria na análise concreta de situações concretas, com páginas e páginas de indagações e perguntas sem respostas que explorariam o leque das possibilidades descritivas e evidenciariam "as dificuldades de uma observação pormenorizada e os desafios do trabalho de campo". Seria esse o paradoxo de todas as pesquisas de campo: o específico que revelaria o geral; com a etnografia que se tornaria uma antropologia. Os detalhes de um determinado universo social que num momento preciso daria a senha a processos e lógicas de um significado mais amplo (Fassin, 2013, p. 25).

Segundo Nicolas Langlitz (2007, p.1) - estudando o sociólogo alemão Niklas Luhmann -, observar outros observadores observando seria uma prática comum. Tornamo-nos particularmente consciente da maneira pela qual os outros veem as coisas quando essa difere da nossa própria perspectiva. Quando se observa outro observador observando somos menos interessado no *que* este observa que em *como* este observa o seu objeto. Ao observar como o outro observador observa não podemos ver o que o outro pode ver e colocamos em causa o seu ponto de vista, a partir do qual o outro fez suas observações. Em um projeto de pesquisa centrado em uma etnografia da práxis antropológica o meu desafio passou a ser como seria possível tornar visível teoricamente o observador que trabalhava o seu objeto e simultaneamente ligado às riquezas do processo prático de tomada de decisão do pesquisador, das suas escolhas, das suas negociações. Descrever como o antropólogo dialogava com o seu objeto mas também a abundância de diálogos em que esta relação dialógica se processava, procurando não congelá-la num freezer teórico. Observar como o antropólogo observa e constrói suas relações de pesquisa. Ouvir as suas falas, as suas reflexões e, também, seus anseios. “Na

perspectiva antropológica a interlocução tem sempre precedência sobre a intervenção” (Cardoso de Oliveira, L., 2008 p. 11).

Para Feldman-Bianco (2013, p. 23), o pensamento da antropologia como uma práxis traria um potencial infinito de abertura de novos horizontes e orientaria as técnicas de pesquisas e suas coordenadas empíricas enquanto implicadas “em natureza de conhecimentos, em filosofia, em noções de verdade, fato, valor, portanto, em operações epistemológicas”. Como notou Roberto Cardoso de Oliveira (2004, p. 22), quando a pesquisa vai além da construção de conhecimentos e se vê enleada em demandas de ação, os antropólogos se sentiriam pressionados a agir simultaneamente ao seus esforços em conhecer. Essa possibilidade equivaleria às questões formuladas pela *Antropologia da Ação* de Sol Tax onde a comunidade investigada pelo antropólogo não seria somente um sujeito de estudo mas também o seu objeto (Tax, 1975, p. 515); o pesquisador levaria em conta, além do ponto de vista do nativo, os seus interesses, dispondo os conhecimentos adquiridos a serviço dos observados (Almeida, 2011, p. 9). O que veio a confirmar que o estudo da prática enquanto "estudo de todas as formas de ação humana" - no meu caso, estudo das formas de ação antropológica - se realiza por meio de "um ponto de vista particular - um ponto de vista político" onde "as formas mais significativas da prática são aquelas com implicações políticas intencionais e não intencionais" (Ortner, 2011, p. 446). Esse movimento da prática antropológica a um horizonte político pode ser complementado, também, com um deslocamento teórico rumo à história, não entendida como algo que acontece às pessoas, mas algo que elas fazem, operando dentro dos limites de um sistema de poder (*ibidem*, 457).

Para Tarrow (2012) à base dos movimentos sociais estaria a ação coletiva contenciosa que como categoria não se poderia localizar à margem da história e da política. Sob determinadas condições históricas, culturais e de poder, esta ação coletiva representaria o principal recurso, muitas vezes o único, que a maioria da gente comum disporia para enfrentar adversários, elites ou autoridades, ampliando as oportunidades políticas, criando novas alianças e, como consequência, evidenciando a vulnerabilidade de seus oponentes. Somente quando esta ação se estrutura apoiando-se em redes sociais compactas e estruturas de conexão eficazes, utilizando-se de marcos culturais de consenso orientados à ação e podendo manter sua oposição (desafios coletivos) em conflitos com adversários poderosos, encontra-se diante de um *movimento social*. Se a ação coletiva se estende por toda a sociedade, ter-se-ia um *ciclo de ação coletiva*; se esse ciclo conseguisse organizar ao seu redor soberanias opostas ou múltiplas, tratar-se-ia de uma *revolução* (*ibidem*, p. 49). Seria esse o conjunto de fatores que colocaria em moto os processos dinâmicos que têm situado historicamente os movimentos sociais ao centro das mudanças sociais e políticas (*ibidem*, p. 75).

Ao propor o estudo etnográfico de três importantes centros de pesquisa no Brasil, onde a prática antropológica se relaciona e dialoga com os movimentos e grupos sociais, busquei

compreender onde, como e quando essas questões apareceram, como foram elaboradas, como se organizaram, se estruturaram e agiram no cotidiano dos antropólogos; como no operar contextualizado do campo de pesquisa a práxis se renovaria, se superaria e estimularia desenvolvimentos metodológicos e mudanças epistemológicas. Para Pacheco de Oliveira (2009, p. 18) “é importante acompanhar o surgimento de novas práticas concretas de investigação, observando os resultados que apresentam e buscando tomar consciência do campo de visibilidade que instauram bem como de seus limites”. Caberia recordar, que os antropólogos cada vez mais operariam “em equipes integradas por diferentes formações disciplinares”, como os centros de pesquisa estudados. O que a ação interdisciplinar poderia trazer de enriquecimento na construção de métodos e conceitos no afinamento da pesquisa etnográfica certamente encontrará pontos de vistas, neste projeto de pesquisa, que se colocam além do específico conhecimento socioantropológico (*ibidem*, p. 17). Para Roberto Cardoso de Oliveira (2006, p. 56) a interdisciplinaridade atuaria “no interior de um espaço marcado por uma tensão epistêmica, onde as diferentes disciplinas convivem em diálogo permanente, procurando trabalhar as interfaces dessas mesmas disciplinas de maneira a estimular o que cada uma delas pode oferecer à construção teórica do próprio objeto de investigação”.

Para isso fiz um recorte, escolhendo três espaços científicos que nos últimos anos se destacaram na relação interdisciplinar com partes importantes dos movimentos sociais em diferentes regiões do Brasil. Identifiquei nessa afinidade com os movimentos sociais um ponto de encontro que, creio, se revelou justo. Segundo Oliveira Filho (2009, p. 7) os “movimentos sociais, religiosos, minorias ou grupos étnicos frequentemente mantêm com aqueles que decidem pesquisá-los relações complexas, marcadas por opções políticas, culturais e identitárias de um espectro bem variado”. Existiriam formas possíveis de espelhamento conscientes ou não, virtuais ou atualizadas, pragmáticas ou íntimas que seriam muito distintas e manifestar-se-iam em relações as mais variadas. A homogeneização prévia de todos esses vínculos anularia a possível repercussão que se teriam nas etnografias e nas interpretações avançadas e seria um procedimento redutor e empobrecedor. Oliveira enfatizou a existência de transformações radicais ocorrendo nas situações etnográficas que repercutiriam intensamente no trabalho do antropólogo e que necessitariam ainda de reflexões mais aprofundadas (*ibidem*). Gustavo Lins Ribeiro explicitou em um quadro geral essas preocupações:

À medida em que a antropologia brasileira cresce e se diversifica, acompanhando, de diferentes formas, o processo de diferenciação da sociedade brasileira, as demandas sobre os antropólogos e os cenários em que são chamados a atuar vão tornando-se mais complexos, trazendo novos desafios profissionais, acadêmicos e políticos. Novos dilemas políticos e éticos

certamente impactarão nossa própria identidade e forma de proceder junto ao Estado e à sociedade” (Ribeiro, 2004, p. 6).

Esses processos de diferenciação social estiveram, e ainda estão, relacionados, em grande parte, aos esforços feitos pelos movimentos sociais brasileiros durante a convocação, a preparação e a realização da Assembleia Constituinte de 1988. Não houve movimento social no Brasil que não tenha tido "uma referência fundamental em direitos que, consolidados ou não, foram objetos de luta na Constituição de 1988" (Leite Lopes e Heredia, 2014, p. 28). Dentro deste quadro de intensas mobilizações políticas e de reconhecimento de direitos constitucionais, configurou-se uma ruptura que articulou-se "tanto com o advento das categorias de autodefinição, quanto com a emergência de formas político-organizativas específicas" (Almeida, 2013, p. 18). Para os atores sociais envolvidos nessas "práticas mobilizatórias" surgiram novas interrogações sobre suas relações políticas, onde "cada um ao reconhecer na luta do outro uma parte de sua própria luta reconstrói sua trajetória histórica, repensa a sua "origem" e propicia o lastro indispensável para a coesão imprescindível a uma ação política concreta" (*ibidem*, p.19). O impacto que esse processo causou na identidade, ou melhor, na prática científica dos meus interlocutores, para mim, estaria imbricado visceralmente com a definição de *poder constituinte* desenvolvida, a partir da década de 90 do século passado, pelo filósofo político italiano Antonio Negri.

Para Negri (2002, p. 11), "falar de poder constituinte é falar de democracia" (trad. minha). A tendência do poder constituinte seria a identificação com o próprio conceito de política no modo em que esse é entendido numa sociedade democrática (*ibidem*). Segundo o autor, o enraizamento ontológico da modernidade se realizaria no político, onde *dentro* e *contra* o desenvolvimento do moderno se expressariam algumas alternativas radicais. Assim, a única descrição possível da solda entre constituição e revolução se daria em termos de crise; se o poder constituinte é uma figura ontológica, ele não é um evento e sim uma produção de eventos, dispositivo sempre em aberto no futuro vindouro. As grandes revoluções modernas seriam, deste modo, permeadas de uma capacidade criativa que não encontraria satisfação em si próprias e, portanto, nenhuma solução institucional (jurídica). A natureza crítica do poder constituinte representaria uma condição da *práxis* quando esta quer realizar-se: potência e liberação do pensamento crítico de qualquer posição subordinada (*ibidem*, p. 7).

No prefácio da nova edição espanhola do livro (Negri, 2015), o autor disse que a sua intenção foi aquela de mostrar que o poder constituinte seria sempre invenção de conteúdos, realização de finalidades, "plenitude" de vontades. Por isso, em Machiavel, teria se apresentado como potência

produtiva de uma forma de Estado democrática, como capacidade de representação (classista) na Revolução Inglesa, como modelo expansivo de constitucionalismo na Revolução Norte-americana, como fundação de democracia igualitária na Revolução Francesa; e, afinal, na Revolução Russa, reorganizando o próprio conceito de democracia e realização de uma utopia comum (*ibidem*, p. 11). Segundo Negri, o livro teria deixado de ser útil, 23 anos após ser publicado, se o dispositivo característico original do poder constituinte tivesse sido esquecido: ser motor de renovação tanto do político quanto do social; ser uma potência inovadora e emancipadora dos cidadãos da miséria econômica e da superstição política (*ibidem*). Para remarcar a validade contemporânea dos seus argumentos, Negri rearticulou o seu discurso sobre poder constituinte "a partir do extraordinário terreno de experimentação que tem sido a América Latina nesses últimos trinta anos (trad. minha)" (*ibidem*, p.16):

1. No continente latino americano o poder constituinte não se manifestou em suas formas mais singulares de luta (levantes, insurreições, tomadas de poder), mas como uma continuidade de operações de renovação, uma potência que se realiza no tempo (imediate e amplo) de um processo de mudanças, mais ou menos radical. (*Ibidem*). O poder constituinte mostrou-se como continuidade; um motor de uma ação progressiva de transformação (*ibidem*, p. 17);

2. Na experiência latino-americana, a ação econômica e a política se apresentaram unidas e em processo contínuo de hibridização, rompendo com o projeto moderno de "autonomia do político". Assomaram-se novas teorias e práticas de uma "ontologia da libertação" social contra os racismos e outras reminiscências coloniais, e contra os efeitos devastadores da dominação capitalista no continente. O poder constituinte desenvolveu-se como ação de ruptura da "autonomia do político", uma comistão íntima entre o político e o social (*Ibidem*);

3. Além disso, houve a tentativa difusa, nem sempre bem sucedida, de construção de formas institucionais de poder constituinte, como produto de uma pluralidade de iniciativas políticas e reconhecimento de subjetividades plurais, germinação ampla do desejo de liberdade e igualdade. O poder constituinte revelou-se como agente de promoção e constitucionalização de um amplo pluralismo (*Ibidem*).

Para Almeida (2011, 2013), por exemplo, neste processo social, permeado pela ampla heterogeneidade de situações, verificou-se uma transição onde as unidades sociais de referência (povos, comunidades e grupos) transformaram-se em *unidades de mobilização*. Esta "noção operacional" teria sido utilizada pelo antropólogo como um "recurso explicativo mediante situações de conflito social" (Almeida, 2013, nota 15, p. 20). O autor, através de observações in loco de áreas de conflito social, teria constatado um compósito de condições que favoreceriam a convergência de

interesses específicos de atores sociais diferenciados frente à ação do Estado e oponentes mais poderosos.

Estas unidades mobilizam-se pela manutenção de condições de vida preexistentes aos grandes projetos em vias de implantação ou já implantados. Compõem-se objetivando garantir o efetivo controle de domínios representados como territórios fundamentais à sua reprodução física e social, à sua identidade e, inclusive, para alguns deles, à sua afirmação étnica. O que antes, os dividia, erodiu temporariamente, permitindo convergências inimagináveis (*Ibidem*, nota 15, p.21).

Foi dentro desse quadro complexo de continuidades e transformações, de rupturas e comistões do social e do político, de pluralismos e novas subjetividades que se inseriram as diversificadas atividades do LACED, CEAO e PNCSA. Foi esse processo de mudanças de dimensão continental, que relacionei como irrupção do poder constituinte, que me fez ver que todos os anos o movimento LGBT levava milhões de cidadãos à Avenida Paulista (a maior manifestação popular das Américas), que os Tupinambá lutavam pela retomada de terras, os Kaiowá enfrentavam uma dura repressão, as quebradeiras de cocos se organizavam, o movimento negro da Bahia saía às ruas no dia 20 de novembro e as mães queriam salvar seus filhos da violência policial e exigiam que eles fossem ainda presentes apesar de mortos. A minha descrição detectou uma forte relação dialógica entre pesquisadores/pesquisadoras e movimentos sociais, um decidido compromisso com grupos sociais organizados (índios, comunidades tradicionais, quilombolas) e temas específicos denotados social e politicamente (sociologia das territorialidades, cartografia social e unidades de mobilização; ações afirmativas e educação superior indígena; poder, religiosidade e etnicidade afrodescendente; tutela, poder e Estado; direitos humanos, violência, resistências e sobrevivências).

Embora meus interlocutores em nenhum momento cristalizassem teoricamente este entendimento e evitassem explicitamente fazê-lo, era esse clamor que se sentia, era essa pulsação que se evidenciava nos seus gestos, nas suas buscas, na sua ação antropológica e científica. “Como as relações entre povos e sociedades que estudam, e aqueles que são estudados, as relações entre a antropologia e seu objeto são inevitavelmente políticas; a produção do conhecimento ocorre em um fórum de relações entre grupos, classes e nações” (Fabian, 2013, p. 160). Por isso, a partir da redação do projeto de pesquisa, inclui o estudo da produção científica dos principais protagonistas, esforçando-me, desde o início, para que esses materiais “falassem” na etnografia e na observação.



Para chegar a essas primeiras reflexões, tive que romper com um uso formal dos cânones da observação participante, encontrando meus interlocutores principais além dos contatos físicos (antropólogos não gostam de ser observados tête-à-tête), driblando constantemente suas naturais e cultivadas barreiras intelectuais e críticas, entreouvindo mais que ouvindo o que queriam me dizer, pois estavam todos muito interessados em como eu poderia descrever os seus trabalhos. Para isso tive que pesquisar mais do que observar, escutar mais do que perguntar, aprender mais do que questionar. Tentei não desdenhar nenhuma oportunidade: papo, banca de tese, sites, artigos, sala de aula, fofoca, entrevista ou dica. Tentei utilizar sempre a sugestão que os participantes do movimento religioso congolês *Jamaa* deram a Fabian: “Se você for nos estudar, vai ser nos nossos termos. Não nos seus. Nós é que vamos dizer o que é importante. Você não vai ficar perguntando aquilo que você pensa que é importante” (2006, p. 512).

Essa foi a minha introdução em quase todas as entrevistas, que em grande parte se transformaram em depoimentos e que me deram muito material a ser elaborado, cotejado, destrincado, dissecado, curtido. Por essa razão o título escolhido da tese é: *O que estamos fazendo*, como a voz dos meus interlocutores. Nem por isso equiparei a minha posição de antropólogo ao de um entrevistador, o que "negaria a dinâmica do encontro, terminando por produzir uma imagem estática do próprio objeto de investigação", como sempre me alertou Roberto Malighetti (2007, p. 88). Segui suas instruções: a minha presença se fez sentir pelo emprego da primeira pessoa do singular e "a inserção de memórias pessoais e auto reflexivas" e também pelo uso, nem sempre fácil, dos tempos verbais no pretérito, que pretenderam "dar conta do caráter contingente, negocial e 'intrinsecamente incompleto' da etnografia, inexoravelmente atreladas à dinâmica de sua produção" (*ibidem*, pp. 30-31).

Foram trinta entrevistas com mais de trinta horas de gravação. Estas foram divididas em quatro fascículos diversos, três referidos aos centros estudados e um fascículo ulterior que intitulei como "Outras entrevistas" referido aos interlocutores que não fazem parte institucionalmente aos centros de pesquisas. Coloquei as referências de cidades e datas das entrevistas no final da tese, depois da bibliografia, evitando que essas citações aparecessem no corpo do texto, como habitualmente se usa nas monografias. Construí, desse modo, um breve roteiro espacial e temporal do trabalho de campo, que pode ser consultado em uma rápida vista. Com dois professores, Antonio Carlos de Souza Lima e Mariza Peirano, não registrei gravações, porém conservei amplas anotações e obtive os memoriais de promoção a Professor Titular, instrumento muito válido para compreensão do meu objeto de estudo e que utilizei largamente.

Foi importante não restringir meu campo de pesquisa somente aos antropólogos e nem tampouco aos antropólogos dos centros estudados. Variei um pouco, ouvi outras vozes, situei no

espaço meus principais interlocutores. Entender melhor o que é a ABA foi importante nesse processo. Trazê-la ao nível da pesquisa, sem tentar transformá-la em ponto focal, ajudou-me a descrever a prática desses centros de modo mais contraditório, menos linear e mais rico. Participar à 29ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) foi uma experiência única, um batismo polifônico e polissêmico de antropologia brasileira. Acertei em tê-lo programado no começo do meu trabalho de campo.

Na delimitação do objeto, procurei tratar o material empírico de forma organizada, estabelecendo previamente os contextos. Tratando-se de situações etnográficas geograficamente distintas, em cidades e regiões diversas, busquei motivações que encontrassem significados na demarcação dos espaços; com o mesmo sentido, encontrando-me diante a ações que se estruturaram num arco temporal amplo, nem sempre coincidente, e com objetos de estudo heterogêneos, tentei acompanhá-las no intervalo de tempo definido pelos projetos específicos de cada centro. Posicionei e descrevi esses centros dentro dos seus espaços institucionais, sociais e políticos. Para fazê-lo, o caminho escolhido foi o de *seguir a etnografia*: situei-os temporalmente em suas trajetórias, em suas colaborações, em suas mudanças e nos seus projetos futuros, seguindo suas produções científicas, introduções de livros, catálogos de mostra, vídeos. Cotejei muito do que ouvi nas salas de aulas, nas bancas de mestrado e doutoramento, nas palestras, nas entrevistas e nas conversas com outros doutorandos. Debrucei-me sobre um material amplo e variegado, sobre o qual procurei produzir restituições que possam servir à comunidade científica e aos que com ela mantém relacionamentos. Sobretudo, julguei que as vozes dos meus interlocutores deveriam ser muito presentes em diálogo com as minhas observações diretas, apontadas nos meus quatro cadernos de campo.

Há pouco tempo travei conhecimento de uma afirmação irônica de João Pacheco à Claudia Mura (antropóloga italiana então sua mestranda e orientanda) que voltava à Itália para seu trabalho de campo: *Pela primeira vez, pesquisadora na sua pátria como estrangeira* (Mura, 2007, p. 19). Essa observação correspondia integralmente ao meu estado de espírito: estrangeiro em casa minha. Consolou-me saber que Adorno recordava que pertencia à mínima moral não estar consigo na própria casa (Adorno, 2001, p. 30). Pensei, então, no Brasil que vi de perto nos onze meses que ali vivi e viajei, e do que consegui reconstruir, através dos trabalhos desses centros e desses antropólogos, dos últimos trinta anos. Foi o que me pareceu mais significativo e que pensei valesse a pena descrever.

Estive em sete cidades: Rio de Janeiro, Natal, Manaus, Brasília, Goiânia, Salvador, Niterói e visitei os respectivos campus universitários. Também visitei mostras e museus etnográficos no Rio, em Natal e na Bahia. Passei boas horas nas bibliotecas PPGAS-MN, do PNCSA e do CEAO lendo e fichando livros. No CEAO pesquisei o arquivo do Boletim informativo da instituição.

## II ANTROPÓLOGOS EM MOVIMENTO

"Pensare storicamente significa situarsi nello spazio e nel tempo".

James Clifford (Strade: viaggio e traduzione alla fine del secolo XX, 2008)

"Estas são as dialéticas da etnografia -você nunca termina como começou, inclusive porque essa pesquisa localiza-se em um espaço e tempo reais".

Michael Burawoy

(Marxismo sociológico: quatro países, quatro décadas, quatro grandes transformações e tradição crítica, 2014)

Desde o começo da pesquisa, duas perguntas acompanharam e justificaram a realização desse projeto:

1) como os Centros de pesquisa indicados dialogam e respondem aos movimentos sociais e em que medida esta relação se reflete numa nova prática antropológica?

2) quais conexões e quais contribuições esses centros de pesquisas desenvolvem em uma perspectiva de internacionalização e interdisciplinaridade das ciências humanas?

Para respondê-las, organizei assim a tese.

No primeiro capítulo, dividido em duas partes, descrevo a situação histórica de criação do 1º programa de pós-graduação de antropologia no Brasil, o PPGAS do Museu Nacional, relacionando-a à conjuntura política e aos eventos do ano de 1968, às razões estruturais subjacentes ao golpe militar de abril de 1964 e ao movimento social pela reforma universitária, só então me detenho sobre o significado histórico da fundação do PPGAS-MN e à criação de uma *área mínima de resistência*. Na segunda parte, detenho-me sobre a queda da ditadura, a transição para a Nova República. Descrevo esse processo até o período de transição à democracia no país que encontrou um despecho político-institucional nos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte (87-88) e a promulgação da Constituição Cidadã de 1988. Durante todo capítulo, sentir-se-á forte a presença dos ensaios científicos da chamada "Escola Paulista de Sociologia", principalmente da figura de Florestan Fernandes, *caposcuola*, e mais tarde deputado constituinte.

Nos capítulos seguintes 2, 3 e 4 concentrei minha reflexão diretamente sobre a atividade histórica dos três centros estudados, seguindo, com um olhar mais próximo, a trajetória dos meus principais interlocutores e os seus projetos científicos. A minha preocupação inicial foi estender um fio que mantivesse unidos aspectos institucionais (estruturas), decisões e práticas científicas (práxis),

percursos individuais e acadêmicos (memórias) antecedentes à minha observação participada num contexto presente e dinâmico. O esforço teórico de interiorizar a etnografia em um tempo histórico e exteriorizá-la em um espaço de relações sociais que se transformam foi o liame que atou esse quiasmo.

O que me levou a enfrentar um conjunto de problemas práticos que fizeram com que essa pesquisa adquirisse o seu próprio contexto. Como primeiro elemento de ponderação, uma pergunta veio à tona: o que significava fazer etnografia em um contexto acadêmico? Se na sua melhor versão, a universidade podia ser considerada um local privilegiado para encontros profícuos, essa possibilidade acontecia, porém, em um espaço institucionalmente controlado, sujeito a normas e vigilâncias. Em última instância, existiriam dispositivos que estabeleceriam como, onde e com quem se está encontrando, remarcando modalidades e condições que se revelariam assimétricas e desiguais (Félez, 2011, p. 2). Uma relação que o próprio Alfredo Wagner aludia como complexa, referindo-se à sua trajetória:

Não aceito esse troço. Não assumo o funcionário público. Mas eu sou a favor de reinventar o serviço público. E luto dentro dessa esfera, mas não me considero, não sou [...] Acho que essa minha [trajetória], às vezes, é um pouco difícil de você manter, muito difícil de você manter isso e você olhando assim a trajetória, você vê que ela tem uma sequência, ela tem uma sequência, é absolutamente sequente e é muito complicado você manter isso. E com a envergadura que tem é complicadíssimo. Formando essa quantidade de gente, projeto. É muito difícil você fazer isso não institucionalizado e sem ser uma ONG, entendeu? E de dentro do aparato, e procurando modificar o aparato por dentro. É muito difícil fazer isso (Alfredo Wagner Berno de Almeida, Entrevistas PNCSA, p.14).

Haveria motivos também de considerar que modalidades análogas de poderio agiriam em campo epistemológico. Segundo Almeida (2012, p.150), refletindo sobre a prática antropológica acriano Txai Terri Vale de Aquino, reservas e senões formar-se-iam nas esferas de domínio universitário em contraposição àquelas variantes de investigação antropológica, que embora ancoradas em processos reais e efetivos, privilegiariam realidades localizadas e o acompanhamento sistemático dos conflitos contextualizados. A construção de conhecimentos socialmente úteis e aplicados, em diálogo com essas situações de antagonismo, incutiria temor ou seria ignorada pelos cânones do pensamento científico institucionalizado. "Para eles, o antropólogo se separa do político e, por conseguinte, a antropologia deve ser 'preservada como técnica'. Ardilosamente roubam à

ciência sua dimensão política inequívoca e retiram de cena as discussões sobre atos e práticas de pesquisa" (*ibidem*, p. 151).

Segundo Burawoy (2014, pos. 4607-4018), a violência simbólica faria parte do trabalho do etnógrafo, pois exploraria a boa vontade dos outros para as suas finalidades científicas. A garantia de ingresso num campo de pesquisa estaria em encontrar uma justificativa a essa intromissão nas vidas alheias, interferência que causaria resistências e criaria barreiras. Os grupos mais humildes seriam mais indefesos ao assédio etnográfico; os ricos e poderosos, por terem mais a esconder, consentiriam com dificuldades a uma investigação. Com antropólogos como objeto de estudo, essa posição se atenuou, fazendo-me ver que a via do conceito de violência simbólica, no caso, poderia ser muito mais movimentada e de mão dupla:<sup>1</sup>

Senti-me um intruso, e bastante desconcertado, quando a professora Mariza Peirano disse-me - "não falarei com esse objeto ligado" - e afastou com um gesto brusco o gravador que eu pousara sobre a mesa. Água fria. Não estava preparado àquela recusa. Como no dia a dia, criar expectativas sobre um encontro pode se revelar danoso. E aquela era a entrevista que eu mais sonhara em fazer. Pensei em objetar que a sua tese de doutoramento tinha se baseado em entrevistas gravadas, mas fiquei com receio de criar uma zona de tensão e atrito da qual não conseguiria mais sair. Resolvi, rapidamente, confiar na minha memória e na construção de uma empatia recíproca. A professora foi logo impondo como queria levar adiante o nosso colóquio. Ela não queria ser entrevistada. Preferia fazer perguntas sobre o projeto embora não o tivesse lido previamente. Fez algumas perguntas sobre o elo entre os três centros escolhidos, sobre o que pensava da ABA. Achou que eu deveria recortar melhor o título, numerando os centros de pesquisas, localizando-os no Brasil e no tempo.<sup>2</sup> Alertou-me que junto aos laboratórios que escolhi existiam outros movimentos ao redor. Fui notando que, não querendo ser entrevistada, Peirano tinha reservado para si a posição de orientadora, onde, certamente, sentia-se mais cômoda. Pensando bem, eu só teria a ganhar com isso. Tê-la, por um momento, como orientadora, muito me honrava (Caderno de campo 2).

Seria útil considerar que eu conhecera anteriormente os meus três informantes principais (Jocélio Telles dos Santos, Alfredo Wagner B. de Almeida e João Pacheco de Oliveira) e que essa apresentação se dera através do meu orientador, professor Roberto Malighetti, quando organizamos

---

1 Em uma palestra realizada, no dia 3 de setembro 2014, no PPGAS da UFAM, "Etnografia entre administração pública, corporações e elites", Antonio Carlos Souza Lima chamava atenção para o fato que o antropólogo deve buscar uma empatia com o objeto e não só simpatia, desgosto, horror, repulsa, pensando também a partir do ponto de vista dos poderosos. Ir contra os pensamentos primitivos, pré-lógicos. Estudar para cima era como estudar para baixo (Caderno de campo 2).

<sup>2</sup> De fato, acolhi a sua sugestão no título da tese, como se pode notar.

eventos de cunho científico em Milão, em ocasiões diversas, para os quais esses professores tinham sido convidados. Portanto, houvera uma atividade precedente realizada em comum acordo e avalizada, principalmente, da relação de intercâmbio científico entre o meu orientador e parte da comunidade antropológica brasileira.<sup>3</sup> Desse modo, a minha relação de pesquisa partira com essa determinação exordial e procedera no clima de uma colaboração científica. Se houve assimetrias no relacionamento, foram por mim esperadas ou por mim provocadas e não ultrapassaram o âmbito mais geral de disponibilidade e interesse.

Afinal, logo nos primeiros de minha chegada ao Rio de Janeiro, descobri que seria impossível acompanhar "fisicamente" os meus interlocutores, no caso específico João Pacheco, e que seria bom me afastar, sem hesitações, da "obsessão fetichista da observação participante" (Hannerz, 2012), aproximando-me de um "empenho polimorfo", uma diversidade sempre mutável de pesquisa de campo, indo ao encontro de outras formas de investigação dos objetos de estudo (Id. p. 115). Optei por uma abordagem que se mostrasse mais presente nas entrevistas, na apresentação direta das notas dos cadernos de campo e do material coligido em boletins informativos e artigos. Adotei como material os memoriais para os concursos de progressão de carreira a professor titular, que no Brasil têm muita importância. Foi uma sugestão do professor Antonio Carlos que grifei no meu caderno de campo: "[Antonio Carlos] Recomendou-me muito a leitura do memorial de João Pacheco preparado para o concurso de professor titular, que ele reputa um ótimo texto e uma apresentação exemplar da trajetória do professor, da relação do antropólogo que atua nas sociedades indígenas" (Caderno de campo nº 1).

No quinto capítulo, Associação Brasileira de Antropologia, analisarei, principalmente, o funcionamento da ABA a partir da descrição etnográfica da 29ª RBA em Natal, depois com a voz da sua secretária o seu dia a dia burocrático-administrativo, passando a analisar a sua atividade internacional através da voz de Gustavo Lins Ribeiro, para acabar com uma visão de um antropólogo estrangeiro, Mariano Báez, sobre o campo antropológico brasileiro e suas colaborações abertas.

Por fim, em conclusão, tentarei refletir sobre a condição do cientista social dentro e contra uma situação histórica, partindo de considerações sobre uma foto de Florestan Fernandes, então deputado constituinte, diante de uma concentração do MST no gramado do Congresso Nacional em Brasília.

---

<sup>3</sup> Na época, como diretor-executivo do IBRIT, Instituto Brasil-Itália de Milão, foram organizadas duas conferências e uma mostra sobre o mapeamento dos terreiros de Salvador com Jocélio Santos na comemoração dos 50 anos do CEAO (2009) e uma palestra em maio de 2011, com João Pacheco. O professor Alfredo Wagner visitou o IBRIT em duas ocasiões, em 2010, quando da sua estadia em Milão, como professor visitante em UNIMIB.

## CAPÍTULO 1. DENTRO E CONTRA UM CONTEXTO SOCIAL

Nós somos filhos da ditadura.  
Nós somos herdeiros daquela época onde não se podia dizer nada.  
Você tinha de pensar duas vezes e só dizer se tivesse disposto a ser torcido pelo avesso pra defender aquela coisa.  
Naquele momento se você dissesse alguma coisa tinha de ser porque você ia - aquilo podia ser a razão da sua morte -,  
você tinha de explicar a si mesmo que você estava morrendo por uma discussão.  
(João Pacheco de Oliveira, Entrevistas LACED, 2014)

A atividade intelectual dos antropólogos pode ser pensada como uma forma de ação social que funciona "*dentro de e contra* um certo contexto social e cultural" (Wolf, 2003, p. 255 - os itálicos são meus). De fato, ao início de sua entrevista, João Pacheco de Oliveira me fez a proposta de refletir sobre o momento político (junho de 1968) da criação do primeiro Programa de Pós-graduação de Antropologia Social no Brasil, o PPGAS do Museu Nacional [a partir de agora PPGAS-MN]. Já em sua análise sobre o campo da ação indigenista no Alto Solimões, Oliveira tinha ressaltado a necessidade do estudo da situação histórica precedente pois uma nova situação histórica se delinearía "*dentro e em oposição* à situação histórica anterior" (Oliveira, 1988, p. 60 - os itálicos são meus). Pareceu-me necessário, portanto, incorporar, desde o começo, elementos que possibilitem o entendimento das *conexões de sentido* estruturais que compõem a criação da pós-graduação no Brasil ditatorial e, por conseguinte, do PPGAS-MN. A minha intenção não é uma exaustiva reconstrução dos eventos históricos, e sim apreensão das "diferentes modalidades de interdependências que associaram entre si um conjunto de atores em diferentes momentos do tempo" (*Ibidem*, p. 61); no caso, como isso se deu sob o signo do golpe civil-militar de abril de 1964 e da ditadura por este instaurada:

No processo de mudança social ocorre o entrelaçamento dos interesses e ideologias dos diferentes atores, sobressaindo-se aí o poder organizador superior de uma determinada força social. Essa procura imprimir à nova situação uma unidade de acordo com um projeto ideológico e político que, nas circunstâncias existentes, maximiza o atingimento de seus fins e a realização de seus valores. Nesse sentido a abordagem por situações se utiliza de referências históricas para descrever o processo (quando haja uma historiografia disponível), mas não pode prescindir do

entendimento de como os eventos são interpretados pelos atores que neles participam (Pacheco de Oliveira, 1998, p. 61).

O desafio estava em transferir esse entendimento etnográfico mais localizado para um objeto de estudo, a comunidade dos antropólogos, mais dispersivo e que, por várias razões, pouco explicitou, numa investigação mais articulada, sua compreensão científica, a sua voz, sobre aquele contexto histórico. Apoiei-me, então, às análises que o profícuo núcleo de cientistas sociais da USP realizou como resposta intelectual à crise e à situação política criada com o golpe civil-militar de 1º de abril de 1964 em três livros que tornaram-se clássicos da Sociologia latino-americana: Cardoso e Faletto: *Dependência e Desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*, 1968; Ianni: *O colapso do populismo no Brasil*, 1968; e, Fernandes: *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*, 1974. Os livros da professora Marialice Fornacchi (integrante ativa desse núcleo de cientistas) sobre a juventude e o movimento estudantil foram incorporados a essa operação. Explicitarei melhor as razões dessa opção:

a) Consistência científica: essas análises indicam um alto grau de maturidade teórica e crítica da ciência social brasileira e influenciaram decisivamente o debate acadêmico na América Latina nas décadas de 70 e 80, em particular a Antropologia no Brasil (Rubin, 2014);

b) Convergência teórica: embora em muitos aspectos dissidentes entre si, esses ensaios sociológicos se avizinhavam quanto ao caráter da *dupla articulação estrutural* do desenvolvimento dependente do capitalismo no Brasil, do papel das elites locais e do seu relacionamento com os movimentos sociais e a constituição (ou não) desses movimentos de massa enquanto poder constituinte *tour court*;

c) Convivência acadêmica: esse núcleo de sociólogos manteve laços científicos (e familiares) estreitos com Roberto Cardoso de Oliveira, primeiro diretor do PPGAS-MN, e posteriormente com os jovens pesquisadores do programa, notadamente Moacir Palmeira e Otávio Velho (Martins, 2002; Garcia Jr, 2009; Palmeira, 2010);

d) Contingência analítica. A participação desse núcleo de pesquisadores no movimento pela Escola Pública e pela Reforma Universitária, nos anos 50-60, onde Florestan Fernandes apareceu como ativo líder nacional, instiga-me a analisar, mais adiante a criação do PPGAS-MN no âmbito da reforma universitária imposta pela ditadura, como um "ponto de inflexão inevitável dos cientistas sociais a partir da repressão ditatorial", assim como Florestan tinha visto a criação da revista "Debate & Crítica" logo após o AI-5 (Martins, 2002). Tentarei mostrar que tratou-se então, na minha opinião, da fixação de uma *área política mínima de resistência*.



## 1. 1. PPGAS: 1968, DITADURA MILITAR E REFORMA UNIVERSITÁRIA

Em toda a ciência o difícil é o começo

Karl Marx (Marx Engels, org. Florestan Fernandes, 1989)

**1968: a conjuntura.** Segundo Hobsbawm (1995, pos. 9756) os últimos anos da década de 60, com o protesto de milhares de jovens universitários em várias partes do mundo, representaram "a última arremetida da revolução mundial". Essa onda de protestos no hemisfério norte do planeta, que tinha começado com a luta por direitos civis na América do Norte e que se propagaria por quase toda a Europa ocidental, levou os jovens às ruas, à ocupação dos campus universitários, às portas das fábricas, utilizando meios de ação coletiva diretos e conflituosos. Reivindicavam novos direitos, novos recursos e, às vezes, a revolução (Tarrow, 1990, p. 3). A grande maioria dos estudiosos adotou como data emblemática daquela onda de protestos, os acontecimentos espetaculares que ocorreram durante Maio de 1968, na França, embora tivessem tido, por exemplo, uma duração e um efeito de menor profundidade dos que os acontecimentos que sacudiram a sociedade italiana no decênio entre 1965-1975 (*ibidem*, pp. 6-7). Sem contar, que a verdadeira revolução, em solo europeu, verificou-se alguns anos após com a "Revolução dos cravos" de 1974, em Portugal, que decretou o fim de uma ditadura de mais de 60 anos e precipitou, de maneira inequívoca, a derrocada do colonialismo português em África.

Como notou Ruy Mauro Marini (1970), a politização que o "Maio francês" consagrou não era um fenômeno novo na América Latina. Desde o início do século XX, a participação organizada dos estudantes latino-americanos tinha um significado essencialmente político (Foracchi, 1972). Essa era uma característica que os distinguia de seus colegas europeus e norte-americanos, que conforme Hobsbawm (1995 pos. 6557), antes da segunda Grande Guerra, em sua grande maioria, "era apolítica ou de direita". De um certo modo, o Maio sul-americano tinha ocorrido cinquenta anos antes com o *Movimento de Córdoba* (1918) \*, em Argentina, que estabeleceu um padrão tático para a ação política estudantil através de manifestações de rua, panfletos, ocupações, apoio público nacional e internacional, do mesmo modo o nacionalismo e a democracia definiram-se como parte do conjunto de preocupações peculiares à mobilização dos universitários latino-americanos (Foracchi, 1972, pp. 142-144). A reivindicação de reforma universitária ultrapassava seus marcos e se reunia às aspirações mais amplas por reformas sociais no âmbito institucional. O *Movimento de Córdoba* pode ser definido, certamente, como um *movimento social*: uma campanha prolongada de reivindicações que

se valeu de recursos variados para a divulgação dos protestos, apoiado por organizações, redes, tradições e solidariedades capazes de sustentá-lo (Tarrow e Tilly, 2009, p. 11).

Quarenta e nove anos depois, um outro evento extraordinário influenciaria a sua história e a participação política dos estudantes e trabalhadores latino-americanos, repercutindo no continente de forma radical e contundente. Em 1º janeiro de 1959, os jovens combatentes do Movimento 26 de julho, liderados por Fidel Castro, entravam em Havana precedidos por uma greve geral, derrubando a ditadura de Fulgêncio Batista. Abririam, em toda a região, um período "caracterizado pela intensificação das lutas sociais, o aparecimento de movimentos guerrilheiros, uma sucessão de golpes militares e uma crise de legitimidade do sistema político" (Löwy, 2016, p. 84). De fato, a imagem-ícone do argentino Che Guevara, morto um ano antes na Bolívia, tornou-se uma presença ubíqua nas passeatas e manifestações da juventude do hemisfério norte. Uma parte consistente das lideranças estudantis brasileiras foi influenciada, de um modo ou de outro, pelo movimento revolucionário cubano.

No Brasil, o ano de 1968 se caracterizou por uma forte tensão social e política. A partir de 1966, o movimento estudantil reorganizara-se como expressão não institucionalizada de oposição política ao golpe militar, como *movimento social* com capacidade de arregimentar milhares de pessoas nas ruas das metrópoles brasileiras. O que seguiu foi um ciclo de protesto, de greves operárias e estudantis, passeatas e confrontos nas ruas, assassinatos e prisões. Um *ciclo de ação coletiva*.

No final de março, no Rio de Janeiro, a polícia militar invadiu o restaurante universitário Calabouço, assassinando à queima-roupa os estudantes Edson Luís e Benedito Dutra. Esse fato causou uma forte comoção social, suscitando uma onda de protestos em todo o país, principalmente nos campus universitários. O enterro de Edson Luís, no dia seguinte à sua morte, foi acompanhado por mais de 50.000 pessoas pelas ruas do centro da cidade. Em abril, os 1.600 operários metalúrgicos da Companhia Belgo-Mineira, em Contagem, entraram em greve por aumento salarial. Em pouco dias, o movimento alastrou-se, envolvendo mais de 20.000 trabalhadores na fábricas da região. A repressão endureceu com a ocupação da cidade mineira pela polícia militar, impedindo assembleias e manifestações. A empresa convocou diretamente de casa em casa os operários, ameaçando-os com demissão sumária por justa causa. O movimento arrefeceu-se. No dia primeiro de Maio, na praça da Sé em São Paulo, durante a comemoração oficial do dia do Trabalho, militantes sindicais de base tomaram de assalto e apearam fogo ao palanque onde se encontrava o governador do Estado. Dia 26 de junho, o Rio de Janeiro assistiu à maior manifestação contra a ditadura militar. A "passeata dos cem mil" reuniu em protesto amplos setores da sociedade civil de oposição, convocados pelas lideranças estudantis. Em prática, o movimento estudantil convertera-se "em expressão política das tensões latentes, difusas em toda a sociedade" (Fornacchi, 1982 p. 42). No dia 16 de julho, na cidade

paulista de Osasco, três mil operários metalúrgicos ocuparam a fábrica da Cobrasma, liderados pelo líder sindical José Ibrahim, então com apenas 21 anos. A paralisação estendeu-se a outras fábricas, agregando mais de 22 mil trabalhadores. A reação do governo, temendo uma nova Contagem, foi dura e imediata: invasão violenta da Cobrasma, intervenção do sindicato, prisão e cassação dos direitos políticos dos principais líderes. Dia 29 de agosto, o Exército invadiu a Universidade de Brasília (UnB), baleando um estudante de Engenharia, prendendo mais de 500 alunos e ocupando militarmente o campus. Em outubro, a União Nacional dos Estudantes (UNE) realizou clandestinamente o seu XXXº Congresso na cidade paulista de Ibiúna. A reunião, no entanto, tinha sido monitorada desde a sua organização pelos aparelhos repressivos. Mais de 900 estudantes e suas lideranças foram presos. Estimou-se que durante o ano 1968 cerca 3.000 estudantes tenham sido detidos entre passeatas, reuniões e quebra-quebras. Doze pessoas morreram no decorrer das manifestações (Gaspari, 2002, p. 388).

Esse estado crescente de confrontos e repressão culminou com a decretação do AI-5, na fatídica sexta-feira, 13 de dezembro, com o recrudescimento da ditadura e o fortalecimento do seu aparato repressivo, e com a supressão ulterior das liberdades democráticas (Congresso Nacional fechado e parlamentares cassados, supressão do habeas corpus e jornais censurados, prisões sumárias, exílios forçados etc.). Impuseram-se "limites a todo pensamento crítico, promulgando leis e decretos que favoreciam o afastamento de professores e controle estrito do acesso aos cargos de pesquisador ou de professor-pesquisador" (Garcia Jr., 2009, p. 413). Docentes de várias universidades e de vários departamentos seriam exonerados por decisão do Conselho de Segurança Nacional ou pela própria pena do general-presidente de então. Na Universidade de São Paulo (USP), professores considerados "militantes", dentre os quais, Florestan Fernandes, Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso da Faculdade de Filosofia, foram aposentados compulsoriamente. (Martins, 2002; Cardoso, 2013).

Como compreender, então, que manifestação tão poderosa do *poder constituinte*, que tantas expectativas, esperanças e realizações havia despertado e estimulado em toda a América Latina, poderia desembocar, alguns anos após, na década de 70, "na era mais sombria de tortura e contraterror da história do Ocidente" (Hobsbawm, 1995, 9745). Um dado, porém, deve ser levado em consideração: "O ano [1968] termina com um crescimento de 9,8% do PIB e uma expansão de 15% na indústria e nas exportações. Recorde de produção de automóveis e cimento. O maior nível de emprego já registrado. A inflação fecha em 25,5%. É o início do Milagre Brasileiro" (Gaspari, 2002, p.388).

**A Ditadura Militar: a estrutura.** Se até o momento, minha reflexão foi na direção de situar historicamente *contra* qual contexto cultural e social essa ação institucional, a criação do

PPGAS-MN, se constituiu naquele preciso momento (1968), a partir de agora meus esforços se concentrarão *dentro de* quais tendências estruturais se inseriu.

Retomarei o argumento deste capítulo do renomado livro de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (1975). Ali, os autores reconsideravam criticamente as questões colocadas pelos conceitos de subdesenvolvimento e periferia econômica, partindo de uma interpretação que privilegiava a natureza política processual das transformações econômicas, mostrando como a referência às *situações históricas* e à análise das *condições estruturais* e seus limites eram essenciais à compreensão do contexto socioeconômico latino-americano. Era necessário analisar como essas economias vinculavam-se ao mercado mundial, a formação dos grupos sociais internos e a definição das relações que o subdesenvolvimento comportava. Isto implicava na utilização teórica do conceito de *dependência*, reconhecendo-a tanto no plano político-social quanto detectando o seu início histórico na "expansão das economias dos países capitalistas originários" (*ibidem*, p. 26).

As formas de dependência dessas nações, diziam os autores, explicavam-se exteriormente mas era a relação interna entre grupos e classes que possibilitava e dava "fisionomia própria à dependência" (*Ibidem*, p. 36). A análise, prosseguem, não poderia focalizar-se somente estruturalmente mas passava pela compreensão das forças sociais em jogo, tanto aquelas que atuam pela manutenção do *status quo* quanto aquelas outras que pressionavam a favor da mudança social. As transformações socioeconômicas que alteravam o equilíbrio interno e externo eram processos políticos, afirmavam. As condições históricas comportavam tensões, que não necessariamente, conteriam soluções favoráveis ao desenvolvimento. O desenvolvimento, em si, não era um processo automático, e uma análise do seu processo deveria supor a possibilidade de estagnação e heteronomia (*ibidem*, p. 37-38)

Os autores apontavam na *presença das massas* e na formação de uma base econômica industrial diferenciada (indo além da mera produção de bens de consumo imediato) os fatores que caracterizavam o denominado "desenvolvimento para dentro" que se reforçou durante a Segunda Grande Guerra e que alcançou plena manifestação durante a década 50-60 na América Meridional (*Ibidem*, p. 92). A *presença das massas* tornou-se condição necessária ao processo produtivo industrial, tanto como mão de obra quanto como integrante do mercado interno de consumo. Ao mesmo tempo, havia a necessidade de obter uma base de consenso popular que legitimasse essa nova modalidade de poder econômico. O Estado "desenvolvimentista-populista" acentuou a importância do desempenho de suas funções econômicas e, particularmente, "a forma em que expressa, como instrumento de dominação, a ação dos grupos que o conformam" (*ibidem*, p. 96).

Octavio Ianni (1975) via o populismo, no Brasil, como uma estratégia política do desenvolvimento econômico que se manifestou como uma série de crises e rupturas, parciais e

relativamente lentas, das estruturas políticas e econômicas internas e externas, ocorridas entre 1918 e 1964. Em síntese, esses antagonismos de grupos, setores e classes, que historicamente estariam à base da sua formação, seriam o resultado da sucessão e coexistência de quatro modelos teóricos de desenvolvimento: exportador, substituição de importação, associado e socialista. O primeiro, ligado à exportação de produtos tropicais e matérias-primas, se sobrepunha às três primeiras décadas do século. O modelo de substituição de importação de bens surgiria das componentes essenciais do modelo anterior entre 1930 e 1964 teria como característica fundamental um Estado nacional que se consolida em meio a crises políticas, consequência do embate entre uma visão nacionalista independente, os setores tradicionais e o sistema político-econômico internacional (*ibidem*, p. 18).

O golpe de estado de 1º abril de 1964 é o evento dramático que marcaria o fim desse processo, uma reação autoritária contra as possibilidades colocadas de soluções reformistas ou revolucionárias (o quarto modelo socialista) e assinalaria a passagem ao modelo de desenvolvimento econômico associado: novas configurações e reagrupamentos entre as empresas brasileiras e estrangeiras e formulação de um novo conceito de interdependência econômica, política, cultural e militar dentro da América Latina e em relação com os Estados Unidos (*Ibidem*, p. 19)

Segundo Ianni, no bojo do século XX o povo brasileiro apareceu como uma categoria política radical, colocando em evidência as tensões e os conflitos provocados pela transição de uma sociedade tradicional a uma "civilização urbana-industrial". O populismo, em suas diversas matizes, que variaram do *getulismo* ao populismo de esquerda, passando pelo *trabalhismo*, legitimou a "entrada das massas no quadro das estruturas de poder" (*ibidem*, p. 206). Foi um movimento político que manteve uma relação dinâmica com a urbanização e o crescimento do setor terciário da economia. Por sua ligação com o consumo e com o aparecimento da cultura de massa, segundo Ianni, o populismo seria *a forma política assumida pela sociedade de massas no país* (*ibidem*, p. 207).

As lideranças burguesas, através do controle da burocracia partidária e das organizações de massas, dominavam esse movimento político. Porém, em um regime de crise permanente. De um lado, pressões dos setores mais conservadores que reagiam com violência à presença de setores populares e às tentativas de uma política econômica de caráter nacionalista. Por outro lado, a ambiguidade das lideranças populistas sempre divididas quanto a participação popular que, no entanto, favoreciam-no no jogo de poder. A participação das massas trabalhadoras nos processos eleitorais, nas campanhas nacionalistas (O Petróleo é nosso), nos debates institucionais (as reformas de base), mesmo entre distorções e limites, reforçava a sua politização e sua atuação como poder constituinte. Esses limites expressavam-se, também, na atuação dos partidos e grupos de esquerdas que não conseguiriam, porém, fugir, segundo Ianni, às técnicas e interpretações ideológicas típicas do populismo, o que não eliminava maiores conflitos e tensões entre esses setores e a liderança

política populista. Para Ianni, a deposição e o suicídio de Getúlio Vargas, em 1954, simbolizariam com precisão todo esse conjunto de pressões e ambiguidades do populismo brasileiro e que levaram-no, quase dez anos depois, ao colapso (*Ibidem*, p. 208).

Após o governo Juscelino Kubitschek (JK) (1956-1960), segundo Ianni, a crise política se precipitou com a eleição e sucessiva renúncia de Jânio Quadros e o veto dos comandantes militares à posse do vice-presidente João Goulart. O movimento de resistência, encabeçado pelo governador gaúcho Leonel Brizola, produziu uma aceleração no processo de politização das massas e os militares golpistas recuaram temerosos pela formação de milícias populares. Goulart assumiria sob a égide de um compromisso parlamentarista, mas em seguida, através um plebiscito, conseguiria retomar a plenitude dos seus poderes presidenciais. Governaria mas carregaria consigo todas as contradições e pressões da história do populismo, concentradas então em força e profundidade. Segundo o autor, os anos de 1962-1964 foram anos de crises sucessivas dentro de um contexto de uma crise geral do poder burguês e da economia nacional, que se aprofundou com as demandas em torno às reformas de base. A campanha pelas reformas institucionais foi um dos fatores que provocaram a aglutinação, contrária, das forças políticas burguesas. Os setores conservadores, externos e internos, aliaram-se para enfrentá-las e dar uma solução política à crise: o golpe de estado (*Ibidem*, pp. 209-210).

Para Ianni havia condições de uma solução revolucionária à crise. O comício de 13 de março de 1963, na Central do Brasil no Rio de Janeiro, reunira em torno a Goulart, mais de 500.000 pessoas, convocadas pelos sindicatos, associações, união dos estudantes, em apoio às reformas de base (agrária, urbana, universitária etc.) parecia indicar essa direção. A definição de uma "política externa independente" preparava o terreno para um projeto de capitalismo nacionalista que redefiniria as relações com os Estados Unidos (*Ibidem*, p. 211). Mas, segundo Ianni (Ianni, 1975, p. 211), estas expectativas chocavam-se contra a opção - atuada com rapidez e apoiada por setores da classe média atemorizados pela radicalização dos estratos populares - amadurecida pela maioria dos setores burgueses (agrários, financeiros, comerciais, indústrias) de imposição de uma ditadura civil-militar em nome da "doutrina da interdependência":

Em nome da interdependência, o que ocorre, desde 1964, foi uma reformulação total da dependência externa do Brasil. Tanto as relações políticas como as econômicas, tanto as relações militares como as culturais estão passando por uma redefinição. Em consequência, aprofunda-se ainda mais a dependência estrutural, que tem caracterizado a sociedade brasileira. [...] De fato, em 1964 venceu um regime político determinado pela dependência estrutural, que já se vinha acentuando anteriormente. Em particular, na época do governo de Juscelino aprofundou-se a dependência econômica. Antes já se havia iniciado um processo de

redefinição das funções políticas das Forças Armadas. Pouco a pouco, substituiu-se o princípio da defesa nacional pelo princípio de segurança nacional (*Ibidem*).

Também para Cardoso e Faletto o novo princípio de segurança nacional, interpretado como *guerra ao comunismo internacional*, prestava-se como base ideológica ao aprofundamento de uma dependência externa:

Além das condições internas favoráveis a tais políticas, a dinâmica das relações internacionais e, em especial, a ideologia da segurança nacional baseada na crença na iminência da terceira guerra mundial, no papel preponderante da aliança ocidental - consequentemente na sujeição momentânea dos interesses nacionais ao bloco liderado pelos Estados Unidos - e na forma de guerra, como guerra revolucionária na qual o "inimigo externo" coexiste com o "inimigo interno", servem de pano de fundo para as mudanças econômicas e políticas apontadas (Cardoso e Faletto, 1975, p. 133).

Para Florestan Fernandes (2000) a situação existente anterior ao golpe de abril de 1964 era *potencialmente pré-revolucionária*. Embora em nenhum momento a "demagogia populista" (ou se se preferir o "radicalismo burguês") tivesse transcendido aos interesses dos projetos burgueses, houve o perigo que a divisão e fragmentação da burguesia pudesse impedir a "aceleração dos processos de unificação e centralização do poder burguês" necessários à transição do capitalismo competitivo ao capitalismo monopolista em ato. Em realidade, não se formaram forças antagônicas suficientemente firmes e independentes que pudessem agravar essas fissuras através de uma articulação sólida entre classes possuidoras e classes despossuídas. O que se teve foi uma "manipulação sentida das massas populares" cuja tentativa momentânea de afirmação foi suprimida com violência pela reação auto defensiva burguesa tão logo o jogo democrático tornou-se arriscado (*ibidem*, pp. 1773-1774).

Posta contra a parede, a burguesia sobrepôs os seus interesses de *Classe* àqueles da *Nação*, prevalecendo sobre esta. Imprimiu à sua autoafirmação e ao autoprivilégio de seus interesses a característica de contrarrevolução onde associava a explosão modernizadora à regeneração dos costumes e à estabilidade da ordem. Para tanto, tornou-se indispensável o transferimento de tarefas centrais desse movimento contrarrevolucionário a determinados setores burgueses, em particular, à alta oficialidade militar. Podia contar, também, com uma verdadeira *burguesia burocrática* instalada dentro do Estado com liberdade de usar todo o seu poder. Sem esses apoios, afirmava Fernandes, os

processos de unificação e centralização do poder burguês teriam caído no vazio histórico (*Ibidem*). A gestão Castelo Branco-Roberto Campos exemplificou nominalmente esse processo (Cardoso e Faletto, 1975; Ianni, 1975).

Além da consolidação dos relativos privilégios e das vantagens de classe, as elites burguesas lutavam pela própria sobrevivência e pela sobrevivência do capitalismo. Segundo Fernandes (2000, p. 1776), a superação dessa crise transformara a burguesia brasileira em uma *burguesia madura*, pronta a enfrentar e a conduzir o processo de industrialização intensiva, como etapa mais complexa e alta da transformação capitalista, e a completar o ciclo da Revolução Burguesa, sob e dentro do capitalismo dependente.

A alternativa histórica que se concretizou, então, foi o *consenso burguês* vinculado à base estrutural da sociedade de classes brasileira e ao caráter contrarrevolucionário adotado pela autodefesa da burguesia. Esta acolheu e endossou a centralidade do Estado nacional através da sua militarização e tecnocratização intensivas como "processos de preservação e de consolidação da ordem" (*Ibidem*, p. 1790).

Envolvidos nessa transição a economia, a sociedade e o Estado, tampouco houve área ou espaço público que escapasse aos custos econômicos, sociais e políticos, passageiros ou duradouros, de sua realização, que se refletiram na "depressão de salários e da segurança de emprego, e compressão de protesto operário; depressão dos níveis de aspiração educacional das "classes baixas", e compressão das "oportunidades de educação democrática"; depressão dos direitos civis e dos direitos políticos, e compressão política e policial militar; etc." (*Ibidem*, p. 1791).

Deprimir e comprimir, segundo Fernandes, passam a expressar o cerne das relações da nova sociedade civil onde a instauração de uma ditadura aberta e rígida dava-se através em um Estado nacional convertido em viga mestra do poder burguês. O Estado incorporava novas funções, entre as quais a intensificação da opressão indireta e da repressão direta, ambas essenciais à manutenção da ordem. A curto prazo, comprimia e deprimia o espaço político e jurídicos de todas as classes e seus setores, inclusive aqueles burgueses, que ostentassem oposição, pacífica ou violenta, ao processo de transição imposto. A médio e curto prazos, efetivava mecanismos institucionais complexos de enfrentamento à "guerra revolucionária", legalizando "uma concepção de segurança fundada na ideia de *guerra permanente* de umas classes contra as outras" (*Ibidem*, p. 1793).

Por outro lado, as novas exigências econômicas (eclosão do capitalismo monopolista e industrialização intensiva) necessitavam transpor o consenso burguês para a Nação como um todo. Fernandes aponta dois artifícios que possibilitaram essa transposição. O primeiro, já mencionado, deu-se através da militarização e tecnocratização dos serviços, das estruturas e das funções estatais. O segundo visava a superação a debilidade congênita dos interesses da burguesia na esfera política,



ou seja, modernizar e racionalizar os processos de articulação política das classes burguesas entre si e com o Estado. Em breve, o consenso burguês patrocinaria uma intervenção estatal *sui generis*, controlada, em última instância, pela iniciativa privada, abrindo-se, segundo Fernandes, de uma parte a um *capitalismo dirigido pelo Estado*, e da outra, a um *Estado autoritário* (*Ibidem*, p. 1794).

Existe, porém, um terceiro aspecto e que é particularmente conexo aos argumentos tratados por esse trabalho nesse capítulo. Florestan chama a atenção que a validade instrumental de uma ordem legal e política em uma sociedade de classes *precisa ser universal*. Mesmo em um quadro total contrarrevolucionário, o consenso burguês tinha que objetivar essa ordem como sua encarnação corpórea ideal, a partir de dentro. Essa singularidade estabelecia exigências de autoproteção, relacionadas com os fundamentos estruturais e dinâmicos de dominação burguesa, tratando-se de um "antes" ou de um "depois da instauração de uma ditadura de classe aberta e rígida", onde o caráter desses fundamentos mudavam. De uma parte do processo e do quadro social, existem motivações, já descritas e pensadas acima, nas ações de depressão e compressão do poder constituinte. Contudo, há um outro lado, de esforços mais amplos e profundos na criação de novas, e na modernização das preexistentes, estruturas jurídicas e políticas, que alcançavam, também, tanto os aparatos de repressão do Estado quanto os aparatos ideológicos da burguesia (*Ibidem*, p. 1795).

Neste sentido, a doutrina de "reversão das expectativas", preconizada por Roberto Campos, ministro de Planejamento, transcendia a esfera do econômico e projetava-se no âmbito político-cultural. O governo do marechal Castello Branco deu início a um programa exaustivo de reformulação das instituições vigentes com o intuito de adequar as expectativas e ideologias das diferentes classes sociais ao *status quo*. Com esse escopo, alteravam-se completamente as instituições econômicas e financeiras, políticas e educacionais (Ianni, 1975, p. 180). Destarte, o golpe de Estado representava o desenvolvimento político nacional.

A legislação que regulava o funcionamento das instituições mudaria drasticamente entre o abril de 1964 e março de 1967, através de Atos institucionais e a promulgação da nova Constituição de 1967, em um Congresso já depurado dos partidos e líderes existentes anteriormente ao golpe de estado. Roberto Campos defendia em artigo de 1966 o "novo trabalhismo", elencando os pecados e vícios do "antigo trabalhismo", e justificando as mudanças que restringiam substancialmente o direito de greve e a legislação sindical, alteravam a previdência social e a política salarial. (*Ibidem*, p. 200). Ao mesmo tempo, em resposta às reformas de base, em todo caso ainda com ampla repercussão e apoio nas camadas populares, o regime promulgava o Estatuto da Terra e implementava um Plano Nacional de Habitação, alternativas conservadoras às reformas, agrária e urbana, democráticas e radicais. A reforma universitária tornar-se-ia, também, alvo dessas ações.

**Reforma Universitária: o contexto acadêmico.** Foi no limiar da década de 60 que o movimento pela reforma universitária no Brasil, em contato com as experiências que se processavam contemporaneamente no continente, adquiriu a dimensão histórica de movimento social, integrando-se à reivindicação geral no âmbito das "reformas de base" (Fernandes, 1974). Percebia-se, de uma maneira generalizada, que as deficiências funcionais do ensino superior eram relacionadas a obstáculos localizados na estrutura socioeconômica da sociedade (Fornacchi, 1972, p. 148) que consubstanciavam uma "*situação colonial* crônica de dependência cultural" (Fernandes, 1974, p. 9). Iniciando como uma tentativa de reorganização institucional da universidade, a luta por reforma universitária, logo, tornou-se parte de uma plataforma de *luta democrática* em uma etapa de mudanças e pugnas críticas. Essa procurava combinar o inconformismo radical dos estudantes, e parte dos professores, à urgência de equacionar novos ideais organizativos de universidade aos novos anseios educacionais e culturais de uma sociedade subdesenvolvida em transformação. Em outras palavras, tentava-se associar implicações reivindicativas mais gerais com as agruras do capitalismo dependente que afetavam intensamente as camadas populares urbanas (Fornacchi, 1972, p. 149). Adquiria, portanto, a dimensão histórica de movimento social de ruptura com um visão conservadora da universidade (Fernandes, 1974).

Nessa situação, segundo Fernandes (*Ibidem*, p. 11), os aspectos dinâmicos de emergência e expansão do desenvolvimento urbano-industrial brasileiro deveriam assumir importância, levando a conceber a universidade como um sistema pluridiferencial complexo e com possibilidades de auto crescimento tanto para dentro, em suas unidades, quanto para fora, rumo a outras instituições, às comunidades locais e regionais, à sociedade global. Para tanto, a "função ensinar" deveria ser desdobrada e diversificada, inserindo, entre as tarefas centrais da universidade, o ensino pós-graduado como forma de racionalização da seleção e aproveitamento intensivo de talentos. Na mesma direção, deveriam adquirir relevância e centralidade outras três funções: 1º) a "função de pesquisar", de importância equivalente ao ensino e decisiva para acelerar e automatizar o desenvolvimento educacional e cultural nacional; 2º) a "função de criação intelectual", da qual a sociedade esperaria a produção original e a impulsão de novos tipos de saber; 3º) e a "função de gerar um pensamento crítico", como uma modalidade de autoconsciência dos problemas nacionais e como reflexão crítica sobre os destinos da humanidade e de suas opções históricas. Nessa formulação, a proposta e luta de Reforma Universitária abrangeria "a sua constituição e modo de ser, o seu rendimento intelectual e a sua relação com o destino histórico da sociedade brasileira (*ibidem*).

Florestan Fernandes assinalava, contudo, que a Reforma Universitária tinha esbarrado em uma resistência conservadora intensa e multiforme nas escolas superiores, que a ela se opusera como a um "cataclismo social". Essa resistência cedeu, antes que fosse derrotada, atuando no esvaziamento do

caráter de certas reivindicações, como, por exemplo, o combate à cátedra vitalícia. A intenção dissimulada era de açambarcar, direta ou indiretamente, os processos políticos de inovações e mudanças sociais, através uma seleção e filtragem rigorosa destas inovações e mudanças. Tolerava-se as "soluções técnicas" quando existiam meios que neutralizassem seus efeitos políticos sobre o monopólio do poder conservador (*Ibidem*).

O golpe de estado de 1964, contudo, deixaria claro que mesmo se adotadas algumas "soluções técnicas", no plano político nada seria cedido. Quase súbito, foi negado aos jovens seus próprios meios de participação política e cultural, tentando destruir a autonomia e a representatividade do movimento estudantil, por meio da famigerada Lei Suplicy de Lacerda (decretada em novembro 1964) \* e intensificando a cruel repressão policial-militar (*Ibidem*, pp.14-15). Assim fazendo, a reação conservadora, por paradoxo, transformava, em sentido profundo, o clima intelectual, moral e político do movimento estudantil quanto a viabilidade da reforma universitária. Segundo Fornachi (1982), a questão teórica da *práxis* do movimento estudantil assumiria novos aspectos. Aprofundavam-se e/ou originavam-se novos padrões de relações entre as classes, em parte determinados externamente, tornando essas relações mais complexas com novas formas de tensões intermitentes que atingiam a "classe média dependente" (*ibidem*, p. 41). Em setembro de 1966, o movimento estudantil declarou o "Dia Nacional de Luta contra a ditadura", realizando protestos de grandes proporções, seguidos de enfrentamentos da repressão policial, em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Salvador (*ibidem*, p. 61).

O governo militar assinando, desde 1965, os acordos MEC-USAID (Ministério da Educação e Cultura-Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional), procurava fixar as bases de uma própria reforma universitária, rumo à conversão das instituições de ensino superior em fundações privadas e a supressão do ensino público gratuito [Plano Atcon] \* (Marini, 1970). Para o MEC-USAID, o ensino superior servia à formação de recursos humanos e, por conseguinte, como meio de aumento da produtividade industrial-agrícola (Silveira Jr e Nascimento, 2016). Quando essas intenções, até então mantidas encobertas aos estudantes, vieram à tona, o repúdio aos acordos MEC-USAID acabou por tornar-se a pauta reivindicativa predominante do movimento. A luta pela reforma universitária se transformava em luta política contra um sistema de poder que traçava seus planos educacionais em conexão com uma política dependente e que subordinava as mudanças na universidade às proposições de desenvolvimento social e econômico associado (Fornacchi, 1972, p. 153). Em outras palavras, assumia claramente sua radicalidade antiditatorial e anti-imperialista: "FORA MEC-USAID E ABAIXO A DITADURA".

Para Fornacchi (*Ibidem*, p.154) essa nova orientação absorveria as energias do movimento estudantil completamente. Por um lado, como já foi descrito, ganha um força e potência

extraordinária. Mas a exacerbação do seu potencial de radicalização e questionamento do sistema de poder resultariam no seu isolamento e na liquidação dos movimentos de massa. Em fevereiro de 1967, a Lei Suplicy seria revogada e substituída por um novo decreto. Em junho 1968, sob pressão, a ditadura não renovaria o acordo MEC-USAID. Dois de julho do mesmo ano, o Governo Federal, através de decreto, constituiria um Grupo de Trabalho (GT) para o estudo da reforma da Universidade brasileira, onde os dois estudantes designados negam-se a participar. Em 28 de novembro de 1968, quinze dias antes da decretação do AI-5, o governo militar promulgava a sua Reforma Universitária baseada no Relatório do GT. Nasceria, como alcunhou-a Florestan Fernandes, como *reforma universitária consentida*, “manifestação de tutela política e como mera panaceia (...) Complemento de dois decretos-leis de um Governo militar autoritário e expressão perfeita do poder que engendrou a constituição outorgada à Nação em Janeiro de 1967” (Fernandes, 1970, p. 969).

**O 1º PPGAS: uma área política mínima de resistência.** A abertura do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social no Museu Nacional deu-se, portanto, em um período de forte confronto social e político. À mobilização organizada, sobretudo dos estudantes universitários, contrária à sua plataforma de medidas institucionais e normativas de *depressão* e *compressão*, o regime militar intensificou seus mecanismos de restrições e repressões. O que se seguiu foi um deslocamento dinâmico de *mobilização à desmobilização*, análogo àquele estudado por Dalla Porta e Tarrow na Itália dos anos 70 (in Tarrow & Tilly 2009, pp. 132-133). As parcelas da população mobilizadas que saíram às ruas para protestar, deixando estudo e trabalho, antes ou depois, desencorajavam-se, vítimas do cansaço, da repressão ou simplesmente do desejo por uma vida mais tranquila. Os líderes reagiam à situação dinâmica de arrefecimento do entusiasmo e de combatividade através de dois processos contraditórios e dependentes entre si: *institucionalização e scalation*. O primeiro processo substituíam os protestos de rua improvisados por uma rotina política organizada; o segundo, substituíam os objetivos e táticas por objetivos mais extremos e táticas mais decididas. A repressão exaspera sucessivamente essa dinâmica: a) acelerava a desmobilização daqueles que já não se sentiam tanto envolvidos e que se assentavam “numa sólida e apolítica profissão de classe média” (Hobsbawm, 1995, pos. 6545); b) relegava os que se sentiam mais comprometidos à clandestinidade, onde a única opção de expressão, muitas vezes, era a luta armada. Onde ameaçaram de ter algum impacto político sério “foram eliminados rapidamente, tão logo as autoridades decidiram agir: na década de 1970, com brutalidade sem par e tortura sistemática nas “guerras sujas” da América Latina, com suborno e negociações escusas na Itália” (Id. pos. 6526). João Pacheco de Oliveira indicou, porém, um outro lado da questão:

Eu acho que claramente há uma intenção, também, do governo em aliviar um pouco os movimentos sociais, quer dizer, separar um pouco a turba que estava na rua protestando etc., aqueles que vão ser os quadros da ação revolucionária - o plano deles era acabar com essa sanha negativa - de outros que podiam ser úteis, de alguma maneira, ao sistema ou, pelo menos, que não eram tão nocivos nesse ponto. Então a pós-graduação fez parte um pouco de uma estratégia americana pra diminuir a ação política da universidade, esfriar um pouco o clima dentro das universidades, eu acho que é isso, é uma estratégia geral de ação em relação a isso (João Pacheco de Oliveira, Entrevistas LACED p. 2).

O PPGAS-MN nasceu, em junho de 1968, dentro dos quadros normativos que o regime militar estava instituindo, em particular, o *Parecer Sucupira* de dezembro 1965. Esse parecer tomava como referência o modelo de pós-graduação norte-americana de dois níveis de mestrado e doutorado, distinguindo a pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, dando à segunda opção a realização dos fins essenciais da universidade de estudo e pesquisa. Para o atendimento desses escopos elencava medidas principais a sistematização de cursos e créditos, o estabelecimento de exames de qualificação, o acompanhamento da parte de um orientador de estudos e pesquisa, a exigência do domínio de uma língua estrangeira, a redação de dissertação e tese para mestrado e doutorado, respectivamente. Significativamente, as instituições universitárias podiam fixar seus próprios critérios de seleção de candidatos. O reconhecimento final dos cursos - através de critérios operacionais e normativos de implementação e desenvolvimento - passaria pelo Conselho Federal de Educação (Cury, 2005, pp. 12-13). Embora tivesse sido adotado dentro dos marcos institucionais da ditadura, o *Parecer Sucupira* não foi sentido, pela comunidade acadêmica, como antagônico àquelas reivindicações. Segundo o seu redator, o conselheiro Newton Sucupira, o parecer veio ao encontro de diversas experiências que tomavam forma nas instituições universitárias e que correspondiam as discussões mais aprofundadas pelo movimento da reforma universitária (in *ibidem*, p. 14). O antagonismo foi reservado à reforma de dezembro 1968. A principal crítica de Florestan Fernandes (1970) à *reforma universitária consentida* foi, não por acaso, a criação de "Centros Regionais de Pós-graduação" que engendraram um processo burocrático e tecnocrático que tolhia à universidade a autonomia sobre os processos seletivos e de qualificação dos cursos de pós-graduação, preferindo "fazer da "reforma universitária" um meio de deprimir e distorcer o funcionamento e o crescimento daquela instituição. Não se pretendia fortalecer a universidade, para que possa ser um nicho do pensamento criador independente, mas pulverizá-la e destruí-la" (*ibidem*, pp. 986-987).

Restava, porém, uma terceira via no âmbito acadêmico: o estabelecimento de uma *área política mínima* que permitiria ou não ao cientista social de perceber "a natureza do seu engajamento intelectual" (Fernandes, in Martins, 2002). Criar, então, um curso de mestrado de alto nível que possibilitasse a continuidade de pesquisas antropológicas de campo e a prática quotidiana de uma atividade intelectual crítica representava alguma coisa como um "refúgio" privilegiado aos jovens interessados em Ciências Humanas e Sociais e/ou perseguidos pelo regime militar (Garcia Jr. 2009, p. 412).

A aprovação do PPGAS-MN deu-se, como foi visto, *antes* de dezembro de 1968, e sob critérios estabelecidos, ainda, num quadro de autonomia. Principalmente, o PPGAS-MN esforçou-se em se manter coerente, como horizonte científico, às funções indicadas por Florestan Fernandes (1974) de *pesquisa*, de *criação intelectual* e de geração de um *pensamento crítico*, que complementavam a função específica de *ensinamento*. Para isso, apoiou-se naquilo que o próprio Museu Nacional havia constituído a partir de 1960: os cursos de especialização em Teoria de Pesquisa em Antropologia Social e Cultural, organizados por Roberto Cardoso de Oliveira, com o apoio e a participação de Luiz de Castro Faria, então chefe da Divisão de Antropologia, que o tinha convidado a trabalhar na instituição. Como assinalou Garcia Jr. (2009, p. 416) o golpe militar de 1964 não atingiu notadamente a execução dos projetos da divisão de Antropologia do Museu Nacional como verificou-se em diversas universidades no país. Mesmo com a paralização das aulas dos cursos de especialização em 1963, os projetos de pesquisas, mantidos e ampliados, deram sequência às atividades de formação através do trabalho de campo, da produção de artigos e monografias que convergiram, depois, no PPGAS-MN (Almeida, 2014).

Esses cursos tiveram andamento por três anos consecutivos e estiveram ligados a três grandes projetos de pesquisa aos quais os estudantes foram incorporados realizando os seus trabalhos de campo. Em 1961, em interação com o CLAPCS, Roberto Cardoso deu início ao projeto "Estudo de Áreas de Fricção Interétnica no Brasil", ao que seguiria um outro, sempre sob a sua coordenação, "Estudo Comparativo das Sociedades Indígenas do Brasil", patrocinado pelo Conselho de Pesquisa da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CEPG). Como o próprio Cardoso de Oliveira ressaltou a organização dos cursos e dos projetos estava inserida no seu próprio programa acadêmico de aplicação de uma "análise sociológica ao estudo de relações interétnicas" e de posicionamento contrário ao "culturalismo vigente na maioria dos estudos etnológicos da época" (Cardoso de Oliveira, R., 1992, p.48).

Em 1963, o Museu Nacional e a Universidade de Harvard assinavam um convênio e iniciavam o "Harvard Central Brazil Research Project", dirigido pelo antropólogo britânico David Maybury-Lewis (Lopes 1992; Garcia Jr 2009; Almeida, 2013). Na prática, os projetos se associaram. Três

estudantes brasileiros (Roberto da Matta, Júlio Melatti, Roque Laraia), participantes aos cursos de especialização do Museu Nacional, uniram-se, como *PhD candidate*, ao grupo de estudantes norte-americanos. Essa equipe binacional trabalhou de maneira coletiva as hipóteses e os modelos explicativos sobre algumas temáticas recorrentes quanto às "formas de parentesco e casamento, a organização por grupos de idade, as confrarias e as modalidades da fragmentação social" (Garcia Jr, 2009, p. 418) dos grupos indígenas Jê (Kraho, Apinayé, Sherente, Kayapó, Xavante). Da forma análoga a Roberto Cardoso de Oliveira, Maybury-Lewis considerava que as principais consequências teóricas dessas pesquisas foram "uma crítica desenvolvida ao estruturalismo de Lévi-Strauss" e o esforço em desenvolver "uma verdadeira antropologia teórica comparada" (in Corrêa, Cardoso de Oliveira, R., Laraia, 2002).

A colaboração com Maybury-Lewis e a Universidade de Harvard abriu-lhe novas perspectivas e oportunidades (Garcia Jr, 2009, p. 416). Em 1966, Maybury-Lewis organizou um seminário a Harvard sobre os primeiros resultados do "Harvard Central Brazil Research Project". Foi nessa ocasião que Cardoso de Oliveira e Maybury-Lewis discutiram e elaboraram um novo projeto de pesquisa, "O Projeto comparativo de desenvolvimento regional: Nordeste e Centro-Oeste" que constituiu-se o alicerce do novo programa de pós-graduação:

O objetivo seria avaliar principalmente as repercussões do chamado desenvolvimento brasileiro nas populações de baixa renda, especialmente aquelas situadas nas áreas rurais, ou as já urbanizadas, mas ainda vinculadas, cultural ou economicamente, às regiões agrárias. Todavia, de nosso campo de interesse não ficavam fora nem "elites" dominantes, nem grupos indígenas situados nos interstícios de um processo perverso de desenvolvimento. Esse projeto, porém, que seria submetido à Fundação Ford para financiamento através de sua sede, em Nova Iorque, teve de ser apresentado à mesma fundação através de sua agência no Rio de Janeiro, por exigência de seu próprio regulamento. Assim, o que seria unicamente um projeto de pesquisa, transformou-se num projeto de ensino e pesquisa (Cardoso de Oliveira, R., 1992, p. 51).

O PPGAS-MN nascia, afinal, como "articulação íntima de pesquisa com estudo avançado" (*Ibidem*) e com o apoio financeiro determinante da Fundação Ford que garantia a dedicação exclusiva dos estudantes com uma bolsa de estudos, custeava a pesquisa, pagava o estipêndio da maioria dos professores, além da manutenção da secretaria administrativa. Podia contar, também, com o apoio logístico do Centro Latino-Americano de Pesquisa em Ciências Sociais (CLAPCS), que

disponibilizou a utilização de salas de aulas, a consulta à biblioteca e as páginas da revista *América Latina* para contribuições de professores e alunos do Programa (Lopes, 1992, p. 3). A primeira turma acolheu 13 mestrandos. A equipe docente, além de contar com a participação dos três codiretores do programa, Cardoso de Oliveira, Castro Farias e Maybury-Lewis, abrigou uma equipe de jovens professores brasileiros e estrangeiros afirmando, desde o início, o seu caráter de intercâmbio internacional.

Inspirados pelo cenário encantador dos pátios internos do Museu Nacional, os alunos das primeiras turmas do PPGAS-MN se auto referenciavam, em tom de brincadeira, como as personagens do premiado filme (1970) de Vittorio De Sica, "O jardim dos Finzi-Contini", baseado no romance homônimo de Giorgio Bassani (1962). A película descreve como, num clima crescente de perseguição à comunidade hebraica, a rica família judaica dos Finzi-Contini refugia-se no esplêndido jardim de sua mansão, organizando partidas de tênis aos seus convidados e abrindo a sua biblioteca ao menos abastado, mas também judeu, Giorgio, impedido de frequentar a biblioteca universitária, causa as recentes leis raciais italianas. Ali dentro, nada parecia capaz de atacar a harmonia da atmosfera burguesa de suas alamedas e pátios. Logo, porém, com a guerra e ascensão nazifascista em toda a Europa, esse equilíbrio se rompe definitivamente: as personagens se separam, fogem, morrem, são presas e/ou deportadas. O jardim não resiste à violência da realidade opressiva externa.

Embora sugestiva, a analogia invocada pelos veteranos do PPGAS-MN não conseguiria resumir satisfatoriamente a trajetória inicial do programa. Dentro de uma conjuntura mais geral, onde a força social vencedora (a ditadura) impunha à universidade, sustentada pela repressão direta, seu poder organizador através da seu projeto ideológico e político de Reforma Universitária consentida, a Antropologia, no Museu Nacional, tentou preservar um equilíbrio criando uma área mínima política de resistência:

Eu acho que, a minha impressão é que nos primeiros momentos a Antropologia resistiu bem, ela criou alternativas de trabalho em alguns casos, criou mais alternativas aqui do que em Brasília, considerando. O grupo de Brasília, politicamente, era muito mais insosso do que o do Museu Nacional, que era mais sintonizado politicamente, sobretudo por duas figuras: Moacyr [Palmeira] e Otávio [Velho]. Os dois eram professores e tinham posições políticas também claras, mas não enunciavam isso, nem faziam qualquer coisa, mas manifestavam nas pesquisas que faziam, no ensino que eles davam, na formação de equipes, então era uma outra resposta que davam. Fazer política de assinar manifesto, ninguém podia (João Pacheco, Entrevistas LACED, p. 4).



Destarte, esse complexo de condições favoráveis e desfavoráveis implicou em uma forma de "resistência intelectual" ressaltadas na reinvenção de novas práticas etnográficas, na adoção de um trabalho etnográfico rigoroso, no diálogo renovado com a literatura antropológica de outros centros, rompendo com o monopólio das concepções militares sobre a brasilidade e permitindo ultrapassar as barreiras institucionais que a ditadura tentava consolidar (Garcia Jr 2009). O exemplo tangível e primordial dessa nova prática, foi, sem dúvida, o tomo "Frentes de Expansão e Estrutura Agrária", de Otávio Guilherme Velho, a primeira dissertação defendida dentro PPGAS-MN. Como ressaltou posteriormente o autor, uma das questões centrais do trabalho era "a tentativa de entendimento do significado e do destino da chamada pequena agricultura camponesa" (Velho, 2016, p. 27). Questão atual e que ainda hoje poder ser pode ser formulada "repensando as estratégias de Estado, o conceito de camponês, a descontinuidade geográfica das frentes de expansão e a reestruturação do mercado de terras e dos circuitos mercantis de produtos agrícolas das unidades de trabalho familiar", como destacou Alfredo Wagner na apresentação da terceira edição do volume (Almeida, 2013, p.11). Então o PPGAS-MN, diferente da universidade brasileira em geral, não foi destruído cientificamente, mantendo a sua operatividade. Estruturou-se com grande força, com verbas, com produção, com pesquisas de grande relevância, em áreas conflituosas no Brasil Central (Otávio Velho, Francisca Keller, Neide Esterici) e indagando sobre o campesinato no Nordeste (Moacir Palmeira, Lygia Sigaud): "Eu acho que eram as duas pesquisas mais pesadas do ponto de vista político" (João Pacheco, Entrevistas LACED, pp. 3-4).

Eu acho que é isso que nessa época a antropologia representou para além das fronteiras da disciplina, ganhando uma visibilidade pouco comum: esse chamamento para que através da pesquisa, do contato direto com as populações in loco, se viesse a conhecer melhor esses agentes sociais que de fato constituíam e constituem o nosso país. Então, é uma situação assim, uma situação em que, por um lado havia uma militância política, mas em que por outro lado havia um engajamento que não deixava de ser político também na atividade de pesquisa (Velho, 2016, p. 26-27).

Nós estávamos envolvidos completamente no trabalho de ensino e pesquisa e estávamos tentando contribuir para que se derrubasse aí o regime militar. Isso muita gente. Não foi A ou B; foi uma coisa mais ampla. Os primeiros alunos que eu tive, por exemplo, lá no PPGAS, as turmas ainda eram muito politizadas, e uma boa parte deles tinha esse senso profissional e essa coisa toda. É essa história, é essa coisa meio paradoxal, porque o sistema de pós-graduação

acabou se instalando durante o governo militar, durante o regime militar, e essa coisa da pós-graduação facilitou essa profissionalização (Palmeira, 2010, p. 31).

A construção dessa área política mínima de resistência lançou as bases críticas de formação de uma nova geração de antropólogos, que chamarei *os filhos do PPGAS*. Foram esses que deram vida ao LACED, ao PNCSA e que renovaram a atuação do CEAO. Como resumiu Otávio Velho: a paixão de criar instituições e unido a elas e por meio delas "a vontade de conhecer, através da pesquisa e da reflexão coletiva os rumos do país em que estávamos inseridos e os seus diversos agentes sociais" (Velho, 2016, p. 26).

## 1.2. AÇÕES COLETIVAS, TRANSIÇÃO E CONSTITUINTE

A história humana não é uma história natural.  
É preciso vivê-la para captar suas conexões de sentido e, ainda mais,  
para expurgá-la das projeções ideológicas dos que pensam que "constroem a história"  
quando, na verdade, apenas a "sofrem",  
mesmo que através de protegidos por uma posição privilegiada".  
Florestan Fernandes (prefácio à segunda edição de A revolução burguesa, 1976)

Dois processos concomitantes de mudança sócio-política definiram a convocação, a instalação, os trabalhos e a conclusão da Assembleia Nacional Constituinte (ANC) de 1987-1988. De um lado, a ANC foi, sobretudo, o resultado do mais consistente ciclo de ações coletivas e organização de movimentos sociais da história brasileira (1975-1985). Por outro lado, foi o produto de uma transição política negociada, a partir de 1974, de transferência do poder institucional dos militares aos civis, uma "lenta, gradativa e segura distensão"\*, como a definiu o general-ditador, Ernesto Geisel. Esses dois processos sincrônicos, coincidentes e concorrentes entre si, caracterizaram fortemente o texto da Constituição promulgada em outubro de 1988, que não pode "ser compreendida na chave clássica das contribuições que sucedem movimentos revolucionários vitoriosos" (Viana, 2008, p. 91). Acompanharei esses processos, por quanto possível, em suas mobilidades dialéticas, observando-os em sua transformação histórica, em sua vitalidade e em sua possibilidade de influenciar-se contraditoriamente: como uma série *quantitativa* de ações coletivas conflituosas que permitiu, em certos pontos, saltos *qualitativos*; uma série de *mudanças quantitativas* que fez com que se transformasse *a qualidade das coisas* (Engels, 1877, s.n.); entre essas, a própria ação antropológica.

**Um ciclo de ações coletivas: o movimento.** Os últimos anos do regime militar no Brasil foram marcados por um intenso ciclo de ações coletivas que com um extenso repertório de performances conflituosas - manifestos, moções, passeatas, greves, criação de entidades, ritos (Tilly e Tarrow, 2008, p.15) - explicitaram um arco amplo de reivindicações democráticas, criaram novas ou recompuseram anteriores modalidades de participação e organização, e acentuaram as contradições e debilidades institucionais da ditadura. Foi esse processo que trouxe de novo os estudantes às ruas (1976-1977) e que possibilitou a reconstrução da União Nacional dos Estudantes em maio de 1979, em Salvador; que consolidou, com as grandes greves operárias de 1978 a 1980 e

a greve geral dos canavieiros de Pernambuco de 1979, a reorganização do movimento sindical nas cidades e no campo, em particular, a fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em agosto de 1983, com a aprovação de 5.059 delegados e de 912 entidades (335 urbanas, 310 rurais, 134 associações pré-sindicais, 99 associações de funcionários públicos, 5 federações, 8 entidades nacionais e confederações); que viabilizou a fundação, em 1975, do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) com a criação de sete bases regionais e viabilizou a apresentação uma da moção pela Anistia provada pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) em sua XXVIIIª reunião anual na Universidade de Brasília (UNB), bem como a constituição de Comitês Pró-Anistia em 12 estados da federação que organizaram quatro encontros nacionais, um congresso nacional e um congresso pela Anistia Ampla Geral e Irrestrita (1978-1979); que promoveu em 1977 a fundação da ANPOCS (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais); que estimulou a formação, em diversos estados, as Comissões Pró-índio e a ANAI (Associação Nacional de Ação Indigenista), com a participação de antropólogos, médicos, advogados contra o projeto de "Falsa emancipação indígena" proposto pelo Ministério do Interior; que deflagrou o surgimento de milhares de núcleos de categorias, de bairros, de escolas e que em 10 de fevereiro de 1980 fundou o Partido dos Trabalhadores (PT), experiência única de organização; que, em julho de 1983, organizou uma Greve Geral que contou com amplas adesões, principalmente em São Paulo e Rio Grande do Sul; que incentivou, a partir de 1979, a ocupação de terras (Fazendas Macali, Brilhante e Encruzilhada Natalino), que apesar da repressão militar intensa, deu origem, mais adiante, à criação, em 1984, do Movimento dos Sem Terra (MST).

Esse ciclo de ações coletivas teve momentos significativos de tensão, inclusive, através ritos funerários. A perda de componentes que representavam um concentrado de afetos, de relações, de direitos e conquistas levou a comunidade a buscar uma referência nos "valores últimos" e fundantes da vida democrática, reafirmando a própria coesão e a própria identidade política, e, no caso, reativando conexões com o período anterior ao golpe de 64 (Fabiatti, 2010, p. 268-269).

a) É questão pacífica entre os vários pesquisadores e analistas do período que esse ciclo de ações coletivas teve um princípio, uma virada simbólica. No dia de 31 de outubro de 1975, milhares de pessoas, sobretudo jovens universitários e jornalistas, reuniram-se dentro e fora da Catedral da Sé, em São Paulo, para protestar contra o homicídio do jornalista Wladimir Herzog, dias antes, nas dependências do DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informações/Centro de Operações de Defesa Interna) do IIº Exército na capital paulista. A multidão que seguiu em silêncio o culto ecumênico oficiado por Dom Paulo Evaristo Arns e o rabino Henry Sobel (Herzog era de origem hebraica) teve que superar 385 barreiras espalhadas pela cidade pela Polícia para chegar ao local (Gaspari). Principalmente, superava-se o medo e abria-se um período de denúncia aberta às torturas

realizadas nos porões da ditadura CONTRA A REPRESSÃO aos cidadãos e movimentos democráticos;

b) em dezembro de 1976, morria no exílio, no Uruguai, João Goulart, o ex-presidente deposto pelos militares. O aparato militar fez de tudo para que o seu funeral não se transformasse em uma manifestação política, impondo uma série de transtornos e limitações para o traslado do corpo em solo brasileiro. Na pequena São Borja, onde nasceu, seu caixão foi acompanhado ao cemitério, embaixo de chuva, por uma multidão de 30.000 pessoas. Sobre o féretro uma bandeira brasileira. Um grupo de senhoras do Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA) pediu à filha Denise do ex-presidente que o cobrisse também com uma faixa branca com uma grande escrita em letras vermelhas. No dia seguinte, a primeira página do *Jornal do Brasil*, a palavra ANISTIA atingia uma repercussão e um significado de retorno à pátria de seus filhos exilados que a ditadura não tinha previsto e não podia mais evitar (Gaspari, 2004, p. 318);

c) como não pudera conter, em agosto daquele ano, a comoção de mais de 350.000 brasilienses que ocorreram ao funeral do também ex-presidente, cassado pelo regime, Juscelino Kubitschek de Oliveira. Morto em um acidente automobilístico, perto do Rio de Janeiro, a família preferiu sepultá-lo na cidade que ajudara a construir, a sua maior vontade e herança política. Após a função religiosa na Catedral de Brasília, o cortejo com o corpo de JK atravessou toda a parte sul do Plano Piloto em cima de um carro dos Bombeiros rumo ao Campo da Boa Esperança. Quando passava pela Estação Rodoviária, um grupo de estudantes da UNB levantou uma faixa onde se lia ELEITO PELO POVO, constatação política que foi prontamente seguida pelos gritos ritmados da multidão. No dia seguinte, a manchete do *Correio Brasiliense*, principal quotidiano da capital, reproduzia os dizeres da faixa dos universitários (Gaspari, 2004, p. 309; Ribeiro, R., 2009, p. 64).

**A democratização consentida.** A ditadura militar, enquanto regime político repressivo, sustentou-se, em toda a sua trajetória, no poder das armas e na concentração da violência governamental difusa, em todo o país, através do seu aparato policial-militar. Fruto de um golpe de estado, ela sempre fora ilegal. Buscara uma legitimidade através dos resultados do "milagre econômico". Contudo, nenhum sucesso econômico poderia tornar legítima uma ordem que nascera sob o signo da ilegalidade. "Nascida da violência, ela teria de ser destruída pela contraviolência. As classes dominantes e suas elites perceberam onde se metiam e tentaram amainar a contraviolência, através de concessões que provocaram uma "democratização de cima para baixo", batizada de "consentida" (Fernandes, 2014, p. 76).

De fato, a abertura, o processo de distensão política anunciado em um discurso por Geisel, em agosto de 1974, caminhou, lenta e gradualmente, de mãos dadas com a violência do regime. Em

setembro daquele ano, dois pesquisadores do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) estiveram presos e foram torturados na sede do DOI-CODI paulista; no total, durante o ano de 1974 foram denunciados 67 casos de tortura de presos políticos e 50 pessoas foram assassinadas, a maioria ligadas ao massacre da guerrilha na região do Araguaia (Gaspari 2004, p. 490). 1975 iniciou com o fim da censura no conservador *O Estado de São Paulo* e com o desmantelamento da gráfica clandestina do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no Rio de Janeiro, onde se editava a *Voz Operária*. Em abril, os alunos da Escola de Comunicação e Artes da USP (ECA) deflagraram uma greve exigindo a renúncia do diretor da escola. Foi a primeira greve prolongada estudantil desde 1968. Embora derrotada, a paralisação resistiria até o final do semestre (*ibidem*, p. 182). Em outubro, o DOI-CODI desencadeia uma onda de 61 prisões de militantes comunistas. No final do mês, o assassinato do jornalista Wladimir Herzog provocou uma série de atos de protestos. Após o seu sepultamento, os estudantes da ECA e da USP, onde Herzog fora professor, realizaram uma assembleia e decidiram suspender as aulas. No fim da tarde, a greve tinha se propagado à PUC (Pontifícia Universidade Católica) e à FGV (Fundação Getúlio Vargas) congregando 30.000 universitários (*ibidem*, p. 184). O ano terminou com a denúncia 585 casos de tortura (*ibidem*, p. 492)

1976 começou com a prisão e o enforcamento do operário Manoel Fiel Filho nas dependências do DOI-CODI paulista. Era o 39º "suicídio" ocorrido dentro dos cárceres da ditadura. A crise que seguiu levou à exoneração do general D'Ávila Mello, comandante do IIº Exército, por ordem direta do presidente Geisel. Em março de 1976, uma assembleia de estudantes aprovava a proposta do estudante Júlio Turra Filho de realização de eleições livres para o Diretório Central dos Estudantes (DCE) da USP. Em maio, mais de 12.000 estudantes elegiam a primeira diretoria do DCE livre "Alexandre Vannucchi Leme", homenagem ao estudante de Geologia, torturado e assassinado em 1973 pelo regime militar (Chrispiniano, 2004). Em junho o regime retirava a censura prévia à revista *Veja* e concedia, doze anos depois de sua deposição, o passaporte ao ex-Presidente João Goulart. Em julho, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) realizava a sua XXVIIIª reunião anual na Universidade de Brasília (UNB). Reunia grande parte da comunidade científica do país. Nos painéis, palestras, comunicações, estudos e atividades paralelas perpassava um clima de articulação antiditatorial. Na plenária final da reunião os cientistas brasileiros aprovaram a primeira moção pública a favor de uma anistia ampla (Ribeiro, R., 2009, p. 58). Em agosto, a Aliança Anticomunista Brasileira (AAB), ligados aos órgãos de repressão da ditadura, reivindicou o lançamento de bombas às sedes da Ordem de Advogados do Brasil (OAB) e Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Em setembro, o bispo de Nova Iguaçu, d. Adriano Hipólito, seria sequestrado por militares, deixado amarrado nu e pintado de vermelho à beira de uma estrada em Jacarepaguá. O seu automóvel, logo após, explodiria em frente à sede da Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros (CNBB), no bairro

da Glória. No mesmo instante, no bairro do Cosme Velho, um comando paramilitar detonaria uma carga na parede da casa do editor Roberto Marinho, o todo poderoso patrão das Organizações Globo. Nos dois atentados, usaram o mesmo tipo de explosivo (Gaspari, 2004, p. 275-276). No mesmo mês, em São Paulo, explodiria uma bomba na porta da sede do CEBRAP. Em dezembro, explodiu uma nova bomba na porta da Editora Civilização Brasileira. Esse aparato terrorista movia-se com o conhecimento de setores da hierarquia militar, em particular, o Centro de Informações do Exército (CIE), diretamente ligado ao gabinete do Ministro do Exército (*ibidem*). 1976 terminou com 156 denúncias de torturas de presos políticos (*ibidem*, p.492).

Março de 1977. Os estudantes voltavam às ruas. Em São Paulo, eram 3.000 e saíram em passeata carregando faixas que reivindicavam Liberdades Democráticas. O governo norte-americano, administração Carter, elaborou um relatório crítico sobre a situação do direitos humanos no Brasil. Em resposta, Geisel rompeu o acordo militar com os Estados Unidos. No dia 1º de abril, não conseguindo 2/3 terços dos votos necessários para passar um projeto de reforma do Judiciário, Geisel reuniu o Conselho de Segurança Nacional (CSN) e, valendo-se dos poderes do AI-5, decretou o fechamento do Congresso Nacional. Quatorze dias depois, assinaria a Emenda Constitucional nº 8, que passaria à História como o "Pacote de Abril". A forma utilizada continuava a ser a da violência institucional e revelava o temor da irrupção dos atores do poder constituinte no cenário político através de eleições livres e diretas. Por isso:

- i. Continuação da eleição indireta para o governo estaduais, com uma modificação mirada da composição colégio eleitoral para evitar a eleição de governadores de oposição na maioria dos Estados;
- ii. Indicação de 1/3 dos senadores diretamente pelo general-presidente. Nasciam os "senadores biônicos";
- iii. Alteração do sistema de cálculo da representação parlamentar, passando de base eleitoral à base populacional e imposição limites de representação (55 parlamentares) aos Estados com maior números de habitantes, penalizando claramente São Paulo, reduto oposicionista e seio do movimento sindical combativo;
- iv. Extensão do mandato do seguinte general-ditador de 5 para 6 anos e alteração das regras do Colégio Eleitoral, reduzindo a delegação dos estados mais populosos;
- v. Divisão do Estado Mato Grosso em dois, com grande possibilidades de aumento da bancada parlamentar de apoio ao regime.
- vi. Restauração do sistema de sublegenda para os estados e municípios, acomodando os diversos setores de defensores da situação;

- vii. Adoção de propostas populares como a extensão das férias dos trabalhadores de vinte para trinta dias e imposição de limites da "denúncia vazia", que permitia aos locatários expulsar os inquilinos.

Em 19 de maio de 1977, o movimento estudantil universitário organizou um *Dia Nacional de luta contra as prisões arbitrárias* de oito estudantes paulistas. Participaram mais de 80.000 estudantes. Na Universidade de Brasília a assembleia e passeata contou com cerca 1.000 participantes e a reitoria, em 30 de maio, suspendeu por trinta dias 12 estudantes. No dia seguinte, os estudantes decretaram a greve que por mais de 20 dias não se arrefeceu apesar da invasão do campus por policiais civis e militares, espancamentos e prisões. No dia 22 de junho, a reitoria não podendo deter a mobilização, decretou um recesso das atividades; 18 de julho 30 alunos são expulsos e 34 suspensos. Não obstante, no retorno às aulas, os estudantes tentaram organizar uma assembleia mas duzentos deles são levados à força para a delegacia. Dentro de cada sala de aula, foi colocado um soldado armado. Entretanto, dia 10 de agosto, 150 professores reunidos em assembleia criaram a própria Associação (ADUNB) e pediram a retirada das tropas dos campus, o que não aconteceu antes do fim do ano. No ano seguinte, os estudantes fundariam o DCE livre "Honestino Guimarães", aprovado em assembleia durante a greve.

No dia 16 de julho, rompendo o cerco de 72 mil policiais montado pelo coronel Erasmo Dias, secretário de Segurança pública de São Paulo, representantes de estudantes de todo o país, reuniram-se na Pontifícia Universidade Católica (PUC) e criaram a Comissão Pró-Reconstrução da UNE. À noite, 2.000 jovens se reuniram no Teatro da PUC para realizar um ato de comemoração pública da criação da comissão. O coronel Dias, que prometera e se empenhara em impedir essa possibilidade, cercou com seus homens o local. Ao final do ato, os estudantes deixaram o teatro de mãos dadas. 1700 foram detidos e 500 levados para os quartéis. No dia 12 de outubro, Geisel demitia o general Sylvio Frota, adversário do processo de redemocratização. O ano de 1977 terminou com 214 denúncias de torturas a presos políticos (Gaspari, 2004, p. 494).

**As greves do ABC, anistia e bombas.** Para o pensamento marxista as lutas operárias estiveram sempre no centro do desenvolvimento capitalista, influenciando tanto na transformação dos processos produtivos de trabalho, quanto na adoção pelo capital de níveis tecnológicos mais altos. As mobilizações dos trabalhadores obrigaram continuamente o capital a reformar as relações de produção e a modificar as relações de dominação. Porém, ao mesmo tempo, foi na recusa à exploração, na resistência, na insubordinação, na rebelião e na revolução que o poder do trabalho



encontrou um espaço de representação externo ao capital, onde reconheceu o seu valor de uso, a sua autonomia e a sua esperança de libertação. As lutas operárias constituiriam, portanto, a força motriz da realidade social e, contemporaneamente, a oposição ativa a essa realidade (Hardt e Negri, 2001, p. 228-229).

As três grandes greves que os metalúrgicos do ABCD paulista organizaram em 1978, 1979 e 1980, ocuparam esse espaço central na história política brasileira. Em particular, a greve de 1978. O movimento iniciou na fábrica da Scania de São Bernardo de Campo na sexta-feira, dia 12 de maio. Na segunda-feira, pararam os metalúrgicos da Ford e da Volkswagen. A reação dos empresários e do governo, pegos de surpresa, foi de condenação, declarando a greve ilegal. A censura da Polícia Federal calou sobre o movimento, proibindo a divulgação de notícias sobre os grevistas nas emissoras de rádio e televisão. Não obstante, a mobilização espalhou-se por 55 empresas, envolvendo 100.000 trabalhadores e conseguindo romper a proibição legal de negociação direta entre sindicato e empresas. Após 11 dias, alcançou-se um acordo na Ford que atendia parte das reivindicações (11% de aumento e melhoria das refeições) e sem descontos nos salários dos dias de paralisação. Um mês após, seriam assinados 166 acordos similares, que beneficiariam 280.000 operários (Gaspari, 2016, pos. 1000).

A greve retornara como forma de reivindicação dos trabalhadores e como reconhecimento da sua centralidade política na mudança do país. Traria no seu bojo, a figura de um novo líder sindical, Lula, que em 1977 levantara a necessidade de os metalúrgicos lutarem pela reposição salarial: o governo escondera parte da inflação e os salários foram reajustados por um índice menor. A denúncia, feita pelo Sindicato nas portas das fábricas através de um abaixo-assinado, tivera uma grande repercussão na categoria e contribuíra, sem dúvidas, para que um ano após tivesse a paralisação tivesse se estendido com tanta rapidez:

Esse trabalho de base era típico da diretoria do Lula que, por sinal, batia muito na questão da dignidade do trabalhador. Que nós tínhamos de ser respeitados. Daí a greve de 1978 ter sido bonita, porque foi a partir dela que nós começamos a acreditar no nosso poder de mudar as coisas, que finalmente poderíamos ter dignidade (Eulálio e Passos 2016, p.33-34)

Guiba conta que: *a gente questionava que nós tínhamos muitos deveres e ninguém falava dos nossos direitos. Nós paramos por reivindicação salarial, mas também por outros motivos, e um deles era exigir o reconhecimento do nosso trabalho.* (Eulálio e Passos 2016, p. 34).

O movimento dos metalúrgicos do ABCD disseminou-se rapidamente por outras categorias de trabalhadores - petroleiros, professores, médicos, bancários motoristas, vigilantes, operários da

construção civil etc. - projetando novos protagonistas movimento sindical. Na década de 80 do século passado, desafiando a legislação autoritária, o Brasil se tornou o país com o maior número de greves do mundo (Rocha, 2013, pp. 44-45). Florestan Fernandes (2014, p.76) via nas classes trabalhadores e nos sindicatos - "porque provocaram medo entre os de cima" - a principal motivação para o avançamento do processo de concessões da abertura, com vista a preservação da ordem ilegal e a interrupção, por vários artifícios, das "eclosões sociais".

Em junho de 1978, Geisel reuniria o Conselho de Segurança Nacional para a apresentação do seu planos de reformas que levaria à supressão do AI-5 através de uma emenda constitucional a ser aprovada pelo Congresso. A sua aprovação parlamentar fora costurada pelo presidente do Senado, Petrônio Portela, que buscara contatos na oposição e na sociedade civil, participando, inclusive como convidado do presidente Raymundo Faoro, ao Congresso Anual da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em Curitiba. A emenda constitucional reestabeleceria várias garantias referentes à vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade dos funcionários públicos e ao instituto do *habeas corpus* nos casos de crimes políticos e contra a segurança nacional. Extinguiria a competência da Presidência da República concernentes: à decretação de recesso parlamentar; à decretação e prorrogação de estado de sítio sem aprovação do Congresso Nacional; à decretação de intervenção nos estados e municípios; à suspensão dos direitos políticos dos cidadãos e à cassação dos mandatos eletivos, entre as principais medidas. A proposta previa ainda um projeto de Anistia, a recriação do multipartidarismo, com cláusulas de barreiras eleitorais. Extinguiam-se, também, os velhos partidos criados artificialmente em 1967: da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), defensora do regime militar, surgiu o Partido Democrático Social (PDS); do MDB nasceu o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro); Tancredo Neves criou o Partido Popular, moderado, com elementos da ARENA e do MDB. \* A Constituição de 1967, com seus complementos de 1969 e outros casuísmos restavam, como a Lei de Segurança Nacional e decreto 477 para as universidades (Gaspari, 2016).

À meia-noite do dia 31 de dezembro de 1978, o Ato Institucional nº 5, o principal instrumento ditatorial do regime, vigente desde dezembro de 1968, foi revogado. A sua supressão tornara-se possível porque o Pacote de abril de 1977, preservara, através de uma série de casuísmos autoritários a possibilidade da tutela e do veto militar sobre todo o processo. Em dezembro, o regime informou que mantinha 510 presos políticos em seus cárceres (Gaspari, 2016, pos. 7792-7813).

Em 1979, tomou posse o último presidente da ditadura, o general João Batista Figueiredo, até pouco meses antes, ministro-chefe do Serviço Nacional de Informações, o SNI. Em agosto sancionou a Lei da Anistia que beneficiou imediatamente, calcula-se, mais de 5.000 pessoas. Voltavam ao país milhares de exilados e, no prazo de 14 meses, seria libertado o último preso político da ditadura, Sales de Oliveira (Gaspari 2016 pos.3154). A anistia estendia-se também aos "crimes conexos", eufemismo

encontrado para os crimes de tortura, assassinatos e desaparecimentos praticados pelos agentes do Estado, em sua maioria membros das Força Armadas, mantendo a impunidade da linha de comando daquelas ações criminosas. A ditadura conservava intacto o seu aparato repressivo, a ordem ilegal de violência, a sua real fonte de sustentação, que perdera, com as mobilizações de massa, parte da sua eficácia repressiva. Segundo a análise de Eliezer Rizzo de Oliveira, referindo-se ao processo de "distensão" em um debate (in Moisés, 1987, p. 17), tratava-se de uma dialética da conquista e da concessão: "Aquilo que a sociedade consegue arrancar do autoritarismo, o consegue na forma que é funcional ao autoritarismo, preservando a autonomia das Forças Armadas". Essa era a garantia do processo de abertura, a estratégia global de Golbery e Geisel: a preservação do aparelho militar. (in *ibidem*, p. 16). A transição deveria ser completada por via pacífica. Que numa leitura mais apurada, foi pacífica somente aos militares. De fato, em três anos, noventa componentes do DOI paulista, que concorria com o DOI carioca pela brutalidade dos seus métodos, foram condecorados pelo Exército com a Medalha do Pacificador (sic!) (Gaspari, 2016, pos. 1660).

É incontestável, porém, que a política da abertura enfrentou resistências dentro das próprias Forças Armadas e de setores importantes do empresariado, como a FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) e da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (FIERGS) que pugnavam contra as mudanças. O ano de 1978, num período de seis meses, explodiram vinte seis bombas em redações de jornais, diretórios, igrejas e residências. Nenhum desses atentados foi desvendado. Gaspari (*Ibidem*, p. 3691) estimou que teriam sido incendiadas e explodidas mais de cem bancas de jornais em uma dezena de cidades. Intimidavam aquelas bancas que vendiam os semanários da imprensa alternativa de esquerda (Movimento, Opinião, Em Tempo, O Trabalho, Hora do Povo etc.). Em agosto, uma bomba explodiu nas mãos da secretária da presidência da OAB, matando-a. Outro dispositivo explosivo fora colocado contemporaneamente na ABI (*ibidem*, pos. 3776). No dia 30 de abril de 1981, o Cebrade (Centro Brasileiro Democrático) organizava, no pavilhão do Riocentro, um concerto comemorativo do 1º de Maio. Uma bomba explodiu no estacionamento dentro de um Puma no colo de um sargento do exército, Guilherme Pereira do Rosário, que morreu na hora. O seu acompanhante, o capitão Wilson Machado, restou gravemente ferido. Eram integrantes do DOI do Iº Exército do Rio de Janeiro e estavam preparando um atentado ao show, acompanhado por aproximadamente 10.000 pessoas. O comando militar tentou despistar as provas, impondo uma versão que colocava os militares como vítimas de uma emboscada de uma organização de esquerda, a VPR (Vanguarda Popular Revolucionária), que tinha sido desbaratada pela repressão e não existia mais. Até o momento presente, essa é a versão oficial do Estado brasileiro. "Passados mais de trinta anos, acumularam-se versões que tentaram explicar o episódio do Riocentro.

De todas a mais absurda é aquela produzida e sustentada pelos comandantes militares" (*ibidem*, pos. 3977).

**Crise econômica e a campanha das Diretas-Já.** A situação se agravaria com a crise econômica, que a partir de 1973, com o aumento dos preços do barril do petróleo em escala mundial, o regime militar não conseguiria solucionar. Alguns dados coletados por Gaspari (2004; 2016) ajudam a formar um quadro compósito da situação macroeconômica:

- i. Em 1977, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro cresceu 4,9%, a inflação atingiu 38,8%, e a dívida externa alcançou 32 bilhões de dólares, a maior entre os países em via de desenvolvimento. No final dos anos 60 o Citibank lucrava 2 milhões de dólares no Brasil. Em 1977, o lucro era de 74 milhões;
- ii. Em junho de 1980 a dívida externa ultrapassou a marca de 50 milhões de dólares, com o pagamento de 1,35% nos seus novos empréstimos, o triplo do que pagavam Argentina e Filipinas. A inflação chegou a 110% e o PIB cresceu 9,2%;
- iii. Em 1981, a agência do Banco do Brasil começou a ter dificuldades para fechar o caixa. O ouro extraído na mina de Serra Pelada vem usado diretamente para garantir os depósitos de emergência feitos pelo Banco Morgan. O aumento do PIB retraiu a 4,3% e a inflação ficou em 95,2%. Em 1982, a inflação fixou-se em 99,7% e o PIB caiu para 0,8%. Com a crise mexicana, o Brasil pediu um saque de emergência no Fundo Monetário Nacional e o Tesouro americano garantiu um socorro de 1,25 bilhão de dólares. O Brasil passava a ter suas contas sob auditoria por um banco internacional;
- iv. No começo de 1983, a dívida externa chegou a 70 bilhões de dólares. O ano terminou com uma retração de 2,9% do PIB e com um inflação de 211%. A moeda vem desvalorizada em 30% por decreto. Em 1984 o PIB voltou a crescer 5,4% mas a inflação foi a maior de todos os tempos 223,8%.

A situação assumia as características "de um barril de pólvora prestes a explodir" (Fernandes 2014, p.76). Uma onda de saques e quebra-quebras de ônibus espalhavam-se nas grandes cidades. Em abril de 1983, manifestantes contra o arrocho salarial e a carestia derrubavam as grades e invadiam o jardim do Palácio Bandeirantes, onde se encontrava reunido o governador de São Paulo Franco Montoro com os governadores Tancredo Neves e Leonel Brizola, os principais líderes da oposição. Na cidade paulistana, mais de 200 saques de estabelecimentos comerciais foram realizados;

os ataques se repetiram em Santos, Ribeirão Preto, Campinas, Fortaleza e no Rio de Janeiro (Gaspari, 2016, pos. 4975-5009). Em setembro, registraram-se 93 saques no Nordeste, 84 no Rio, 50 em São Paulo. O governo não conseguia aprovar uma proposta de reajustes salarial no Congresso (*ibidem*, pos. 8250-8273). A ditadura perdera a sua eficácia repressiva e não se mostrava mais capaz de aparentar uma legitimidade que nunca possuía. Tornara-se cara e obsoleta (Fernandes, 2014, p.76).

Em março de 1983, um jovem deputado mato-grossense, Dante de Oliveira, tinha apresentado uma proposta de emenda constitucional reestabelecendo as eleições diretas para Presidência da República. Não fora notada pela maioria dos seus colegas e nem pela imprensa. Depois de uma semana dos acontecimentos de São Paulo, o Diretório Nacional do PMDB encampava a tese de eleições diretas, que também vinha sido defendida pela Igreja Católica, organizações de trabalhadores e estudantes. A proposta da convocação de uma Constituinte, que tinha sido aprovado à unanimidade na convenção partidária de 1977, passava em segunda ordem (Gaspari, 2016, pos.5022). A possibilidade de fim do regime através uma transição que previsse um poder constituinte livre e soberano assustava os setores mais conservadores da oposição e não era sequer cogitada pelos militares. A realização de eleições diretas a presidente, sem tocar no Congresso Nacional, fruto do Pacote de Abril, apresentou-se, num primeiro momento, como uma forma de afastamento dos militares, por via pacífica.

Em novembro daquele ano, o PT realizaria o primeiro comício pelas diretas, reunindo 15.000 participantes, sem o apoio oficial do governador Franco Montoro, mas congregando parte das entidades e organizações da sociedade civil. Avaliando que o movimento ganharia força, o PMDB assumiu a sua direção. 25 de janeiro de 1984, festa de os 430 anos da cidade de São Paulo, o comício pelas Diretas-Já reuniria uma multidão de 300.000 pessoas na Praça da Sé. Significativamente, a única liderança oposicionista ausente foi o Governador de Minas Gerais, Tancredo Neves, que preferira recepcionar o general Figueiredo em uma exposição de gado em Uberaba, deixando clara a sua intenção de manter um canal aberto com as Forças Armadas para uma futura transição negociada (Rocha, 2013, p. 50: nota 20).

Quando a coordenação da ação coletiva atinge um nível superior, estendendo o conflito além das suas origens locais, impactando sobre os interesses e valores de novos atores, ameaçando outros atores ou regimes e comportando a transferência do conflito a sedes onde as possibilidades de sucesso alteram-se, esses episódios são conceituados por Tilly e Tarrow como *uma mudança de escala para cima*, um dos processos mais significativos da política de conflitos (2008, p.125). A campanha pelas "Diretas, Já" transformou-se na expressão política maior desse extraordinário esforço de ação coletiva de massas iniciado no final de 1975. Mais de quatro milhões de pessoas, entre o final de 1983 e abril de 1984\*, ocuparam as ruas e praças das cidades brasileiras colocando no centro da cena política do

país uma solução clara para a crise do país: DEMOCRACIA. O último comício da campanha, no dia 16 de abril de 1984, reuniu mais de um milhão de pessoas, na mesma Praça da Sé que há nove anos tinha abrigado os oito mil manifestantes que protestavam silenciosamente contra o homicídio de Wladimir Herzog. O salto qualitativo fora realizado: a colaboração de muitas pessoas, a fusão de muitas forças numa só força total, criara uma nova potência de forças que se diferenciava, essencialmente, da mera soma das forças individuais associadas (Engels, 1877, s.n.).

No dia 26 de abril, Brasília amanheceu sob estado de emergência, decretado pelo governo militar, proibindo marchas e comícios e impedindo que chegasse notícias, por meio de transmissões de rádio e televisão, aos outros estados da federação. Nos gramados da Esplanada dos Ministérios, diante do Congresso Nacional, uma multidão desafiou as tropas do general Newton Cruz e esperou com slogans e músicas o resultado da votação noite adentro. A emenda constitucional Dante de Oliveira obteve 298 votos, faltando 24 votos para atingir o quórum suficiente num Congresso ainda dominado por uma base conservadora. A campanha das Diretas Já, no plano institucional, fora derrotada. Uma alternativa, porém, já vinha sendo forjada.

**O fim da ditadura: uma transição com transação.** Uma parte substancial da oposição apoiara o movimento com ressalvas - "a campanha das diretas é necessária, mas lírica", afirmara Tancredo Neves (Gaspari, 2016, pos. 5033). Antes mesmo da derrota emenda, o jornalista Castello Branco afirmava que o Governador de Minas manobrava nos bastidores o apoio de setores moderados (Rocha, 2013, p.51), passando a defender, logo após o 26 de abril, uma candidatura de consenso (a sua), por via indireta, no Colégio Eleitoral do regime. A tangibilidade dessa proposta afirmou-se quando dentro do PDS criou-se um dissenso à candidatura presidencial do ex-governador de São Paulo, Paulo Maluf. Em torno ao presidente do partido, José Sarney, ao vice-presidente da República, Aureliano Chaves e seis governadores, entre eles, o governador da Bahia, Antonio Carlos Magalhães, formou-se a Frente Liberal. A sua constituição foi a base de sustentação principal à formação da Aliança Democrática com o PMDB em torno à candidatura de Tancredo Neves. Era um pacto de forças conservadoras que tentava isolar elementos à esquerda e à direita do arco político e, principalmente, reduzir ao máximo possível o elemento popular de participação. Para isso a vice-presidência fora reservada a José Sarney e Tancredo Neves, enquanto líder da Aliança Democrática e futuro presidente, abdicava de tomar qualquer iniciativa que abalasse a estabilidade dos órgãos estatais, a partir das Forças Armadas. A nomeação do general Leônidas Gonçalves ao cargo de ministro do Exército serviria como garantia do cumprimento dessa transação (Moraes, 1989). Desde o início, Lula, o líder operário do Partido dos Trabalhadores, colocou-se contra a ideia: "A proposta

de Tancredo não é de governo de transição coisa nenhuma. É uma proposta de transação" (Gaspari, 2016, pos. 5629). A afirmação do líder do PT seria mais tarde retomadas por Florestan Fernandes:

Neste contexto, o movimento das Diretas-já, que poderia propiciar uma saída límpida e radical [do regime ditatorial], submergiu numa composição conservadora, que decidiu, a partir de cima, atravessar o Rubicão através do Colégio Eleitoral. Aliaram-se os chefes militares "civilizados", o PMDB através de suas cúpulas dirigentes e os "democratas" recém-saídos do ventre de um regime em decomposição. Isso significa que a oscilação foi detida por uma nova conspiração, que se crismou como um ato de conciliação política. Ela também endossou a fórmula político-militar de uma transição democrática lenta, gradual e segura! (Fernandes, 2014, p. 77).

A morte inesperada de Neves, com a consequente subida à ribalta presidencial de José Sarney, embora tenha trazido alvoroço entre os políticos e consternação na população, não provocou, no período imediato, substancial alteração nos acordos estipulados pela Aliança Democrática. Na madrugada entre 14 e 15 de março, enquanto Neves era operado de urgência, a posse de Sarney foi assegurada pelo acordo entre o Ministro Leônidas Gonçalves e pelo futuro presidente da Câmara, Ulisses Guimarães. Ressaltava-se "a volta dos civis" ao poder, sempre sob a proteção ostensiva dos uniformes militares. O Executivo assumia uma configuração de governo de "conciliação nacional". Sarney, que pouco antes se filiara ao PMDB, tornara-se Presidente do novo regime - a Nova República - sem nunca ter sido oposição ao *ancien régime*. Os ministros do Exército e do Serviço Nacional de Informações tinham participado ativamente na deposição de Goulart e defendido, sem reservas, a atuação da máquina repressiva da ditadura. Postos-chaves dos ministérios estavam nas mãos de próceres civis do regime anterior: Antonio Carlos Magalhães (Comunicações), Aureliano Chaves (Minas e Energia), Marco Maciel (Educação). Da outra parte, políticos que tinham sido cassados pelo regime (José Aparecido, Renato Archer, Aluísio Alves) ou que tinham integrado o governo de João Goulart como Waldir Pires, ministro da Previdência Social, faziam contraponto àqueles ministros. Segundo Gaspari (2016, pos. 6253), um estudo revelaria que entre os 125 cargos de relevância da administração federal 60% dos ocupantes sobreviveu à transição de poder de Figueiredo a Sarney. Confirmara-se mais uma vez a frase de Tancredi, sobrinho do príncipe de Salina, no *Gattopardo* de Tomasi di Lampedusa: «Se vogliamo che tutto rimanga come è, bisogna che tutto cambi».

**Poder constituído e poder constituinte.** O acordo estabelecido entre a Aliança Democrática e a cúpula militar, e conveniente às duas partes, dizia respeito ao papel que o poder militar haveria na democratização do país. Primeiro, a estrutura institucional militar restaria intocável: um ministério para cada Arma, o Estado Maior das Forças Armadas, o SNI e o Conselho de Segurança Nacional com status ministerial, além do Gabinete Militar da Presidência. Em segundo lugar, o que era mais importante: o "reconhecimento pelas forças políticas do direito das Forças Armadas intervirem internamente, como participantes legítimos da arena política" (in Moisés, 1987, p.14). De fato, as tropas continuavam ir às ruas para reprimir os movimentos sociais. Foi assim na greve geral de dezembro de 1986, na greve dos motoristas de ônibus de São Paulo e na greve dos operários da COSIPA (Companhia Siderúrgica Paulista) de Cubatão, quando os soldados invadiram a fábrica, espancando os trabalhadores e prendendo seus líderes (*ibidem*, p. 13-14). A questão de como se processaria a convocação e a realização de uma Assembleia Nacional Constituinte (ANC), parte integrante do manifesto da Aliança Democrática, era crucial. A Assembleia não poderia ser o palco de revanchismo ou de mudanças sociais radicais, e portanto a questão da sua "exclusividade e soberania" era decisiva (Moraes, 1989 p.15). No dia da instalação da Constituinte, o Parlamento foi sitiado por tropas militares, sob o pretexto de conter uma manifestação pacífica da CUT (Fernandes, 2014, p. 60).

Para o governo Sarney e seus aliados, civis ou militares, a contenção da Constituinte dentro de certos limites, era prioritária. Forçou-se a eleição de um Congresso constituinte que se ocupava tanto do trabalho parlamentar quanto da elaboração constitucional de modo alterno, sujeito ao humores conjunturais das disputas partidárias e do relacionamento com o Palácio do Planalto (Costa, 2013 p. 89). As interferências dos outros poderes, em particular o Executivo e o Judiciário (através Supremo Tribunal Federal) expressaram-se em vários modos e momentos críticos. O STF, por exemplo, foi mobilizado pelo Executivo a manifestar-se, sempre de forma limitadora, na definição do regimento interno da Constituinte, na definição das relações entre ANC e o demais poderes, na fixação da duração do mandato presidencial (Koerner e Freitas, 2013, p. 149). Questões como estabelecimento de uma reforma agrária em latifúndios produtivos, o papel das Forças Armadas e do STF motivaram a ingerência direta e veemente do Presidente Sarney, inclusive com pronunciamentos em cadeia nacional de televisão. Além da pressão pelo argumento da força - colocar as tropas nas ruas - procedia-se pela distribuição de sinecuras, como o oferecimento de concessões rádio-televisivas aos parlamentares que se conformassem às diretivas governamentais (Moraes, 1989, p. 81). A esses setores conservadores inquietava a possibilidade que a ANC pudesse deliberar à margem dos poderes constituídos, fixando normas e definindo instituições contra os seus interesses mais imediatos (Costa, 2013).



Para superar essas limitações, os setores progressistas tentaram e abriram, em parte, os espaços da ANC à formas de democracia direta. A proposta do professor Fábio Konder Comparato de iniciativa popular e de referendo conseguiu ser aprovada no regimento da assembleia. Parlamentares facilitavam o acesso às dependências do Congresso a grupos, etnias e movimentos sociais nas audiências públicas, nas subcomissões e nas galerias, trazendo para dentro do Parlamento uma participação, que até então, era considerada insólita e distante, como, por exemplo, as comunidades indígenas:

Mas o fato inédito e de maior repercussão na rotina parlamentar foi a presença constante de uma massa de indígenas que, pintados e com seus adornos de pena, percorriam corredores, lotavam auditórios e saíam dos gabinetes [...] Uma presença assim colorida e vistosa tornava evidente aos constituintes e funcionários das duas câmaras legislativas o que a sua experiência urbana havia camuflado, a diversidade cultural e linguística do país, a pujança e a vivacidade atual de suas populações autóctones (Pacheco de Oliveira, 2008, p. 253).

Cerca nove milhões de pessoas passaram pelos recintos e salas do Congresso: índios, sem-terra, militares, juízes, banqueiros e bancários, professores, advogados, missionários etc. Mais de 60.000 propostas foram apresentadas às subcomissões por *lobbies* e segmentos populares (Rocha 2013, p. 74). Trinta mil eleitores podiam assinar três emendas *populares* com a chancela de ao menos três associações, apresentando-as diretamente à ANC. Cento e vinte duas emendas foram entregues num total 12.277.423 assinaturas. Foram admitidas 82 emendas para a discussão nas comissões e no plenário (*ibidem*, p. 79). Criava-se assim uma via para que o poder constituinte se adentrasse no processo constituinte e influísse sobre os seus resultados. Fomentava-se a discussão dos casos específicos e impulsionava-se a participação política ativa:

Tal incentivo aos particularismos era justificado pelas oportunidades de participação dos atores extraparlamentares, na forma de sugestões iniciais de qualquer associação, assim como das câmaras municipais; audiências públicas obrigatórias, nas quais não só especialistas e autoridades poderiam ser convidados como, sobretudo, entidades associativas teriam o direito de apresentar-se e opinar; haveria a possibilidade de apresentação de emendas populares e a defesa de tais propostas ante a comissão de sistematização diretamente por um dos seus signatários (Rocha, 2013, p.79).

Florestan Fernandes, deputado constituinte, refletiria sobre a abertura dessa possibilidade participativa e a meta a ser alcançada:

O que pressupõe que a massa, por sua presença e de suas entidades legais, atue nas comissões e nas subcomissões, proclame o que quer coletivamente do processo constituinte e o torne, assim, um *processo popular de construção de um Brasil antielite e anti-imperialista*, no qual ser não se confunda com o privilégio, comando e poder [...] Trata-se, bem compreendidas as coisas, de que os de baixo possuem um espaço próprio no processo constituinte e, portanto, a Nova Constituição deve refletir todas as classes, toda a nação, servindo como um novo ponto de partida para o expurgo da República e a universalização dos direitos e liberdades civis fundamentais (Fernandes, 2014, p.66).

Embora o extraordinário esforço feito, tanto pelo volume quanto pela pontualidade das emendas populares apresentadas, o texto da Constituição, afinal promulgado no dia cinco de outubro 1988, ficaria aquém das expectativas de muitos setores populares, em particular aos trabalhadores sem-terra. Foi o resultado desigual de um processo que nascera desigual: de um lado fruto de mais de um decênio de lutas; por outro, de várias tentativas de desmobilização e de preservação dos privilégios preexistentes. Existia um fato estrutural incontornável na ANC. O perfil social da maioria dos deputados eleitos pertencia às classes altas ou média-altas, com uma elevada proporção de parlamentares com diploma universitário. Havia uma percentual alta de empresários urbanos e rurais (32%) só suplantada pelo grupo dos profissionais liberais, de alto nível intelectual, cultural e técnico (50%). Nesse universo, os estratos populares eram fracamente representados (Rodrigues, 1987). Não foi uma novidade quando essa maioria conservadora se organizou enquanto força parlamentar hegemônica no denominado "Centrão" e conseguiu impor sua pauta em pontos importantes como a não aprovação da desapropriação das terras dos latifúndios para a reforma agrária, a financiamento do ensino privado, a defesa dos interesses do grande capital nacional e internacional e das vendas de terras públicas a privados. Tinham a seu favor a constante pressão governamental e as *lobbies* das potentes entidades corporativas de classe (Fernandes, 2014, p. 246).

O texto constitucional aprovado trazia, porém, no seio de seus artigos, expressivas passagens e inovações alusivas ao meio-ambiente, educação e saúde e garantia uma série de direitos aos trabalhadores e aposentados, às mulheres e crianças, aos adolescentes e idosos, aos índios e outras

minorias (Costa, 2013, p. 90). Sempre agudo, Florestan Fernandes (*Ibidem*) previra que, em todo caso, a ruptura seria o emblema da elaboração da nova Constituição e que esta era imperativa. Em primeiro lugar por ser uma exigência histórica do momento e dos anos que se seguiriam. O modelo recente de desenvolvimento capitalista no país e suas repercussões sociais conspirariam contra as tentativas de continuidade: "os fatos atropelariam as leis". Em segundo lugar, haveria também uma ruptura com a herança da ditadura e os resquícios gerados por uma transição lenta, gradual e segura que os militares tinham assegurado (*ibidem*, pp. 228-229). Esses seriam os aspectos de descontinuidade que permitiriam a Ulisses Guimarães intitular a Constituição de 1988 de "Cidadã". Era possível zelar pelas novas conquistas e construir novos pontos de partida. A Antropologia brasileira provou a caminhar por essa senda.

**Antropologia e Constituinte.** A Associação Brasileira de Antropologia (ABA), em 1980, na presidência da professora Eunice R. Durham, criou uma Comissão de Assuntos Indígenas (CAI). A Comissão surgia como desdobramento da atividade da diretoria anterior da entidade (presidência Castro Farias) na liderança do movimento de recusa do projeto do regime militar, de 1978, de "emancipação unilateral" dos índios, negando a um número considerável de grupos indígenas a proteção do Estado. Silvio Coelho dos Santos (2006, p. 68) considerou que nesse momento a entidade se projetara definitivamente "como entidade preocupada com demandas sociais e políticas". Logo após a criação da CAI, a ABA mobilizou outras associações (SBPC e ANPOCS) e organismos de fomentos à ciência (CNPq e FINEP) para assegurar o acesso de antropólogos às áreas de pesquisa em terras que a FUNAI (Fundação Nacional do Índio) proibira como represália às críticas efetuadas à política do órgão governamental (Pacheco de Oliveira, 2006, p. 74-75). Durante os trabalhos da Constituinte de 87-88, na gestão da professora Manuela Carneiro da Cunha, a ABA foi levada a pronunciar-se, e a articular-se com os povos indígenas, indigenistas, missionários e advogados, nas audiências públicas e subcomissões sobre os princípios constitucionais de interesse das populações autóctones.

Como instância técnica munida de autoridade científica, a ABA conseguiu ocupar um espaço que a FUNAI, que na fase preparatória dos trabalhos constituintes, deixara à mercê das *lobbies* de companhias mineradoras, de militares e de ruralistas da região amazônica (*Ibidem*, p. 75). Quando o presidente da FUNAI, Romero Jucá, em carta aos parlamentares, contrapôs-se à manutenção do antigo artigo 198 que assegurava o princípio da prevalência da posse indígena sobre outras formas de domínio ou posse, a associação dos antropólogos foi capaz de, apoiada nos estudos que o CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação) e o PETI/MN (Projeto Estudo Terra Indígenas

no Brasil-coordenado por João Pacheco de Oliveira) realizara, contestar a argumentação da FUNAI, garantindo a inclusão do artigo 198 na nova Constituição (CEDI-PETI, 1987).

Na apresentação do volume do CEDI-PETI, *Terras indígenas no Brasil (Ibidem, p. 3)*, os organizadores, Carlos Alberto Ricardo e João Pacheco de Oliveira, detectavam na proposta da FUNAI ecos da malograda tentativa de imposição da emancipação dos índios por decreto de 1978 e da fixação de "critérios de indianidade" de 1981 durante o último período do regime ditatorial, que se apoiavam numa "visão ultrapassada e preconceituosa da mudança social em populações tribais". Denunciavam o tratamento errôneo dos dados estatísticos e dos indicadores sociais da parte da FUNAI e asseveravam, que além da ausência de substrato técnico, havia no documento do órgão indigenista oficial "uma intenção efetiva (dolosa) de conduzir os legisladores e a opinião pública ao erro" (*ibidem, p. 4*). Questionavam, ainda, como as interpretações sobre a problemática indígena chegavam e se moviam pelas esferas de poder, partindo diretamente da secretaria geral do Conselho de Segurança Nacional (esfera militar), cuja intenção de criar uma nova figura jurídica - a *colônia indígena* - já tinha sido manifestada em conversas com parlamentares. Por fim, enquanto antropólogos, reafirmavam a necessidade de um projeto de longo alcance que subsidiasse um conhecimento rigoroso e sociologicamente abrangente da realidade indígena no país, na esperança que os constituintes, de posse aos dados coligidos no volume, pudessem votar e se posicionar "sem se dobrarem a medos ou pressões" (*ibidem, p. 5*).

Foi neste contexto de presença ativa da Antropologia no debate constituinte, que a carta constitucional dotou-se de um articulado repertório de medidas legislativas inéditas quanto o relacionamento entre estado brasileiro e as populações indígenas. Reconheceu-se, de modo explícito, a organização social, os costumes, as línguas, crenças e tradições das comunidades indígenas e também a sua plena capacidade civil, através da possibilidade de associar-se livremente para representar seus interesses sem interferência da agência indigenista, extinguindo, em termos práticos a tutela que a FUNAI. Garantiu-se aos índios a posse permanente e o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e lagos das terras sobre as quais exercem uma ocupação de natureza tradicional, definindo também que de forma alguma haveria correspondência entre terras tradicionalmente ocupadas e terras originárias ou imemoriais, mas sim como aquelas "necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições" (Oliveira, 2008 p. 253-254). A Constituição cidadã instaurava, portanto, duas novidades nas antigas relações entre o Estado, as sociedades indígenas e a sociedade nacional: 1ª. a possibilidade que os direitos coletivos fossem reconhecidos em contraste com os direitos individuais; 2ª. a ruptura com o princípio integracionista que regia a política indigenista que perdurava dos tempos coloniais (*ibidem*).

A definição da categoria de "terras tradicionalmente ocupadas" que os constituintes fixaram no texto da Constituição, além de tornar-se decisiva na identificação e demarcação das terras indígenas, converteu-se em instrumento na aplicação de direitos territoriais das "comunidades remanescentes de quilombos" e "comunidades tradicionais". Boaventura Leite assinalou que o conceito de quilombo continha, no seu núcleo central, o sentido trans-histórico "da não-aceitação das diferentes formas de dominação" (Leite, 2008, p. 277). A explicitação do direito à terra dos quilombolas na carta constitucional, portanto, significava a exposição de séculos de conflitos fundiários que sustentavam "a própria ordem jurídica hegemônica" (*ibidem*, p. 282). Na regularização fundiária dos seus territórios, os quilombolas associavam também, como nas comunidades indígenas, a reivindicação do direitos humanos fundamentais, a defesa de suas manifestações culturais específicas e a proteção do patrimônio cultural brasileiro.

A participação ativa da ABA durante o processo de elaboração da Constituição de 88, no capítulo referente às populações indígenas, levou ao reconhecimento público da associação, o que possibilitou a assinatura, no mesmo ano, de um protocolo com a Procuradoria Geral da República, transformado em convênio, em 2002. No convênio, a colaboração da ABA foi definida pela realização de laudos antropológicos periciais que subsidiariam e apoiariam a atuação do Ministério Público Federal em questões que envolvessem os direitos e os interesses de populações indígenas, remanescentes de quilombos, grupos étnicos e minorias. A associação preocupou-se sempre em indicar, entre seus sócios, aqueles especialistas da área, portanto comprometidos com os direitos dos grupos estudados (Oliven, 2006, p. 80). Carine Lemos, secretária administrativa da ABA, resumiu em entrevista, de modo prático, essa cooperação:

MARCO ANTONIO. Como é que se dá essa coisa? O laudo pericial... me interessa muito.

CARINE. Isso. A associação ela tem um convênio com o Ministério Público Federal.

MARCO ANTONIO. Ele está renovado esse convênio?

CARINE. Ele está vigente e aí o que que acontece. A ABA, ela tem o papel de atestar a qualidade do pesquisador mas de fato quem faz o contato com o pesquisador, quem seleciona entre os pesquisadores que a gente indica, porque a gente não indica um, a gente indica uns, quem faz todo esse contato direto é o próprio Poder Judiciário, mas a associação, ela assume a função de dizer aqueles associados efetivos que são as pessoas que já têm Pós-Graduação em Antropologia, seja Mestrado ou Doutorado, e aí a ABA passa aquele contato, de algumas opções, e o Poder Judiciário que faz a contratação e tudo. Então, a diretoria se reúne pra entender o que os nossos associados estudam, pra indicar a pessoa que tem tal qualificação. É nesse sentido.

MARCO ANTONIO. A diretoria, de todo modo, o que ela indica está dentro daquela área...

CARINE. Área da temática demandada. Correto! Com certeza, é assim que acontece. E aí existe uma tabela de honorários que é recomendada, que não é algo obrigatório, nem nada, mas é um parâmetro feito lá na VIª Câmara [do Ministério Público], e aí eles fornecem pra gente. Se alguém quiser como base, a gente deixa claro porque não somos um sindicatos, não somos um conselho, então a gente tem esse cuidado, mas se aceitar como parâmetro a gente disponibiliza, inclusive é disponibilizado no próprio site da Associação. (Carine Lemos, Outras Entrevistas, p. 58-59).

A participação da ABA na Constituinte de 88 revelou que existia um espaço público a ser ocupado pela associação "enquanto intelectual coletivo e ator político" (Oliveira 2006, p. 78) e abriu uma nova vereda para atuação científica dos antropólogos, que podiam valer-se de suas experiências no campo etnográfico em benefício dos grupos que se sentiam comprometidos. Para tanto, foi necessário instaurar um diálogo interdisciplinar com o campo jurídico, pois um laudo pericial deveria ser apreciado por procuradores e juízes, permitindo que pudessem formar convicções que garantissem os direitos constitucionais das comunidades empenhadas em disputas territoriais (Oliven, 2006, p. 81).

## CAPÍTULO 2. CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ORIENTAIS: ESPAÇOS E TEMPOS

Pareceu-me, então, que talvez em Salvador,  
na Universidade Federal da Bahia,  
pudesse instalar alguma coisa  
que começasse a ensinar África.  
E assim foi.  
(Agostinho da Silva, *Vida Conversável*, 1994)

**Entrando no CEAO.** Em agosto de 2010, estive em Salvador a realizar um breve *survey*, no âmbito de uma pesquisa sobre a mobilidade urbana em várias capitais brasileiras, contratado por um instituto de pesquisa sobre tendências de consumo de Milão. Procurei a ajuda de Jocélio dos Santos que me recebeu e me convidou a participar de um evento acadêmico no CEAO. Foi a primeira vez que visitei a sua atual sede. No dia 4 de novembro de 2014, regressei para realizar a última etapa do meu périplo etnográfico (assim João Pacheco o tinha denominado jocosamente), que me levara ao Rio, Natal, Manaus, Brasília, Goiânia. Quando organizei a viagem, tinha escolhido intencionalmente novembro, mês da Consciência Negra, para a minha permanência em Salvador.

O CEAO está localizado, atualmente, no Largo Dois de Julho, zona central de Salvador, num casarão antigo, com térreo e dois andares. Foi construído, em 1928, por um catedrático de Medicina que morreu endividado e deixou a propriedade ao Estado, como liquidação do débito, contou-me Jocélio dos Santos. Entrando por um portão de ferro batido branco, vê-se o pátio, com bancos, limitado à direita por um muro do edifício vizinho, e, ao fundo, um pequeno espaço coberto por um alpendre. Logo à esquerda, a entrada com portaria e uma antiga escada de madeira que leva aos andares de cima. Seguindo, o auditório Milton Santos, bem amplo, e uma porta já perto do final da casa. Conta também com um anexo que pertencia anteriormente a uma delegacia regional do MEC. Durante o governo Collor foi desativada e Jocélio dos Santos, durante sua gestão como diretor do CEAO, em 2003, requisitou o prédio. Ali estão colocadas a Biblioteca do centro, a livraria da EDUFBA (Editora da Universidade Federal da Bahia), salas e auditório. Há uma entrada também pela rua Carlos Gomes, o que facilita ainda mais o acesso. (Caderno de campo 3).

**Fundação.** A fundação do CEAO, em 1959, nasceu do intuito e da capacidade propositiva do exilado português, George Agostinho da Silva, professor então da Universidade Federal de Santa Catarina (UFCAR). Sua ida a Salvador, em agosto daquele ano, tivera o intento prático de propor ao reitor Edgar Santos, da Universidade da Bahia, um centro de estudos voltado à África. Agostinho da Silva combinava essa proposição a uma visão de uma nova distribuição do poder mundial que se estava configurando e a importância que poderiam haver os países de língua portuguesa, particularmente o Brasil, dentro dessa reconfiguração geopolítica (Agostinho, 1995, pp. 14-15). Edgar Santos encampou o projeto do centro de estudos, ampliando os seus objetivos para os estudos orientais. A Agostinho da Silva foi dada uma sala nos subterrâneos da Reitoria, mitigando as resistências, sempre presente, das elites baianas e do Conselho Universitário que o Reitor queria evitar. O Centro de Estudos Afro-Orientais, como viria a ser denominado, encaixava-se bem em sua política universitária de criação de espaços de cultura como os Seminários de Música, dirigidos por Hans Kouellreutter e seus companheiros Ernst Widmer e Walter Smetak, a Escola de Dança, criada pela bailarina Yanka Rudzka, vinda da Polônia, e a Escola de Teatro, sob a nova direção de Martim Gonçalves (Risério, 2004, p. 23). Lina Bo Bardi viera de São Paulo a dirigir o Museu de Arte Moderna da Bahia e incitava os artistas locais em diversas iniciativas culturais arrojadas. Segundo Risério, *derrotar a província na própria província* seria a palavra de ordem os aglutinava (*Ibidem*, p.15). Respirava-se a rarefata brisa populista do Brasil pré-64 e a proposta de Agostinho da Silva se inseria bem naquele contexto.

A dissertação de Luiza Nascimento Reis - "O Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia: intercâmbio acadêmico e cultural entre Brasil e África (1959-1964)" - orientada por Jocélio dos Santos e defendida coincidentemente no dia em que conheci o CEAO em 2010, colocava de modo claro a sua importância:

A criação do CEAO representa um marco no país, já que foi a primeira instituição acadêmica com objetivo de dedicar-se ao conhecimento da África. Seus objetivos perpassavam pela difusão destes conhecimentos no país, além de atuar como um instrumento político de ligação entre o Brasil e os países do continente africano. Dentre outros fatores, o CEAO era resultado de uma aproximação oficial com países africanos empreendida pelo governo brasileiro, cuja formalização – através da Política Externa Independente - ocorreu dois anos depois, em 1961. O fomento ao intercâmbio acadêmico, com ênfase na difusão de expressões culturais, entre países africanos e a Bahia, movimentando pesquisadores, professores e



estudantes, constituiu a principal ação prevista pelo CEAO, de acordo com os direcionamentos do diretor-fundador luso-brasileiro George Agostinho da Silva. (Nascimento Reis, 2010, p.11).

Para o seu idealizador, desde o início de suas atividades, o CEAO havia o escopo precípua de tornar-se um instrumento político em âmbito local, nacional e internacional. No plano local, de modo singular e audaz para o período, criou um curso de ioruba ministrado por professor nigeriano, sem pré-requisitos de escolaridade e abrindo as portas das universidades ao chamado povo de santo (a comunidade religiosa do candomblé baiano), até o momento, excluído dos ambientes acadêmicos. No plano nacional, esta experiência exitosa abriu a estrada para a acolhida de professores e alunos africanos na Bahia e outros estados da federação, dando modo que o centro de estudos criasse um ponto de pesquisa e documentação científico entre o Brasil, África e o Oriente. No plano internacional, Agostinho da Silva começou a tecer uma trama de relações epistolares e, em seguida, contatos diretos, com intelectuais dos países de costa ocidental africana (Agostinho, p. 16-17). Em breve, conseguiu que dois pesquisadores brasileiros do CEAO partissem para a Nigéria, depois Gana (Vivaldo Costa Lima), e para o Senegal (Pedro Moacir Maia), inaugurando uma política de vizinhança cultural com os povos africanos (*ibidem*, p.19). Até então, Gilberto Freyre tinha sido o único brasileiro a fazer pesquisas em África (Nascimento Reis, 2010, p.72). Com a eleição de Jânio Quadros à Presidência, Agostinho da Silva obteve a necessária interlocução política com o Palácio do Planalto para exposição de suas ideias sobre a política internacional e verbas do Itamaraty que alargaram as iniciativas do CEAO e concretizaram a vinda de quinze estudantes de vários países africanos nos fins de 1961 (Agostinho, p. 20) e, em 1962, de um segundo grupo de sete alunos, aos quais foram oferecidos cursos intensivos de português com vista a prepará-los aos estudos universitários programados (Afro-Ásia 1, p. 128).

Como assinalou Jocélio dos Santos (2005), o que sucedera a partir do final dos anos cinquenta fora "a legitimação do Estado através da elaboração de políticas públicas, cujo o *leitmotiv* é a convivibilidade racial como matéria-prima na implementação dessas políticas, tanto em termos políticos e econômicos, quanto culturais *stricto sensu*" (*Ibidem*, pp. 20-21). A fundação do CEAO e a determinação política de Agostinho da Silva em torná-lo um instrumento tangível dessa convivibilidade tiveram um significado especial nesse contexto.

**O Museu Afro-Brasileiro (MAFRO).** O número 12 de Afro-Ásia (1976, p. 276), a revista científica do CEAO, anunciava que em março de 1974 tinha sido assinado um importante convênio de cooperação entre o Governo Federal, a UFBA, o Governo da Bahia e a prefeitura de Salvador.

Criava-se o Programa de Cooperação Cultural entre o Brasil e os Países Africanos e para o Desenvolvimento de Estudos Afro-Brasileiros. O CEAO era designado como um dos executores das diversas atividades relacionadas: da realização de seminários e cursos à edição e divulgação em português e em idiomas estrangeiros de trabalhos relativos à cultura afro-brasileira; do estímulo a realização de pesquisas ao acolhimento a bolsistas africanos; da recepção e orientação a personalidades africanas em visita ao Brasil ao recrutamento de professores para missão cultural ou educacional na África. Para Jocélio dos Santos (2005), a assinatura do Convênio era o resultado de uma política externa do Brasil orientada em direção à África que na sua elaboração contara com a assessoria de intelectuais e especialistas (*Ibidem*, pp. 112-113).

O termo do Convênio definia uma outra atividade que resultaria central: "a constituição e a manutenção de um Museu Afro-Brasileiro, composto de coleções de natureza etnológica e artística sobre culturas africanas e sobre os principais setores de influência africana na vida e na cultura do Brasil" (citado in Santos, 2005, p. 112). O MAFRO seria construído no prédio onde funcionou, do século XVI ao XVIII, o Real Colégio dos Jesuítas, e, mais tarde, em 1808, a primeira Escola de Medicina do Brasil. A recém criada Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia cuidaria da restauração, dentro do projeto maior de recuperação urbana de toda o centro histórico do Pelourinho. Neste sentido, o projeto se coadunava com uma política desenvolvimentista do regime militar de defesa do patrimônio nacional e subsequente incremento do polo turístico (*Ibidem*, p. 78).

Segundo Jocélio dos Santos, a designação de Museu Afro-Brasileiro e não Museu do Negro reiterava uma concepção ideológica, assentada numa união entre raças, de mestiçagem paradoxal visto que o acervo [até então] era constituído de peças africanas, enquanto os termos do Convênio sugeriam uma "instância legisladora de uma política baseada tanto na etnogênese quanto na interação e criação de uma política cultural regional" (*Ibidem*, p.113).<sup>4</sup>

O CEAO era o executor do programa e responsável pela manutenção do museu. O seu boletim informativo (1982) noticiou assim a sua inauguração:

#### MUSEU AFRO-BRASILEIRO É INAUGURADO COM FESTAS.

Considerado por todos os jornais de Salvador como o acontecimento cultural mais importante do início do ano, no dia 7 de janeiro a Bahia viu nascer o MUSEU AFRO BRASILEIRO, que funciona em 5 salas do andar térreo da antiga Faculdade de Medicina, no Terreiro de Jesus.

#### O MUSEU

---

<sup>4</sup> Creio que essa observação de Jocélio Santos tenha sido superada, em parte, pela presença de uma grande quantidade de peças afro-brasileiras no acervo atual do MAFRO. Em termos gerais, continua pertinente.

O acervo do Museu Afro-Brasileiro é composto de esculturas africanas, vestimentas e adornos de orixás, fotografias e roupas rituais de pais e mães de santo famosas da Bahia, peças em marfins, barro, madeiras, etc. A montagem do museu foi feita conforme três tipos de preocupações distintas: o fazer, o crer e a memória. O fazer apresenta traços materiais das civilizações africanas e de setores da cultura que sofreram a sua influência. O crer mostra objetos e aspectos das religiões africanas em ambos os continentes. A memória atesta a continuidade histórica da influência africana na formação étnica e cultural do Brasil" Informativo CEAO (Informativo CEAO, 1982, Ano IV, nº 1, p.1).

A criação do MAFRO correspondera aos anseios da existência de um espaço de coleta, preservação e divulgação de acervo referente às culturas africanas e afro-brasileiras, com o objetivo de estreitar relações com a África e compreender a importância deste continente na formação da cultura brasileira, incentivando, por outro lado, contatos com a comunidade local. A projeção original (1974) fora idealizada pelo antropólogo e fotógrafo Pierre Verger e desenvolvida pela arquiteta Jacyra Oswald e pela etnolinguista Yeda Pessoa de Castro, diretora do CEAO. Como estratégia de comunicação do MAFRO, o Informativo CEAO divulgava sempre sua programação e os números mensais, trimestrais e anuais da visitação pública:

#### PROGRAMAS

Durante o ano de 1982, o Museu Afro-Brasileiro recebeu 13.637 visitantes, perfazendo uma média de 200 pessoas por dia. Desenvolveu entre outras atividades, os programas Museu-Comunidade e Museu-Escola sendo que deste participaram 3.517 estudantes da rede particular oficial de ensino, universitários da Bahia e de outros estados e alunos diplomatas do Instituto Rio Branco, do Itamaraty. (Informativo CEAO, 1982, Ano IV, nº11; Ano V, nº 1 p.6)

Para o CEAO, o MAFRO se revelara um instrumento importante, a nível local, nacional e internacional, de estreitamento de laços multilaterais políticos-culturais e de relações públicas. Desde a sua inauguração, a passagem de representantes de governos africanos em Salvador eram programadas com a previsão de ida ao MAFRO e conseqüente encontro com membros da comunidade religiosa afrodescendente baiana. Em maio de 1982, o Informativo CEAO noticiava a presença na capital baiana, da comitiva do ministro da Educação do Congo, Antoine Ndingá Oba, que ao visitar o MAFRO se encontrara com o *Tata* Raimundo Henrique Pires, "representando a

comunidade baiana de origem banto" (Informativo CEAO, 1982, ano IV, nº 4 p. 4). No dia 26 daquele mês, o embaixador da Gâmbia, Ousmane A. Sallah e o seu conselheiro, após passada ao MAFRO, são levados por Climério Joaquim Ferreira, diretor em exercício do CEAO, ao terreiro da ialorixá Menininha do Gantois (*Ibidem*, p. 5). No mês de junho, foi a vez da visita ao MAFRO do ministro dos Negócios Estrangeiros e da Comunicação do Togo, Anani Akapo-Ahiany, acompanhado do embaixador do seu país no Brasil. Em seguida, com a presença de Pierre Verger, visitou o terreiro do *Bogum* e foi recebido pelo *Gama Lokosi*, "com quem conversou sobre a nação-jeje no Togo e na Bahia" (*Ibidem*, nº 5 p. 1). No mês seguinte, desembarcava em Salvador, o presidente da República Popular do Congo, Denis Sassu Nguesso, com uma comitiva de 60 pessoas. Ao visitar o MAFRO, onde foi recepcionado pela diretora do CEAO, por Edimilson Santana, membro do Afoxé Filhos do Congo, e pelo Tata Raimundo Henrique Pires, manifestou a sua admiração e reconhecimento: "Este Museu materializa a força viva dos laços históricos e culturais que unem o Brasil à África. Estamos expressando, nesta visita, todo o nosso reconhecimento direto a todas as pessoas que participaram da realização desta obra admirável" (*Ibidem*, nº 6 p. 1). No dia seguinte, o ministro da Energia e do Petróleo de Angola, Pedro Castro Van Dunen, percorrendo as salas do museu, mostrava-se impressionado com o seu conteúdo: "é um documento vivo, representativo das relações existentes entre o povo brasileiro e os povos africanos" (*Ibidem*, p. 2).

O MAFRO tornava-se o espaço público, por excelência, de uma diplomacia cultural de boa vizinhança Brasil-África na Bahia, onde as peças do acervo do museu constituíam o elemento simbólico identitário que aproximava os dois lados do Atlântico. No mesmo sentido, como no turismo, o poder público promovia e regulava o candomblé, legitimado socialmente da cultura originária africana como integrante das nossas representações nacionais (Santos, 2005, p. 155). É digno de nota, o cuidado tomado em relacionar as diversas *nações* dos cultos religiosos (congo-angola, jeje, queto) com as nações-estados dos visitantes (Congo/Angola, Togo, Gâmbia).

Atualmente o MAFRO divide, com o MAE (Museu Arqueológico Etnológico), toda uma ala do prédio da Faculdade de Medicina. Jocélio dos Santos explicou-me que isso fora motivo de grandes embates entre o CEAO e a Faculdade de Medicina que nunca aceitou bem essa "ocupação". Com a ideia de unificar o sistema de museus da UFBA, o MAFRO, recentemente, foi desvinculado do CEAO, simultaneamente à passagem do centro de estudos de órgão complementar a órgão complementar da UFBA. Entre os anos de 1997 e 1999 o MAFRO passou por um processo de renovação da sua exposição. Fui visitá-lo em 2014:

A entrada estava ocupada por uma mostra temporária, uma interessante exposição feita de peças assembladas por materiais distintos e colocados juntos segundo uma lógica de reinterpretação de aspectos simbólicos da religiosidade afro-brasileira. Em um canto, uma tela de vídeo passava em loop um pequeno documentário sobre Exu na cidade de Salvador.

Segundo o que informava o site do museu [atualmente desativado], "a coleção tem caráter aberto e é composta de 1192 peças, estando dividida em dois eixos temáticos: Cultura Material Africana e Cultura Material Afro-Brasileira". A exposição permanente estava distribuída em três salas distintas e abordando duas grandes temáticas: África e Religiosidade Afro-Brasileira. Nas duas primeiras salas foram colocadas as peças derivadas da religiosidade afro-brasileira, instrumentos de preservação da história e dos saberes da memória afro-baiana. No salão seguinte, estavam dispostas as manifestações artísticas de vários povos africanos, com uma preponderância das etnias do Golfo de Benim: máscaras, esculturas, espadas, tecidos, teares. Destacam-se entre essas peças Gubassá, impressionante espada fon do vodun Gu, a máscara ioruba Guéléde e a boneca ashanti Akuabá. Saindo desse ambiente, vinha uma antessala para exposições temporárias, no caso, "Exu: outras faces", uma abordagem veloz sobre esta importante divindade das tradições afro-brasileiras fora do espaço religioso tradicional. A sala final abrigava o famoso conjunto de vinte sete painéis em madeira e materiais aplicados de Carybé, que o artista havia realizado para a sede do Banco da Bahia. Neles estão representado principais orixás do candomblé baiano, com seus atributos e animais litúrgicos. O efeito estético é de grande impacto e foi onde restei por mais tempo. Encontrei ali um grupo de jovens universitários que ouviam atentos as explicações sobre a obra de arte e a cultura religiosa baiana. A explanação era feita por monitores preparados que pacientemente buscavam responder as várias questões, muitas delas relativas ao sincretismo religioso.

Desci uma escada para conhecer o MAE. Pareceu-me muito bem acomodado em torno de um belo pátio, que se avistava através de portas de vidro. Os diversos espaços são dedicados a diversos professores da UFBA, já falecidos. Possui uma boa coleção de vestimentas dos índios da Bahia, vasos, refertos arqueológicos, em ambientes pequenos, mas bem acomodados. Gostei muito. (Caderno de campo 3 e site do MAFRO).

O que senti falta na exposição permanente do MAFRO foi, principalmente, a contextualização histórica do seu acervo, as conexões de sentido entre a cultura material africana e aquela afro-brasileira. Os espaços não dialogavam entre si. Por ser um museu etnográfico contemporâneo, poderia ter tido o cuidado de inserir os objetos em uma descrição etnológica mais apurada e menos circunstancial. A ausência de documentários de antropologia visual, por exemplo, com o povo de santo baiano, pareceu-me inexplicável. As peças estão ali com a sua potência material originária em

pose nas vitrinas; queremos ouvir suas histórias mas não conseguimos enquadrá-las em um contexto temporal; dividem o mesmo espaço mas estão separadas.

**Limbo e crise institucional.** Logo no nosso primeiro encontro, quando expliquei a Jocélio dos Santos os objetivos da minha pesquisa, ele me colocou a par da situação administrativa em que se encontrava o CEAO, naquele momento: perda de autonomia, liquidação do cargo de diretor, um regimento ainda não aprovado, principalmente, a Reitoria, que no passado cogitara em transformar o centro em um instituto, voltara atrás. Acenou-me que havia divergências entre os pesquisadores. Dias após, quando o entrevistei, perguntei a respeito e ele me respondeu mais detalhadamente:

O processo todo começou com uma decisão do Conselho Universitário. Porque eram órgãos complementares, eram órgãos pertencentes, três órgãos pertencentes à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, órgão suplementar, assim designado, com autonomia, inclusive com cargo de direção, função gratificada a ser estabelecida na estrutura da universidade: o NEIM [Núcleo de Estudos interdisciplinares sobre a mulher], o CRH [Centro de Estudos e pesquisa em Humanidade], o CEAO. A decisão do Conselho Universitário, na reforma do regimento da Universidade, foi acabar com esse status e passar aos órgãos a determinação de não mais ter cargo de direção, haver uma coordenação e uma subordinação à Faculdade de Filosofia (Jocélio dos Santos, Entrevistas CEAO, p. 2).

Com a passagem a órgão complementar, perdeu-se a autonomia administrativa e financeira, impossibilitando, inclusive, a ordenação de despesas de pequeno custo, provocando uma acefalia na atividade dos professor, resultando na seguinte situação: "para assumir cargo de direção, antes, com função gratificada, você era liberado de uma disciplina, você não tinha que ter a carga horária de oito horas semanais, isso não é assegurado mais aos coordenadores. Quem assumir a coordenação, necessariamente, tem que continuar com a mesma carga horária departamental" (*Ibidem*, p. 18). Na avaliação de Jocélio dos Santos, a decisão do Conselho Universitário traduziria uma situação de microdisputas pelo poder, refletiria muito disputas políticas e institucionais, de representações institucionais. No Conselho Universitário, a presença institucional maior, de votos, estaria com os diretores das unidades. Majoritariamente, eles aprovaram. Microdisputas não somente da representação mas também de recursos. Esses órgãos (CEAO, NEIM, CRH) tinham uma capilaridade na consecução de recursos fora da universidade, de obter respostas rápidas que muitas das unidades

não possuíam ou não tem. O volume de recursos que entravam nesses órgãos incomodaria, principalmente, as unidades e também uma parte da administração central (*Ibidem*, p. 18):

O Ministério da Cultura que financiou Afro-Ásia. Então põe aí recursos do Ministério da Cultura, tudo captado através de edital, ou de propostas que a gente elaborava e levava, Ministério da Cultura, Ministério da Educação, CONEAFRO, Ministério da Saúde com as bolsas, a Fundação Ford com o SEPHIS (South-South Exchange Programme for Research on History of Development) que era um programa de desenvolvimento do governo holandês para programas Sul-Sul, que possibilitou a página da Afro-Ásia estar com todos os números desde 1960 disponibilizados. Fundação Ford financiando por mais de 5 anos a Fábrica de Ideias, que era um curso com participação de professores que vinham dos Estados Unidos, ficavam quinze dias aqui. O programa de intercâmbio que Jeferson [Bacelar, professor do CEAO] coordenou, chamado CIEE, Council International Exchange Education, que semestralmente estavam aqui, inicialmente, 70 alunos, depois ficaram 40, alunos de universidades americanas, de um pool de universidades americanas. Ficavam aqui durante um semestre tendo aulas de português lá no Instituto de Letras e de cursos de cultura brasileira, aqui no CEAO (Jocélio dos Santos, Entrevistas CEAO, p.18-19).

Com a decisão do Conselho Universitário, segundo Jocélio dos Santos, veio a formar-se um limbo institucional. Quem estava na direção do centro, diante do quadro formado, não quis terminar o mandato. Criou-se uma comissão com três professores, Jeferson Bacelar e Luís Nicolau Pares e Claudio Furtado, todos três antropólogos. A comissão não resistiu muito tempo e formou-se outra com dois funcionários e um antropólogo, que logo após, aceitou dirigir o Museu de Arqueologia. O limbo continuava e a acefalia aumentava. Nessa situação, o diretor da Faculdade de Filosofia e os funcionários pediram a Jocélio dos Santos que assumisse temporariamente a coordenação, sem cargo ou remuneração, com o objetivo preciso da feitura e da aprovação de um novo regimento, que esperava ser aprovado desde 2009. A direção da Faculdade de Filosofia atendia que a coordenação decidisse internamente, o que não acontecia. A tensão entre os professores e funcionários aumentava. Jocélio me relatou que fora elaborada uma proposta, que se fizera uma reunião com os funcionários, dois meses antes da nossa entrevista, pra rever essa proposta, que, com pequeníssimas alterações, foi apresentada na Congregação para avaliação: o CEAO, como fora posto pelo Conselho Universitário, continuaria como um órgão complementar da Faculdade de Filosofia. Quatro professores, no âmbito da Pós-Graduação, porém, tentavam levar adiante a proposição de criação do Instituto que tinha sido

elaborada seis anos antes (Entrevistas CEAO, pp. 19-20). Essa era a tensão que manifestava nos dias que eu frequentei o CEAO e senti de perto, porque essa divergência contrapunha Jocélio dos Santos e Livio Sansone, os meus interlocutores:

Para te dar uma maior clareza em termos de informação, essa proposta de instituto a gente elaborou a cerca de seis anos atrás. Havia um consenso naquele período, entre todos que estavam aqui e que também participavam da Pós-Graduação. Foi feita a proposta, houve aceite dos professores, uma boa parte sinalizava uma carga horária que disporia pra cá, outros diziam que sairiam dos seus departamentos se o CEAO virasse Instituto, porque a nossa estrutura é de Departamento que pertence à Unidade, no caso, departamento de Antropologia e Faculdade de Filosofia. Então, havia um consenso naquele momento. A proposta foi levada mas foi engavetada pelo Reitor. A Reitora a seguir, a gente pressionava, ela disse que iria avaliar com a gestão dela mas engavetou também. E agora esses colegas estão voltando à carga. Só que agora, também, não é mais um consenso. Há um dissenso sobre a possibilidade de se propor esse instituto. Por argumentos que vão do tipo: não vou sair do departamento para ir para outro órgão; a Reitoria, o novo reitor, provavelmente, não vai levar essa proposta adiante; relações pessoais tensas que se deterioraram ao longo desses seis anos, que não se vê nenhuma possibilidade de trabalhar no mesmo recinto, muito menos na instituição. Então, é esse o quadro que a gente se depara (Jocélio Teles dos Santos, Entrevistas CEAO, p. 20-21).

Eu viajei um ano e esperava que ficando fora um ano que a coisa tivesse se acalmado. Eu voltei aqui a situação é tensa, as relações, as pessoas não se falam e isso não é bom para a instituição. Então eu estava tentando uma composição. Idealmente qualquer universidade decente teria coragem de transformar o CEAO em um instituto de ensino e pesquisa. Por enquanto não parece possível e então será um Centro complementar mas o que nós queremos é que seja também de ensino, pesquisa e extensão, de publicações e ensino, ter o Pós-Afro. É a única forma que futuramente teremos de poder fazer concurso e crescer, o que a CAPES exige, é o instituto. Quando tem que fazer concurso, tem que ser o departamento, tem que ter as pessoas com o nosso perfil. Então a ideia é avançar nesse sentido, incorporar o Pós-Afro, com toda a sua independência, ao CEAO, manter também no estatuto, no regimento, a dimensão ensino. Jamile, Furtado [Claudio] e eu fizemos [um] texto de emendas do texto regimento que o Jocélio elaborou, isso vai circular e esperamos poder compor para prosseguir com Jocélio que tem sido muito rígido, muito pouco diálogo, essencialmente [...] O CEAO é uma referência, você tem que manter essa bandeira levantada, entende? Depois, de porta fechada, a gente pode fazer qualquer coisa, facada, não é importante. (Livio Sansone, Entrevistas CEAO, p. 41).



Se Sansone explicitava a perda de autonomia do CEAO em termos de posição e prestígio científicos do centro, a sua colaboradora principal, a professora Jamile Borges, preocupava-se mais com a perda de autonomia orçamentária e financeira, que gerava muitos problemas ao projeto do Museu Digital:

Um órgão que não tem autonomia financeira, tem uma relativa autonomia administrativa, tem um programa de Pós-Graduação que está no CEAO mas que não é do CEAO, é do departamento de Antropologia, está na Faculdade de Filosofia, quase tudo que nós fazemos tem de passar pela via da Congregação, ou seja não tem autonomia para desenvolvimento de um projeto desse porte, que hoje transita dos dois lados do Atlântico, é muito complicado. Nós ficamos muitas vezes de mãos atadas. Para desenvolver uma coisa simples, oferecer um curso de extensão, você não tem como oferecer um certificado porque você não tem como imprimir um papel de certificado. [...] Eu acho que, talvez, estar vinculado à Faculdade não é um dos maiores problemas. O maior dos nossos problemas é não ter uma autonomia orçamentária. Não temos papel, não temos condições de oferecer um café pro colega que chega aqui. E isso traz, obviamente, desgaste das relações pessoais. E isso é muito ruim. (Jamile Borges, Entrevistas CEAO, p. 65).

Um dia antes de ir embora, almocei com Jocélio. Ele tinha apenas estado com o Reitor (ex-diretor da Faculdade de Filosofia). O documento de Sansone, Borges e Furtado fora entregue à direção da Faculdade de Filosofia. Contestava o regimento já encaminhado por Jocélio dos Santos e que tinha o apoio da maioria dos funcionários e professores do CEAO. Jocélio dos Santos criticava a falta de discussão dos quatro colegas com os demais interessados. Segundo ele, a proposta de Sansone e companhia "enfraqueceria mais ainda a posição do CEAO". Insistindo com a proposta de Instituto, que não encontraria sustentação no Conselho Universitário, adiar-se-ia mais ainda a resolução do vácuo administrativo do CEAO, era a sua posição.

**Uma oficina de ação afirmativa movimentada.** Como já expliquei antes, a razão por ter escolhido novembro como mês de pesquisa em Salvador foi a certeza que alguns eventos interessantes para a pesquisa ocorreriam durante o “Novembro Negro” como era chamado, e as comemorações do dia da “Consciência Negra” (20 de novembro). Na manhã do dia cinco, Jocélio dos Santos me mandou o aviso de duas iniciativas sobre as cotas. Uma delas aconteceria, durante todo o dia seguinte, no

próprio CEAO. Era organizado pela professora Elisabete Pinto, da Faculdade de Educação da UFBA. No e-mail, que Jocélio dos Santos encaminhou, a professora dizia: "Prezado, segue a programação da Oficina do dia 6 de novembro. É um evento bastante pequeno e se configura como uma oficina de trabalho. Atenciosamente, Elisabete Pinto". Combinei com Jocélio, adiamos a entrevista que tínhamos marcado e escrevi imediatamente à professora. À noite chegou o aceite ao meu pedido de inscrição: "Sinta-se convidado. Fortíssimo abraço. Elisabete Pinto". O e-mail continha 4 anexos e a programação no corpo da mensagem:

#### OFICINA: UFBA AFIRMATIVA QUE TEMOS E QUE QUEREMOS

(A Lei 10.639 no Contexto do Ensino Superior: Estratégias para implementação na UFBA).

##### Programação

9h00 - Construção de Políticas Afirmativas: transversalização das questões étnico-raciais.

· Diagnóstico:

Ações Afirmativas na UFBA – O CEAFFRO uma experiência que agregava. A população negra e a UFBA – encontros e desencontros.

· Pensando em construir uma política de ações afirmativas

1. No âmbito da graduação
2. No âmbito da extensão
3. No âmbito da pesquisa

Para este momento devemos pensar na missão e objetivos de cada área e precisar como estas irão transversalizar a questão étnico-racial considerando:

1. A organização dos serviços
2. Informação à população
3. Produção do Conhecimento
4. Capacitação Profissional
5. A permanência e pós- permanência
6. Financiamento

12h00 – Intervalo – Almoço

13h00 - Preparação para discussão com os pró-reitores

14h00 - Discussão com os Pró-Reitores

Olival Freire – Pró-Reitor de Pesquisa

Penildon Silva Filho – Pró-Reitor de Graduação

16h00 Intervalo

16h30 - Encaminhamentos

17h30 - Encerramento

Organização: Rede de Combate ao Racismo e Intolerância Religiosa – SEPROMI- Governo do Estado da Bahia.

Coordenação de Ações Afirmativas/PROAE

O primeiro dos anexos era um *flyer* que reproduzia a programação acima e os outros três continham planilhas. Todos eram ilustrados com imagens de orixás. É significativo que a reivindicação por um espaço à juventude pobre e negra dentro das escolas superiores públicas seja ligado a uma marca de identidade religiosa afro-brasileira: uma luta política através de uma "ressignificação de disputa simbólica", diria Jocélio dos Santos (2005, p. 236). No dia seguinte, cheguei pontual à oficina:

O encontro estava marcado no auditório Milton Santos. Entrando, vi uma senhora negra em pé que falava a outra senhora sentada. Aproximei-me e apresentei-me. A senhora em pé é a professora Elisabete. A senhora que está sentada, Dona Norma, moradora do bairro do Beiru e que se movimenta pela organização da população local. Pouco a pouco, durante o dia, ficarei sabendo que Dona Norma e a professora Elisabete colaboraram e colaboram em alguns projetos. O tempo passa e ninguém mais chega. Elisabeth inicia assim mesmo. Ela faz uma pequena exposição do objetivo da sua oficina e se apresenta. É professora da UFBA, assistente social. O sotaque denuncia que é de São Paulo. Várias vezes, durante a jornada, falará de sua origem de filha de empregada doméstica (cozinheira). Traz consigo um texto sobre a oficina que é citado na programação enviada: “Construção das Políticas Afirmativas: transversalização das questões étnico-raciais”. Leio todo o texto e, quando tenho dúvidas, peço explicações.

Depois que acabo a leitura e ainda somos apenas três, Elisabete Pinto se senta ao nosso lado e dá a sua visão das questões acenadas no escrito. Usa sempre imagens muito fortes. Explica que é necessário fazer com se aplique o que está escrito no artigo 37 da Constituição, que não se pode ficar à mercê de interpretações pessoais, que o poder público está acima do pessoal. Ilustra que o CEAO é um exemplo do que fala. O CEA Afro [Educação para a igualdade racial de gênero] foi quem conseguiu a ocupação do espaço; que muito da reestruturação foi feita com recursos que o CEA Afro angariava com organismos internacionais. Elisabete Pinto cita o CEA Afro como um trabalho de extensão que deveria ser incorporado pela universidade e não colocado fora do espaço. Na época que isso aconteceu, tinha sido procurada pelo coletivo para que assumisse essa responsabilidade, qual professora da UFBA (embora não fosse lotada no CEAO). O que não foi levado em conta pela Reitoria. Diz que se sentiu envergonhada,

humilhada, não por si, mas pelo trabalho daquelas mulheres negras. Ressalta o papel social da universidade e argumenta que os professores não deveriam estar somente preocupados com suas pesquisas.

Faço anotações no meu bloco de rascunhos. Isso lhe incomoda. Diz-me que estou ali para contribuir e não só para tomar notas. Respondo-lhe, muito serenamente e olhando firme nos seus olhos, que eu teria muito a contribuir se me informasse melhor sobre as questões colocadas e que ouvir atentamente era uma forma de participação da mesma forma importante e significativa. A professora Elisabete se desarma um pouco, continua a falar e eu continuo a anotar o que me interessa. Citando diversas leis e portarias, ela defende uma política mais inclusiva de acessibilidade, um controle social da implementação da política de cotas, uma política de pesquisa que privilegie o argumento. Tudo é defendido enfática e assertivamente, sem que se possa haver dúvidas (Caderno de campo 3)

Às 10h30, chegou um rapaz (Tácio), aluno da professora Elisabete da graduação. Em seguida, sobre o tema “o que serve a pesquisa na universidade”, Dona Norma intervinha, incentivada por Elisabete Pinto a falar da sua experiência no Beiru. Um relato feito só para mim.

Refere-se aos pesquisadores que aparecem na comunidade: observam, entrevistam, mas não dão uma “devolutiva”. Agora, quando alguém quer fazer uma pesquisa, deve assinar um contrato, onde se estabelece que se o pesquisador “não dá uma devolutiva”, está sujeito a uma multa. Mais tarde, sob meu pedido, Dona Norma fala um pouco do Beiru. O bairro é localizado próximo ao Centro Administrativo. Lembro-me que quando vim pela primeira vez a Salvador (1973-74), o Centro Administrativo estava sendo construído e que a cidade expandia-se para aquelas bandas, então repleta de dunas. O Beiru nasceu naquela época, naquele areal. Eram trabalhadores que tinham ido trabalhar nas obras. Agora são mais de 160 mil pessoas e Dona Norma explica que, devido ao crescimento, a prefeitura vai estabelecer duas unidades administrativas. Fala do que já foi conseguido (posto de saúde, em primeiro lugar). Conta, que na sua luta, bateu em diversas portas da UFBA para conseguir alguma forma de ajuda à comunidade. Dona Norma traz consigo um bloquinho de rascunho da "Rede de Combate ao racismo e à intolerância religiosa Nelson Mandela". Elisabete Pinto conta do projeto de capacitação que realizaram juntas visando preparar pessoas a criar novos projetos, estratégias, planejamento estratégico (durante a jornada, Elisabete repetirá por diversas vezes esse relato e pedirá à Dona Norma de confirmá-lo). Diz que Dona Norma foi “passada a ela” porque a professora “era assistente social” (Caderno de campo 3).

Pouco a pouco, outras pessoas vão aparecendo.

Às 11h entra um cidadão reclamando que não havia sido chamado, reivindicando que é seu direito ser avisado. O estilo é impositivo: não tem pedido de licença, o tom de voz é alto e a razão está da sua parte. A professora Elisabete aceita tranquilamente a situação, logo ele se acomoda e tudo se acomoda. Gervaldo, porém, continua falando sozinho, interrompe os argumentos. Nota-se que está alterado. Entra uma senhora (Ligia). Trabalha na prefeitura, acabou recentemente o mestrado e está tentando o doutorado. Chegam mais alunos da graduação. A professora Elisabete os convocou para fazer ali, durante o intervalo, a sua aula e, certamente, para haver maior público.

Assoma-se uma senhora de Feira de Santana. Elisabete Pinto fez com ela um curso de extensão para sacerdotes do candomblé. Chama essa ação de “militância proativa”. Os recursos foram obtidos de um projeto maior intitulado "Permanecer". (Durante o dia, este exemplo vai ser mencionado diversas vezes). Logo após entra Lázaro, que se apresenta como professor da Universidade Estadual, e Ademário, ex-aluno UFBA, que participou à criação do núcleo de universitários negros na universidade. Passa-se à discussão e ao preenchimento das planilhas com repetidas interrupções do senhor Gervaldo. Elisabete Pinto está falando que na UFBA falta o controle social que é previsto na lei e na Constituição. Ela afirma que não tem. Gervaldo diz que nunca será feito. Ela insiste que se deve buscar ter. Gervaldo fala alto: "Eles vão cortar!". "Não podem me cortar, sou servidora pública, não podem me cortar e nem cortar a minha língua", responde a professora. "É porque a senhora é como eu, ousada!", conclui Gervaldo, enfaticamente. Ousada é pura Bahia.

A discussão torna-se, com a presença de novos elementos, mais animada e profícua. Várias sugestões são colocadas e duas das planilhas (Graduação e Extensão) são preenchidas. Algumas questões são mais difíceis de imaginar por certa ignorância, penso eu, dos meandros burocráticos da universidade e, também, por certa rigidez da parte da professora Elisabete que, muitas vezes sem perguntar, coloca diretamente na matriz suas propostas, que só eu e Dona Norma tivemos visão anteriormente, o que gera perplexidade. Algumas discussões, porém, chegam à conclusão. A formação de cursos pré-universitários de capacitação para o acesso à universidade é uma delas. O professor Lázaro traz o exemplo do Smith College (estudou por lá). Elenca-se o que a universidade ganha com isso. Lembra-se que deveria ser feito principalmente para os cursos “imperiais”: Medicina, Direito e Engenharia. Lembramos também e tentamos imaginar o que seria uma acolhida ideal ao estudante cotista (insisto muito sobre esse tema). A essa altura, eu já participo ativamente à discussão. Criamos um modo de

convivência: Gervaldo fala, interfere e nós passamos adiante, sem preocuparmos a responder cada disparate seu. Creio que algumas pessoas já o conhecem. “Era um militante do movimento negro que tem alguns problemas psíquicos”, disse-me Lúgia, no intervalo para o almoço (Caderno de campo 3).

Minha primeira experiência de observação participante em Salvador se estava revelando, no mínimo, movimentada. Até o intervalo do almoço, eu não conseguia identificar bem o porquê daquela oficina, embora fosse claro, pela sua apresentação, que a professora Elisabete aspirava a fazer parte do quadro docente do CEAQ. Ela tinha se sentido envergonhada, humilhada mesmo, quando a Reitoria não havia aceitado a sua proposta de responsabilizar-se pelo CEAQRO (“uma experiência que agregava” dizia o programa), que eu não sabia bem, até então, o que era e o que representava. Como essa questão se relacionava com as ações afirmativas, era para mim um mistério. Às 13h, acabava a primeira parte da oficina e saímos para almoçar. A professora Elisabete ficou no auditório com seus alunos de graduação. Voltei às 14h e nem sinal de início da segunda parte.

Algumas caras novas no ambiente. Chegou Vilma Reis, socióloga, fundadora do CEAQRO e atualmente na SEPRQMI, Secretaria Estadual de Promoção da Igualdade. Espera-se com certa trepidação a chegada dos pró-reitores. Arrumam-se as cadeiras, mudando a disposição em um círculo. Elisabete completa a última planilha sozinha, Ademário Almeida faz cópias de documentos que depois serão distribuídos aos presentes. Alguns tentam arrumar a ligação do projetor com o *PowerPoint*, mas na tela a imagem de fundo continua irremediavelmente verde e, no laptop, nada aparece. Finalmente, por volta das 15 horas, a comitiva entra no auditório, embora desfalcada, sem a presença do Pró-reitor de Pesquisa e, momentaneamente, sem o Pró-Reitor de Graduação. Porém, é presente a Pró-Reitora de Extensão Fabiana Brito. Com ela a Pró-Reitora de Assistência ao Estudante, onde se encontra a Coordenação das Ações Afirmativas, Cássia Virginia Bastos Maciel.

O ambiente se animou ulteriormente. Vilma Reis e Elisabete Pinto entravam e saíam fazendo fotocópias de diversos documentos. Ademário Almeida conversava animadamente com Vilma Reis. Ambos pareciam combinar suas intervenções. Cássia Maciel saía e entrava telefonando, confabulando com suas duas assistentes. Constatei que eram essas as pessoas que haviam preparado o encontro e que eram as mais interessadas ao seu êxito. O desenho da tela começava a aparecer.

A professora Elisabete tenta reiniciar a reunião, o que é feito com gente que fala, gente que se movimenta, gente que telefona, gente que tenta dar um jeito na cor verde do projetor. Elisabete Pinto repete as reflexões que tinha feito pela manhã. Passa a palavra a Vilma Reis que relata a criação do CEAFFRO, que ela descreveu como um grupo de 26 mulheres negras e intelectuais. Afirma que o CEAFFRO tinha ocupado aquele espaço, onde estávamos reunidos agora, através dos recursos que coletavam com instituições estrangeiras. Lembrou quando a sede do CEAO era no Pelourinho e tinha se transferido para essa casa. Conta de como, com a presença do CEAFFRO, aquele prédio que fora uma residência privada de 1916 a 1945 (as datas não batem com as que Jocélio me dissera), depois tinha sido passado ao MEC como pagamento de dívidas e que ali instalara uma delegacia regional até o governo Collor. Apresenta, então, os textos feitos pelo núcleo de universitários negros da UFBA que ela e Ademário tomaram parte e distribui algumas folhas. O título do texto é "7 anos das Ações Afirmativas na UFBA. E daí?". É datado 17 maio de 2011, há mais de três anos! Quando eles ainda eram estudantes... Tudo isso é falado com um *pathos* como se ali estivéssemos em uma grande assembleia, e erámos, naquele momento, aproximadamente 20 pessoas. Explica como a Reitoria, de fato, tirou a autonomia do CEAO (complementar-suplementar). Nesse momento, uma intervenção confusa de Ademário Almeida embaralha as várias questões burocráticas e administrativas e a Pró-Reitora de Extensão, Fabiana Brito, gaúcha, nova na cidade, pede explicações. Pareceu-me que não conseguia bem situar o que era CEAO, CEAFFRO, SOPRIMI, não se encontrava no emaranhado de acrônimos. (Caderno de campo 3).

A Pró-Reitora Cássia Maciel tentava explicar a todos, embaraçada, os motivos do atraso do Pró-Reitor de Graduação. Havia muita expectativa quanto a sua chegada. A sua presença era a razão principal da presença de todos, notei. Cássia Maciel saiu mais uma vez do auditório para telefonar. A sessão vai adiante.

Elisabete Pinto insiste em discutir, mostrar, as planilhas elaboradas. O clima, porém, é só de espera. Esboça-se a tentativa de uma nova apresentação, um a um, dos presentes. Finalmente o Pró-Reitor de Graduação chega. Ouve-se um ah! coral. Alívio geral. Nova rodada de apresentações (a terceira). Elisabete segue expondo a planilha de Extensão, preenchida pela manhã. A Pró-Reitora, Fabiana Brito, apresenta perplexidade sobre algumas propostas. Tenta mostrar como a práxis administrativa universitária não é tão linear como havíamos delineado.

O Pró-Reitor de Graduação Penildo Silva, jovem médico branco baiano, coloca questões, também pertinentes, sobre a proposta contida na planilha de uma TV-rádio universitária junto às comunidades. Diz que a TV (não existe rádio) funciona somente no âmbito universitário, inexistindo participação fora desse contexto. Cássia, a Pró-Reitora de Assuntos Estudantis, coloca-se contrária à proposta de uma Pró-Reitoria de Ação Afirmativa, pois enfraqueceria a sua ação nesse momento. É uma moça preta, com ótima expressão retórica e vocabular e que denota uma prática política em movimento sociais. Elenca uma série de iniciativas que tomou, pedindo relatórios de vários programas e bolsas. Mostra haver uma estratégia para fazer vir à tona uma série de irregularidades já cristalizadas no interior da instituição e que tiram recursos para avançar em uma política de ação afirmativa. A Pró-Reitora de Extensão corrobora com as questões levantadas por Cássia Maciel (Caderno de campo 3).

Até aquele momento, eu não tinha percebido completamente como Cássia Maciel e Elisabete Pinto haviam preparado essa oficina, com a colaboração de Vilma Reis. Após as intervenções de Vilma Reis e, principalmente, aquela da Pró-Reitora, Cássia Maciel, o quadro geral mostrou-se mais acessível ao meu entendimento. Existia uma estratégia e era concordada. O que pareceu-me ao início muito confuso e desarticulado, tinha um sentido e um rumo traçado:

1º) o lugar não fora escolhido ao acaso: era importante discutir a autonomia do CEAO no seu próprio terreno e assim reafirmar o vínculo CEAFFRO/CEAO, colocando *en passant* a possibilidade de um ingresso da professora Elisabete no quadro de professores do centro de estudos como uma proposta exequível a garantir a permanência do CEAFFRO;

2º) o momento também: convocando o encontro dois meses após a posse da nova Reitoria e durante o Novembro Negro reafirmava-se a centralidade do movimento também para a nova Reitoria e para o CEAO;

3º) a escolha dos convidados de honra, os Pró-Reitores: desvelava a intenção de criar um grupo de apoio dentro do Conselho Universitário a essas propostas. As planilhas de Elisabete Pinto buscavam reforçar a posição de Cássia Maciel, entre os seus pares, uma Pró-Reitora negra, incluindo às suas propostas o apoio de base do movimento negro: novos projetos de cursos de extensão no lugar daqueles que desviariam os recursos às propostas inclusivas, ou seja, independente das planilhas as propostas já existiam;

4º) A presença de Dona Norma reforçava a aprovação àquelas iniciativas de "militância proativa" que haviam, com os cursos de extensão, levado a universidade às comunidades, como aquelas apresentadas e reafirmadas insistentemente pela professora Elisabete Pinto;



5º) A presença da socióloga Vilma Reis, como integrante do CEAURO e funcionária da SOPRIMI, acrescentava um órgão público do Governo do Estado da Bahia no leque de sustentação às reivindicações, mesmo que não fosse feito de uma maneira oficial.

Elisabete Pinto segue a exposição da planilha da graduação. Chegam mais pessoas. Uma delas, Trícia Calmon, pede a palavra. Negra de cabelo *black power*, Trícia Calmon faz uma intervenção sobre a história do movimento negro na cidade, com uma visão bastante crítica. Vilma Reis, ao meu lado, inquieta-se. Fala também Jamile Borges, vice-coordenadora do Pós-Afro, responsável, com Livio Sansone, pelo Museu Digital. Tenta contextualizar os vários aspectos da relação UFBA/CEAO/Movimento Negro, sublinhando os meandros administrativos complexos conexos (Caderno de campo 3).

A reunião prosseguiu em tom de denúncia e desabafo. As intervenções não eram mais concentradas nas organizadoras do encontro. Muitos participantes pediam a palavra. Várias falas denunciavam que a UFBA não divulgava os seus vestibulares nas escolas públicas. Pediam que fossem feitas caravanas universitárias nos colégios públicos. Cássia Maciel fez um relato duro de como tinha sido recebida com frieza em uma reunião do Conselho da Faculdade de Medicina. Algumas intervenções apontavam para as dificuldades de permanência dos estudantes cotistas.

Chegam duas jovens estudantes de medicina, negras, cotistas, vestidas de branco. São saudadas com alegria por Vilma Reis. Penildo Silva, Pró-Reitor de Graduação anui que algumas propostas da planilha de graduação são exequíveis e outras necessitam ser discutidas entre os pró-reitores. Esboça-se um acordo de concentrar em Cássia Maciel as propostas, montando um corpo mais coerente, que possa ser levado à Reitoria e ao Conselho Universitário. Os argumentos se sobrepõem. Vilma Reis pede para intervir sobre a fala de Trícia Calmon. Ressalta que o movimento voltou e que não vai deixar mais uma vez que as conquistas alcançadas sejam esquecidas. Chega outro militante que fazia parte do coletivo de universitários negros e é muito saudado por Vilma Reis. Funcionário da UFBA, ele compromete-se em público a prestar plantão na Coordenação de Ações Afirmativas. Ademário Almeida faz uma intervenção veemente defendendo a publicação dos nomes dos estudantes cotistas (Caderno de campo 3).

A intervenção de Ademário Almeida provocou objeções e ponderações da parte de Cássia Maciel. Ela assegurou que a universidade, e o seu setor em particular, já possuía esse dado. Penildo Silva, também, mostrou perplexidade. Informou que a não divulgação da lista dos cotistas foi decidida em prol da privacidade dos alunos. Mostrou-se disponível a considerar os argumentos de Ademário Almeida que vão no sentido de uma maior organização dos cotistas para enfrentar as discriminações unidas e não de modo disperso.

As duas estudantes de Medicina interveem e relatam casos de provocações dentro da sala de aula da parte dos professores e de separação dos cotistas dentro das classes. Falam também das dificuldades que alguns colegas têm em assumir a condição de cotista, preferindo o anonimato. Relatam que, a pedido de Cássia Maciel, tentaram formar uma comissão (ou a assinatura de um documento) e o intento revelou-se muito difícil. Suas intervenções são saudadas com aplausos, principalmente da parte de Vilma Reis que tinha claramente incentivado a manifestação. Cássia Maciel diz que muitos alunos cotistas perdem a oportunidade de contar com algumas facilidades porque não vão até a Coordenação reivindicar seus direitos. Pró-Reitora fala da desinformação e da nova direção do diretório estudantil que não se preocupa com essas questões (Caderno de campo 3).

Desde o começo da tarde um rapaz beninense era presente à reunião. Em nome da democracia, pedem que ele se pronuncie. Ele, num português muito precário, solicitou que o ajudassem financeiramente a realizar uma viagem de volta ao Benin (se entendi bem). Pediu a palavra também um senhor para falar sobre Carybé - "casado com uma branca de classe rica e que copiou os desenhos dos orixás" - e de seus herdeiros que querem retirar os orixás de um certo artista baiano do Dique do Tororó. Passam entre os presentes cartões postais com imagens de orixás (seria para ajudar o rapaz do Benim?). A reunião começava a perder sentido e o cansaço atingira a todos e todas.

Vilma Reis saúda um rapaz que trabalha na SOPRIMI que chega ao local. Durante o encontro ela tinha distribuído alguns flyer sobre a SOPRIMI e o estatuto da igualdade racial aprovado pelo Governo do Estado. Cássia Maciel e Penildo Silva pedem licença para se retirar pois devem participar à posse do Reitor na Academia Baiana de Letras. A Pró-Reitora de Extensão, Fabiana Brito, desde seis e meia, já tinha se retirado. Todos querem terminar mas Elisabete Pinto repete mais uma vez as histórias do curso do Beiru, da reunião das domésticas com a

senadora Lidice da Mata, pede mais uma vez que Dona Norma se apresente e fale. Dona Norma diz que a discussão se concentrou muito “pelas coisas universitárias” e ela não deseja mais intervir. A reunião, convocada como oficina, encerra-se por volta das 19h30. Jornada longa de trabalho de campo (Caderno de campo 3).

**Um processo de mudanças no tempo.** A participação à oficina de trabalho sobre as ações afirmativas na UFBA permitiu-me de exteriorizar etnograficamente aspectos singulares das relações políticas e institucionais que o CEAO mantinha naquele contexto. Em particular, com a comunidade negra de Salvador, esse grande guarda-chuva que Jocélio dos Santos considerou como pouco revelador, em termos analíticos, das diversidades políticas e religiosas dos seus atores (entrevista CEAO p.7). Procurarei agora interiorizar como essas relações se processaram no tempo histórico, aproximando-me às razões que determinaram certas mudanças.

Foi Jocélio dos Santos que em sua entrevista (Jocélio dos Santos, Entrevistas CEAO, p. 7) chamou-me atenção para o fato que o CEAO, no início dos anos sessenta, dentro de uma universidade elitista, reprodução de uma elite baiana, abriu espaços não somente à pesquisa e ao intercâmbio internacional com alunos africanos. Antes de tudo, o CEAO constituiu-se enquanto espaço aberto, com mostras, palestras, cursos de ioruba, hebraico, japonês, árabe, russo e, inclusive, um curso da arte floral nipônica do ikebana. Ministraram-se, também, cursos de aprofundamento temáticos sobre o Islã, a civilização árabe, as estruturas políticas africanas, a história da África negra pré-colonial e sobre as etnias e culturas africanas no Brasil. Este último curso foi organizado pelo professor Vivaldo da Costa Lima, que após uma temporada em África como bolsista do CEAO, realizou "um levantamento etnográfico das casas de candomblé da Bahia, com vistas a uma melhor compreensão da vida religiosa do povo baiano" (Afro-Ásia 1965 v. 1 p. 126). Então, o CEAO já saíra do subterrâneo onde estivera confinado para não ferir as suscetibilidades do Conselho Universitário e passara a uma sede pública no Garcia, bairro de Salvador.

Esse é o terreno onde, por diferentes formas, segundo Jocélio dos Santos, reproduziu-se "um perfil de direção e de práticas dentro do órgão relacionado com demandas também vindo de fora da universidade, de uma comunidade, principalmente a afro-religiosa que somente em 1976 vai sair da condição de não-religião, em janeiro de 76, com o governador Roberto Santos [...]" (Jocélio Santos, Entrevistas CEAO, p. 8). O CEAO passa a abrigar o povo de santo, com cursos, seminários e congressos. Jocélio dos Santos recordava ainda que um diretor do CEAO, hoje aposentado, dizia "aqui nos anos sessenta, o povo do santo sentia que o CEAO era sua casa" (*ibidem*, p.7). Não por acaso, em maio de 1981, o CEAO esteve à frente da organização do “Encontro de Nações do

Candomblé", do qual editou os anais em 1984<sup>5</sup>. Uma boa parte das notícias Informativos CEAO eram dedicadas ao universo das religiosidade afro-brasileira:

#### TERREIROS EM FESTA

[...] Após restaurado pelo Instituto do Patrimônio Artístico da Bahia (IPAC-BA) o terreiro Obá Fé Kan Fé Olorun reabriu este mês, realizando a Festa de Xangô nos dias 17, 18 e 19. A ideia de restauração da casa surgiu no CEAO, durante o "Encontro de Nações do Candomblé", que ocorreu em junho do ano passado, quando Maria de Xangô foi homenageada como uma das mais antigas ialorixás da Bahia (Informativo CEAO, 1982 Ano IV nº 6 p.5).

#### ORIXÁS INSPIRAM NOVA SÉRIE DE SELOS

Em solenidade promovida pela Empresa Brasileira dos Correios e Telégrafos e o Centro de Estudos Afro-Orientais, foi lançada para todo o país, dia 21, no Museu Afro-Brasileiro, a série Indumentária dos Orixás, composta de três selos, Xangô, Oxumaré e Iemanjá, cujo edital foi escrito pela diretora do CEAO, Yêda Castro (Informativo CEAO, 1982 Ano IV nº 7 p.1).

#### VALTER DE OGUN

Neste mês de abril, Valter de Ogun, filho de santo do Bogun, de nação jeje, esteve visitando o Togo e a República Popular do Benin. Antes de viajar, Valter esteve no CEAO, onde recebeu cartas de apresentação e informações sobre os países que iria visitar (Informativo CEAO 1984 Ano V nº 2 e 3, p. 3).

#### ILÊ AXÉ OPO AFONJÁ

No dia 23, foi publicado no Diário Oficial a lei municipal que delimita e institucionaliza a área onde está situado o terreiro Ilê Axé Opo Afonjá como área de proteção cultural. A lei representa uma vitória para a comunidade religiosa afro-baiana e, sobretudo, uma vitória para a Ialorixá Stella Azevedo que vem lutando bravamente para preservar a casa que governa por decisão dos orixás (Informativo CEAO, 1985 Ano V nº 7, p. 2).

FESTA NO ALAKETU. Assinala o início do ciclo de obrigações no tradicional terreiro da Yalorixá Olga de Alaketu que são realizadas anualmente, iniciando por Ogum e encerrando-se em setembro com a festa de Iansã.

A morte do Cipriano do Bogum, alabê da Casa Branca, cuja mãos mágicas traziam os orixás do Orum (Céu) para o Ayê (terra), virtuose dos atabaques, um dos maiores músicos da terra. E também a morte do barraqueiro do Mercado Modelo, Naim João Jorge, aquele que a cada dois anos viajava para a África, para trazer de Lagos, Cotonou e outras cidades do Benin e da Nigéria, Obi, orobô, ecodide, búzios e contas sagradas, indispensáveis ao culto dos deuses africanos na Bahia (Informativo CEAO, 1988, ano X nº E pp. 3-4).

---

<sup>5</sup> *Encontro de Nações do Candomblé*. Ianamá: Universidade Federal da Bahia, Centro de Estudos Afro-Orientais [e] Centro Editorial e Didático, 1984, Salvador.

A morte de Maria Bibiana do Espírito Santo, a ialorixá Senhora de Oxum, mãe de santo do terreiro de São Gonçalo do Retiro, o Centro Cruz Santa do Axé do Opô Afonjá, mereceu um grande destaque no nº4-5 da Revista *Afro-Ásia*. O artigo era ilustrado pela foto da ialorixá que recebia a visita dos primeiros bolsistas africanos que vinham ao Brasil graças aos esforços dos colaboradores do CEAO e do Itamaraty. Existia aí uma reciprocidade: a casa da mãe de santo convertia-se em casa dos hóspedes do CEAO. A memória histórica do centro de estudos estava ligada decisivamente a esse elo. Não só o povo de santo encontrou abrigo no centro de estudos, mas este construiu ao redor desse relacionamento e convivência, naquele período, a sua identidade científica.

O CEAO presta neste número de sua revista uma homenagem à memória da grande ialorixá, personalidade que marcou a comunidade com uma ação religiosa e social da maior importância. Amiga dos movimentos culturais e científicos da Universidade, Senhora estava sempre disposta a colaborar com o CEAO, recebendo em sua casa visitantes de vários países, especialmente das nações africanas que ali encontravam, surpreendidos e com emoção indisfarçada, as mais caras tradições de suas culturas, preservadas carinhosamente em meio à dinâmica de uma sociedade em mudança (*Afro-Ásia* nº 4-5 pp. 113-114).

No informativo nº 2, Ano IV (1982, p. 3) deu-se notícia do sepultamento, aos 101 anos, de Eduardo Mangabeira, um dos mais respeitados babalorixás baiano, da nação Ijexá. Tinha sido o portador do registro número 1(hum) da licença de funcionamento de um terreiro, no bairro de Brotas, "o que o autorizava a cumprir sua missão no tempo em que os terreiros eram perseguidos pela polícia. No informativo CEAO nº 7 do ano VIII (1986, p.3), vinha noticiado com destaque e pesar o passamento de Mãe Menininha do Gantois: "Com o seu desaparecimento abriu-se uma lacuna na vida religiosa afro-baiana, porém devido ao zelo, respeito e luta dedicados, uma página foi escrita na história da cultura religiosa afro-baiana".

Acompanhando os números do Informativo CEAO, que pesquisei na Biblioteca do centro de estudos - do Ano IV (1982) ao ano X (1988) -, consegui detectar alguns sinais de mudanças que se refletiam na identidade científica do CEAO. São os últimos anos da ditadura e o ciclo de ações coletivas conflituosas dos movimentos sociais brasileiros se intensificava e se espalhava pelos setores, categorias, grupos e classes sociais do país. No boletim do CEAO, o aparecimento de um novo sujeito político se manifestava: o movimento negro e suas lutas. O primeiro indício dessa mudança, por mim

anotado, constava do Informativo nº 2 do ano IV (1982, p.1) com dois parágrafos sobre o "Dia Internacional para a eliminação da discriminação racial", recordando da repressão ao protesto pacífico de Shaperville, na África do Sul, em 1960, quando foram mortos 69 manifestantes. A nota ligava a data à decretação do Ano Internacional de sanções contra a África do Sul. Em agosto de 1985, a Comunidade do CEAO se unia "ao repúdio universal pelo regime racista da África do Sul" (Informativo CEAO 1985, Ano VII nº 8, p.1). No mesmo número, na página 3, por ocasião da visita do prefeito de Maputo, Alberto Massanhane, vem assinalada a iniciativa do Comitê Antiapartheid da Bahia que promoveu na Câmara dos Vereadores um debate sobre o racismo na África do Sul e Austral. O prefeito moçambicano visitou também o Museu Afro-Brasileiro (*Ibidem*, p. 3).

O noticiário sobre as recorrências do Dia da Consciência Negra são um outro sinal significativo desse processo. Em novembro daquele ano, o Informativo assinalava duas exposições organizadas pelo CEAO e dedicadas à memória de Zumbi. Vem noticiado também a promoção pelo Grupo Comunidade do Maciel, no Centro da Cultura Popular, Forte de Santo Antônio Além do Carmo, da festa "Transafro" em comemoração da data de 20 novembro (Informativo CEAO, 1982, Ano IV nº 10, p. 1). Nos anos seguintes a ocorrência será sempre assinalada. O MNU (Movimento Negro Unificado) aparecia, também, nos boletins. Promoveria, em novembro de 1986, conjuntamente com o CEAO e o Centro de Pesquisa e Documentação do EMAC/UFBA, um curso sobre Pesquisa de Campo em Etnologia Afro-Brasileira, ministrado pelo etnólogo Guilherme dos Santos Barbosa, durante as atividades realizadas pelo Dia Nacional de Consciência Negra (Informativo CEAO, 1986, Ano VIII nº 9/12, p. 2):

#### CONSCIÊNCIA NEGRA E ZUMBI

Em todo o Brasil, em 20 de novembro, foi comemorado o "Dia da Consciência Negra". Na Bahia, o Movimento Negro Unificado e outras entidades negras realizavam uma vasta programação que contou com palestras sobre a situação do negro hoje, feiras de artes, apresentação de grupos de danças, missas [...] (Informativo CEAO, 1983, Ano V nº 11, p. 1).

#### O MÊS DA CONSCIÊNCIA NEGRA

Em todo o país foram realizadas atividades alusivas à data da morte de Zumbi, líder do Quilombo dos Palmares, 20 de novembro, considerado "O DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA".

No Rio de Janeiro, foi realizado o Kizomba - Festival Internacional das Artes Negras. Em São Paulo, a Prefeitura Municipal organizou uma série de atividades com participação, inclusive de baianos [...] Em Salvador, a Câmara Municipal inaugurou o retrato de Zumbi e outorgou o

título de cidadão da cidade de Salvador ao ator Mário Gusmão (Informativo CEAO, 1984, Ano VI, nº 11 p. 1).

#### 7 ANOS DO MOVIMENTO NEGRO

No dia 7 o Movimento Negro Unificado de Salvador comemorou seu sétimo aniversário de fundação. As comemorações foram realizadas na sede do MNU, na rua Roberto Studart nº 6, na Escadinha de Nazaré, incluindo palestras e um sambão (Informativo CEAO, 1985, Ano VII nº 7, p. 4).

#### CONSCIÊNCIA NEGRA NA BAHIA

Como acontece todos os anos, o dia 20 de Novembro, data da morte de Zumbi dos Palmares, deu origem à Semana da Consciência Negra em vários pontos do país.

Em Salvador, a Associação Beneficente dos Moradores do Engenho Velho da Federação promoveu um seminário de 18 a 21 cujo tema foi O NEGRO NO ENGENHO VELHO DA FEDERAÇÃO - suas origens.

O CENBA [Coletivo de Entidades Negras] promoveu, no dia 19, uma passeata, do Terreiro de Jesus ao Campo Grande. (Informativo CEAO 1985 Ano VII nº 11 p. 1).

#### RETROSPECTIVA

Numa promoção conjunta da Universidade Federal da Bahia através do Centro de Estudos Afro-Orientais e da Universidade Estadual de Feira de Santana, foi realizado de 20 a 21 de novembro vasta programação que inclui palestras, shows de capoeira, danças, mesas redondas, para comemorar o Dia Nacional da Consciência Negra. (Informativo CEAO, 1986, Ano VIII, nº 9/12, p. 2).

#### MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO

No dia 31 de março, o Movimento Negro Unificado promoveu, no Auditório do Sindicatos dos Bancários, o seu VIII Congresso Nacional. O evento comemora os dez anos de fundação do MNU (Informativo CEAO, 1988, Ano X, nº 1/4, p. 2).

#### MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO

Com passeatas e eventos que visavam protestar contra a "falsa abolição". O MNU atuou em todo o Brasil. A seção Bahia distribuiu cartilhas e foi um dos organizadores da passeata de protesto realizada em 12/5 pelas ruas centrais de Salvador" (Informativo CEAO, 1988, Ano X, nº 5, p. 3).

As mobilizações em todo o país envolveriam diretamente o centro de estudos. O último número do Informativo de 1982 seria suspenso e unido ao boletim de janeiro de 1983, "em razão dos feriados de fim de ano e do movimento deflagrado pelos funcionários da Universidade Federal da Bahia durante as duas primeiras semanas do mês de dezembro" (Informativo CEAO, 1982, Ano IV nº 11, 1983, Ano V nº 1, p.1). No boletim de maio-agosto de 1984 vinha comunicado: "Face a greve

das Universidades Federais Autárquicas de todo o Brasil, este informativo deixou de circular nos meses de maio, junho e julho" (Informativo CEAO, 1984, Ano V nº 5/8 p.1). O próprio Informativo, em 1987, sente a exigência de mudar sua estrutura, buscando uma forma mais discursiva e dinâmica. Sem prescindir da sua característica de registro e divulgação, adotou uma maior liberdade dos argumentos, apresentando ensaios, artigos e comentários. "Ultrapassada a era do registro puro e simples dos fatos consumados, é nosso objetivo dar voz aos que têm o que dizer" (Informativo CEAO 1987, Ano IX, nº 2/6, p.1).

**Um novo rumo.** No seu número 14, *Afro-Ásia* publicou um artigo do professor João José Reis: "Resistência escrava na Bahia: 'Podemos brincar, folgar e cantar...': o protesto escravo na América" (Reis, 1983, pp. 107-123). Nele, Reis reafirmava que o conhecimento sobre a história da escravidão no continente americano demonstrava que os escravos não tinham sido pessoas submissas e acomodadas e que certamente, como alguns haviam conjecturado, não passariam à história como paradigma da submissão e da coisificação dos grupos sociais. Os escravos tinham sabido dançar, cantar, enganar, defender, envenenar, sabotar, fingir: "lutar quando possível, acomodar-se quando conveniente" (*Ibidem*, p. 107). E tinham sobrevivido:

Quando o profeta do reggae, o recentemente morto Bob Marley, canta "Nós somos os sobreviventes negros", ele coloca admiravelmente em perspectiva, talvez melhor que um exército de historiadores, que não foi fácil sequer sobreviver, mas para isso foi preciso muita luta. E se viver é lutar, sobreviver e ainda criar uma cultura com a expressão de liberdade que a cultura negra possui, é lutar dobrado (Reis, 1983, pp. 107-108)

Reis fundava a sua análise em uma asserção precípua: o povo negro resistiu e lutou com todos meios que lhe foram possíveis. Propunha como objeto de investigação as formas, os mecanismos e as dinâmicas da resistência, a partir das duas formas coletivas principais da revolta escrava: "a formação e defesa de comunidade de escravos fugidos e a rebelião aberta" (*Ibidem*, p.108). Os quilombos, os mocambos, os palenques, os *marroon* representaram uma ameaça à preservação da ordem escravocrata. Em algumas partes do continente, quando os senhores não conseguiam destruir os focos de resistência, trataram acordos que foram respeitados mais pelos revoltosos que pelos seus adversários (*Ibidem*, pp.108-109). As rebeliões escravas eram formas mais diretas de resistência; uma vez desencadeada, não presumia compromisso e buscava a vitória total. Elas existiram desde que os



diferentes povos africanos pisaram, de modo coato, a América e perduraram enquanto a escravidão manteve-se no continente (*Ibidem*, p.109).

A análise de Reis prosseguia estabelecendo, sustentado por numerosas fontes, as condições gerais onde as revoltas escravas tenderam a uma maior ou menor frequência no continente americano, concluindo que os escravos, por serem privados de recursos políticos institucionais, possuíam a rebelião como única forma de ação política, mesmo que significasse mortes e sofrimento. Não tinham tendências suicidas e aspiravam, apenas, viver com dignidade, coisa nem sempre conquistada de forma pacífica. E concluía: "os africanos da diáspora mostraram que viver dignamente é muito mais do que ter apenas o que comer, o que vestir, onde morar. É também, e talvez principalmente, poder brincar, folgar e cantar" (*Ibidem*, p. 120).

O artigo de João José Reis trazia a rebelião negra à cena política nacional, dialogando com greves, protestos e mobilizações que se revoltavam, naquele instante, contra o *status quo*. E dialogava também com a explosão dos afoxés que desfilavam, dançavam e cantavam a sua beleza negra pelas ruas da cidade. Principalmente levava essa visão para dentro do CEAO. No início de 1986, o Informativo CEAO daria um grande destaque ao lançamento do seu livro mais famoso, *A Rebelião Escrava no Brasil* no Museu Afro-brasileiro: "O livro trata de uma minuciosa investigação do levante dos Malês, que teve lugar na Bahia em 1835" (Informativo CEAO, 1986, Ano VIII, nº 1-2, p.3). Em 1996, João José Reis e Antonio Sergio A. Guimarães dariam a revista *Afro-Ásia* uma nova impoção editorial e um novo impulso, estabelecendo uma periodicidade e uma excelência científica que perduram até hoje.<sup>6</sup> A direção do CEAO de Ubiratan Castro de Araújo (1999-2003) reforçou este novo rumo que teve continuidade com a gestão de Jocélio Teles dos Santos (2003-2008).

A partir de 1984, a diretoria do centro de estudos iniciara um percurso de reuniões com representantes das entidades negras baianas, preparando um documento dirigido à Secretaria de Educação que solicitava a introdução de Estudo da História e das Culturas Africanas no ensino médio, além de um curso preparatório para professores e militantes de movimentos negros. Em 1982, com o patrocínio da Fundação Ford, o CEAO já oferecera um curso do mesmo teor em sua sede (Informativo CEAO, 1984, Ano VI, nº 4, p. 4; Santos, 2005, pp. 175-176). Um ano após, a inclusão da disciplina "Introdução aos Estudos Africanos" nos currículos de 1º e 2º graus na rede ensino estadual baiana foi oficializada e considerada pelas entidades negras baianas "um marco histórico" (Informativo CEAO, 1985, Ano V, nº 7, p. 1).

---

<sup>6</sup> Há muitos anos, Jocélio Teles dos Santos é o diretor de *Afro-Ásia*.

**A Cor da Bahia e o Projeto S.A.M.B.A..** A primeira vez que tive contato com a produção acadêmica e antropológica de Jocélio dos Santos e Livio Sansone foi através do livro organizado por ambos, *Ritmos em Trânsito: sócio-antropologia da música baiana* (Sansone e Santos, 1997).<sup>7</sup> Como um modo adequado de aproximação a um fenômeno musical que me causava interesse e curiosidade profissional. Da nova música baiana, eu conhecia muito pouco além do ritmo *in levare* do *samba reggae* que me ensinavam *alguns* colegas baianos e que dividiam comigo palcos e concertos na Itália. Por isso, pareceu-me acertado partir daqui para descrever e analisar a trajetória dos dois professores: o mesmo lugar onde eu partira anos atrás.

O volume partia da convicção que o estudo das relações raciais da cultura negra enriqueceria a pesquisa da música popular; no entanto, essa investigação deveria ser contextualizada no complexo de relações sociais e etnoraciais soteropolitano. O livro fora o resultado do esforço conjunto do programa A cor da Bahia e do projeto S.A.M.B.A.. Na sua introdução, S.A.M.B.A. (Sócio-Antropologia da Música Baiana) é apresentado como um projeto interdisciplinar de estudos sócio antropológicos do universo musical baiano associado ao CEAO, sob a direção científica de Livio Sansone.<sup>8</sup> Apoiado na constatação da multiplicidade de estilos musicais baianos, o seu âmbito de pesquisas incluía a área metropolitana soteropolitana, o Recôncavo e outras regiões do estado através de um levantamento de publicações sobre o tema, com o escopo de criar "um quadro geral de conhecimento dos fenômenos musicais na Bahia, tanto daqueles ditos populares e "vulgares" quanto dos denominados sofisticados e eruditos". A formação um catálogo informatizado das publicações e do material audiovisual disponível constava entre os objetivos do projeto (Sansone e Santos, 1997, pp. 12-13). No seu memorial, Sansone elencou uma série de temas gerais tratados nas pesquisas e nos debates realizados: a) história social dos fenômenos musicais; b) a produção de música: as trajetórias profissionais dos músicos; c) a relação entre mídia, produção e fruição de música; d) a fruição de música: como se forma um gosto e um público; e) o impacto da música na cidade, nas relações raciais e na vivência do lazer; f) o processo de reinterpretação da música africana; e g) a etnometodologia dos diferentes gêneros musicais na Bahia (Sansone, 2016a, s.n.). Foi nesta ocasião que Jamile Borges, ainda na graduação, aproximou-se de Livio Sansone. Associou-se ao projeto realizando a sua pesquisa final de curso sobre a Orquestra Sinfônica da Bahia, questionando até que ponto o imaginário de que a Bahia não tinha vocação para música clássica corresponderia à realidade (Sansone, Entrevistas CEAO, p. 44).<sup>9</sup> Quando Livio Sansone mudou-se para o Rio de Janeiro, a

---

<sup>7</sup> Segundo Livio Sansone o volume foi a primeira coletânea sobre a música *pop* e popular na Bahia. A quase totalidade do livro foi publicada em inglês em 2001, dentro de um livro maior por Charles Perrone e Chris Dunn, *Brazilian popular Music and Globalization* (Gainesville University of Florida Press). (Sansone, 2016, s.n.).

<sup>8</sup> Jocélio Teles dos Santos não participava ao projeto S.A.M.B.A..

<sup>9</sup> A monografia de Jamile Borges não consta do livro citado.

direção de S.A.M.B.A. passou à professora da escola de música, Ângela E. Lühning (Sansone, 2016a, s.n.).

*A Cor da Bahia* foi criado em 1992 como "um programa de pesquisa e formação sobre relações raciais, culturais e identidade negra na Bahia" (Sansone e Santos, 1997, p.12). Hoje em dia, seus objetivos ampliaram-se à uma dimensão nacional, sob a perspectiva de uma comparação internacional, atuando na implementação de ações que apoiem a democratização do ensino superior público no Brasil e sustentando a formação de estudantes de graduação e pós-graduação nos estudos sobre as relações étnicas e raciais no Brasil.<sup>10</sup> Atualmente o programa encontra-se vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA e é coordenado pela professora Paula Cristina da Silva Barreto, do departamento de Sociologia.

Jocélio dos Santos e Livio Sansone participaram do *A cor da Bahia* com projetos específicos desde o biênio 1993-1995: o primeiro pesquisou as políticas públicas referente aos negros e o segundo, na época professor visitante pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), seguiu uma linha de pesquisa que discutia classe e modernidade no cotidiano de duas áreas de Salvador. No biênio seguinte (1995-1997), Sansone realizou uma etnografia das relações raciais em duas escolas da área metropolitana e Santos esteve ocupado em estudar as representações oficiais e os afro-brasileiros, temática relacionada à sua tese de doutoramento, discutida em 2000 na Universidade de São Paulo (USP).

As pesquisas que realizei na Bahia, detalhadamente na Cidade Baixa de Salvador e em Camaçari, no período de 1992 a 1996, tiveram como eixo comum o cotidiano das relações raciais e a diferença geracional, a relação entre processo de globalização e estratégias de sobrevivência entre negros mestiços. [...] Tudo isso se associava ao aumento da demanda por cidadania e direitos entre os jovens negros mestiços de classe baixa e a um desenvolvimento na terminologia da cor que estava levando à crescente popularização do termo negro. (Sansone, 2016a, s.n.).

Fui morar na casa de uma pessoa que eu conheci, na Cidade Baixa, e em um bairro semi-pobre, Massaranduba. Era um conjunto habitacional chamado IAPETEC. Esse conjunto habitacional de pessoas que trabalhavam no Porto. Eu queria uma área que tivesse favela, pequena classe média, classe operária e aí tinha tudo pertinho, tinha a favela Pompeia. Eu morei no apartamento de um funcionário do Porto. Aluguei. Aí também consegui fazer quinhentos e

---

<sup>10</sup> Informações colhidas no site do programa (<http://www.acordabahia.ufba.br/?q=node/1>). Último acesso 19.09.2017.

sete entrevistas. Praticamente todos os moradores adultos da rua em dois anos eu consegui entrevistar (Sansone 2016b, p.15).

Nessa época, o programa era dirigido pelo antropólogo francês, Michel Agier. Segundo Sansone, com a volta de Agier em França, ele e Jocélio dos Santos assumiram a coordenação do grupo de pesquisas (Sansone, 2016a, s.n.). Logo após, Livio Sansone mudou-se para o Rio de Janeiro. Jocélio dos Santos restou a frente do programa por oito anos (1994-2002).

A Cor da Bahia, que era um programa de pesquisa sobre as desigualdades, envolvia a maioria sociólogos, aqui mesmo da universidade, estudantes da pós-graduação, estudos sobre desigualdades raciais no mercado de trabalho, posteriormente incorporado também na educação, e eu assumi a coordenação desse projeto, que foi apoiado pela Fundação Ford, durante alguns anos [...] naquela época não se falava em cotas, havia uma resistência muito grande sobre cotas até nos movimentos negros, entidades negras as quais a gente tinha proximidade, que levávamos para participar de seminários e debates na universidade, reagiam achando, pensando, que era política de importação do imperialismo americano, uma leitura muito marcadamente de origem marxista, da esquerda marxista [...] (Jocélio Teles dos Santos, Entrevistas CEAO, p. 6).

Como me explicou Jocélio dos Santos, a preocupação do *A cor da Bahia* não se limitava em realizar pesquisas sobre a antropologia das populações afro-brasileiras ou desigualdades raciais, mas em incorporar estudantes que estavam sub-representados na universidade, no caso específico, os universitários negros. Fomentava-se o ingresso desse perfil de alunos - estudantes negros, da escola pública e de origem de moradia da periferia - em projetos de pesquisa, fazendo seleção, com apoio da Fundação Ford.

Então a gente tinha um número de bolsas, selecionávamos os estudantes nesse perfil na tentativa de fazer com que houvesse não só um estímulo mas uma maior formação, posto que esses estudantes tinham uma defasagem na sua trajetória de vida, mas dentro da própria universidade, comparados com alunos que eram brancos, escola particular, com trajetórias de classe média, morando em bairros de classe média (*Ibidem*, p. 7).

Jocélio dos Santos explicou-me que *A Cor da Bahia* sempre teve maior produção como pesquisa sobre desigualdade raciais no ensino superior do que o CEAO, com pesquisa, inclusive, sobre a situação dessas desigualdades na UFBA. Porém, era um programa de pesquisa e na hora H da definição como fazer política de ação afirmativa para instituição, a decisão só poderia vir pela estrutura organizacional. Então, quando assumiu a direção do CEAO, na época, órgão suplementar, a representação aconteceu. Não como o professor que estava na coordenação de um programa *A Cor da Bahia* havia oito anos que desenvolve uma expertise sobre aquele tema. (*Ibidem*, p.10).

Então foi nesse contexto que eu assumi e foi sendo cada vez mais fomentado por nós [...] oferecer cursos para os estudantes cotistas ou estudantes não-cotistas mas que estivessem nesse perfil: negros, renda baixa, até dois salários mínimos, moradores de periferia, que a gente “capacitaria” oferecendo cursos durante seis/oito meses do que a gente achava importante, inglês, acesso à informática, que naquele período 2005, 2006, 2007, 2008, não se tinha tanto acesso a computadores como hoje, curso de redação e curso de, obviamente, trazer eles a pensar o que que é tradição afro-brasileira, o que é história da África. Então isso a gente fez bastante, claro que em pequena escala porque os recursos eram poucos (*Ibidem*, pp. 9-10).

Jocélio dos Santos ilustrou-me como se procedia para captar. Surgia um edital, o CEAO elaborava um projeto, com o perfil que lhe interessava e inscrevia-se. Por exemplo, no primeiro governo Lula, o Ministério da Saúde determinou 50 bolsas para instituições que tivessem adotados cotas. Eram 50 bolsas oriundas do programa de prevenção DST/AIDS (Doenças Sexualmente Transmissíveis e AIDS). A dotação estava determinada para a prevenção; a dotação passou para número de estudantes, mesmo pequeno, que se encaixasse no perfil de indicado pela instituição de ensino. "Então você vê que naquele momento o governo, ele redireciona por interesse, claro, por interesse político se redireciona a política. Foram dez universidades que o Ministério da Educação selecionou (Jocélio dos Santos, Entrevistas CEAO, p. 11).

**Ações Afirmativas e CEA Afro.** Como notou Jocélio dos Santos, ao longo de sua história, o CEAO vai se tornando "muito mais afro que oriental" (Jocélio dos Santos, Entrevistas CEAO, p. 8). Em 2003, quando ele assumiu a direção do centro de estudos, o governo Lula aprovou a lei 10.639

que tornou obrigatória a entrada em cena no currículo escolar de temas como história da África, a história do negro no Brasil, a literatura afro-brasileira.

Então tivemos como preocupação, naquele momento, em 2003 até 2006, a busca de parcerias com secretarias municipais, aqui [Salvador] e a de Lauro de Freitas, para capacitar professores [...] Esse curso de capacitação ocorria aos sábados. Pra seguir, propomos ao Ministério da Educação algo ao nível de educação à distância para professores, justamente pra suprir essa carência absoluta, porque os currículos brasileiros, nem nas universidades, ofereciam essa possibilidade dos que se tornavam professores terem um mínimo de conhecimento de história da África, literatura afro-brasileira, história do negro no Brasil (*Ibidem*, p. 8).

[Educação à distância] Eu coordenei durante dois anos, depois passei a coordenação para outra professora, que coordenou dois anos e depois ela não quis mais coordenar porque envolve equipe, além de tudo o que a gente faz na universidade, envolve equipe e envolve acompanhar essa equipe, envolve monitores, para diariamente estar nos chats, envolve avaliação e não são dez a vinte professores. Nós fizemos aqui educação à distância com curso para 600/700 [professores] (*Ibidem*, pp. 21-22).

Foi também nesse contexto, que iniciou o processo de adoção de ações afirmativas na UFBA. Dentro do CEAO, desde 1998, havia uma efervescência de discussões sobre políticas de ações afirmativas, que, sob a direção do professor Ubiratan Castro de Araújo, tinha encaminhado à Reitoria da UFBA sucessivas propostas de abertura de debate do tema na universidade. Essas proposições foram elaboradas por um Programa de extensão que atuava no CEAO, o CEAFFRO (Almeida Filho [et al], 2005, p.4). O CEAFFRO era um programa de extensão e educação para igualdade racial e de gênero criado pelo CEAO em 1995. Empenhava-se em estabelecer um diálogo entre a UFBA, a Escola Pública e as Organizações do Movimento Negro da Bahia. Através de projetos trabalhava diretamente com a sociedade civil negra baiana: Blocos Afros, Comunidades de Terreiro, grupos de Mulheres Negras, posses do Movimento Hip Hop e Comunidades Quilombolas.

Para Jocélio dos Santos, até então, a UFBA não se preocupava com uma política de ações afirmativas. De outra parte, o que era relacionado a negro era com o CEAO: "é África, é candomblé, lá no CEAO é o espaço". Esse comportamento revelava um tipo de atitude e de prática institucional (Jocélio dos Santos, Entrevistas CEAO, p. 9):

Então a proposta foi gerada aqui, fomentada pelo CEAO, na época, eu estava no departamento, estava lá na Cor da Bahia, que era um programa, inclusive a gente, eu me lembro alguns dos ativistas falavam: porque aqui a Cor da Bahia não toma a iniciativa? e nós falávamos: a Cor da Bahia não tem representação institucional, é um projeto, assinado por um professor com mais outros professores. Institucionalmente, o órgão é o CEAO porque naquele período tinha autonomia, tinha representação institucional na congregação, que é a instância máxima da Universidade. Nós, lá na Cor da Bahia, um projeto que não tinha representação institucional, muito menos uma representação na congregação, muito menos uma representação no departamento ou nos departamentos. Então aqui [o CEAO] eu acho que foi o lócus como estratégia, que tinha inclusive sugerido, porque aí sim haveria uma reverberação, melhor dizendo. Por mais que a proposta tenha ido pro Reitor e o Reitor engavetou por um tempo, e forma comissão... Quando eu assumo a direção do CEAO em 2003, havia uma proposta e havia um grupo de trabalho, só que o Reitor, felizmente, já era outro, constituiu o grupo de trabalho e botou esse grupo de trabalho pra funcionar (Jocélio dos Santos, Entrevistas CEAO, pp. 9-10).

O Grupo de Trabalho (GT) foi constituído no dia 21 de outubro de 2012 e tinha a seguinte representação institucional: o diretor do CEAO, o pró-Reitor de Graduação, um representante dos funcionários, um representante dos estudantes, um representante dos docentes e um representante da Comissão de Ampliação de vagas. O objetivo estabelecido era “estudar, sistematizar e apresentar documento-proposta sobre estratégias de inclusão social” (Santos e Queiroz, 2012 p.42). A intenção era haver uma proposição que fosse apresentada ao Conselho de Ensino e Pesquisa (CONSEPE) e, em seguida, ao Conselho Universitário, para que fosse aprovada e incluída no vestibular de 2005. O que significava que o processo de discussão, proposição e deliberação deveria finalizar em maio 2004 (*Ibidem*, p.43). Várias contribuições foram submetidas ao GT. Foi formada um Comitê Pró-cotas que encaminhou um documento à Reitoria que reivindicava a participação no GT. Os estudantes mobilizados ocuparam a Reitoria, prestando apoio à pretensão do Comitê. Por decidiu-se pela entrada de dois representantes do Comitê e de um representante União Nacional dos Indio descendentes (UNID). Essa foi a composição final do GT encaminhou uma proposta que o CONSEPE aprovou em abril de 2004. Entre passeatas, moções, pressões e protestos, o Conselho Universitário reuniu-se no dia 17 de maio. A proposta encaminhada pelo CONSEPE obteve 41 votos a favor, dois contrários e duas abstenções. A UFBA tornou-se a terceira universidade federal brasileira a adotar um sistema de cotas (*Ibidem*, p. 73).

E foi assim que eu participei e a gente levou meses e meses num período bastante tenso. Porque uma coisa é você fazer pesquisa; outra coisa é você fazer proposta de política pública com a participação de segmentos que estão ali a propor políticas e claro, são sub-representados na instituição, querem ir ao máximo possível nas suas reivindicações. Não querem saber se a proposta está no plano ideal. A prática da política é a prática da tensão constante. Por outro lado, foi extremamente rico para fazer um pouco análise sociológica e antropológica do que se apresentava naquele momento (Jocélio dos Santos, Entrevistas CEAO, pp. 10-11).

Após a jornada passada na oficina organizada pela professora Elisabete, eu estava curioso em saber qual era a opinião de Jocélio dos Santos sobre a participação do CEAFFRO dentro do CEAO. Eu queria entender como se dava em termos práticos essa relação, esse diálogo entre o centro de pesquisa universitário e o movimento social. Essa era a questão primária da minha tese. E ele me respondeu:

Eu diria que se ao início houve a incorporação, dentro da instituição também revelou tensões. Porque o discurso do CEAFFRO sempre foi, e ainda é o das suas representantes, discurso e a busca de práticas relacionadas intrinsecamente ao ativismo negro, por mais que esse ativismo seja plural. Esses discursos e essas práticas numa instituição formal, mais do que cinquentenária, voltada para outros tipos de discursos e práticas, o discurso, em algum momento, do ativismo tende, e da instituição universitária, tende a ficar tenso e não tem como, essa tensão, em algum momento, vai aparecer. Por outro lado, muitos viam a existência do CEAFFRO na Universidade Federal e mais ainda no CEAFFRO como se fosse um trabalho de uma organização não governamental dentro da universidade. Muitos liam assim, como se estivesse instrumentalizando, principalmente porque todas, as maiorias mulheres, que participavam do CEAFFRO, eram mulheres vinculadas ao ativismo negro e que não eram docentes nem servidores da universidade. Percebe aí, as posições em termos da instituição e o que isso pode, ou a não posição na instituição, e de como isso pode gerar tensões? (Jocélio dos Santos, Entrevistas CEAO, p. 9).

Como Jamile Borges também tinha participado à segunda parte da oficina de trabalho, inclusive intervindo na discussão, busquei também sua opinião a propósito, quando lhe perguntei se



a questão da não autonomia administrativa-orçamentária do CEAO afetava a relação com os movimentos sociais. Eis a sua resposta que foi muito longa e articulada:

Os movimentos sociais que sempre estiveram presentes aqui no centro, e que sempre foram também a cara do CEAO, ao ponto do CEAO ter sido confundido com o CEAURO, que era um programa, até hoje existe a confusão com o CEAURO, e que eu acho que foi muito bom, porque deu uma cara de fato a isso. Mas uma vez volta aquela discussão, nós falamos de uma Antropologia pós-colonial e nós agimos coloniais. Nós ainda temos dificuldades de lidar com isso.

Quando a Angela Davis esteve aqui na Bahia, em Salvador, me lembro que uma das primeiras coisas que nós fizemos, eu e Livio dissemos assim: "nós precisamos promover um encontro de Angela Davis com os movimentos sociais". E isso foi pavor pra muita gente. "Vai trazer uma mulher daquela, celebrada, incensada e você vai fazer o encontro dela com os movimentos?". Sim, porque nós entendíamos que aquilo era uma espécie de contrapartida que nós estávamos dando, para a população de Salvador, sobretudo. Um nome importante como o de Angela Davis estar em Salvador e você vitrinizá-la aqui dentro, apenas para os estudantes do programa, não fazia sentido. Então nós fizemos um movimento, que eu acho que foi pioneiro, que foi fazer esse encontro, nós fizemos de acordo com o Instituto Anísio Teixeira, que é da Secretaria da Educação, que tem uma grande área lá dentro, e nós fizemos o encontro com representantes, mandamos convites pra todas as expressões: o movimento mulheres, o movimento negro, o movimento quilombola. Nós fizemos um grande encontro com Angela Davis lá. E eu acho que isso é histórico [...] Então eu acho que se o CEAO conseguir ter uma autonomia administrativa e orçamentária, eu acho que isso pode colaborar para melhoria das outras ações também que a gente tem encampado, tanto no campo do ensino, da pesquisa, da extensão e, sobretudo, no trabalho com esses grupos que eu acho que mereceriam ter tido um pouco mais de respeito e que eu espero ainda vê-los novamente aqui. Eu acho que figuras como Vilma [Reis], como Zelinda [Barros], como Elizabete [Pinto] são pessoas extremamente importantes para o CEAO e eu gostaria que elas voltassem. Se depender de mim, e eu acho do próprio Livio, o CEAO será o espaço sim para esses movimentos. Não tenho dúvida disso (Jamile Borges, Entrevistas do CEAO, pp. 66-67).

**Microprocessos e Macroforças.** Uma das limitações do meu programa de trabalho de campo estava na exigência de deslocamento de uma cidade a outra, com tempos estabelecidos pela marcação prévia dos bilhetes aéreos, feita antes de sair de Milão. O que resultou que, em alguns

momentos, sentisse-me como se estivesse trabalhando em um *survey* intermitente, não tendo tempos largos para a observação. Para Burawoy (2014), no trabalho de campo não haveria como predeterminar quanto tempo seria necessário para adquirir um discernimento dos processos sociais que dariam coesão ao âmbito da pesquisa. Uma possibilidade de superação desse impasse epistemológico estaria na atenção dada "a eventos e dramas significativos, tanto os rituais de reprodução como as lutas e contradições" (*Ibidem*, pos. 397). Foi essa tentativa que operei quando procurei focalizar minha atenção analítica na oficina de ação afirmativa, a partir da minha participação na jornada. A oficina fora para mim um espaço de relações sociais, um evento significativo aonde lutas e contradições afloradas puderam ser exteriorizadas e descritas etnograficamente. Foi necessário depois operar em um tempo histórico, interiorizá-lo, do mesmo modo, etnograficamente através das vozes dos principais interlocutores. Faltava ainda um passo a percorrer para buscar um entendimento mais claro daquele imbróglio. A sugestão de Burawoy seria "a ampliação dos microprocessos às macroforças, observando o modo como as últimas conformam e são conformadas pelos primeiros" (*ibidem*). Neste sentido, algumas observações colhidas na minha estadia no CEAO, poderiam ajudar nessa ampliação.

1. Começarei pelo relato de um episódio que Jocélio dos Santos me contou, com o gravador desligado, quando terminamos a sua entrevista. Tão logo tomou posse na direção do CEAO, ele batalhou para que o edifício anexo, que pertencia ao MEC e estava desativado desde o governo Collor, fosse incorporado ao centro de estudos. O pleito foi atendido e as obras de reestruturação do prédio aprovadas e iniciadas. Faltando mais ou menos um mês para a entrega, com quase tudo pronto, o prédio foi ocupado por várias famílias do movimento de sem-teto de Salvador. Segundo Jocélio dos Santos, era tudo muito organizado, com comissões, divisões de espaços, representantes e porta-voz. Começou uma delicada negociação, pois sendo um espaço do MEC, a Polícia Federal (PF) estava sendo acionada pela Reitoria, o que para o CEAO e seu novo diretor era constrangedor. Uma mulher, inclusive, deu à luz a uma criança. Vários movimentos populares iniciaram a prestar solidariedade ativa aos ocupantes, com manifestações, petições etc. No final, foi encontrada uma solução sem que entrasse em campo a PF. Contou muito, segundo Jocélio dos Santos, a tradição de ligação que o CEAO mantinha com vários matizes político-religiosos do movimento negro.

2. Movimento, que no dia 20 de novembro, comemorava o Dia Nacional da Consciência Negra. Na cidade, onde surgiu a reivindicação de transformá-lo em dia de lutas do movimento negro, o 20 de novembro não era feriado. Em Salvador existia um grande número de feriados coligados às festas dos santos católicos e a Câmara municipal não pode incluí-lo entre os suetos oficiais, pois superaria o limite estabelecido por lei federal. Ironia do destino, no dia de Zumbi, não tinha folga na cidade símbolo da negritude brasileira. As manifestações, porém, foram múltiplas em toda a região

soteropolitana e a participação muito sentida. De manhã cedo, o Dique do Tororó amanheceu com suas árvores seculares amarradas por panos brancos e coloridos, à maneira das tradições rituais do candomblé. A estátua de Zumbi na Praça da Sé foi lavada por baianas com seus vestidos rodados e anáguas alvas. O evento principal ocorreu à tarde com a passeata que saiu do Campo Grande até a Praça Castro Alves, percorrendo o centro de Salvador, com aproximadamente 20.000 pessoas. Viva Zumbi! gritavam os manifestantes. Com várias faixas, slogans, música, a manifestação homenageava, naquele ano, Mário Gusmão, homem de teatro baiano, tema da tese de Jeferson Bacelar, professor aposentado do CEAO: “Mário Gusmão. Um príncipe negro na terra dos dragões da maldade”.

3. No dia seguinte, ao sair do CEAO, depois de uma jornada na Biblioteca debruçado sobre os Informativos CEAO empoeirados, fui tomar uma cerveja e comer um pastel de feijoada no Bar Líder, do outro lado do largo 2 de julho, e anotei assim no caderno de campo:

O bar Líder pululava de gente, de sons altos, de conversas, de sorrisos, risos e gargalhadas. [...] Muita gente em volta à baiana do acarajé que tinha a sua barraca bem no meio do largo. Homens jogando damas, gente fumando, sem-teto dormindo no chão. Virando a Rua da Força (esse nome!) senti a vida que palpitava sem purezas, sem escamoteio. As mesas dos bares nas ruas cheias de fumaças, de álcool, de corpos. Havia muita cor. O reflexo das luzes neon riscava o pavimento. Entre os paralelepípedos, as chapinhas das garrafas de cerveja e refrigerantes estavam encastradas. Vi o quanto o CEAO estava encastrado em toda aquela humanidade que o penetrava, portão de ferro batido adentro. Por mais que se esforce, não pode fugir a essa vitalidade. Estava tudo ali, muito próximo, muito direto. Na cara do gol. Que, repito, não buscava nem evidenciava purezas.

Comecei a comparar os diferentes espaços onde estão situados os centros de pesquisa estudados. O Museu Nacional, com todo o seu peso histórico-científico que passou do Império à República. Um palácio no topo da Boa Vista de São Cristóvão, ou como mencionou João Pacheco, “O Jardim dos Finzi-Contini”. A Nova Cartografia Social fincada na cobertura do prédio da UEA, quase um forte, um observatório sobre Manaus, a extensão do Rio Negro e a floresta, numa cidade onde os igarapés se secam e as telhas de zinco e de amianto sobre as casas abafavam e adoentavam os manauaras. Ou mesmo as linhas modernistas brancas da Universidade de Brasília (Caderno de campo 3).

4. Dentro dos eventos do “Novembro Negro” no CEAO, ressaltava a palestra “Identidades, Etnicidades e a Questão do Sujeito Político”, organizada no dia 18 de novembro pelo Pós-Afro, ministrada pelo antropólogo francês, Michel Aiger. A conferência foi realizada no auditório intitulado

ao geógrafo e negro baiano, Milton Santos, exilado durante a ditadura militar e por muitos anos professor titular da USP. Ali acontecem as atividades nobres do CEAO. O mesmo local onde se realizara a oficina sobre ações afirmativas.

A porta de entrada é limitada por colunas dóricas. Tem muita madeira. Boa madeira; madeira de lei. No chão, na mesa, nas portas, nos armários. O piso em duas cores com bem cuidadas composições geométricas. Um grande móvel de madeira maciça, a mesa dos palestrantes. Portas de madeira, envidraçadas. Um grande armário, também de madeira escura, compõe o cenário. O belo teto em gesso decorado é estragado pela falta de critério na colocação da iluminação à luz neon. O auditório é dividido em dois ambientes separados por colunas dóricas. Na parte anterior estão posicionadas 29 cadeiras-poltronas, bem confortáveis. A mesma quantidade de cadeiras-poltronas encontra-se na parte posterior. À direita da plateia, uma grande porta a biombo que será aberta para acomodar mais pessoas. Os funcionários colocam várias cadeiras de plásticos entre as duas fileiras. Havia muita gente em pé e continuavam a chegar mais. O público misturava estudantes e professores, jovens e mais idosos, mais mulheres que homens.

Livio Sansone que coordenava os trabalhos já chegou e está testando um dos microfones. Falou com uma senhora que estava sentada bem na frente (que descubro mais tarde ser a professora Maria do Rosário): “Michel está no “Líder” [simpático bar na Praça dois de julho] a tomar cerveja. Chegou às 16h11 e eu o mandei para lá”. A professora estava insistindo que Livio deveria buscá-lo pois já passou das 17h15 [a conferência estava marcada para 17h]. Pareceu-me chateada.

Acenderam as luzes atrás e vi que somos muitos. Livio se levantou e vai atrás do professor francês. A sala cheia esperava com certa tensão no ar. Maria do Rosário fez comentários para a sua acompanhante, provavelmente uma aluna: “Agora foi atrás. Vão se perder!”. Vi um rapaz italiano que conheço.

Após alguns longos minutos chegou o palestrante. (Sim, é ele; um homem francês, com uma elegância francesa). Chegou rodeado de mulheres. A professora Rosário levantou-se e foi cumprimentá-lo. Abraços e sorrisos. Abriram-se as portas, colocaram-se as últimas cadeiras. Livio iniciou a sua apresentação.

Fez uma breve incursão curricular-biográfica do palestrante. Afirmou que, de certa forma, chegou ali pelas mãos de Michel Agier. Podia escolher se iria para o Rio, Recife e Salvador, Agier foi determinante por decidir-se por Bahia. Chamou Michel Agier de “herói branco do Atlântico Negro”. Disse que o seu tema de desconstrução de uma certa identidade se relacionava com a antropologia da cidade do conferencista.

Michel Agier iniciou a sua palestra. Tem um sotaque baiano francês e vai falar, naturalmente, em português, lendo algumas partes. Disse que, em primeiro lugar, deveria recorrer a uma das noções clássicas das ciências sociais que é o conceito de pessoa. Adiantou que falará também de três armadilhas da identidade (Caderno de campo 3).

Segundo a minha opinião, muitas das questões relacionadas aos conflitos entre o CEAO, UFBA, professores e movimentos sociais, poderiam ser analisadas à luz das armadilhas identitárias apontadas por Agier, particularmente as duas primeiras. Partindo da noção de pessoa e de indivíduo, ele elencou três armadilhas por trás do conceito de identidade: 1ª. Essencialismo identitário. Essencializar as identidades em uma linguagem outra (negro, gueto, religiões etc.); 2ª. A denegação da subjetividade. Não reconhecer a subjetividade do outro se torna um problema político; 3ª. Etnos confundido com Demos. Confundir o povo (Etnos) com o Demos (povo político). Só o povo que se manifesta pode ser observado pela Antropologia. Para fugir a essas armadilhas, seria necessário colocar as várias relações em contexto e dar-lhes uma dimensão contemporânea.

Como tentei demonstrar a trajetória científica do CEAO passou e passa por ressignificações contínuas e processuais de seu manancial identitário. Partiu da visão primordial agostiniana de instrumento geopolítico, muito ligada a uma matriz lusófona do mundo africano e que logo foi redimensionada e alargada ao oriente próximo e distante pela prudência política populista de Edgar Santos; em seguida, tornou-se acolhedor e foi acolhido por uma parte do povo de santo baiano, instaurando uma hospitalidade recíproca e duradoura, na qual a carapuça mestiçada afro-baiana vinha assumida e consumida nos tempos da transição com transação da ditadura à Nova República, numa cena política onde o "carlismo" grassava: "uma certa relação um tanto quanto mística, hegemônica, entre as elites brancas e populações negras", como definiu Livio Sansone (Entrevistas CEAO, p. 34);<sup>11</sup> por fim, vestiu as roupas e armas da rebelião de um movimento negro ativo culturalmente e ativo politicamente e que alçou-se às instâncias do poder. Portanto, foi um percurso que não cristalizou uma essência única, talvez menos por não querer e mais por não poder fazê-lo.

Para os movimentos sociais o reconhecimento de suas subjetividades políticas foi sempre crucial. Nesse reconhecimento apoiou-se sempre a para a formulação de reivindicações e estas, para serem discutidas ou aceitadas ou mesmo rejeitadas, devem ser negociadas. O conteúdo implícito da negociação pousar-se-ia sobre o reconhecimento maior ou menor ou transitório das subjetividades. Denegar a subjetividade outrem, seria denegar a possibilidade de negociar. O que não significaria renunciar ao valor político da crítica. Segundo Boltanski (2014, p. 129), a crítica é o único baluarte

---

<sup>11</sup> Referência às práticas de política e de poder de Antonio Carlos Magalhães (ACM).

contra o domínio que as instituições exercitam na vida social. Para o sociólogo francês, a possibilidade da crítica encerrar-se-ia dentro das tensões latentes das instituições (p.148). Por isso, a crítica aproveitar-se-ia das contradições que permeiam a realidade e suas formas instituídas (p. 164).

5. Enfim, seria bom compreender e observar quando que as macroforças sociais, políticas e econômicas engendraram e conformaram novas possibilidades e microprocessos no contexto localizado do CEAO. Jocélio dos Santos expôs esse andamento em relação às pessoas envolvidas durante muitos anos com os projetos do CEAO que teriam ainda em mente uma conjuntura anterior e que atualmente mudara totalmente:

Por isso eu estou chamando atenção do que é dinâmico. O CEAO era um espaço que abrigava sujeitos que não tinham lócus de representação institucional, nos anos 60, 70, 80, 90, dois mil. A partir do ano de 2000 criam-se Secretarias municipais da reparação, voltadas exclusivamente para comunidade negra, Secretaria de promoção da igualdade racial, Conselhos, Conselho de desenvolvimento da comunidade negra. Então muito do que o CEAO respondia, começa a ter [outras respostas], as demandas não passam mais para serem aqui elaboradas. Mais ainda, da criação dessas instâncias governamentais, institucionais, várias entidades foram criadas. Antes o CEAO fazia encontros de nação de candomblé, o ano passado até fez, hoje tem, somente pra dizer, há quatro instituições que agregam terreiros de candomblé. Eles captam recursos, eles participam... (Jocélio dos Santos, Entrevistas CEAO, p. 22).

Jocélio dos Santos me relatou, então, a experiência de uma associação, Aquibanto, que nasceu para agregar os terreiros de tradição banto e depois passou a filiar terreiros de outras nações, também. A partir do programa Fome Zero e o Bolsa Família, a Aquibanto começou a fazer articulação com o poder municipal e com o federal, com o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) e com os deputados federais, para distribuição de cestas básicas.

Então veja como isso, o que que isso provoca num lócus que tinha essa possibilidade de agregar sujeitos que não tinham um espaço. A gente vive em uma outra conjuntura em que há representação institucional. Percebe o que aconteceu na sociedade brasileira nos últimos 14 anos, se reproduzindo? Instituições, instituições pequenininhas, ONGs. O CEAFFRO, por outros motivos, saiu daqui mas virou uma ONG. [...] Mas várias ONGs, e até faculdades privadas, fazem hoje, o que o CEAO se propôs e estava fazendo há algum tempo, curso de

capacitação sobre a lei 10.339, ensino da história da África. Na minha avaliação, perdemos o monopólio por conta dessa pulverização e da entrada em cena de novas práticas estatais e também práticas de sujeitos das ONGs, ou de quem quer ser ONG.

MARCO ANTONIO. Tem uma positividade nisso?

JOCÉLIO. Se você pensa assim em termos de estratégia política, discursos e práticas e combates às desigualdades, contra o racismo, contra a intolerância, isso se pulverizar, sem dúvida. E não ser um monopólio de sujeitos acadêmicos. E, aliás, quando não deveria ser. Era monopólio de sujeitos acadêmicos porque os contextos eram outros. Essa é a minha avaliação. Então, eu não tenho nenhum drama existencial ou institucional de ter havido essa pulverização de ação. São discursos distintos, são práticas distintas. Inúmeros alunos hoje estão vindo para a Pós-Graduação. Outros estão se juntando para criar grupos em direção às ONG, ou indo para partidos criar seção no partido, onde está lá, seção ou departamento, não sei como chama, voltado para discutir racismo, desigualdades. Em instâncias que até então eram refratárias, estes discursos, digamos, particularistas, adentraram também nos partidos. Anti-homofobia, essa é uma grande novidade. Se você observa nos últimos cinco anos, esse discurso como se disseminou. Quando eu vejo instituições estudantis, sindicatos, um discurso que era restrito a quê? Ou a sujeitos ativistas na universidade, ou organizações como, alguma coisa arco-íris lá no Paraná, ou aqui o grupo gay da Bahia, você localizava esse discurso como discurso de micro instituição. Essa é a dinâmica da sociedade brasileira que é perceptível, pelo menos pra mim. E de como esses discursos são discursos de direitos. É busca de direitos, é isso que eu acho que se disseminou. Direitos para populações... (Jocélio dos Santos, Entrevista CEAQ, pp. 23-24).

**Rede Ação Afirmativa.** Para Didier Fassin (2013) o etnógrafo revelaria aquilo que, em geral, esteve escondido ou que foi simplesmente ignorado. Ao fazê-lo, devolveria aos cidadãos a responsabilidade de saber o que aconteceu e os colocaria diante de uma própria participação pública (p.26). Ao constituírem a *Rede Ação Afirmativa* (RAA), Jocélio dos Santos e seus colegas pesquisadores em todo o país estavam, na minha opinião, levando adiante esse compromisso epistemológico de restituição à comunidade estudada, colocando à disposição instrumentos que poderiam ampliar o conhecimento e a participação política da juventude afrodescendente. Por este prisma, por ter podido atuar como protagonista ao processo de elaboração da proposta de implementação de um sistema de cotas na UFBA, Jocélio dos Santos reafirmava o que havia dito na entrevista que me concedeu: que a sua preocupação com a pesquisa e formação de estudantes negros, da escola pública e moradores da periferia perpassava toda a sua trajetória na universidade (Santos, Entrevistas CEAQ, p. 7). A *Rede Ação Afirmativa* foi um passo a mais nessa caminhada.

Segundo o seu site web, a RAA foi constituída para: a) avaliar o sistema de cotas e ações afirmativas na educação superior pública; b) construir um histórico político da criação e implantação desse sistema; c) compor um relato crítico das ações de implementação e permanência do sistema; d) acompanhar essas ações através o levantamento de indicadores e dados de acesso, ingresso, permanência e egressos; e) auferir análises comparativas das quatro IES envolvidas na coordenação do projeto (Universidade do Estado da Bahia, Universidade de Brasília, Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul e Universidade Federal da Bahia) e demais instituições envolvidas na rede (<http://www.redeacaoafirmativa.CEAO.ufba.br/index.php/objetivos>. Último acesso 01/09/2017).

A RAA foi formada com pesquisadores oriundos de onze universidades que tinham adotado ações afirmativas e que, como Jocélio dos Santos, tinham seguido de perto o processo de sua implantação. Como método, partiu-se de um mapeamento dos pesquisadores que trabalhavam sobre o sistema de cotas, efetuando uma relação das teses, dissertações, artigos acadêmicos e livros a partir de 2001 até 2013, disponibilizada depois no site (Santos, 2012, p.10).

A primeira constatação assinalada por esse rol de trabalhos científicos foi que havia sido constituída uma área temática na produção acadêmica da pós-graduação brasileira (*Ibidem*, p.10). Entre 2001 e 2012 verificou-se a produção de 154 artigos acadêmicos, concentrados entre 2005 até 2010 (112 artigos). No mesmo período, foram discutidas 91 dissertações e teses, com maior intensidade entre 2006 e 2010, quando 72 defesas de teses e dissertações foram efetuadas (Dados recolhidos do site da RAA. Acesso 20/09/2017). Era a demonstração, como notaria Jocélio dos Santos, que havia uma solicitação à publicação regular dos pesquisadores e que existia um interesse em posicionar-se numa discussão bastante polarizada na academia e na sociedade (Santos, 2012, pp.10-11).

Toda essa relevância analítica tinha uma base concreta: até 2008, 51% das universidades públicas estaduais e 41,5 % das universidades federais havia adotado um qualquer tipo de ação afirmativa, o que pode-se afirmar, que de uma forma muito diferenciada, o sistema de cotas tornava-se um fato consumado, ainda que contestado e debatido. Em artigo de outubro de 2006, Queiroz e Santos (p. 717-737) evidenciavam as mudanças que vinham ocorrendo na percepção das relações sociais do país. Os autores comparavam analiticamente os dados de duas pesquisas do Instituto Datafolha. A primeira de 1995, quando não tinha sido iniciado a adoção do sistema de cotas; a segunda em 2006, com esse processo em curso. A leitura principal dessa comparação era eloquente: se 1995 48% concordavam com o sistema de cotas (49% era contrário), em 2006, a pesquisa apontava que 65% eram favoráveis à adoção do sistema de cotas para pretos nas universidades e 87% a apoiada se essa política fosse estendida para pessoas pobres e de baixa renda. Embora com percentuais



diversas, duas variáveis eram ratificadas. A rejeição às cotas aumentava nas faixas da população de maior escolaridade e de maior renda (Queiroz e Santos, 2006, p. 719).

Não é surpreendente, portanto, verificar que a contestação à adoção de políticas de ações afirmativas nas universidades públicas tivesse atingido o mundo acadêmico, em particular a Antropologia, que se situava plenamente dentro desse universo estatístico. Em abril de 2008, os professores Yvonne Maggie e Peter Fry capitanearam um abaixo-assinado contra a adoção do sistema de cotas, que obteve ampla repercussão na mídia. O documento defendia "que o principal caminho para o combate à exclusão social é a construção de serviços públicos universais de qualidade nos setores de educação, saúde e previdência, em especial a criação de empregos. Essas metas só poderão ser alcançadas pelo esforço comum de cidadãos de todos os tons de pele contra privilégios odiosos que limitam o alcance do princípio republicano da igualdade política e jurídica" (<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u18773.shtml>. Último acesso em 21/09/2017). Em seguida, outro abaixo-assinado, rebatendo os argumentos do primeiro e defendendo as políticas de ação afirmativas, foi proposto pelos antropólogos Kabengele Munanga e José Jorge de Carvalho. Angariou, também, ampla adesão no ambiente acadêmico nacional (*ibidem*). O segundo abaixo-assinado atribuía ao documento de Maggie e Fry a ausência "de proposta alternativa concreta de inclusão racial no Brasil", e concluía "que a igualdade universal dentro da República não é um princípio vazio e sim uma meta a ser alcançada. As ações afirmativas, baseadas na discriminação positiva daqueles lesados por processos históricos, são a figura jurídica criada pelas Nações Unidas para alcançar essa meta" (*ibidem*). Segundo a avaliação de Jocélio dos Santos:

[...] era o lócus de poder que estava sendo colocado em jogo e que necessariamente levava aos colegas a terem aquelas posições, porque se tornava um debate apaixonado, percebe? Então, mexia nas estruturas de poder, mesmo micros, nas universidades, essa possibilidade desses sujeitos não mais serem objetos, mas serem capazes de entrarem em um espaço de prestígio, meritocrático, da universidade, onde se reproduz poder e de entrarem, portanto, nos departamentos, nas unidades e também nas universidades consideradas de maior prestígio (Jocélio dos Santos, Entrevistas CEAQ, pp. 4-5).

A análise de como esse processo afetava o centro de decisões dentro das universidades era discutida de fundo no primeiro volume da RAA (Santos, 2012), organizado por Jocélio dos Santos. O livro analisava o processo de adoção das cotas em onze universidades e apontava as singularidades e os processos políticos institucionais de decisões dentro dos conselhos universitários, para, enfim,

constatar o quanto diversificado esse processo se apresentou nas diversas instituições de ensino superior do país, fruto de uma intensa discussão política (*ibidem*, 2013, p.10).

O segundo volume do RAA, organizado mais uma vez por Jocélio dos Santos (2013), apresentava uma outra angulação, em um novo contexto histórico. Em abril de 2012, o STF se pronunciava pela constitucionalidade da adoção de cotas nas universidades e, meses após, o Congresso Nacional aprovaria a Lei 12.711 que estabelecia "cotas de no mínimo 50% das vagas das instituições federais para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas" logo depois sancionada pela presidenta da República, Dilma Roussef (*ibidem*, p.9). Desse modo, o livro apresentava uma avaliação dos sistemas adotados e o impacto da sua implementação, até então, em sete universidades mais a Universidade Federal de Sergipe que correspondiam àquelas universidades que desde o começo haviam divulgado de ingresso e permanência dos estudantes. Sem dúvida, uma amostra exígua diante do total de mais de 100 universidades estaduais e federais que já havia aderido às cotas. Essa escassez de informação, por si só, era indicativa de algumas dificuldades e limites na implantação do sistema de cotas que Jocélio dos Santos avaliaria como:

1. Receio que a divulgação dessas informações acirrasse a reação midiática às cotas, principalmente aquelas reservadas aos estudantes negros. Havia uma ampla difusão na mídia de discursos sobre mérito e de institucionalização do racismo que partiam dos ambientes acadêmicos mais tradicionais do país "espaço da reprodução de prestígio e manutenção de poder";

2. Carência de tradição em pesquisas em relações sociais em grande parte das instituições de ensino superior. A criação de espaços institucionais, como os núcleos de estudos afro-brasileiros, era ainda recente;

3. Esbarramento em estruturas burocráticas seculares, criando empecilhos à circulação e veiculação de informações para a produção de dados, num exercício de poder habitual nas instituições estatais (*Ibidem*, p.11).

4. Não-alteração das modalidades dos diversos sistemas de avaliação nas universidades quanto aos ingressos e suas formas de classificação (*ibidem*).

Diante dessas dificuldades, os textos do volume trazem informações sobre as vagas, origem escolar, desempenho no vestibular, percentual dos formandos (evasão e reprovação), renda familiar, escolaridade dos genitores, idade, gênero e classificação racial e/ou étnica. Nesse quadro, foram priorizado dados de desempenho, focalizados nos cursos de mais alta concorrência e prestígio, partindo da premissa que nesse casos as cotas tiveram maior impacto (*Ibidem*, p. 12). Estes eram desafios inerentes à aplicação de políticas de inclusão num ambiente que muito pouco tinha refletido sobre as suas desigualdades. A prioridade de difusão dos dados quantitativos faz parte dessa prática antropológica de revelação do escondido: "Foi a forma que encontramos para dar conta do que

compõe a reflexão que vai além de uma amostra. Buscamos compreender o ingresso de um conjunto de estudantes que, se não fosse pelo sistema de cotas, não teria tamanha visibilidade nas nossas instituições" (*ibidem*, pp. 12-13).

**Mapeamento dos Terreiros de Salvador.** O projeto *Mapeamento dos Terreiros de Salvador* (MTS) possuía uma outra natureza da RAA, porém sempre dentro de uma etnografia que se preocupava em trazer à luz o recôndito e o desconhecido. O MTS partiu da solicitação das secretarias municipais de Reparação e Habitação de firmar uma parceria com o CEAO para a execução do Projeto de Regularização Fundiária dos Terreiros de Candomblé. Tinha como premissa o reconhecimento das religiões de matrizes africanas como um patrimônio tangível da cidade de Salvador e apontava para "um mapeamento detalhado dos terreiros para a elaboração de políticas de preservação e revitalização ambiental"(Santos, 2009, p.1). Para o CEAO tratava-se de reavivar antigos laços com o povo de santo e atualizar a pesquisa realizada nos anos sessenta pelo Setor de Estudos Sociológicos e Antropológicos do centro estudos, sob a orientação de Vivaldo da Costa Lima, que tinha registrado 756 terreiros na área metropolitana (*ibidem*, p. 4; Costa Lima 2003 p. 13). Segundo Jocélio dos Santos, o projeto *Mapeamento dos Terreiros de Salvador* reunia as condições ideais e recursos para a realização de um censo das religiões afro-brasileiras na cidade: além das duas secretarias municipais de Reparação e Habitação, podia contar com o apoio, a nível nacional, da Fundação Palmares e da SEPPIR (Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial). A colaboração da FENACB (Federação Nacional do Culto Afro-Brasileiro) e da ACBANTU (Associação Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu) também foi garantida (*Ibidem*, p. 2).

Uma experiente equipe interdisciplinar de professores foi formada para a definição da questões metodológicas, coordenada por Jocélio dos Santos. Neste caso, defrontou-se, também, com a questão da restituição epistemológica. O questionário a ser aplicado foi concebido como um instrumento analítico qualitativo e foi acordada entre a equipe "uma metodologia que resultasse na produção de um conhecimento voltado para a elaboração de políticas públicas" (*Ibidem*, p. 2).

Duas questões tiveram de ser afrontadas: 1ª. uma terminologia adequada na elaboração das questões relativas à estrutura religiosa que compreendesse o universo variegado da nações do candomblé baiano; 2ª. precisar um determinado espaço religioso como *terreiro*, conforme as definições consagradas nos estudos afro-brasileiros e no cotidiano das casas de culto. Para o segundo item foi concordada uma designação que envolvia "reconhecimento como tal pela liderança e pela comunidade onde está localizado, o tempo de existência, registro, bem como regularidade na estrutura religiosa como ciclo de festejos e número de iniciados" (*Ibidem*) que não se afastava daquela elaborada por Vivaldo Costa Lima anteriormente: "grupos atuantes, integrados, com um calendário

prescrito para as cerimônias religiosas da casa, estruturas estáveis e hierarquia de controle e de mando bem definidas" (Costa Lima, 2013 p. 13).

As informações principais a serem coletadas foram as seguintes: 1) identificação e localização do terreiro; 2) identificação e caracterização das lideranças religiosas; 3) caracterização geral do terreiro; 4) aspectos religiosos e da hierarquia; 5) atividades religiosas e comunitárias; 6) características ambientais; 7) características físicas. Cada item foi desdobrado em uma série de questões. Um anexo, com dados sobre os residentes no terreiro, foi incorporado ao questionário (Santos, 2009, pp. 2-3).

A partir da comparação entre uma listagem fornecida pela ACBANTU e do catálogo elaborado pelo Grupo Gay da Bahia (GGB)<sup>12</sup> foi iniciado o trabalho de campo em junho de 2006 com uma equipe de 12 pesquisadores. Novos terreiros foram incluídos a partir de informações partidas das próprias lideranças. Foram identificados 1.408 terreiros, dos quais 1.162 foram cadastrados, sendo que em 34 terreiros se recusaram a responder os questionários (*Ibidem*, p.5).

Para Jocélio dos Santos, o MTS revelou uma dinâmica de crescimento do candomblé:

[...] que os institutos de pesquisa oficiais e não-oficiais deveriam priorizar, analisar e problematizar [...] Como explicar que o preconceito propagado de modo virulento nas últimas décadas, principalmente através da mídia, não tenha sido capaz de impedir este crescimento? Há que se reconhecer a força desta religião, em que a maioria de suas lideranças usa tanto a simbologia religiosa quanto os próprios rendimentos para a manutenção dos seus espaços sagrados (Santos, 2009, p. 6).

O MTS detectou a criação de 677 terreiros nas duas décadas anteriores da pesquisa. O que confirmaria que a partir do Decreto-lei nº 25.095 de 15 janeiro de 1976, que revogava a obrigatoriedade de licença na Delegacia de Jogos e Costumes, houve um crescimento constante da fundação de novas casas de santo (Santos 2009, p. 8). Além da liberdade religiosa, uma maior visibilidade da comunidade religiosa afro-brasileira, contribuiu à expansão do candomblé na cidade de Salvador. A repercussão alcançada pelo manifesto firmado por expressivas lideranças religiosas, ao final da IIª Conferência Tradição Orixá e Cultura, reafirmando suas origens africanas e criticando o sincretismo afro-católico, influenciou significativamente no imaginário da cidade (*ibidem*, p. 9). Talvez esse poder simbólico de um discurso que unia tradição e identidade negra tenha sido uma das causas

---

<sup>12</sup> *Candomblés da Bahia. Catálogo de 500 casas de culto afro-brasileiro de Salvador*. Luiz Mott e Marcelo Cerqueira (org.) Salvador, Ed. Centro Baiano Anti-Aids, 1998

do decréscimo das casas de culto umbandista e auto identificadas com a nação Caboclo, favorecendo candomblés considerados mais "ortodoxos" ou mais "puros". Os terreiros de Umbanda, em 1981, totalizavam 51 unidades, enquanto o MTS localizou somente 20 (*ibidem*, p. 18).

A pesquisa localizou uma alteração relevante (130) nos terrenos dos terreiros, devido a litígios familiares, com os vizinhos e com empresas, determinando uma redução na área das casas de santos. Ao mesmo tempo, muitos (95) tiveram suas áreas ampliadas pela crescimento do números dos adeptos (*Ibidem*, p. 12) e uma quantidade significativa tinha desenvolvido atividades comunitárias como a distribuição de cestas básicas, cadastramentos de programas públicos assistenciais e cessão de espaços para reuniões, cursos e palestra (*ibidem*, p. 33).

Foram detectados um número expressivo de conflitos (8,5%), em particular, episódios de intolerância religiosa da parte, em grande maioria, dos seguidores das religiões evangélicas (*Ibidem*, p. 13). Porém o MTS verificou que existe um trânsito religioso constante de discípulos dos dois segmentos sendo maior o número que passou da comunidade religiosa evangélica à comunidade religiosa do candomblé (p. 15).

A maioria dos terreiros, em Salvador, identificou-se com a nação keto (57,8%), seguidos pela nação angola (24,2%), jeje (2,1%) e ijexá (1,3%). Muitas casas de santo utilizavam uma identificação múltipla: Angola-Keto, Angola-Jêje- Keto, Keto-Angola-Ijexá (*Ibidem*, p. 16), o que possibilitaria a compreensão da variedade e da combinação de nações originariamente distintas em suas línguas e rituais (*ibidem*).

A maior parte da liderança dos terreiros ainda estavam nas mãos das mulheres, embora se registrasse um aumento de líderes do sexo masculino. Um pouco mais da metade das lideranças (51%) teria, na época da pesquisa, menos de 54 anos. Porém, entre as lideranças mais jovens, o MTS encontrou 96 pais de santos e 36 mães de santo, evidenciando uma tendência de novos chefes de terreiros do gênero masculino (*Ibidem*, p.19). Ao nível das lideranças, o candomblé soteropolitano era ainda uma religião de cor preta (58,3%) que se acrescidos dos que se declararam pardos (30,4%), totalizaria 88,7%, dos entrevistados (*ibidem*, p.20). Pelo censo IBGE de 2000, essa proporção era inversa se considerada a população municipal 54,8% se declaravam pardos e 20,4% de cor preta. As mulheres autodefinidas como de cor pretas lideravam 37,3% dos terreiros; seguidas pelos homens pretos, 21%, mulheres pardas,18,8%, e homens pardos 16,6%. Por esses dados, podia-se considerar "o candomblé como uma religião onde as mulheres pretas se sobressaem" (*ibidem*, p. 22). Esse domínio do gênero feminino se verificou também quanto à regência espiritual dos terreiros. Oxum com 17, 3% (201 terreiros) e Iansã com 12% (140 terreiros) eram "os orixás da cumeeira" de quase trinta por cento dos terreiros soteropolitanos (*ibidem*, p. 35). "O universo afro-religioso, além de ser

majoritariamente liderado por mulheres pretas, tem nas entidades femininas a sua maior representação", era a conclusão final de Jocélio dos Santos (*ibidem*, p.36).

Em seu complexo, o MTS conseguia demonstrar, mais uma vez, que o universo de relações sociais do candomblé baiano era muito mais vasto, variegado e dinâmico do que uma leitura rápida poderia supor. Mais vasta, porque o MTS relevava uma capilaridade de locais de cultos afro-brasileiros por toda trama urbana de Salvador. Mais variegado porque o MTS confirmaria a formação de um *continuum* religioso que atravessaria todo o campo religioso afro-brasileiro, com proximidades e sincretismos rituais entre as diversas nações (Capone, 2004, p. 31). E, afinal, mais dinâmico porque o MTS visualizava mudanças de posição nas hierarquias construídas através gênero, cor e faixas etárias. Todas essas questões condensadas no MST demonstrariam e reafirmavam uma importância e força, por nada diminuídas, do candomblé no campo religioso e cotidiano de Salvador, que se espalharam na geografia político e social da cidade.

É provável que o argumento tentador seja que estamos perante uma dinâmica cultural nessas ações e, sendo assim, não há por que pensar as práticas oficiais como inertes e estáticas nas últimas décadas. As ações que reproduzem a nossa sociogênese também introduzem novos sentidos de ordem cultural, a partir de uma pluralidade de agentes envolvidos em relações de poder em constante tensão, contestação e negociação (Santos, 2005, p. 235).

**Fábrica de Ideias.**<sup>13</sup> Creio que seja importante, introduzir agora, a trajetória cosmopolita e nômade do professor Livio Sansone. O fato que esse palermitano romano italiano, após transitar entre os skinheads de Londres e a comunidade surinamesa imigrante em Holanda, tenha-se tornado um etnógrafo baiano e professor titular da UFBA, talvez seja mais uma prova convincente que a diversidade é a essência do trabalho dos antropólogos (Hannerz, 2012, p. 63). Sansone foi formado no espírito e na prática política daquela geração de jovens e trabalhadores de Itália que durante os anos 1966-1974 deu vida a um extraordinário ciclo de ações coletivas que sacudiu a sociedade italiana (Tarrow, 1990).

Eu tive um passado de ativismo pesado na minha juventude. Eu fui do comitê nacional de *Lotta Continua*, eu era o mais jovem membro na época, eu agora não sou o mais jovem em

---

<sup>13</sup> Atualizei o nome do programa às regras do Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

nada, mas na época eu era o mais jovem, eleito no congresso de Rimini, onde tem aquela *partenza*, de onde saiu um grupo que depois entrou em *Prima Linea*. Eu era profundamente anti-guinada terrorista de uma parte dos companheiros (Livio Sansone, Entrevistas CEAO, p. 27).

Sem dúvida alguma, é complexo explicar o que nos leva a optar por uma carreira ou escolher uma disciplina acadêmica específica, em particular quando se está no exercício da profissão há quase quarenta anos. No meu caso, a escolha inicial pela Antropologia tem a ver com uma paixão: um grande desejo de mudar o mundo, de torná-lo socialmente mais justo. Uma paixão que, por volta dos anos de 1970, envolveu uma geração inteira. É claro que esta não era nem é a única forma de se acreditar e apostar na Antropologia, mas era aquela que me seduzia e motivava (Sansone, 2016a, s.n.).

Chegou ao Brasil no início da década de noventa após o doutoramento na Holanda. Passou um período como professor visitante na UFBA, até ser contratado pela Universidade Cândido Mendes (UCAM). A *Fábrica de ideias* nasceu em julho de 1998, no Rio de Janeiro, quando Sansone era o vice-diretor do Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA) da UCAM. Foi pensado como um think *think* do Sul, "uma ágora no meio da polis, no coração da América Latina", como explicou Sansone na entrevista que me concedeu. Contava com o apoio financeiro da fundação MacArthur e da FAPERJ. Tinha a estrutura de um curso avançado e intensivo em estudos étnicos e africanos na pós-graduação (40 horas semanais por 3 ou 4 semanas). Funcionava como uma medida de ação afirmativa por cor e classe, "a ideia era oferecer uma imersão internacional para alunos, só alunos negros de universidades menores, banho de internacionalização, digamos assim, de excelência" (Livio Sansone, Entrevistas CEAO, p. 29). Naquele momento, na opinião de Sansone, havia a compreensão que era necessário internacionalizar o debate sobre as relações raciais.

O objetivo desta atividade era proporcionar aos estudantes, em particular estudantes negros de todo o Brasil, a oportunidade de estar em contato com especialistas do Brasil e do exterior. Outra meta era a formação de uma rede nacional e regional para a pesquisa sobre relações raciais e cultura negra na América Latina. Neste sentido, o curso começou captar recursos para que se tornasse autenticamente regional. No ano de 2001, tivemos, além de alunos brasileiros, alunos da Colômbia, Cuba e Senegal. A importância de tal iniciativa foi logo enfatizada pela Fundação Palmares e por muitos pesquisadores e colaboradores de instituições tais como CEBRAP, ISER, UFBA, Unicamp e USP (Sansone, 2016a, s.n.).

Segundo o relatório que a professora Angela Figueiredo preparou sobre os dez primeiros anos de atividades do curso (Figueiredo, 2007, s.n.), observava-se uma crescente demanda de alunos pós-graduados negros interessados em ampliar as reflexões sobre as relações raciais, em particular Ciências Sociais e História. Os estudantes mencionavam os seguintes problemas formativos: baixa oferta de disciplinas que tratassem dessas questões; dificuldade de encontrar uma orientação nessa específica área; escassez de bibliografia especializada, principalmente para os alunos fora do eixo Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília. Segundo, Figueiredo, *O Fábrica de ideias* buscou responder a essas demandas: 1º adaptando, a cada ano, o conteúdo dos módulos aos temas mais recorrentes nos projetos dos alunos; 2º disponibilizando uma bibliografia extensa que podia ser utilizada após o final dos cursos; 3º mantendo, por quatro anos, o módulo II - Teoria da Etnicidade, ministrado pela professora Giralda Seyferth, do Museu Nacional - dada a importância que este estudo representava na formação dos estudantes (*ibidem*).

Em 2002, Sansone, após prestar concurso para UFBA, volta para a Bahia e passa a integrar a equipe do CEAO, naquele período instalado em um sobrado no Terreiro de Jesus. Na época, o diretor era Ubiratan Castro de Araújo que acreditava que o CEAO pudesse realizar algo acadêmico -político significativo em direção ao antirracismo. *O Fábrica de Ideias* se transferia a Salvador, com a garantia de um financiamento da Fundação Ford. Realizado no âmbito de uma instituição de ensino superior (IES) pública, obteve, pela primeira vez, o apoio do CNPq. Em julho de 2002, acontecia a Vª edição do *Fábrica de ideias*, a primeira em solo baiano, que alcançou um grande sucesso. O programa constava de seis módulos:

1. "Relações Interétnicas. Novas Tendências em Estudos Étnicos e Raciais". Prof.<sup>a</sup> Giralda Seyferth (MN/UFRJ);
2. "Raça, identidade étnica e saúde reprodutiva: Metodologia quantitativa e qualitativa". Prof. Fernando Urrea, Universidade del Valle, Cali, Colombia;
3. "Sociologia da Negritude e do Pan-Africanismo". Prof. Achille Mbembe (University of Witwatersrand, Joanesburgo, África do Sul);
4. "Raça, Gênero, Saúde e Sexualidade". Prof.<sup>a</sup> Márcia Lima (UCAM);
5. "Identidade Étnica, Relações Raciais na Escravidão e na Emancipação". Prof. Ubiratan Castro (UFBA) (Figueiredo, 2007, s.n.).

Para Sansone, o centro histórico soteropolitano e o CEAO tornaram-se o cenário ideal para o relançamento do curso. A mudança de clima havia portado benefício à imagem científica do programa. Tornou-se mais fácil convidar nomes de prestígio das ciências humanas internacional e abriu-se a "possibilidade de criar, a partir do CEAO e da UFBA, um grande polo de reflexão



internacional em torno da questão etno-racial em várias regiões do mundo assim como dos estudos africanos" (Sansone 2016a, s.n.). A eleição de Lula à presidência da República foi mais um fator que gerou expectativas neste sentido.

Um dos aspectos singular da proposta do curso sempre foi a seleção dos participantes a partir de um critério de inclusão de estudantes negros e de candidatos vindos das regiões Norte, Nordeste do país. Resultado: 70% dos alunos são negros, na maioria, mulheres.

MARCO ANTONIO. Vocês privilegiam também um público afrodescendentes?

LIVIO. Sim afrodescendentes, e/ou universidade marginais... marginais... menos centrais. Sempre fizemos uma ação afirmativa para o Norte-Nordeste, por exemplo, porque senão os paulistas negros, pegam todas as vagas, são melhores mesmo. Em São Paulo não é muito difícil achar aluno negro que fala inglês. No Nordeste é muito difícil, por exemplo. Aí nós temos que conter um pouco a onda paulista porque senão ganham todas as vagas, de fato. Mais que os cariocas. Tem a USP, a PUC, a UNICAMP. São sempre muito presente, mas o nosso esforço é fazer que o Norte e o Nordeste esteja. (Livio Sansone, Entrevistas CEAO, pp.30-31).

Nesse sentido, podemos dizer que estamos fazendo ação afirmativa com base na cor e na região. Além disso, temos criado um clima de integração entre os alunos de diferentes cor, regiões e países, e isto tem funcionado bem. Essa experiência tem nos ensinado que a excelência e democracia acadêmica andam *pari passu* (Figueiredo, 2007, s.n.).

O relatório de Ângela Figueiredo também evidenciou que a maioria dos pais de alunos negros tinham uma escolaridade mais baixa que aqueles de alunos brancos. Esses, em grande parte, tinham curso superior incompleto; os progenitores negros tinham completado o ensino fundamental e eram, na maioria, trabalhadores manuais (*Ibidem*, s.n.).

Nas VIª e VII edição *Fábrica de ideias*, já instalado solidamente no CEAO, atingiu um verdadeiro *exploit*: mais de 300 candidaturas por edição. Foi ampliado para quarenta o número total de vagas, quinze das quais reservadas aos estudantes estrangeiros. A partir de 2003, o Curso investiu no seu caráter internacional, graças ao anúncio em inglês e português na *homepage* do programa SEPHIS e à veiculação do anúncio em África pelo CODESRIA de Dakar – com o qual o CEAO assinou um acordo de colaboração e intercâmbio em novembro de 2002. Em 2003, foram recebidas mais de 100 propostas do exterior. Na edição de 2004 foram selecionados quatro africanos, oito latino-americanos, dois caribenhos e um da América Central. Assim, segundo Ângela Figueiredo, contemplando candidatos das regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste brasileira e incentivando a

participação de pós-graduandos latino-americanos, caribenhos e africanos, dava-se prosseguimento à política do curso de fomento aos intercâmbios Sul-Sul (*Ibidem*, s.n.).

O curso contava com uma carga horária densa de quarenta horas semanais: três semanas de aulas e mais uma semana exclusivamente para a discussão dos projetos dos 40 alunos. Em 2004, os módulos temáticos e os professores convidados foram:

1. Discussão dos projetos de pesquisa dos participantes: Angela Figueiredo (Instituto de Saúde Coletiva da UFBA);
2. Teorias da etnicidade: continuidades e rupturas: Maria Rosário de Carvalho (UFBA);
3. Colonialismo, nação, "raça" na história de Moçambique: Tereza Cruz e Silva (Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique) e Valdemir Zamparoni (UFBA);
4. "Raça", sexualidade e saúde reprodutiva: Estela Aquino e Ângela Figueiredo (Instituto de Saúde Coletiva da UFBA);
5. Identidade étnica, racismo e religiões afro-brasileiras: Jocélio Teles dos Santos e Luis Nicolau (UFBA);
6. Teorias pós-coloniais: uma perspectiva caribenha: Augustin Lao (University of Massachusetts at Amherst).

Na edição de 2005 o curso avançado passou adotar um tema específico, estabelecendo uma ligação entre os módulos dos diversos professores, facilitando a compreensão global dos participantes quanto aos propósitos do curso. O tema escolhido foi “Biografias e Genealogias no Pensamento Negro na África, Caribe, América do Norte e Brasil”, conectando e analisando, sob diferentes pontos de vista, Logo, a partir de diferentes pontos de vista, foram as contribuições de intelectuais negros da África, Estados Unidos, Caribe e Brasil, como Amílcar Cabral, Aimé Cesaire, Franz Fanon, Du Bois, Lima Barreto. Em 2006, o tema principal escolhido foi “O Atlântico Negro – a circulação transatlântica das Ideias de Raça, Racismo e Antirracismo” tendo como ponto-chave a relação entre Diáspora e Racismo, contando com presença prestigiosa do professor Paul Gilroy, considerado um dos maiores especialistas do argumento. O programa contou com uma alta participação de professores estrangeiros:

1. “Atlântico Negro: racismo e antirracismo”, prof. Paul Gilroy (Instituto de Economia de Londres, Inglaterra);
2. “Articulação das Ideias Raciais no Mundo Ibérico”, prof. Walter Mignolo (Universidade de Duke, Canadá);
3. “O Atlântico Negro visto pelos africanos”, prof. Elísio Macamo (Universidade de Bayreuth, Alemanha-Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique);

4. “Teorias Raciais, Raça e Antirracismo nos EUA”, prof. Mark Sawyer (Universidade de North Western, EUA);

5. “Branquidade”, prof. Vron Ware (Instituto de Economia de Londres, Inglaterra);

6. “O Brasil no Atlântico Negro”, prof. Livio Sansone (UFBA).

Três professores da UFBA atuaram na análise dos projetos dos estudantes: Ângela Figueiredo, Maria do Rosário de Carvalho e Valdemir Zamparoni (*Ibidem*, s.n.).

O *Fábrica de ideia* sentiu a necessidade de abrir-se a um público maior e organizou também um ciclo de cinco palestras públicas. Paul Gilroy discutiu o tema "O que é racismo hoje?" e Elísio Macamo discorreu sobre "Intelectuais africanos e o Atlântico Negro"; o professor Dionísio Bobo Soares, da Universidade da Paz de Dili de Timor Leste palestrou sobre “O Desenvolvimento do Sistema Judicial no Timor-Leste” e professor Carlos de Gregori, do IEP de Lima do Peru, sobre “Racismo e Política: os Movimentos Sociais no Peru”. Dois *workshops* foram organizados: “A construção das ideias de Raça e Etnicidade em diferentes cidades globais”, ministrado pelo professor Ramon Grosfoguel da Universidade de Califórnia (Berkeley) e “Os paradoxos de uma dupla consciência – África e Africanos” pelo professor Elísio Macamo (*Ibidem*, s.n.).

Em agosto 2006, foi organizada a Fábrica das Fábricas de Ideias, um congresso com cerca 300 participantes das edições passadas do curso. Teve como finalidade debater uma síntese sobre dez anos do Curso Avançado Fábrica de Ideias, reunindo "os fabricantes" com uma série de pesquisadores nacionais e estrangeiros de renome (Sansone, 2016a, s.n.).

Nos últimos anos, *Fábrica de ideias* diversificou o seu programa buscando uma ponte entre o tema das relações raciais e o patrimônio (2011, 2012, 2013 e 2017). Em sua edição 2015, aproveitando do movimento que levou à produção do "Dicionário Crítico das Ciências Sociais dos Países de língua oficial portuguesa", organizado por Livio Sansone e Cláudio Alves Furtado e publicado em 2014, aconteceu pela primeira vez fora do Brasil – no ensejo do Congresso Luso-Afro-Brasileiro, em Lisboa. O tema daquele encontro "Encontros e desencontros nas Ciências sociais em língua portuguesa" foi desdobrado em cinco módulos, cada um baseado em um verbete do dicionário. Em março de 2017, o curso foi hospedado no Maranhão, graças a uma parceria entre um conjunto de IES do Maranhão (UFMA-Universidade Federal do Maranhão, onde atualmente se constrói um Centro de Estudos Africanos, a UEMA-Universidade Estadual do Maranhão e o IFMA- Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Maranhão, Campus de Alcântara) e o CEAO. O tema principal do seminário foi "Patrimônio, Desigualdade e Políticas Culturais". Desde Lisboa, o *Fábrica de Ideias* evoluiu em direção a uma "Escola Doutoral Internacional", em colaboração com o Centro de Estudos Africanos da Universidade de Bayreuth (Alemanha). Os próximos seminários estão previstos para

2018 na Alemanha, 2019 em Moçambique e 2020 no Brasil, em Salvador (<https://fabricadeideias.ufba.br/edital-fabrica-2017>. Último acesso em 21/09/2017).

**PÓS-AFRO.** "O Pós-Afro foi resultado de um ato de amor, inicialmente. Um filho que nasceu num ato de amor, num momento muito feliz de relações sinuosas entre nós [professores do CEAO]", assim, Livio Sansone descreveu-me a formação do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos do CEAO, o Pós-Afro, que na época do nosso encontro estava coordenando (Sansone, Entrevistas CEAO, p. 33). Na sua entrevista, colocou a gênese do PRO-AFRO em um colóquio realizado, em novembro de 2002, na cidade de Gorée, Senegal. A reunião foi planejada por ele, mais a colaboração dos professores Boubacar Barry e Elisée Soumonni e o patrocínio do SEPHIS. O título era "A construção transatlântica das noções de 'raça', cultura negra, negritude e antirracismo: rumo a um novo diálogo entre pesquisadores na África, América Latina e Caribe". Contou com a participação de cerca 30 pesquisadores, cerca 20 professores vindos do Brasil (Sansone, 2016, s.n.):<sup>14</sup>

O objetivo de nosso colóquio foi duplo. Primeiro, analisar criticamente o estudo dos fluxos e refluxos e da agenda de pesquisadores centrais em seus respectivos campos de estudos acadêmicos, por exemplo, Richard Price, John Thornton, Paul Gilroy e Lorand Matory. Em segundo lugar, nosso objetivo era desenvolver uma nova agenda de pesquisa baseada em ligações estabelecidas ao intercâmbio Sul-Sul, definindo um conjunto de pontos-chave para a construção transatlântica de projetos de pesquisa conjuntos no âmbito da relação Sul-Sul (Sansone, 2016a, s.n.)

Essa nova agenda de pesquisa começou a ser concretizada tão logo o grupo de professores do CEAO voltou a Salvador. Em 2003, Jocélio dos Santos tornou-se diretor do CEAO; então formou-se um grupo de discussão:

Foi um grupo de pessoas: basicamente... Jocélio, Zamparoni, minha ex-mulher Angela Figueiredo, que agora está na Federal do Recôncavo e eu, sem querer ser chato; basicamente

---

<sup>14</sup> Os anais do colóquio foram publicados em línguas inglesa e francesa: *Africa, Brazil and the Construction of Trans Atlantic Black Identities*, Africa World Press, Inc.; (2008) e *La construction transatlantique d'identités noires. Entre Afrique et Amériques*, Karthala/SEPHIS (2010) editores Livio Sansone, Boubacar Barry e Elisée Soumonni.

nós quatro, pessoas que pensaram isso, aglutinando depois outros colegas, é claro. Escrevemos um projeto, inicialmente ele foi aprovado em linha de mestrado, logo entramos com recurso que curiosamente a CAPES acatou. Foi aprovado também o doutorado. E nós fomos o segundo programa de Ciências Sociais, porque só tinha o um programa de Ciências Sociais. Nascemos aqui antes do programa de Antropologia, antes do Programa de Cultura e Sociedade, antes do programa de Estudos Femininos [...] (Livio Sansone, Entrevistas CEAO, p. 32).

Embora pouco citado, em 1970, o Conselho de Coordenação da UFBA tinha autorizado o centro de estudos a realizar, em caráter experimental, "um Curso de Especialização, em nível de pós-graduação, destinado a diplomados em História, Geografia e Ciências Sociais" (*Afro-Ásia*, 1970, nº 10-11, pp. 159-160). O curso tinha a duração de dois semestres e contava com um elenco de treze disciplinas: 1. História da África Negra pré-colonial; 2. História da África Negra a partir da colonização; 3. História da África do Norte e Oriente Médio; 4. Geografia Regional da África; 5. Geografia Regional do Oriente; 6. Cultura e Civilização Islâmica; 7. Povos e Culturas da África Negra; 8. Religiões tradicionais da África Ocidental; 9. História do Tráfico Negreiro; 10. Etnias Africanas no Brasil; 11. Herança Cultural Africana no Brasil; 12. Arte Africana; 13. O Negro na Arte e na Literatura Brasileira. Foram encarregados os seguintes professores: Rolf Reicher, Marli Geralda Teixeira, Terezinha Cavas zini Penna de Carvalho, Waldir Freitas Oliveira, Vivaldo da Costa Lima, Júlio Santana Braga e Fernando da Rocha Peres (*ibidem*, p.160).<sup>15</sup>

Salvador concentrava uma série de elementos que a capacitavam a assumir o papel de uma das capitais intelectuais do Atlântico Negro: história, posição geográfica e uma população de afrodescendentes expressiva culturalmente e ativa politicamente. O CEAO encarnava também uma tradição de pesquisa que atraía professores e estudantes, um prestígio que tinha se intensificado com as últimas edições do *Fábrica de ideias*. O Pós-Afro teve início em 2005. Para começar o Pós-Afro teve de superar algumas dificuldades administrativas e financeiras que foram solucionadas pelo aporte da Fundação Ford que, segundo Sansone, financiou o programa com "300 ou 400 mil dólares". Durante muito tempo o secretário do Pós-Afro foi estipendiado pela Fundação Ford, até que a UFBA contratasse um funcionário específico para o programa: "Sem a Fundação Ford nunca conseguiríamos ter montado o Pós-Afro" (Sansone, Entrevistas CEAO, p. 32).

Livio Sansone me contou que a opção de criar um programa de pós-graduação multidisciplinar foi também debatida, porque havia também a possibilidade de se criar um PPGAS. Porém decidiu-se pela forma mais aberta, em linha com a tradição do CEAO que sempre foi interdisciplinar e que

---

<sup>15</sup> Não consegui estabelecer se além da sua primeira edição (1970-1971) este curso de especialização teve uma continuidade no tempo.

sempre teve um ótimo grupo de historiadores, como João José Reis, em seu quadro de docentes. Desde o começo havia o esforço em coadunar trabalho coletivo e atitude interdisciplinar

Foi uma coisa bastante inovadora, muito concentrada nessa dupla entrada, estudos afro-brasileiros, estudos étnicos, deixamos mais abertos, não fechando à questão indígena, e africanos, toda essa dimensão do Sul, dos contatos com o Sul, fez isso muito na esteira de um novo espírito que se abriu com o governo do Lula (Livio Sansone, Entrevistas CEAO, pp. 32-33).

[...] havia essa disponibilidade, não se tinha nenhum Programa de Pós-Graduação em Antropologia, mas nós fomos pra frente, a gente resolveu ficar no programa multidisciplinar, no setor multidisciplinar da CAPES, embora a ABA tenha dado sinais que a gente poderia ter ficado com a Antropologia, teria sido mais simples (*Ibidem*, p. 35).

Essa também era um pleito dos jovens universitários que buscavam um maior aprofundamento de temas relacionados ao campo de estudos étnicos e africanos, o que somente um ambiente interdisciplinar poderia proporcionar. Era um interesse revelador de uma dinâmica da sociedade brasileira que estava produzindo novas exigências em termos de qualificação acadêmica, às quais as o CEAO respondeu com a proposição de percurso inovador e único. Até a escolha de um nome público surgiu de uma reflexão circunstanciada, uma sigla, que fizesse parte do ambiente onde o programa fora estruturado e chamasse atenção ao seu caráter específico:

Afro é uns dos pouco termos inventado por antropólogos que deram certo, porque afro-brasileiro é uma invenção de fato de Gilberto Freyre, no primeiro congresso afro-brasileiro de Recife, ou, se não de Gilberto Freyre, daquele grupo. E depois é uma coisa que colou, colou muito melhor que afrodescendente, por algum motivo a liderança negra gostou, virou cânone e lá está. Na verdade, por algum motivo, funcionou. Nem sempre as coisas que os antropólogos inventam dão certo, essa aqui deu certo. [...] Pós-Afro parecia uma coisa pós-moderna, um programa multidisciplinar de estudos étnicos e africanos, pós-graduação. Ficou Pós-Afro porque é um termo que provoca um pouquinho as pessoas, grava como Fábrica de ideias, as pessoas gravam (Livio Sansone, Entrevistas CEAO, p. 34).

A grade curricular do mestrado prevê 340 horas de aulas, entre matérias optativas, obrigatórios e atividades complementares. O doutorado exige 272 horas de seminários, atividades complementares e inclui uma atividade obrigatória. Dois cursos são obrigatórios para ambas especializações: Teoria da Etnicidade e Seminário de Metodologia e Prática de Pesquisa, esse último ministrado por Jocélio dos Santos e que frequentei em sua parte final. A lista dos cursos opcionais é muito extensa, mas vale a pena citar alguns: Relações raciais e étnicas: perspectivas comparadas; Circulação transatlânticas das ideias; Estudos de gênero na África Negra; Iconografia e Imagem da diáspora africana; Identidade étnica e literatura; Música, identidade e etnicidade; Cor e classe no Brasil contemporâneo; Relações entre língua(gem) e identidade étnica; Processo de construção de discursos e história das ideias. Livio Sansone sublinhou muito a programação extracurricular do programa:

Você vê a programação do Pós-Afro desse mês. Pode ver o que está na *home page*. Está cheio de cursos, minicursos, além das aulas. E pode ser feito muito mais do que isso. Estamos querendo retomar o cine Afro, o cinema aqui, montando um núcleo de antropologia visual, já na salinha aqui, partindo, penso, em dezembro, ter mais espaço, poder ter a vantagem e vontade, trabalhando de noite, quando em São Lázaro [o campus da Faculdade de Filosofia] a uma certa hora já fica aquele mortório, não tem mais ninguém. (Livio Sansone, Entrevista CEAO, pp. 35-36).

No dia que entrevistei Livio Sansone, ele se encontrava atarefado com a seleção dos candidatos ao Pós-Afro. Fiquei esperando na biblioteca. Logo depois, Livio saiu da salinha da diretora da biblioteca. Disse-me que estava ocupado com uma prova de inglês no Pós-Afro. Pediu-me para haver paciência. Fiquei ali observando o movimento:

Depois de um tempo comecei a observar que da sala Agostinho da Silva desciam os candidatos ao Pós-Afro. A maioria mulheres e afrodescendentes. Uma moça europeia, branca, sentou-se na mesa ao lado, onde um rapaz negro estava estudando. Estava feliz por estar ali. Perguntei-lhe como tinha ido a prova. Respondeu-me que bem. Antes tinha passado uma senhora angolana e tinha pedido informações ao responsável pelo atendimento ao público. Passam por ali muitos estudantes, visitantes estrangeiros, a maioria de origem negra. (Caderno de campo 3).

Em 2015, o Pós-Afro completou 10 anos. Um seminário foi realizado em comemoração para avaliar o que as diversas equipes do programa construíram e amadureceram na última década. Foi a ocasião para debater sobre as possibilidades operativas da interdisciplinaridade nas releituras epistemológicas relativas às questões étnicas-raciais e de uma nova perspectiva dos estudos africanos e afro-brasileiros. Segundo Sansone, mapear, de modo mais complexo e sofisticado, as identidades negras e afro-brasileiras e reinterpretá-las como fluidas e heterogêneas (2007, p. 249). Neste intuito, foi reafirmada a vocação do programa de caminhar em direção a uma produção renovada de conteúdos e de investigação sobre os fenômenos culturais, as identidades e alteridades da contemporaneidade africana e suas conexões brasileiras, ameríndias caribenhas e latinas.

**Museu AfroDigital.** O projeto do Museu Digital da Memória Africana e Afro-Brasileira, ou simplesmente Museu AfroDigital, foi lançado em 2009 para investigar a relação entre a questão negra e o universo institucional dos museus e das exposições. Um instrumento de reflexão sobre o patrimônio e a preservação do patrimônio.

O Museu AfroDigital, estação Bahia, coordenado por Livio Sansone e Jamile Borges do CEAO/UFBA, associou-se a iniciativas análogas: na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), na UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro), na UFMT (Universidade Federal do Mato Grosso), UFPE (Universidade Federal de Pernambuco) e na Universidade de Coimbra em Portugal. Cada participante da rede AfroDigital construiu uma estação ou uma galeria. Os três princípios e objetivos que nortearam a formação da rede foram o repatriamento digital, a generosidade digital e a recuperação digital. O primeiro basear-se-ia no acordo com as diversas instituições. O segundo estimularia a doação e a livre circulação de informações. O terceiro possibilitaria a recuperação, o resgate e a afirmação da memória afro-brasileira. Através de imagens e representações de uma história tecida às margens das narrativas oficiais, seriam apresentadas "novas possibilidades de vida, de vivência, de trato, do modo de produção e das relações de trabalho dessa população" (<https://museuafrodigital.ufba.br/>. Último acesso 21.09.2017). Em 2010, o projeto foi inscrito no IBRAM, Instituto Brasileiro de Museus.

No seu memorial, Livio Sansone deu indicações de como se aproximou a essa nova vertente de pesquisa. Em 2006, o antropólogo esteve um mês na Universidade de Virginia, em Charlottesville, como professor visitante. Nessa ocasião, efetuou pesquisas nos arquivos e acervos Smithsonian Institute em Washington, DC, e teve contato, pela primeira vez, com um pioneiro programa de *digital history* realizado na região (Sansone, 2016a, s.n.). Pesquisar em arquivos norte-americanos passou a ser uma constante na atividade científica de Sansone: "Quando eu vou aos Estados Unidos, eu adoro



as bibliotecas, os arquivos e só [...] Eu tive, recentemente, três semanas fazendo pesquisa nos arquivos na Northwestern, Universidade de Chicago e Ohio State. É maravilhoso fazer pesquisa lá [...] (Sansone, 2016b, p. 27). Foi após uma dessas excursões de Sansone às bibliotecas norte-americanas que ele e Jamile Borges iniciaram a colaboração que levou à criação do projeto de um museu digital:

[...] nós nos reencontramos e ele me disse: "Olha, Jamile (ele tinha acabado de voltar dos Estados Unidos) eu estou com uma coleção grande, um acervo documental do Donald Pierson". Disse-me que tinha estado no Smithsonian, e que estava com o material e que não sabia o que fazer com aquilo. Primeiro a ideia dele era fazer um arquivo digital. Eu disse: "olha, eu entendo um pouco de tecnologia, gosto da área". "Pô, você é antropóloga e saca de tecnologia. Acho que você é a pessoa ideal de trabalhar comigo. Você não quer encampar esse projeto?". E foi assim que nós começamos, sem saber exatamente o que íamos fazer com aquele acervo documental, mas já entendendo que era preciso alguém que transitasse nesses campos da Antropologia, das Tecnologias Digitais (Jamile Borges, Entrevistas CEAO, pp. 49-50).

Jamile Borges, que era professora concursada da Faculdade de Educação da UFBA, resolveu fazer o doutorado do Pós-Afro, já pensando na construção da Rede AfroDigital:

E foi assim então que fiz a seleção em 2009, para o doutorado aqui, como projeto do Museu Digital. A ideia era pensar então como é que Museus físicos e os nascentes arquivos digitais, porque não existiam museus digitais, concretamente, estavam pensando a construção da memória e da diáspora africana. A ideia inicialmente era pensar isso. Depois isso evoluiu para uma análise mais comparativa, ao final já do trabalho de tese, eu fiz um estudo comparativo entre o Museu que foi considerado praticamente o primeiro museu pra pensar a diáspora africana, que é o Museu do DuSable, em Chicago [...] eu analisei exatamente essa versão digital do Museu DuSable comparando com os nossos projetos de museu aqui. Tanto os museus presenciais, museus afro-brasil, quanto os projetos de museu digital, que discutem a questão racial. E a ideia era perceber como as pessoas que acessam esses espaços, esses ambientes, como é que eles representam e como é que eles constroem a ideia da memória da diáspora afrodescendente (Jamile Borges, Entrevistas CEAO, p. 51).

Em sua pesquisa, Jamile constatou que existiam duas formas de lidar com a memória da escravidão. Enquanto nos Estados Unidos da América, celebravam o protagonismo, ligado à conquista dos direitos civis, no Brasil, restava-se ainda presos à memória da dor, dos grilhões, da escravidão, do bisavô que foi escravo:

É como se a gente não conseguisse olhar pro futuro, muito menos pro presente. Então os nossos museus afros, de alguma maneira, ainda são uma representação extremamente colonial. Nós ainda vivemos sobre a égide de uma Antropologia, de uma leitura muito colonial da dor e da escravidão. Há museus do luto; que são museus do luto. Você não tem museu das lutas, você tem museu do luto (Jamile Borges, Entrevistas CEAO, p.52).

Na opinião de Jamile Borges, os museus digitais poderiam ser, de fato, uma possibilidade de luta. Pois que os sujeitos teriam acesso à fala ao manusear as fotos e os documentos, surgiria a emergência do dizer. Com a interação com o documento, os afrodescendentes poderiam celebrar, talvez um outro momento, uma história de lutas, de conquistas futuras, ao invés de restarem parados e presos ao luto (*Ibidem*, p. 53).

A ideia central do projeto da Rede AfroDigital seria a generosidade digital. No objetivo de doação digital estaria inserido o conceito de interdisciplinaridade, de diálogo com outras áreas do conhecimento científico. A ausência de diálogo, apareceria claramente nas disputas de documentos:

Nós ainda temos os guardiões de documentos. Você vai em qualquer arquivo público, você vai perceber a dificuldade de lidar, de ter acesso a um documento. Tem os guardiões de documentos. Tem o guardião do Instituto Histórico, tem o guardião do Arquivo Público do Estado da Bahia, tem o guardião... A Fundação Clementi Mariani tinha um acervo extraordinário. Quando a Fundação fechou, houve uma disputa institucional muito grande para saber quem seriam os novos donos do acervo. Aí o acervo foi parar na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, nas mãos de algum novo dono. Então nós ainda não conseguimos sair dessas partilhas coloniais (*Ibidem*, p. 54).

O mesmo raciocínio funcionaria para a memória da atividade dos antropólogos: seus arquivos, seus cadernos de campo, suas anotações. "Nós queremos induzir a doação digital de documentos. Nos

antropólogos, os cientistas sociais, temos que aprender a doar em vida, porque nós somos ótimos em doar quando morremos. Nossas viúvas se desfazem de tudo doando" (Sansone, 2016b, p. 31).

Eu perguntei a Jamile Borges como o projeto do Museu AfroDigital tinha sido acolhido no CEAO, quanto o centro de estudos estava envolvido na sua implantação, como se dava esse diálogo. Respondeu-me assim:

Esse diálogo, eu não vou dizer que é um diálogo difícil, mas também não é fácil, ele é sempre tenso. Na verdade, acho que nós conseguimos chegar aqui por uma espécie de artifício acadêmico. O fato de ser um projeto que inicialmente estava vinculado a dois professores, eu, que embora aluna do doutorado, mas era professora da universidade, e Livio. Esse projeto nasceu, na verdade, como um subprojeto do Fábrica de ideias que é um grande projeto guarda-chuva. Na verdade o Fábrica de ideias tem funcionado, todo esse tempo, como um projeto guarda-chuva. Então, o Museu digital ele nasceu como um subprojeto dentro do Fábrica de ideias. Originalmente ele estava muito localizado. Era um projeto parte da tese de Jamile e um projeto que era um projeto de pesquisa mais amplo do professor Livio Sansone. E isso de alguma maneira permitiu que a gente meio que se insinuasse dentro do Programa [Pós-Afro]. E que a gente conseguisse se insinuar dentro do CEAO. Eu posso dizer que foi uma espécie de artifício, não pensado, não foi um artifício calculado. Mas isso possibilitou que a gente conseguisse ter um trânsito e um acesso aqui dentro menos problemático (Jamile Borges, Entrevistas CEAO, pp. 54-55).

Outra questão estava relacionada como tinham sido estabelecidas as parcerias com pesquisadores de outras universidades que levaram à formação da Rede AfroDigital. Jamile Borges falou-me de sedução...

Só que a cada vez que a gente apresentava e falava do projeto, ele era um projeto muito sedutor, acabou atraindo outras pessoas e outras parcerias. Então, por exemplo, em 2010, quando nós fizemos 2010-2011, os primeiros encontros já foi fruto dessa sedução que se estabeleceu com alguns parceiros, com a professora Myrian Sepúlveda [dos Santos] no Rio, na UERJ, que é um nome importantíssimo no campo dessa interface, entre Antropologia e Museologia. Os primeiros trabalhos importantes na área sobre os museus imperiais foram feitos pela professora Myrian, portanto é um nome muito importante pra gente. O professor Antonio Motta em Pernambuco, do Departamento de Antropologia, também trabalhando já com exposições e

pensando África contemporânea, ficou muito interessado no projeto, e o colega do Maranhão, Sergio Ferretti, trabalhando com música, trabalhando no campo da Antropologia e do Folclore mas também já com grande quantidade de acervo na mão, documentos, registro fonográficos, e não sabia o que fazer com isso. Então no fundo o que a gente percebeu que tinha muita gente com muito documento, com muito material, sem saber o que fazer. Porque havia um problema físico também: onde é que vai se guardar isso tudo? [...] Então, nós chegamos à conclusão que poderíamos pensar juntos um projeto para digitalizar, disponibilizar isso, mas ao mesmo tempo discutir, também refletir sob que medida éramos que nós podíamos fazer essa, promover esse diálogo entre a Antropologia, a Museologia e a Ciência da Informação, porque a gente, obviamente, se deu conta que sozinhos não poderíamos fazer isso. Era preciso alguém da Museologia, era preciso alguém da Ciência da informação. E acho que isso foi ganhando corpo (*Ibidem*, pp. 55-56).

Com a entrada de colaborações em diversas universidades, o projeto assumiu uma relevância que não poderia mais funcionar sem garantias de continuidade. Jamile Borges falou "que a criatura estava maior que o criador" e que era necessário adotar algumas estratégias institucionais para que fosse alocado dentro do CEAO, pois era o espaço ideal para pensar a questão da memória africana e afrodescendente. Portanto, era necessário assegurar que isso acontecesse.

Então uma das primeiras atitudes que nós tomamos foi vincular o projeto diretamente ao Fábrica de ideias criando uma linha de pesquisa. Criamos uma linha que se chama "Memória, patrimônio e Antropologia" que está cadastrada no CNPq, uma linha de investigação. A outra atitude institucional que nós tomamos, foi produzir, dentro do curso Fábrica de ideias, que tradicionalmente sempre pensou essa discussão mais focada na questão de raça e racismo, em três anos, 2011, 2012, 2013, nós tocamos a discussão sobre o patrimônio: raça, racismo e patrimônio. Era uma forma também de consolidar isso, institucionalmente [...] O terceiro foi cadastrar o Museu Digital dentro do IBAM, o Instituto Brasileiro de Museus. Então, nós hoje, fazemos parte do cadastro nacional de museus do Brasil, com plano museológico, com tudo. E o outro é juntar, é apostar na criação do Sistema Universitário de Museus, que a UFBA não tem ainda (*Ibidem*, pp. 57-58).

Esse passo sucessivo já foi completado, conforme Livio Sansone informou recentemente:

No Museu Digital nós fazemos escolhas como funcionar com software livre. Demoramos muito tempo para compatibilizar este software, mas finalmente funcionamos dentro do repositório digital da UFBA, que faz parte da Rede Nacional de Pesquisa, para manter a continuidade. Entramos na rede da memória virtual da Biblioteca Nacional (Sansone, 2016b, p.31).

Então a ideia é que uma vez que essa plataforma fique pronta, se você ou qualquer outro pesquisador quiser produzir dentro da sua universidade, por exemplo, um museu digital, nós vamos ceder pra você todo o código fonte, pra você reproduzir lá e replicar esse projeto (Jamile Borges, Entrevistas CEAO, p. 60).

A opção de funcionamento da plataforma por meio de um software livre foi motivada por uma verba obtida através de um edital de financiamento público para a gestão de acervo documental de FINEP-CNPq. Os três bolsistas que trabalhavam no projeto, no período de minha permanência em Salvador, eram específicos da área de desenvolvimento da plataforma e todos foram contratados na condição de empreendedores individuais, que foi a forma jurídica encontrada para assegurar-lhes o pagamento. Uma vez pronta a plataforma, estava previsto a contratação, bolsa de iniciação científica, de alunos na área de museologia e da ciência da formação a elaboração de descritores e indexadores dos documentos que estão ainda sem descritor. Jamile Borges me descreveu a amplitude do financiamento obtido e o que significava, na sua compreensão, a importância da relação com o CEAO:

Nós recebemos 500.000,00 reais da FINEP pra gastar entre 2012 e 2014 no projeto. Nós alocamos mais de cem mil em reformas dentro do CEAO e isso no entendimento que aqui é o lugar onde um projeto como esse deve estar. Eu realmente não vejo que um projeto, como o nosso, Museu Digital, possa estar em outro lugar. Ele dialoga diretamente com esse centro, com o Pós-Afro, com os pesquisadores, com as pessoas que visitam e que entendem que o CEAO é o espaço para emergência dessas questões. (*Ibidem*, pp. 64).

Após a entrevista, Jamile Borges me acompanhou até a sala do Museu AfroDigital, situada no segundo andar do anexo do CEAO:

Chamou-me a atenção um grande cartaz com a programação do seminário de lançamento do projeto que estava pregado na porta. Era de 2010 e tinha a participação de vários pesquisadores, inclusive Jocélio dos Santos. Jamile Borges me apresentou um bolsista, Moisés, que sob seu pedido, ilustrou-me o projeto, mostrando-me a plataforma (SAKAI) que estava em fase final de instalação [...] Disse-me que por problemas de ventilação (ar condicionado), o server não estava no CEAO e sim na UFBA [...] A sala tinha no máximo 30 metros quadrados e era dividida por vários separês à meia altura. Passou-me a impressão de algo *in progress* com várias caixas abertas, computadores no chão, fios, cabos e mais caixas. Moisés disse que na quinta-feira passada eles não conseguiam conectar com a rede. Comentaram a impaciência e certo nervosismo de Livio (Caderno de campo 3).

Algumas das questões ilustradas por Moisés, já tinham sido mencionadas por Jamile Borges durante a entrevista: a rede elétrica obsoleta do CEAO que não suportava a sobrecarga do equipamento; o investimento financeiros que se estava fazendo para superar o problema, inclusive com a instalação de ar condicionado; a compra de um servidor de quase 30 mil reais mas que teve de ser instalado no Centro de Superintendência e Tecnologia da UFBA porque o espaço do CEAO não tinha condições de acolhê-lo:

Comparamos esse servidor como espaço público. Se você é um pesquisador, e disser assim: "eu tenho acervo grande e não tenho onde botar e estou medo de perder", nós temos um espaço lá pra você. Nós somos aqui que nós chamamos de "depositário digital". Nós podemos ser depositários de qualquer pesquisador. Então, tudo o que nós temos feito é no sentido de um projeto que possa cada vez mais se abrir para Universidade e para os colegas pesquisadores. Mas isso só é possível se você tem condições efetivas de trabalho (Jamilé Borges, Entrevistas CEAO, p. 65).

Jamilé se referia à crise administrativa do CEAO que foi abordada no início do capítulo. Era mais uma confirmação que a estrutura burocrática universitária interferia diretamente, no tempo e nos espaços, com a prática antropológica, através dispositivos de controle vários e em diversos níveis: "Então, na verdade, as condições administrativas, a política institucional, ela tem sido um empecilho muito grande para o andamento do projeto. O projeto já poderia ter, os produtos do Projeto já

poderiam ter sido encerrados há mais tempo. Nós não tivemos como finalizar o projeto" (Borges, Entrevistas CEAO, p. 65).

### **CAPÍTULO 3. LABORATÓRIO DE PESQUISAS EM ETNICIDADE, CULTURA E DESENVOLVIMENTO: ESPAÇOS E TEMPOS**

Quando nós viemos fazer Antropologia a ideia era que a Antropologia ia permitir entender o Brasil para mudar o Brasil, pra ajudar o Brasil, para criar conexões com os grupos locais que iam mudar isso.  
(João Pacheco de Oliveira, Entrevistas LACED, 2014)

**Entrada em campo: o Museu Nacional.** Cheguei ao Rio dia 15 de julho de 2014, de manhã, como combinado com a FAPERJ e João Pacheco de Oliveira, logo após o término do campeonato mundial de futebol. Nada me indicava a tragédia que os jornais italianos noticiavam, motivada pela derrota da seleção, uma semana antes. Vida que seguia com as bandeiras auriverdes ainda dependuradas nas janelas dos prédios. De tarde, dirigi-me à Quinta da Boa Vista, ali do lado do Maracanã. Minha intenção era me apresentar a João Pacheco, conhecer o museu e o LACED. Minhas recordações do “bairro imperial” já iam longínquas no tempo. Foi a minha entrada em campo:

Para um visitante, a primeira impressão é imponente. No meio do verde, em um pequeno morro, ergue-se o edifício, o palácio imperial, com escadas coreográficas. É o Museu Nacional, “a mais antiga instituição científica do Brasil e o maior museu de história natural e antropológica da América Latina”, diz a apresentação do seu site. À frente de tudo reina a figura de Dom Pedro II que recebe a todos ao ar livre, como o simbólico anfitrião do espaço. Um pequeno jardim elevado, com fontes, conserva a estátua da Princesa Leopoldina. Uma grande faixa anuncia a exposição KUMBUKUMBU de peças africanas e afro-brasileiras. A entrada do PPGAS é à direita, contornando o palácio. Identificação na porta com roleta, policial, crachá e tudo que o Brasil pós-ditadura nunca aboliu. Identifico-me, peço informações, e o porteiro, muito gentil, indica e conduz-me à sala de João Pacheco, atrás de uma portinha de vidro. Uma moça me diz que ele está viajando. É a doutoranda Rita de Cássia, pernambucana (e eu confundi o seu sotaque, com o sotaque baiano, erro imperdoável), orientanda de João Pacheco. Muito disponível, leva-me a conhecer as instalações. As salas do



PPGAS-MN estão em torno do pátio arborizado com uma fonte no meio. Tudo muito sombreado, úmido, com árvores altas e vegetação tropical. Vou gostar daqui. Rita e eu conversamos. Falamos dos nossos projetos. Ela está na fase final de escritura da tese sobre os museus brasileiros no século XIX. Falamos do LACED e ela indica o professor Antonio Carlos de Souza Lima como pessoa mais informada dos aspectos administrativos e dos projetos recentes do LACED. Mostra-me a sala de Antonio Carlos. Leva-me até a Biblioteca Francisca Keller. Sou apresentado ao auxiliar, Márcio Nunes. Com ele, assegura que eu possa inscrever-me na biblioteca, antes de obter uma autorização oficial. Percebo que a intenção de Rita é me indicar um lugar onde ficar enquanto não tenho um contato direto com João Pacheco. Rita pergunta se quero conhecer a coleção etnológica. Estou muito cansado e prefiro ir para casa antes que anoiteça. Ensina-me, então, a melhor possibilidade de pegar o metrô, que é a estação de São Cristóvão (Caderno de campo 1).

Por intermédio de Stefania Capone, amiga comum antropóloga, recebi, no dia seguinte, um e-mail de Antonio Carlos de Souza Lima, um dos coordenadores do LACED, marcando um encontro à tarde, no Museu Nacional, onde já me encontrava. Antonio Carlos recomendava a leitura de dois livros: *O campo da Antropologia no Brasil* de Gustavo Lins Ribeiro e Wilson Trajano e *O papel social do antropólogo* de Eliane Cantarino O'Dwyer; enviava-me, em anexo, o texto *Pluralizando Tradições* de João Pacheco. Bom sinal: havia lido o meu projeto.

Após um encontro informal no pátio, Antonio Carlos me recebeu e explicou rapidamente, o que, segundo ele, dificultaria sua colaboração com o meu projeto de pesquisa: a) o fato que estava fechando o máximo possível suas atividades acadêmicas e de pesquisa (mostrou-me várias caixas de livros novos a serem enviadas) para assumir a presidência da ABA a partir de janeiro 2015; b) não via como eu poderia estabelecer uma forma de observação participante com o LACED, que segundo ele é uma rede estruturada hoje para atender normas do CNPq e os projetos individuais, intermitentemente em colaboração, dos pesquisadores filiados. Para explicar esse posicionamento, iniciou a traçar, de modo detalhado, e muito preciso, um quadro amplo da criação do LACED, partindo do PETI (Projetos de Estudos sobre Terras indígenas), amplo projeto de monitoramento das terras indígenas no Brasil (1986-1994), que eu desconhecia. Notei uma ponta de crítica ao LACED e um grande amor pelo período “heroico” do PETI. Sinalizou-me ainda duas professoras do PPGAS e pesquisadoras do LACED, Adriana Facina e Adriana Vianna. A primeira vai lançar um livro dia 18 de agosto próximo. Desse modo, no início do trabalho de campo, tenho uma análise da história da colaboração de Antonio Carlos e João Pacheco, seu desenvolvimento e estado atual. Compreendo o quanto será importante incluir nas

minhas observações a Fundação Ford, várias vezes citada, que financia ou financiou LACED, CEAO, PNCSA. Lamento não ter levado o gravador, pois soube do encontro quando já estava na biblioteca do PPGAS. Tenho que trazê-lo sempre comigo. (Caderno de campo 1).

Embora crítico com o meu objeto de pesquisa (notou um aspecto latourniano da pesquisa que considero inexistente), Antonio Carlos, com suas observações pontuais, apontou para dificuldades reais da minha investigação e a necessidade de ir além do ideal clássico da observação participante para estudar a prática antropológica do LACED, em particular, e dos demais centros. Fui descobrindo algumas coisas. Antonio Carlos desconhecia, até então, a vinda e a finalidade da pesquisa. No entanto, a sua atitude foi, sobretudo, orientadora, indicando referências, assinalando dificuldades, estabelecendo os limites da sua colaboração. Não existia um espaço físico LACED, pelo menos ali em torno, e nem uma rotina de encontro e reuniões regulares entre os seus integrantes. O que me levaria a mergulhar um pouco mais fundo na sua história, nos seus documentos, nos seus projetos. Tornava-se necessário ir ao encontro de novas formas de investigação. Como encontrar João Pacheco, nos primeiros dias, tornou-se uma façanha complicada, comecei a pensar em outras possibilidades de aproximação ao meu objeto de estudo. Como encontrar uma continuidade da vida do LACED? Aonde existia o LACED? Como o laboratório eram as suas linhas de pesquisas e as pessoas que a implementam, tinha de encontrá-las e segui-las. Às vezes, num texto, num site, numa mostra. Para isso, era urgente ter trânsito livre no museu.

O que não podia ser feito sem um credenciamento oficial. Por muitos dias, para entrar, tive de me identificar, escrever meus dados numa folha e receber um crachazinho de visitante. Quatro pessoas se revezavam, educadamente, na portaria e tinha sempre um segurança em pé, na frente da roleta. Visitar as exposições só acompanhado ou pagando o ingresso. Até que Bruno Pacheco me alertasse que era imprescindível haver um crachá e indicou-me o caminho das pedras: "Semana passada, fui lá embaixo, na entrada da Quinta, num outro prédio do Museu, fazer uma fotografia para haver um crachá definitivo. Claro que para chegar até lá tive de me identificar, passar uma catraca, obter um credenciamento provisório. Ontem, meu crachá chegou na portaria aqui em cima. Peguei-o e o coloquei todo orgulhoso. Está escrito: "pesquisador colaborador". Mais um passo dentro do Brasil real. Com crachá.", escrevi no meu caderno de campo. A partir dessa identificação pude percorrer livremente as salas, corredores e pátios do Museu Nacional.

Agora podia fazer empréstimos na Biblioteca Francisca Keller. Conheci a bibliotecária responsável, Dona Dulce. Dirigia, com muita disponibilidade e gentileza, o maior acervo bibliográfico antropológico do Brasil: mais de 37.000 títulos entre obras de referência, livros,

periódicos, teses, dissertações, anais de congressos, folhetos, etc. O ambiente era muito acanhado: uma pequena entrada, com um guichê para o atendimento de onde se via a sala dos funcionários; do lado direito uma porta dizendo puxe que dava para uma sala com três bancadas de computadores, uma impressora, um *scanner* e um arquivo de metal com fichas batidas à máquina de escrever catalogadas por assuntos, autores e títulos até 2012. Ao centro, uma mesa que permitia escrever com comodidade. Da porta do lado esquerdo da entrada tinha-se acesso ao tesouro: as estantes com milhares de livros que se moviam com manivelas rotatórias. O recinto era condicionado e frio. Na primeira vez, maravilhado pelos livros que encontrava, fiquei muito tempo dentro e me resfriei. A conexão dos computadores e o *wi-fi* era péssima. Todos os funcionários eram disponíveis às diversas solicitações.

O ambiente de socialização principal era o refeitório, onde a partir do meio-dia formavam-se longas filas, principalmente nos dias de visita de grupos ao museu. A porta de entrada foi colocada à esquerda da portaria do PPGAS. Os funcionários do museu almoçavam ali. Os alunos e professores também. Tudo era muito animado e vivaz, fala-se alto, muito riso e trocas de opiniões. Encontrava-se ali a ágora do Museu. Por ali, passavam todos. Algumas vezes, notei a presença da diretora da Casa.

Num espaço retangular de tamanho médio, as mesas estavam dispostas em bancadas com pouco espaço entre uma fileira e outra. Entrando, na parede à direita, os quadros de avisos e algumas mesas com quatro lugares e uma pia com sabonete para lavar as mãos; no final dessa parede a passagem de comunicação entre o refeitório e a cozinha que dava diretamente ao pátio e ouvia-se um motor muito barulhento. Do lado oposto à entrada, estendia-se o grande balcão de vidro onde estava disposta uma boa variedade de comida servida a quilo. Os pratos e talheres ficavam empilhados no começo do balcão. Caminhava-se da esquerda para a direita, servindo-se diretamente dos tabuleiros de metal colocados sobre os dois planos de vidros: saladas cruas, verduras cozidas, frutas fatiadas, saladas preparadas, arroz branco, feijão preto, feijão a modo de feijoada, farofa, carnes, peixe grelhado ou a molho, ovos cozidos, couve à mineira, batatas fritas ou dorê. Ao final do balcão, uma senhora pesava tudo, fixava o preço e anotava num pequeno recibo. Por último pedia o que se queria beber: água, refrigerante ou suco. Se fosse um suco, era levado por uma outra funcionária à mesa. Esta mesa pessoa recolhia com descrição os pratos de quem acabava de almoçar. Comia-se bem. Caseiro, com uma ótima relação qualidade-preço. Pagava-se ao sair, a um moço que controlava tudo. Depois do almoço, sentei-me no pátio arborizado que serviu de alento, repouso e diversão à família real e acolheu as reuniões da Assembleia Constituinte Republicana de 1891. Causava-me um

certo efeito que hospedasse o primeiro e mais importante programa de pós-graduação da Antropologia brasileira. A coisa tinha um certo efeito sobre mim (Caderno de campo 1).

Uma semana após a minha chegada, li no site do PPGAS que João Pacheco daria um curso no Museu do Índio, em Botafogo. Fui encontrá-lo lá, na saída do curso. Foi muito cordial, ficamos ali conversando e marcamos uma reunião, dali a dois dias, no Museu Nacional.

Antes da reunião marcada, encontrei-me com Ricardo, moço colombiano, que tinha me ajudado muito no processo de pedido da bolsa. Ele me dissera, dias atrás, que queria me dar algumas dicas. Contou-me que tinha um pequeno contrato de assistência com João Pacheco para colocar o seu site no ar. Ele queria me avisar que o professor era muito empenhado, além das suas reais possibilidades, que viajava muito e que por isso tinha se tornado um especialista de "estar, não estando", segundo Ricardo, com uma agenda sempre cheia quando aparecia no Museu. De fato, diante a porta do seu estúdio, tinha uma fila. Meu encontro estava marcado para 12,30. Com Ricardo e Bruno Pacheco, fomos os quatro almoçar juntos. A conversa com João Pacheco começou ali mesmo na fila do refeitório, que naquele horário estava cheio e rumoroso. Pediu-me notícias de Roberto, da situação na Europa, perguntou-me quando iria a Natal para a reunião da ABA. Durante o almoço, conversei mais com Bruno e o assunto se desenrolou sobre o blog de João Pacheco que estavam iniciando a montar. Depois do almoço, encontramos-nos, finalmente a sós, na sua sala.

João Pacheco está acomodado em um gabinete relativamente grande e abarrotado de livros, caixas e papéis. Todas as estantes estão tomadas por volumes. Sobre a escrivaninha, livros enfileirados que transbordam o perímetro do móvel. Ele se senta atrás do seu bureau, de costas para a janela. Entrevejo o verde exuberante das árvores do parque da Quinta da Boa Vista e um adesivo da eleição presidencial passada. Encontro uma cadeira e acomodo-me como posso com o meu caderninho de notas. A conversa se focaliza sobre as questões burocráticas da bolsa-sanduíche da FAPERJ e como estabelecer os pagamentos das mensalidades que passam pela conta do professor. Concordamos que irei à FAPERJ amanhã para buscar esclarecimentos. Falamos então da minha participação à 29ª RBA em Natal e obtenho uma visão melhor do encontro. João Pacheco me sugere de participar ao encontro da Comissão indígena que coordena, mas não sabe onde e quando se fará a reunião. Vou me informar. Esclarece-me sobre o processo de eleição da ABA que se dá por várias etapas e se conclui com a posse da nova diretoria somente em janeiro de 2015. Propõe que eu apresente o meu projeto aos professores do departamento. Diz que a sugestão de Bruno de inscrever-me no PPGAS-

MN é necessária, mas não sabe como devo proceder. Não se abre quanto aos contatos no PPGAS-MN e no LACED. Critica a minha ausência de três meses. Pondero que constava do projeto e que de outro modo não teria obtido as passagens aéreas em Milão. Jocosamente, chama o meu roteiro de "périplo etnográfico". Tento avançar em outros argumentos mas entra Rita. Diz-lhe de acomodar-se. Sinto que a "audiência" acabou. Antes, pergunta-me como quero ser chamado e conhecido. Respondo, naturalmente: Marco Antonio. Coloca o seu estúdio à disposição para estudos e uso do computador. Sinceramente, não vejo como. Despedimo-nos. Saio um pouco confuso. Devo trabalhar sobre as expectativas. (Caderno de campo 1)

Com o crachá oficial podia visitar sem pagar a coleção de Etnologia do Museu Nacional, que tinha a curadoria de João Pacheco e a chancela do LACED. Procurei também o contato com Adriana Facina, conversamos, e fui ao lançamento do seu livro. Estabeleci contato mais estreito com Bruno Pacheco e que trabalha com Antonio Carlos, cuidando em grande parte, do acervo audiovisual do LACED. Foi um ótimo informador e vi, sob sua sugestão, o ótimo documentário *Pisa Ligeiro*, por ele dirigido. Procurei entender melhor os projetos do LACED estudando, principalmente, aquele coordenado por Antonio Carlos sobre a Educação superior indígena. Comecei a estudar os programas dos cursos do PPGAS (em particular dos membros do laboratório) que iniciavam a partir da segunda metade de agosto. Pensei ser uma boa ideia frequentar algumas aulas como ouvinte antes de partir para Manaus. Um dia antes de embarcar, realizei a entrevista com João Pacheco que confirmou o que dissera Antonio Carlos: tudo começou no PETI.

**O PETI.** No seu memorial, João Pacheco relacionou a criação do PETI (Projeto de Estudo sobre Terras Indígenas: invasões, usos do solo e recursos naturais) à publicação de um seu artigo em 1983 [*Terra indígenas no Brasil: uma tentativa de abordagem sociológica*]. Esse ensaio iniciara com uma motivação política e ganhara, em pouco tempo, o fôlego de pesquisa acadêmica abrangente (Pacheco de Oliveira, 1999, p. 237).<sup>16</sup> A motivação nascera da informação que o governo militar editara um decreto (88118/83). Este decreto criava um Grupo Técnico Interministerial (GIT) que teria o poder de fixar novas normas que causariam um impacto sobre solicitações já encaminhadas pelas comunidades indígenas. Este ato político-administrativo instigara João Pacheco a reunir dados de diversas proveniências e fontes e a organizá-los, estabelecendo os condicionantes das esferas decisórias do processo político e relacionando as demarcações às conjunturas da política indigenista oficial (*ibidem*, 236). Até então, os aspectos econômicos e políticos da política indigenista eram

---

<sup>16</sup> Esse é o título original. Em 1998 foi republicado como *Redimensionando a questão indígena no Brasil: uma etnografia das terras indígenas*.

tratadas do ponto de vista demográfico. A abordagem sociológica de João Pacheco redimensionava essas questões a um ponto de vista fundiário e propunha "uma etnografia das terras indígenas" que captasse a dinâmica dos processos sociais envolvidos e abrisse espaço a uma verdadeira análise política processual da demarcação de terras indígenas (Pacheco de Oliveira, 1983; 1998), dando um novo alento à investigação científica sobre o argumento:

O artigo que escrevi - originalmente para o Boletim do Museu Nacional republicado posteriormente na América Indígena e, no ano seguinte, parcialmente utilizado em um mesa redonda da ABA/1984 - apresentava também um caráter programático, pois ali estava nitidamente antecipado um desenho e um instrumental teórico-metodológico a ser seguido depois pelo PETI no estudo das terras indígenas e da política indigenista (Pacheco de Oliveira 1999: 237).

Foi sempre esse artigo que chamou a atenção de David Maybury-Lewis, um dos fundadores do PPGAS-MN, que prestava consultoria à Fundação Ford com vistas a novos financiamentos para pesquisas (Lima, 2015, p. 20). Ele chamou João Pacheco para conversar: "Nós fomos, almoçamos até, me lembro, próximo da Fundação Ford, e ele me falou: 'Ah! eu queria saber o que a Fundação pode fazer em relação a auxiliar um pouco a questão dos direitos indígenas'. Eu disse 'Bom. Então vou te entregar um artigo que eu fiz para o boletim do Museu Nacional, que a gente mais ou menos descreve' (Pacheco de Oliveira, Entrevistas LACED, p.6). Em seguida, Maybury-Lewis fez um relatório de avaliação do campo indigenista no Brasil considerando que aquela poderia ser uma iniciativa que traria resultados para a sociedade e a universidade. Incentivou João Pacheco a transformar o artigo num projeto para a Fundação Ford. Este buscou a colaboração do CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação) que possuía uma vasta rede de contatos pelo país afora e foi apresentado o projeto. Após alguns esclarecimentos com Peter Fry, assessor de programa da fundação, o financiamento para o PETI foi aprovado (Pacheco de Oliveira, 1999, p. 237; Lima, 2015, p. 20). Através da coordenação do PPGAS (prof. Lygia Sigaud) foi firmado um convênio com a Fundação Ford que envolvia UFRJ e o CEDI.

Contemporaneamente à formalização do convênio do PETI, a formação do novo laboratório passaria por uma série de contingências políticas, históricas, frutos do período de transição do país. A ditadura militar estava chegando ao fim. Nos meados de 1984, o país tinha sido sacudido pela campanha das diretas e se articulava a formação da Aliança Democrática com vistas a eleger Tancredo Neves no Colégio Eleitoral indireto. Uma parte do partido de sustentação da ditadura (PDS)

abandonara o governo e formara a Frente Liberal. Os dirigentes de vários órgãos públicos são trocados. Na FUNAI, um presidente interino fora nomeado. Devia preencher um hiato administrativo breve até ser ultimada a transição de poder e precisava da assessoria de um especialista. Procurou João Pacheco.

Eu recebi um telefonema em minha casa. Uma hora chama: “é o presidente da FUNAI. Quer falar com o senhor”. O presidente da FUNAI: “eu ouvi falar do seu trabalho. Acho que aqui ninguém entende dos assuntos, eu estou assumindo agora, e eu acho que precisa ter um estudioso aqui dentro pra organizar essa situação. Eu queria ver se o senhor pode ser cedido pela universidade, ou pode ser contratado etc. Eu estou precisando de um assessor pra essa área”. Eu disse “Bom. Acho que podemos conversar. Eu não vou poder, eu tenho obrigações. E depois fui a Brasília e conversei e definimos isso como um projeto de pesquisa. Nesse projeto, como foi possível, eu envolvi também o Alfredo Wagner. O Alfredo foi convidado por mim pra fazer parte do projeto e os dois trabalhamos durante muito tempo na FUNAI, alguns meses lá dentro, vasculhando os arquivos da FUNAI, ouvindo aquelas coisas que eles diziam e realizando um relatório (João Pacheco de Oliveira, Entrevistas LACED, p. 7).

De outubro de 1984 a fevereiro de 1985, os dois antropólogos trabalharam como assessores da Presidência da FUNAI. Através o exercício etnográfico da observação direta, de entrevistas com os funcionários e do estudo acurado dos arquivos da FUNAI operaram uma leitura concisa da atuação fundiária do órgão indigenista governamental. Esse estudo foi publicado, mais tarde, em 1989, com o título de: *Demarcação e reafirmação étnica: um ensaio sobre a FUNAI* (Pacheco de Oliveira e Almeida, 1989; 1998) No mesmo sentido, a lida dos dois pesquisadores deu início à estruturação de um banco de dados sobre as terras indígenas, inédito, até então, em âmbito acadêmico:

Durante esse período, nós reproduzimos dentro da FUNAI uma grande quantidade de material existente nos arquivos da FUNAI. [...] Uma das coisas que era fundamental, na medida que a gente estava analisando, era observar que todo o acervo sobre terras indígenas era totalmente desconhecido da sociedade, dos historiadores, dos pesquisadores, todo mundo...

MARCO ANTONIO. Do mundo acadêmico...

JOÃO PACHECO. É.. dos índios, sobretudo. Então nós começamos a trabalhar com isso, especificamente. Começamos a, meio sistematicamente, fazer um programa de drenagem de

material para os arquivos daqui, que a gente tinha [formado], do Museu (João Pacheco de Oliveira, Entrevistas LACED, p.7).

Novamente a conjuntura política coincidiria com a formação e estruturação do PETI. Com a Nova República, em abril de 1985, cria-se um novo ministério, o MIRAD (Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário), fruto das mobilizações pela Reforma Agrária. João Pacheco e Alfredo Wagner são convidados a participar:

Depois, quando houve a transição, não sei se você lembra desse negócio, mas houve uma mobilização grande em relação à reforma agrária no governo, criou-se um plano da reforma agrária. E nós, então, fomos chamados, por outros canais completamente diferentes, a participar desse plano. [...] E, como grande parte dos intelectuais que participaram, eram pessoas que tinham uma visão também, tinham uma visão muito distante da atuação do Estado, e não tinham muita disposição também a se envolver, ou às vezes, tinham outra forma de ação política, nós acabamos sendo puxados para ações quase de primeiro plano. Quer dizer, em certo momento, a Secretaria Geral do MIRAD foi estruturada e foram criadas duas subsecretarias lá dentro: uma sobre conflito fundiário, que o Alfredo ficou; e outra sobre questão indígena, que eu fiquei (João Pacheco de Oliveira, Entrevistas LACED, p. 7-8).

Este novo encargo ministerial levou João Pacheco, outra vez, a Brasília. O seu empenho teve como consequência um maior envolvimento institucional de Antonio Carlos dentro do Museu Nacional:

Os textos sobre terras indígenas conduziram João Pacheco a ser convidado a estabelecer, no início de 1985, a Coordenadoria de Terras Indígenas no recém-criado Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, onde permaneceria até meados de 1986. Assim, foi acordado que eu passaria a ter a posição de subcoordenador do “Projeto Estudos das Terras Indígenas no Brasil: invasões, uso do solo e recursos naturais” (PETI). Meu trabalho iniciou-se antes de tudo com a busca de um lugar no exíguo espaço destinado ao PPGAS no Museu Nacional. A equipe dedicou-se com especial atenção à metodologia de arquivamento e tratamento inicial de dados (Lima, 2015, p.20).



Estava aberta a possibilidade, novamente, de acessar uma ampla documentação sobre a situação fundiária das terras indígenas no Brasil. Com os recursos da Fundação Ford, o geógrafo Jurandyr Carvalho Ferrari Leite fora contratado para montar a base de dados no computador e, de um certo modo, coordenar administrativamente o projeto. Foi estruturada uma equipe com bolsistas e mestrados:

Eu acho que a partir desse momento já tinha aqui o projeto PETI estruturado no Museu Nacional, eu continuava aqui a dar aula regular, tinha grupo de pesquisa etc., e aí muitos dos meus alunos começaram a fazer pesquisas, nós começamos a entrar dentro dos arquivos da FUNAI, usando canais diferentes, reproduzir o arquivo do INCRA, também, que tinha muita coisa relativa a posseiros em áreas indígenas, interesses vários, etc. Então nós reunimos uma documentação muito interessante, em relação a isso.

MARCO ANTONIO. Uma Serra Pelada de documentos sobre terra...

JOÃO PACHECO. Muito documento... E eu acho que acabou que era um pouco aquela ideia de você criar o banco de dados paralelo, o banco de dados democrático, sob o acesso dos movimentos (João Pacheco de Oliveira, Entrevistas LACED, pp. 8-9).

Esse material foi sendo trazido de Brasília ao Rio de Janeiro, a pouco a pouco, por João Pacheco e, depois, por sucessivas viagens de Antonio Carlos e Jurandyr Leite à capital. Era analisado e sistematizado em direções específicas de pesquisa, permitindo que o PETI, em um certo momento, atingisse uma visão abalizada da dimensão das terras indígenas do Brasil, podendo demonstrar, de uma maneira cientificamente persuasiva, que o principal problema fundiário no Brasil era o latifúndio e não a terra indígena. Foi esse esforço que resultou na apresentação, publicada pelo CEDI, de uma listagem sobre as terras indígenas no Brasil, que partia de um *monitoramento independente do processo de criação e reconhecimento de terras indígenas* (Pacheco de Oliveira, 1998). O resultado foi apresentado aos constituintes causando um efetivo impacto político, para o qual contribuíram os mapas preparados pelo CEDI, conforme foi relatado no capítulo anterior (CEDI, 1987).

A pesquisa e análise do material era ancorado em um processo específico formativo interno dos bolsistas de iniciação científica e orientandos de mestrado. Nessa tarefa formativa, destacava-se, especialmente, Antonio Carlos (Pacheco de Oliveira, 1999, p. 241) que antes mesmo de finalizar o mestrado, em parceria com Jurandyr Leite, ganhara o concurso da ANPOCS, na faixa grandes projetos, possibilitando a contratação de auxiliares de pesquisa remunerados. O esforço era

transformá-los em pesquisadores: "Minha primeira preocupação sempre foi transmitir a esses assistentes de pesquisa um certo modo de trabalho, procedimentos metódicos de pesquisa e análise de textos" (Lima, 2015, p. 20). Muitos iniciaram trabalhando no levantamento do material para a tese de doutorado de Antonio Carlos. Adriana Vianna, por exemplo, pesquisava, com outros bolsistas, os microfilmes do SPI (Serviço de Proteção do Índio) no Museu do Índio e sentiu-se surpreendida com esse aspecto de formação teórica coletiva do laboratório:

Mas era muito bacana porque, naquele momento, assim eu estava trabalhando para o material de tese do Antonio mas eles já tinham um esquema de formação coletiva no PETI, que foi uma surpresa pra mim. Tinham uns seminários de formação que o João, o Antonio e o Dico [Jurandyr] organizavam e a gente discutia uma série de coisas. Discutia textos que eram, que tinham a ver com o que o PETI estava fazendo, com a questão de terra indígena e tal, mas tinham a ver, tinham ferramentas metodológicas, teóricas-metodológicas. Lembro-me que a gente discutiu Bourdieu, discutiu Foucault, várias coisas assim. E aí foi muito bacana porque pra mim isso descortinou uma outra possibilidade, que eu não tinha ideia que existia (Adriana Resende Vianna, Entrevistas LACED, p. 110).

No seu memorial, Antonio Carlos recordava a participação de ex-bolsistas que tinham sido aprovados na seleção do mestrado no seminário "Grupos étnicos e Estados Nação" ministrado por ele e João Pacheco, em 1988 (Lima, 2015, p.23). A prática como auxiliares de pesquisa combinava-se, como na tradição do PPGAS, com os seminários do mestrado e doutoramento. A investigação empírica vinha associada à bibliografia do seminário. Desse modo, "o primeiro texto era originariamente um trabalho de final de curso; o segundo, a reelaboração de um capítulo de dissertação de mestrado; o terceiro anunciava o que viria ser desenvolvido em uma futura dissertação de mestrado" (Pacheco, 1999, p. 240). Uma parte substancial desse material confluiu na organização de uma coletânea de artigos, publicada no número 14 da *Comunicações do PPGAS: os poderes e as terras dos índios* (1989) e que mais tarde serviu de base ao tomo *Indigenismo e territorialização: poderes, rotinas e saberes colonialismo Brasil contemporâneo* (1998). Ambos volumes foram curados por João Pacheco.

No período em que era o PETI, era uma ocupação permanente. O Dico [Jurandyr] estava sempre lá, todo dia, o dia inteiro, e trabalhando no material, organizando o material com no

mínimo cinco alunos, estagiários, e telefonava-se, se falava com o Brasil inteiro, mandava documentos, era uma coisa de uma dinâmica. Por isso, que em algum momento, a gente resolveu produzir as análises de conjuntura, porque eu acho que era pra socializar informações que a gente tinha (Pacheco de Oliveira, Entrevistas LACED, p. 18).

Como frisou Antonio Carlos, "o PETI não era uma força política, mas por sua *expertise* fazia-se ouvir" (Lima, 2015, p. 24). João Pacheco assinalou 47 participações em debates públicos como coordenador do projeto (Pacheco 1999: 240). Fez parte desse empenho, a publicação de *Resenha & Debate*, que funcionou como um boletim informativo do projeto, cuja proposta era "refletir sobre as ações do Estado Brasileiro face aos povos indígenas" (*Resenha e Debate*, junho 1990 p.1). A sua intenção era fortalecer a discussão do problema indígena de forma mais sistemática e frequente, mostrando a um público maior os instrumentos cotidianos da investigação científica do PETI "passos necessários do que temos chamado de conhecimento técnico sobre a questão indígena no Brasil, elementos para uma ação transformadora e para o preparo de soluções alternativas exequíveis sob outros quadros políticos" (*ibidem*). Propunha uma análise da conjuntura política nacional através da temática indígena, que deveria estimular o debate de grupos que, naquela época, reuniam-se em torno a proposta política do PT (João Pacheco, Entrevistas LACED, p. 10). O PETI editou nove números de *Resenha & Debate* (boletins e textos) de junho 1990 até julho de 1993.<sup>17</sup> O PETI publicou também cadernos sobre temas específicos como o Projeto Calha Norte e um dossiê sobre as violências praticadas contra os Ticuna (Pacheco de Oliveira, 1999, p. 240).

Os Ticuna foi a comunidade pesquisada por João Pacheco durante o mestrado e o doutorado. Com eles sempre manteve uma forte ligação, que foi mais intensa, principalmente, no processo de demarcação das suas terras, que partiu antes mesmo da criação do PETI.

[...] os anos oitenta, foi o período mais duro do conflito Ticuna, foi o período onde realmente os índios começaram a fazer o pedido de demarcação das terras deles e foram pela primeira vez a Brasília, pedindo uma comissão para identificação da área. Então isso foi uma coisa muito, foi uma experiência que marcou todo mundo aqui dentro, porque os outros eram alunos, eles acompanhavam a todo momento (João Pacheco, Entrevistas LACED, p. 13).

---

<sup>17</sup> O LACED retomou a série esse ano, com a publicação de um número online. Disponível em ([http://laced.etc.br/site/pdfs/resenha\\_1.pdf](http://laced.etc.br/site/pdfs/resenha_1.pdf)). Acesso 15.09.2017.

Em muitos casos, o acervo do PETI foi colocado à disposição dessas e outras mobilizações.

Nós mandávamos esse documento pra área, os índios chegavam lá quando era pra retirar pessoas que estavam invadindo a área, madeireiros, pescadores, etc., eles levavam aquilo. Se vinha junto a polícia, delegado, etc., mostravam, pronto. O que não quer dizer também que muitas vezes não fossem presos e não houvesse conflito nem nada. Mas era melhor do que não ter nada. Então era essa, essa ideia então, os arquivos do PETI eram ligados a isso, quer dizer, era o movimento social dos índios em algum lugar. “Ó houve uma pessoa aqui que fez um mapa, que fez alguma coisa”. A gente ia lá achava e dava pra eles: “Ó habilita, vocês vão à luta”. [...] Mas a nossa parceria com as ONGs era sempre com ideia de passar aos próprios atores sociais dados pra controlar o movimento, quer dizer, as áreas ticunas não foram liberadas pela FUNAI, foram liberadas pelos caciques, indo lá expulsando gente, impedindo que entrassem, a custo de conflitos, de coisas; então, era uma aposta que se fazia em todos os lugares, quer dizer, a terra pra ser mantida pelo índio (João Pacheco, Entrevistas LACED, p. 14).

Foi nesse contexto das lutas pela demarcação das terras que, em 28 de março de 1988, aconteceu a chacina praticada contra os Ticuna, na foz do igarapé do Capacete, onde foram mortos 14 indígenas, cinco dos quais crianças, e 23 sofreram ferimentos. Um massacre perpetrado por homens mascarados, que atacaram homens, mulheres e crianças, naquele momento, indefesas. Desde o dia anterior, índios de quatro comunidades estavam reunidos em assembleia para debater a demarcação das terras. Foram surpreendidos pela ferocidade dos pistoleiros. Alguns foram assassinados dentro do igarapé e os corpos não foram encontrados.

João Pacheco foi procurado pelos Ticuna, por telefone, quase imediatamente, e testemunhou "as suas reações afetivas de angústia e desespero, suas tentativas de fazer um balanço da situação, socorrer as vítimas, divulgar as notícias e organizar-se para buscar providências oficiais" (Pacheco de Oliveira, 1988a, p.4). As equipes do PETI, do CDPAS, Centro de Documentação e pesquisa do Alto Solimões e do CEDI foram mobilizadas ao instante, na feitura de dois instrumentos de reflexão circunstanciada diferentes.

De um lado, " Rü Aaü i Tikunagü Arü Wu'i: A lágrima Ticuna é uma só", era uma "descrição emotivamente carregada e feita de muitos personagens, de uma realidade convergente, um drama social" (*ibidem*), caminhando no sentido oposto ao oblívio, "contabilizando os mortos e desaparecidos, apresentando os laudos médicos, reconstituindo as cenas de pânico, dando voz às

vítimas e seus parentes" (*ibidem*), recuperando, para os Ticuna, em um relato polifônico e informativo, "o significado do que no momento foi descrito como pura eclosão de ferocidade dos brancos" (*ibidem*). Assim todos os significados estavam remetidos à narrativa, inclusive as contextualizações e intervenções interpretativas do editor, João Pacheco (*ibidem*). Dirigia-se a um público mais amplo, dentro de uma campanha de solidariedade ao povo Ticuna. De outro lado, "Terra Magüta: a luta pela demarcação das terras Ticuna no alto Solimões", que tivera uma primeira edição, logo após o massacre e fora preparada pelas equipes PETI-CDPAS. Na sua segunda tiragem, em novembro de 1988, adquiriu as feições características de uma publicação PETI de suporte científico às ações indígenas e grupos de apoiadores, construída a partir de "interpretações de cunho analítico que promovam a crítica das formas de ação do Estado brasileiro e proponham vias pelas quais seja possível alterá-las" (Lima, 1988, p. 2). A esse tipo de conhecimento, a coordenação do PETI chamava *técnico*. Eram produzidos "a partir de visões teórica e metodologicamente informadas pelas Ciências Sociais, com um tempo médio de maturação e produção, capazes a serem revertidos a proposições de caráter prático" (*ibidem*).

Volto ao "A lágrima Ticuna...". É um livro contundente, do qual não se pode passar os olhos com indiferença: com seus depoimentos e com suas listas de mortos e suas fichas de exame de corpo delito; com a identificação explícita dos agressores e com a edição das notícias nacionais e internacionais; com o acompanhamento do périplo de denúncia dos Ticuna pelos palácios de Brasília, na Assembleia Constituinte, e com o jogo de mascaramento do massacre pelos conservadores da política, da FUNAI e da mídia, dos interesses econômicos e regionais; com as versões contrárias e contraditórias que a pouco a pouco se assomam, até chegar às consequências: "decreta-se a prisão preventiva dos criminosos; pune-se os denunciantes; liberta-se os criminosos", uma dialética perversa (Pacheco de Oliveira, 1988b, p. 79). Prova cabal dessa afirmação foi a proscrição que a FUNAI decretou aos integrantes do Magüta-CDPAS, *in primis* João Pacheco de Oliveira Filho, das áreas indígenas de todo o país: "com o projeto Calha Norte e com o conflito que a gente viveu no Alto Solimões, com o massacre que aconteceu com os índios Ticuna em 88, eu passei alguns anos sem poder voltar à área. Em função disso, os índios não tiveram, não fizeram assembleia, não podiam fazer nada, etc., e foi uma situação muito ruim para eles mesmo" (João Pacheco, Entrevistas LACED, p. 16).

O Magüta tinha sido criado em 1986 como entidades civil, sem fins de lucros, com estagiários do Museu Nacional e alguns Ticuna. A sua sede estava localizada em Benjamin Constant e João Pacheco de Oliveira foi seu primeiro presidente. Desenvolveu uma série de programas nas áreas de educação, saúde e direitos humanos (Pacheco de Oliveira, 1999, p. 250). Entre 1981 e 1988, editou, em mimeógrafo, trinta números do jornal indígena *Magüta* (Pacheco de Oliveira, 2000, p. 7). Em

torno do Magüta constituiu-se um polo de articulação e de lutas pela demarcação das terras Ticuna, criando um museu, biblioteca, barcos, rádio: uma ONG indígena no interior da Amazônia. Foi esse núcleo de resistência que a FUNAI tentou golpear (Pacheco de Oliveira, 1999, p. 250). Em 1990 foi fundado o Museu Magüta, o primeiro museu indígena do Brasil. Ele foi projetado, mantido e dirigido pelos chefes de comunidades, reunidos em torno do Conselho Geral da Tribo Ticuna (CGTT), criado em 1982. Devido aos ataques de grupos opositores locais só foi oficialmente inaugurado em 1994.

O Conselho Geral da Tribo Tikuna, ao longo das últimas décadas, vem lutando pelos direitos do povo Tikuna e o reconhecimento de sua identidade cultural. Nessa luta, temos buscado preservar nossa cultura, que sofreu muito com a chegada dos brancos. Apesar disso, continuamos fazendo nossas festas, continuamos com nossos costumes tradicionais. Para ajudar a preservar nossa cultura, criamos o nosso museu, o Museu Magüta, onde colocamos um pouco de nossa cultura para que as pessoas saibam quem somos, de onde viemos, o que faz de nós um povo (Fernandes, N., 2005 s.n.).

Perguntei diretamente a João Pacheco como era a relação do PETI com o corpo docente do PPGAS-MN, qual era a sua 'força' dentro desse quadro institucional, aludindo ao empenho político que o laboratório mantivera. Respondeu-me por partes. Em primeiro lugar, frisou que essa 'força' viria do reconhecimento intelectual tanto seu num primeiro momento, quanto de Antonio Carlos após, enquanto professores dedicados institucionalmente ao Programa. No seu memorial citou a organização de cursos de Antropologia Política, Relações Interétnicas e Etnologia, além do já mencionado curso de Grupos Étnicos e Estado-Nação e o acompanhamento de diversos orientandos como base importante desse reconhecimento.

A força do PETI ela estava ligada ao reconhecimento nosso intelectual, enquanto professores [...] Então eu acho que por isso que era aceito, ao mesmo tempo, em nenhum momento nós abandonamos a instituição, continuávamos a dar aula, a participar, eu fui coordenador nesse período, fui chefe do departamento, tinha todas as obrigações normais e, então, não havia muito o que fazer contra esse tipo de postura. Eu acho que isso foi aceito. Eu acho também que sempre tocado com o mínimo de equilíbrio para não dar maiores problemas (João Pacheco, Entrevistas LACED, p. 11).

Apontou, também, as relações mantidas com professores como Otávio Velho e Moacir Palmeira, da afinidade entre seus interesses investigativos, como importante. No plano teórico, a atividade do PETI, coincidia com certas reflexões mais recentes do fundador do programa, Roberto Cardoso de Oliveira. Por um momento, inspirado na Antropologia da Ação de Sol Tax, Cardoso de Oliveira cultivou a ideia que a universidade poderia ter algum papel dentro de programas locais de ação, com programas interdisciplinares etc., de certo modo, dentro dos quais se pode treinar pessoas, treinar pesquisadores e continuar a produzir dados, que era um pouco que o projeto levava adiante. Por fim, mencionou um elemento importante, grana: "porque a [Fundação] Ford botou grana na mão da gente. Então realmente nós tínhamos recursos que, nesse momento, o programa não tinha muito, tinha somente o recurso da FINEP. Acho que acabaram todos se beneficiando, porque nós saímos da divisão do bolo e acabamos entrando com recurso à parte (João Pacheco, Entrevistas LACED, p. 11).

Com os conflitos na área Ticuna e o processo de militarização na faixa de fronteiras com o Projeto Calha Norte, a entrada em campo na Amazônia foi se tornando inviável para a maioria dos alunos do PPGAS-MN. O Nordeste passou a ser uma área preferencial para os orientandos e co-orientandos (10) de João Pacheco, apoiados por uma linha de pesquisa intitulada "Fronteiras étnicas, território e tradição cultural", como o próprio Pacheco reconheceu, "denunciava uma nítida influência dos estudos de Barth e uma inclinação pelo debate sobre a sociogênese das etnias indígenas" (1999, p. 241). Embora sem nunca ter realizado, até então, uma pesquisa de campo específica na área, Pacheco ampliou seus contatos com os colegas da Bahia e Pernambuco. Toda essa rede de pesquisadores seria mobilizada para a feitura do *Atlas das terras indígenas do Nordeste* (1993).

[...] nós ainda produzimos um Atlas das terras indígenas do Nordeste, acho que é uma coisa que vale a pena você ver. Ele é pequeno mas ele é super, super bem feito, no sentido de que as informações não são informações de arquivo apenas. Existe uma memória, um texto crítico feito por cada um dos pesquisadores, que é uma referência até hoje, uma coisa buscada como produto mais perfeito que já foi feito sobre o Nordeste, que a gente disponibilizou depois com cópia para os arquivos da ANAI da Bahia, foi reproduzido depois pra Fundação Joaquim Nabuco e para o CIMI (João Pacheco, Entrevistas LACED, pp. 16-17).

O PETI atuou de 1984 a 1993. Sem querer pecar de exageração, o projeto foi um dos frutos acadêmicos do ciclo de ações coletivas que teve seu auge na manifestações que tomaram as principais praças das cidades do país, clamando por democracia e por eleições diretas para presidente. Após

vinte anos de ditadura, um dos resultados do obscurantismo que se abatera sobre a nação se refletia na falta de conhecimentos do que era o Brasil, principalmente da parte dos movimentos e grupos mobilizados por seus direitos. O projeto, através do monitoramento do processo de reconhecimento das terras indígenas, possibilitou a formação de uma base de dados que reuniu 8.175 documentos com o escopo de fortalecer a discussão da questão indígena em todo o território brasileiro. Ele foi importante no processo constituinte e na luta pela demarcação das terras imediatamente após a promulgação do texto constitucional:

[...] eu acho que a gente nunca pensou a Antropologia como instrumento neutro, a Antropologia como divorciada das mudanças, então sempre há um interesse nisso, então sempre um interesse de colocar os dados ao serviço dos grupos sociais (João Pacheco, Entrevistas LACED, p.12).

Em um texto de 2009, João Pacheco argumentou que a formação de um arquivo não deveria ser vista apenas como um meio, mas teria, sobretudo, uma valência intrínseca: subsidiaria a ação continuada dos atores sociais e viabilizaria à prática etnográfica uma constante reelaboração dos seus aspectos teóricos (2009, pp. 16-17). O PETI, além da sua metódica atividade empírica, preencheu uma posição consequente na construção de um campo epistemológico crítico do indigenismo. Esse nunca fora pensado como projeto político, mas sim como um modo de produção, onde a política indigenista seria "analisada enquanto um aparelho específico de poder, que reproduz seus próprios valores e práticas adequando-se a contextos econômicos e políticos mutáveis" (Pacheco de Oliveira, 1999, p. 239). Essa compreensão Antonio Carlos, João Pacheco e seus colaboradores levaram adiante em outras empreitadas científicas.

**Bases para uma nova política indigenista.** Com o PETI encerrado formalmente em 1993, a Fundação Ford propôs a João Pacheco e Antonio Carlos a realização de um levantamento sobre os movimentos indígenas e as políticas públicas indigenistas. Segundo Pacheco, a posição da fundação foi muito clara: "a gente não quer tese. Não estamos esperando que vocês produzam um livro. A gente quer é o impacto de vocês a nível local" (João Pacheco, Entrevistas LACED, p. 18). O nome dado ao Projeto foi "Política Indigenista e Políticas Indígenas no Brasil". A equipe de João Pacheco atuava mais diretamente com os movimentos indígenas e a equipe de Antonio Carlos pesquisou sobre as políticas públicas, qualificação pessoal e o impacto da cooperação internacional de desenvolvimento.



Havia uma grande mobilização no movimento indígena com propostas de demarcações participativas, novas lideranças, novas associações e a implantação de novas políticas públicas. O levantamento efetuado elucidava bem o momento vivido: as organizações indígenas que em 1987 eram 7 e 1991 já somavam 48 entidades, em 1999 foram estimadas em cerca 290. "A tutela parecia estar desbotando com os novos tempos" (Lima, 2015, p. 31). Resolveu-se, então, organizar um seminário que refletisse essa transformação em curso, entre os dias 28 e 30 de junho de 1999, na Biblioteca do Museu Nacional, no Rio de Janeiro. A esse esforço deu-se o nome de "Bases para uma nova política indigenista":

O fio condutor desse Seminário é a suposição de que existe um precioso elenco de experiências inovadoras realizadas em diversos pontos do Brasil Indígena, objetivando a gestão direta de recursos por organizações constituídas pelos próprios indígenas, envolvendo parcerias múltiplas com ONG's e organismos governamentais de diferentes escalões e especialidades, apoiadas em termos financeiros por mecanismos de cooperação internacional e multilateral (Lima e Pacheco de Oliveira, 1999, p. 7).

Ao seminário participaram cerca 150 entre indígenas, ONGs, professores, estudantes, políticos, associações, funcionários públicos ligados à questão, procuradores, ligados à questão. A programação era cerrada com diversas mesas e várias intervenções concordadas. O programa extenso e colocado como um anexo do Relatório espelhava uma diversidade e a intenção de abrir um diálogo interdisciplinar sobre os temas abordados. Vale a pena perscrutá-lo:

### **Programação**

Dia 28/06 - 8:30 às 12:00 h

**Movimentos indígenas, ONG's e cooperação internacional: as sociedades indígenas como parceiras e gestoras de programas de desenvolvimento.** Expositor: João Pacheco de Oliveira (MN/UFRJ)

Debatedores: Nino Fernandes (Conselho Geral da Tribo Ticuna-CGTT); Pedro Garcia Tariano (Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro-FOIRN); Renato Athias (Universidade Federal de Pernambuco - UFPE); Rinaldo Arruda (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC/SP). Relator: Sidnei Clemente Peres (Universidade Federal Fluminense - UFF).

Intervenção: Marina Silva (Senadora)

Dia 28/06 - 13:00 às 17:00 h

**Etnodesenvolvimento, mercado e mecanismos de fomento: as possibilidades reais de desenvolvimento sustentado para sociedades indígenas.** Expositor: Gilberto Azanha (Centro de Trabalho Indigenista - CTI)

Debatedores: Isabelle Gianinni (Instituto Sócio-Ambiental- ISA); Jorge Oliveira Duarte (Conselho Indígena do Vale do Javari - CIVAJA) José Osair Sales - Sian (Associação dos Seringueiros Kaxinawá do Alto Rio Jordão-ASKARJ); José Porfírio de Carvalho (Projeto Waimiri-Atroari); Mairawe Kaiabi (Associação Terra Indígena Parque do Xingu - ATIX); Miguel Pena (Associação dos Trabalhadores Indígenas - ATIDI/FOIRN); Ricardo Verdum (Subprograma Projetos Demonstrativos -(PDA) Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras (PP - G7)/Ministério do Meio-Ambiente); Terri Vale de Aquino- (Diretoria de Assuntos Fundiários - FUNAI). Relator: Marcelo Iglésias.

Dia 29/06 - 8:30 às 12:00 h

**Problemas de qualificação de pessoal para novas formas de ação indigenista.** Expositor: Antonio Carlos de Souza Lima (MN/UFRJ).

Debatedores: André Cruz (União das Nações Indígenas-UNI / Tefé-AM); Bruna Franchetto (MN/UFRJ); Francisca Novantino (Conselho de Educação Indígena do Estado do Mato Grosso); João Nonoy Krikati (Conselho Indígena Pêpi Cahya Krikati - CIPR); Luiz Otávio Pinheiro da Cunha (FUNAI); Paul Little (Universidade de Brasília - UnB); Wilson de Souza (Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo- APOINME). Relator: Henry Trindade Barreto Filho (Universidade de Brasília - UnB).

Dia 29/06 - 13:00 às 17:00 h

**Nova regulação jurídica das relações entre Sociedades Indígenas, Estado e Sociedade Nacional.** Expositor: Carlos Frederico Marés (Pontifícia Universidade Católica do Paraná ISA).

Debatedores: Aurélio Veiga Rios (Procuradoria Geral da República-PGR); Clovis Ambrósio (Conselho Indígena de Roraima - CIR); Daniel Matenho Kabixi (ADR Tangará da Serra- FUNAI/MT); Deborah Duprat B. Pereira (Ministério Público Federal / 6a CCR); Marcos Antonio Potiguara (Prefeito de Baía da Traição - PB); Marcos Terena (Comitê Intertribal- ITC). Relator: Sergio Leitão (Instituto Socioambiental - SA).

Dia 30/06 - 8:30 às 12:00 h

**Lógica de administração ou lógicas étnicas? Princípios articuladores de uma nova forma de ação do Estado frente às populações indígenas.** Expositor: Márcio Santilli (Instituto Socioambiental-ISA)

Debatedores: Ailton Krenak (Núcleo de Cultura Indígena-NCI); Antônio Brand (Universidade Católica Salesiana Dom Bosco/MS); Artur Nobre Mendes (Projeto de Proteção às Terras Indígenas da Amazônia Legal-PPTAL/FUNAI); Gersen José dos Santos Luciano (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira-COIAB); Jorge Terena

(Coordenação da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil-CAPOIB); Megaron Txucarramãe (FUNAI); Sidney Possuelo (FUNAI). Relator: José Augusto Laranjeiras Sampaio (Associação Nacional de Apoio ao Índio-ANAI/BA).

Dia 30/06 - 13:00 às 17:00 h

**Mesa-Redonda: Subsídios para uma nova política indigenista.** Coordenação: Luiz Fernando Dias Duarte (Diretor MN).

Debatedores: Carola Kasburg (Cooperação Técnica Alemã - GTZ/PPTAL); Daniel Gross (Banco Mundial); Janete Capiberibe (Deputada Estadual - AP); Márcio Lacerda (Presidente da FUNAI); Ruth Cardoso (Programa Comunidade Solidária); Sandro Fantini (Assessor de Municípios / Governo de MS); Ubiratan Pedrosa (Fundação Nacional de Saúde - FNS).  
(*Ibidem*, pp. 4-6).

Lima e Pacheco de Oliveira (*Ibidem*, p. 8) enfatizaram que o Seminário tinha conseguido realizar dois de seus objetivos: focalizar o debate nas iniciativas e organizações indígenas, deixando para trás as posições da FUNAI como centro; e ter assegurado a participação indígena de maneira uniforme nas sessões temáticas. Anunciaram, também, que os resultados seriam divulgados através de um "a) um relatório sintético, seguido por relatórios parciais e mais extensos de cada sessão, que reflète o ponto de vista dos organizadores do evento e dos relatores, apresentando de modo relativamente articulado os principais tópicos focalizados, bem como as análises e recomendações formuladas; b) um vídeo montado a partir de depoimentos coletados primordialmente dos representantes indígenas presentes ao Seminário, descritos sempre como interlocutores efetivos, independentes e criativos, sinalizando o que concebemos como participação indígena em um encontro intercultural" (*Ibidem*). Mais tarde, Antonio Carlos de Souza Lima e Maria Barroso-Hoffmann organizaram três volumes com as intervenções ao seminário e/ou ensaios que refletiam os debates realizados nas três jornadas: *Etnodesenvolvimento e políticas públicas; Estado e povos indígenas; e Além da tutela*.

Mas foi Bruno Pacheco que me relatou, em detalhes, a sua experiência, até então inédita, como *videomaker* ligado às temáticas do movimento dos indígenas no país. Primeiro, contextualizou a realização do seminário como "um momento muito importante na trajetória do movimento indígena, de toda articulação do movimento social indígena no Brasil" (Bruno Pacheco, Entrevistas LACED, p. 73):

Esse encontro foi a primeira vez que sentaram numa mesma mesa um Presidente da FUNAI na época, uma Senadora da República que era a Marina Silva, Dona Ruth Cardoso, antropóloga e esposa do Presidente da República, os representantes das organizações indígenas, mediados ali, mais ou menos pela Academia, na figura do meu pai [João Pacheco] e do Antonio [Carlos], que eram os organizadores da coisa. Então foi um encontro muito marcante porque foi um primeiro momento de discussão mesmo, de debate, entre esses vários atores e com protagonismo principal dos indígenas, dos indígenas que eram os cabeças das principais organizações (*Ibidem*).

A partir daí, Bruno Pacheco iniciou a relatar o seu envolvimento que aconteceria de um modo quase fortuito, casual. Ele estava começando a trabalhar numa produtora de vídeos, estudava Comunicação e desde criança teve contato com os índios, devido ao empenho profissional de seu pai, João Pacheco:

Nesse encontro, eu já trabalhava numa produtora, meu pai falou: "Pô, será que você não arruma uma câmera aí não? Porque eu estava querendo fazer umas entrevistas. Vêm pra cá pessoas muito legais, pessoas que a gente dificilmente tem acesso. Estarão várias pessoas no mesmo lugar, a gente podia aproveitar pra fazer umas entrevistas. Você arruma uma câmera?". Eu falei: "arrumo, vou tentar lá" [...] aí fui peguei uma câmera lá na produtora que eu trabalhava, pedi emprestado, então meu pai falou: "É o seguinte: você chega lá, prepara, vai ter um aluno meu, antropólogo, que vai fazer as entrevistas, você fica responsável pela câmera faz as suas gravações, tá bom?". Falei, "tá bom, tudo bem, tudo legal". Arrumei o equipamento todo e no dia estava eu lá sentadinho com a câmera. O antropólogo que ia fazer as entrevistas nunca apareceu. E aí meu pai falou: "E agora, o que que a gente vai fazer? não vai dar pra fazer". Eu falei: "Ó pai, se você me der uma orientação, eu acho que eu posso fazer as entrevistas, vamos tentar?". Ele falou: "É, então tá. Vamos tentar". Aí preparamos uma pautazinha de entrevistas e eu comecei a fazer as entrevistas. Então, entrevistei todas essas pessoas, os indígenas, as autoridades todas e o evento terminou (*Ibidem*, pp. 73-74).

A ideia inicial era fazer somente um registro histórico, não se pensava em uma edição, um documento do evento. Como Bruno, que trabalhava como assistente do diretor principal da produtora, passava muito as noites na ilha de edição. Além disso, ele tinha gostado do material que fora gravado.

Começou a selecionar alguns trechos desse material gravado, colocou numa fita e foi mostrar para o seu pai e para o Antonio Carlos:

"Olha, eu acho que tem uma coisa aqui. Dá pra trabalhar com esse material, o encontro foi muito importante, foi muito interessante, acho que a gente pode tentar fazer alguma edição, alguma coisa aqui pra mostrar a respeito do que foi". Eles gostaram - o material realmente estava muito bom - foi um momento muito inspirado de todas as pessoas, então as pessoas estavam com um debate bem afiado na ponta da língua, as questões estavam bem... Porque o vídeo não basta só a pessoa dar a informação, ela tem que ter uma emoção [...] Aí eles falaram: "Gostamos, então vamos fazer uma edição". Aí arrumaram um dinheirinho lá qualquer dos projetos deles, pra pagar um editor. Porque eu, assim, não sabia praticamente nada. Foi a primeira vez que fiz câmera, fazer câmera de entrevistas é simples, a pessoa para ali na frente, uns probleminhas de áudio, às vezes. Eu dei sorte, a câmera boa, tinha um microfone de lapela, tecnicamente o material ficou bom, mas eu não sabia editar, não sabia operar ilha de edição. [...] Aí a gente fez essa primeira edição do "Bases para uma política indigenista" divulgando o evento. E foi um resultado muito bom, inclusive quando eles mandaram, levaram o vídeo pra mostrar na Ford, resolveu dar mais um dinheirinho pra fazer uma versão legendada em inglês, porque eles financiaram o evento, gostaram do vídeo, então tiveram o interesse. (*Ibidem*, pp. 74-75).

O vídeo *Bases para uma nova política indigenista* antecipou uma característica da videografia de Bruno Pacheco.<sup>18</sup> Nele os indígenas são os protagonistas. Não somente como presença ou como uma imagem empática. Eles aparecem como atores políticos, como subjetividade política, como personalidade coletiva reivindicativa.

Em 2002, nos dias 16 e 18 de dezembro, foi realizado o segundo seminário.<sup>19</sup> Desta vez, duas associações indígenas participariam à organização do encontro: a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Legal (COIAB), a Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME), em conjunto com o LACED, que fora criado em janeiro de 2001. A reunião acontecia a pouco dias da posse de Luiz Inácio Lula da Silva na Presidência da República. A expectativa em relação a esse acontecimento era alta. As associações indígenas

---

<sup>18</sup> O vídeo é disponível no seguinte endereço: [https://www.youtube.com/watch?time\\_continue=79&v=jqcdgtAOH8](https://www.youtube.com/watch?time_continue=79&v=jqcdgtAOH8). Último acesso: 15.07.2017.

<sup>19</sup> As informações sobre o seminário são disponíveis em: <http://laced.etc.br/site/seminario/f702.html>. Último acesso: 15.07.2017.

desejavam apresentar propostas concretas ao novo governo (Lima, 2015, p. 33). Participou ao encontro, um membro da equipe de Transição do novo governo, o antropólogo Márcio Meira, responsável pela elaboração do diagnóstico da situação do órgão indigenista e de propostas iniciais para a política indigenista do novo governo. Integrou a primeira mesa de exposição do seminário, juntamente com Artur Nobre Mendes, Presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), a Dra. Ela Wiecko Volkmer de Castilho, Subprocuradora Geral da República e Coordenadora da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão, do Ministério Público Federal.

A COIAB e a APOINME elaboraram a lista de participantes indígenas seguindo as especificidades geográficas de suas respectivas áreas de atuação, através da consulta às lideranças locais. No final, estiveram presentes no seminário cerca de 50 representantes indígenas de 22 estados do país. Eis a programação do evento:

### **Programação**

Dia 16/12 - 08:30 às 12:00 h

**Abertura: Objetivos do seminário:** Representantes do LACED, COIAB e APOINME.

**Exposição das autoridades presentes:** Artur Nobre Mendes (FUNAI), Ela Wiecko Volkmer de Castilho (PGR), Márcio Meira (Governo Lula).

13:00 às 17:00 h

**Vídeos:** "*E agora, hoje, o quartel!*" e "*Desafios aos Povos Indígenas dos Sertões da Bahia*"

**Discussão sobre as propostas de política Indigenista.** Coordenação: João Pacheco de Oliveira, do LACED/ Museu Nacional, Jecinaldo Cabral (Coordenador da COIAB) e Wilson Pataxó (Coordenador-regional da APOINME). Relator: Andrey Cordeiro (LACED/Museu Nacional). [Este ponto da pauta, dividido em dois blocos, contou com 28 intervenções: vinte e duas dos representantes indígenas, duas de antropólogos, (um deles, o presidente da ABA, Gustavo Lins Ribeiro) e três membros de organizações não-governamentais].

Dia 17/12 - 08:30 às 12:00 h

**Grupo de Trabalho: Repensando o órgão indigenista.** Coordenação: João Pacheco de Oliveira, do LACED/ Museu Nacional, Miquelina Machado (Secretária-Geral da COIAB) e Maninha Xucuru-Kariri (Coordenadora da APOINME). Relatores: Carlos Augusto da Rocha Freire (LACED) e Marcelo Manuel Piedrafita Iglésias (LACED).

**Grupo de Trabalho: A saúde indígena no contexto de uma política indigenista brasileira.** Coordenação: Luíza Garnelo (RASI/UFAM), Relatores: Regina Maria de Carvalho Erthal (LACED) e Carlos Guilherme Otaviano do Vale (UFPB).

13:00 às 17:00 h

**Grupo de Trabalho: O etnodesenvolvimento e demarcação de terras no contexto de uma política indigenista brasileira.** Coordenação: Gersem Luciano e Dourado Tapeba. Relatores: Fabio Vaz de Almeida (PDPI) e Renata Valente (LACED).

**Grupo de Trabalho: A educação escolar indígena enquanto instrumento de política indigenista.** Coordenação: Bruna Franchetto (PPGAS/Museu Nacional). Relatores: Antonio Carlos de Souza Lima (LACED/Museu Nacional) e Mariana Paladino (LACED/Museu Nacional).

Dia 18/12 - 08:30 às 12:00 h

**Discussão e reformulação dos documentos dos Grupos de Trabalhos.**

13:00 às 17:00 h

**Consolidação das discussões e propostas.**

**Aprovação do documento final do Seminário.**

Já do seu título, o documento final aprovado pelo Seminário não deixava dúvidas quais eram as expectativas dos participantes do encontro: "Bases novas para uma Política Indigenista: O que esperamos do Governo Lula a Partir de Janeiro/2003" (2002). Partindo de uma análise dos direitos conquistados com a promulgação da Constituição de 1988, analisava os avanços ainda tímidos na formulação de uma política indigenista consequente com a carta constitucional. Apontava para as práticas administrativas da FUNAI ainda ancoradas ao espírito do Estatuto do Índio, elaborado em pleno regime ditatorial, em evidente contraste com o quadro jurídico estabelecido pela Constituição aprovada. Reivindicava ao Governo Lula uma nova orientação pautada "por outros princípios, comprometendo-se a tornar realidade os direitos e conquistas dos povos indígenas consagrados na CF/8" (*ibidem* s.n.). Explicitava, então, quais eram esses princípios:

- Tomar o ponto de vista da diferença como princípio essencial de estruturação de uma nova política indigenista implica em conceber ações que respeitem as especificidades locais, regionais e culturais dos povos indígenas tanto nas áreas de educação, saúde e desenvolvimento, quanto em todas as questões que lhes dizem respeito;
- O princípio da participação paritária indígena em todos os fóruns e instâncias que afetam diretamente seu destino deve ser um dos norteadores da ação do novo governo. Para efetivá-lo, o governo eleito deve disponibilizar recursos para a mobilização dos povos indígenas no exercício da participação democrática, tendo como principal interlocutor o movimento indígena organizado;

- É essencial e urgente que a política indigenista passe a ser elaborada de modo integrado, pactuado e solidário, de modo a impedir que os diversos Ministérios desenvolvam programas isolados relativos aos povos indígenas. Para isto são sugeridos mais adiante dispositivos administrativos consistentes.
- Uma nova postura na relação Estado/Povos Indígenas deve ser marcada por atos concretos, deixando claro o compromisso do governo eleito com o caráter compensatório da política indigenista já nos primeiros cem dias de mandato. Assim, o governo eleito deverá tomar as providências necessárias para que avance o processo de regularização dos direitos dos povos indígenas no Brasil, com a imediata homologação e delimitação de terras indígenas em todos os processos ora aguardando aprovação do Ministério da Justiça ou da Presidência da República [o documento anexava a lista];
- A situação de alguns povos indígenas revela-se especialmente dramática, exigindo providências imediatas, tais como o estabelecimento de termos de convivência entre militares e indígenas nas terras situadas na faixa de fronteira, nos estados de Roraima e Amazonas. Urgente é ainda adotar as medidas necessárias para, dentre outros atos, dar plena implementação à Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, já aprovada pelo Senado, e para dar encaminhamento às medidas necessárias à votação do Estatuto das Sociedades Indígenas (PL 2057/91).
- Aqui cabe também como medida imediata a revogação do recente decreto n. 4.412/2002, que dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e Polícia Federal em terras indígenas (*ibidem*).

Esse importante documento foi encaminhado diretamente à equipe de Transição do Governo Lula. Suas demandas não resultaram atendidas, mas serviram de referência às ações futuras do movimento indígena (Lima, 2015, p. 33).

**O LACED e a Educação Superior de Indígenas.** Segundo Antonio Carlos (*Ibidem*, p. 32) o LACED foi formalizado na Congregação do Museu Nacional como laboratório vinculado ao Setor de Etnologia e Etnografia, em janeiro de 2001. Houve antes uma tentativa de estruturar de maneira diversa o PETI, mas não vingou:

Houve uma descontinuidade entre uma coisa [PETI] e outra [LACED]. A gente tentou aqui dentro da Universidade estruturar o PETI com total dedicação minha e do Antonio, inclusive efetivar o Jurandir quanto pessoa, porque era essencial que ele fosse efetivado, os outros eram estudantes, eles entravam e saíam. Eu acho que a gente tentou estruturar, veio gente da Fundação Ford aqui apoiar, marcamos reunião com o reitor etc., pra ver se contratavam o



Jurandir como um técnico, mas a universidade é muito parada, muito hermética, ela nunca reagiu em relação a isso, acho que nunca houve uma atitude decente da universidade chegar: “não, vamos criar um laboratório aqui, porque vocês tem coisas”. A gente levava pilhas de livros, coisas feitas, com o patrocinador do lado, mas não acontecia nada. Então nós não conseguimos isso, houve uma descontinuidade (Pacheco de Oliveira, Entrevistas LACED, pp. 15-16).

Bruno Pacheco falou-me dessas dificuldades administrativas, referindo-se, sobretudo, ao próprio Departamento de Antropologia do Museu Nacional:

Meu pai e o Antonio tinham uma linha de trabalho muito definida dentro de um Departamento de Antropologia, onde eles eram minoria. Eles não tinham autonomia para desenvolver nenhum tipo de trabalho dentro do Departamento de Antropologia. Você tem ali duas correntes, ou mais de duas correntes, mas duas correntes bem marcadas...[...] era fato que eles eram minoria, eles não conseguiam pautar trabalhos e coisas dentro do departamento de Antropologia. Então, eles criaram o LACED pra ter uma independência, pra ter uma linha de trabalho própria e, principalmente, pra ter financiamento próprio. O LACED abriu a possibilidade deles terem um financiamento desvinculado do Departamento, porque se não fosse isso, qualquer financiamento podia entrar lá no Departamento e entrava no bolo de todo mundo, iam ter que submeter qualquer proposta deles ao colegiado e não iam aprovar nada. A coisa inicial do LACED foi em função disso, deles não terem uma autonomia pra trabalhar, tanto autonomia financeira quanto autonomia de pautar as atividades e os trabalhos (Bruno Pacheco, Entrevistas LACED, pp. 79-80).

O LACED, porém, herdou o importante acervo de documentos do PETI e "foi o primeiro dos núcleos de pesquisa do PPGAS [MN] a aglutinar e a acolher uma ampla rede de pesquisadores em variados níveis de formação, com escolhas temáticas distintas, mas de algum modo sempre vinculados à ideia de associar pesquisa e intervenção/extensão (Lima, 2015, p.32). Em 2002, a Fundação Ford pediu ao LACED a redação de um texto propositivo sobre intervenção e formação em educação superior de indígenas. A fundação norte-americana já apoiava a formação de cursos pré-vestibulares de negros e carentes (vide experiência do *A Cor da Bahia* e do CEAO). Desde 2001, tinha criado um projeto, a nível internacional, buscando mudar o perfil dos estudantes no ensino

superior, Pathways to Higher Education Initiative (PHEI). Após um ano de negociações, o LACED elaborou um programa e, sob a coordenação de Antonio Carlos, participou à iniciativa:

Após ter sido aprovada a concessão de US\$ 1,200,000.00 do PHEI ao escritório da Ford no Brasil para fomentar ações afirmativas para indígenas, tivemos um ano de negociações decorrentes de problemas variados, durante o qual João Pacheco se afastou do projeto, e Maria Barroso foi minha parceira e interlocutora fundamental, assim se mantendo, em especial, no período de 2004 a 2007. Tratava-se de repassar o papel de doadora, agindo como intermediário gestor de uma “carteira” destinada a financiar universidades. Elaboramos então o “Projeto Trilhas de Conhecimentos: o ensino superior de indígenas no Brasil” (PTC ou o Trilhas), realizado em duas etapas, de 2004 a 2007; e depois de 2007 a 2009 (*Ibidem*, p. 34).

O PHEI trabalhava com uma ótica de suporte ao etnodesenvolvimento das populações indígenas, por meio da sua formação no ensino superior. Na primeira fase do projeto, o LACED entrou em contato com diversas universidades e organizações indígenas com o objetivo de apoiar e financiar a formação de núcleos universitários que incentivassem ações voltadas à educação superior indígena. Foram individuados duas experiências-modelo: o Núcleo Insikiran de Formação Superior Indígena, na Universidade Federal de Roraima (UFRR) e o Programa Rede de Saberes, executado conjuntamente pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) e a Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMMS). Bruno Pacheco, que participou do PTC, explicou-me, de uma maneira bem didática, essa primeira etapa do projeto:

A ideia era de criar dentro da Universidade espaços, um espaço pra receber os indígenas que chegavam lá e ficavam completamente perdidos. Tanto no Mato Grosso [do Sul] quanto no Insikiran foram realmente criados espaços que tinham assim desde laboratório de informática para os indígenas usarem fora de aula, fazendo pesquisa na Internet, escrevendo seus trabalhos, computador, impressora, coisa básica que os caras não tinham. O indígena chegava na universidade e o cara não sabia ligar um computador. Além de ter o laboratório, tinha curso de informática para capacitar eles, tinham certos espaços de convivência entre eles, criavam eventos entre eles, faziam curso de capacitação para os professores que trabalhavam com eles. Então a ideia era de o que que era possível fazer como iniciativas piloto, porque não era entendido que a Ford faria política pública. Isso aí, sempre desde o começo, não era para isso,

a Ford ela tentava financiar iniciativas que mostrassem caminhos. "Olha para você inserir os indígenas dentro da universidade, você precisa ter, a universidade precisa ter essa estrutura diferenciada, a universidade precisa se adaptar". Só que a universidade nunca iria se adaptar sozinha e dependendo do recurso dela. A ideia inicial era essa: vamos ajudar, algumas universidades para se adaptarem, para que elas sirvam de modelo para as outras. A Ford tem essa coisa que eles chamam de *advocacy*, que é a ação que está ligada à questão de políticas públicas também, a ação que ajuda, azeita, de alguma maneira, as mudanças, as transformações que são necessárias para o Estado atuar melhor no diálogos com as populações. (Bruno Pacheco, Entrevistas LACED, pp. 89-90).

Os núcleos formados eram acompanhados periodicamente pelo LACED através de visitas, leitura e análise de relatórios. O laboratório contava com uma equipe reduzida:

MARCO ANTONIO. O Antonio montou uma equipe aqui que dava essa assistência?

BRUNO. Mas era uma equipe muito pequena. Era, basicamente, o Antonio, a Maria [Barroso], que era outra antropóloga, e assim um secretário, a equipe reduzidíssima. As equipes grandes eram nos locais. O Insikiran e Mato Grosso do Sul [Rede de Saberes, o nome do núcleo] tinham muita gente contratada, trabalhando com esse dinheiro, muito equipamento sendo comprado. O grande contingente do recurso ia para as pontas, o LACED era um repassador. Porque as pontas também eles não tinham CNPJ, eles não sabiam fazer prestação de contas, então o LACED foi o caminho encontrado pra fazer o dinheiro da Ford chegar nesses lugares (*Ibidem*, p. 90).

Outra importante atividade do PTC foi a organização do seminário “Desafios para a educação superior dos povos indígenas no Brasil”, realizado em Brasília em 30 e 31 de agosto de 2004.<sup>20</sup> O encontro contou com ampla participação de lideranças e intelectuais indígenas, de membros do governo federal e de organizações não-governamentais, organismos de fomentos e docentes universitários. Além dos recursos da Fundação Ford, o seminário dispôs dos recursos do Fundo de Inclusão Social/Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e foi um fórum determinante para

---

<sup>20</sup> O encontro gerou a publicação de um volume com os seus anais, que se encontra disponível em <http://www.trilhasdeconhecimentos.etc.br/livros/arquivos/Desafios.pdf>. Último acesso 15.09.2017.

a discussão das demandas e formulação de sugestões de políticas públicas sobre a questão do ensino superior indígena no Brasil:

A realização do seminário estimulou as Secretarias de Educação Superior (Sesu) e de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) do Ministério da Educação (MEC) a tomarem posição, finalmente, no tocante à educação superior de indígenas, o que gerou o lançamento, um ano depois do edital, do chamado “Programa de Apoio à Educação Superior e Licenciaturas Indígenas” (Prolind) em 2005 (Lima, 2015, p. 35).

A análise da implementação do PTC e do impacto gerado no movimento indígena da formação de pós-graduados indígenas, sinalizou a necessidade de disponibilizar textos formativos para indígenas e não-indígenas relativos "as variadas dimensões da vida social desses povos" (*Ibidem*):

Julgou-se que, quando possível, isto deveria ser revertido em favor de autores indígenas, de modo a colaborar na construção de uma imagem positiva da “intelectualidade indígena” engajada e reflexiva. Montou-se então a série “Vias dos Saberes”, impressa na “Coleção Educação Para Todos”, com recursos do BID, em tiragens de 5.000 exemplares de cada volume, destinados à distribuição nacional para escolas indígenas, alunos indígenas de cursos universitários de todas as carreiras, organizações indígenas, ONGs indigenistas, bibliotecas públicas etc. (*ibidem*).

Esta série, até o momento, publicou seis tomos: *Gestão Territorial em Terras Indígenas no Brasil*, Cássio Noronha Inglez de Sousa e Fábio Vaz Ribeiro de Almeida; *Saúde Indígena: Uma introdução ao tema*, Luiza Garnelo e Ana Lúcia Pontes (org.); *O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*, Gersem dos Santos Luciano: Baniwa; *A Presença Indígena na Formação do Brasil*, João Pacheco de Oliveira e Carlos Augusto da Rocha Freire; *Povos Indígenas e a Lei dos “Branco”*: o direito à diferença, Ana Valéria Araújo e Joênia Batista de Carvalho: Wapixana, Paulo Celso de Oliveira: Pankararu, Lúcia Fernanda Jófej: Kaingang, Vilmar Martins Moura: Guarany / S. James: Anaya; *Manual de Linguística: subsídios para a formação de professores indígenas na área de linguagem*, Marcus Maia. O PTC gerou mais duas séries de livros: Série Abrindo Trilhas (5 volumes) e Série Traçados (4 volumes).

O PTC promoveu mais dois seminários: seminário sobre o ensino de direito para indígenas no Brasil, em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos da Universidade Federal do Pará, co-organizado com a professora Jane Felipe Beltrão e seminário sobre a formação de indígenas na área de saúde, em colaboração com o Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia, co-organizado com o professor Carlos Alberto Cardoso Soares (*Ibidem*, pp. 36-37).

O projeto criou uma página web (<http://www.trilhasdeconhecimentos.etc.br/index.htm>) que se mantém ainda como base de documentos e informações, e uma lista de discussão eletrônica ([https://br.groups.yahoo.com/neo/groups/superiorindigena/inf, o](https://br.groups.yahoo.com/neo/groups/superiorindigena/inf_o)), que, segundo Antonio Carlos, prossegue bastante ativa (*Ibidem*, p. 36).

Em 2007, o TPC entrou em uma segunda fase que se concluiu em 2009 mais voltada à formação complementar de professores e estudantes. Os objetivos serão adaptados: "a) contribuir para o preparo das universidades públicas e privadas no Brasil para que melhorassem sua capacidade de promover políticas institucionais para o acesso, a permanência e o sucesso de indígenas em cursos de nível superior; b) contribuir para a capacitação de organizações indígenas para que pesquisem, monitorem e avaliem a implantação das políticas governamentais e institucionais para o ensino superior de indígenas; c) produzir reflexões críticas sobre o próprio processo de implantação do projeto e possibilidades futuras" (*Ibidem*, p.37). Bruno Pacheco descreveu-me com detalhes a importância de uma formação complementar na educação superior indígena:

Então toda formação acadêmica para indígena necessita de uma formação complementar, pro cara conseguir voltar para sua área e atuar dentro das suas questões. Se ele só estudar Direito de branco, depois ele vai arrumar emprego no escritório, não vai estar qualificado para voltar para uma aldeia e conversar com o cacique pra ver qual é o problema da demarcação da terra, ou do INSS das pessoas que recebem, enfim. A demanda por profissionais na aldeias é muito grande, mas esse profissional tem que ter uma formação complementar que as universidades não fornecem essa coisa. Então a gente sempre teve as linhas de formação complementar. Eu sempre tive esses dois trabalhos: 1) assessoria de comunicação do projeto como um todo e 2) trabalhar na formação complementar na área de Comunicação (Bruno Pacheco, Entrevistas LACED, p. 91).

Dentre esses trabalhos, esteve a elaboração com Antonio Carlos da série de 14 videoaulas *O Estado e os Povos Indígenas no Brasil*, disponibilizada no site do LACED e enviada a núcleos de formação universitária indígena e a organizações do movimento indígena em versão DVD. Os cursos nasceram da colaboração do LACED e o Centro Indígena de Estudos e Pesquisas (CINEP) e dois deles foram certificados como cursos de extensão pela UnB (Lima, 2015, p. 38). Outro projeto, “A Educação Superior de Indígenas no Brasil: avaliação, debate, qualificação” (investimento iniciado em novembro de 2011 e concluído em janeiro de 2015) assumiu a direção de subsidiar diretamente a formação de intelectuais indígenas, enfatizando a formação de profissionais na área de comunicação, já que as mídias têm se mostrado um terreno importante de lutas do movimento indígena. Bruno Pacheco me contou, de maneira pormenorizada, uma dessas situações de conflito, onde a utilização da mídia alternativa pode mudar uma narrativa oficial:

O que que é a retomada? É você tomar o território à força. Foi muito comum no sul da Bahia. Os Pataxós, e depois os Tupinambás, fizeram muito isso e agora os Terenas começaram a fazer isso lá [Mato Grosso do Sul (MTGS)] também. O discurso deles é: "Se o Estado não vem aqui resolver, a gente resolve". Agora você imagina a tragédia que é. Você enfrenta em MTGS, a pistolagem armada, porque os caras têm milícia armada, arma pesada mesmo. Pistoleiro profissional, é um negócio barra pesada. [...] No ano passado teve uma retomada, em especial, onde a Polícia Federal apareceu para fazer a desocupação, tirar os índios. Você vê as reportagens da grande mídia nacional ou do MTGS, no começo tratavam os índios como "invasores bárbaros expulsando os fazendeiros, os que moram, que cultivam, que trabalham" e, mesmo na ação de reintegração de posse, a cobertura é que os índios estavam armados, que os índios enfrentaram a Polícia armados, e que policiais foram baleados. Sendo que, se não me engano, foram 27 indígenas baleados nessa reintegração de posse, um ficou paraplégico e um morreu. Os índios não estavam armados, estavam armados de pau, pedra, arco e flecha, não existia nenhuma arma de fogo. Tem um momento que é assim: um garoto indígena ele fez uma espingarda, que não é uma espingarda, mas ele botou tipo fogos de artifício. Não sei que ideia na cabeça que ele teve, mas a Globo mostrou isso, como os indígenas armados atacando a Polícia. Mas quando você vê a imagem frisada e, eu vi isso na hora, e depois os indígenas conversando sobre me falaram: "aquilo não era", eu vi que não era. Era um cano de ferro com um pedaço de pau amarrado e o tiro é claramente um cabeça-de-nego.

MARCO ANTONIO. Um morteiro...

BRUNO. Um morteiro, exatamente. E esse rapaz, Dionedilson, ele filmou tudo. Criou essa página da resistência Terena e começou a botar os vídeos da reintegração de posse, que são violentíssimos: da Polícia, dos assassinatos, os cadáveres, os mortos. Aí ele teve assim, em

questão de dias, sete mil e quinhentos compartilhamentos. Você imagina: cada pessoa que está no Face book tem quinhentos, setecentos amigos, cada um, ele teve sete mil e quinhentas pessoas compartilhando para todas as suas redes. As imagens dele foram para o Ministério da Justiça, para o Ministério Público que abriu investigação sobre toda a ação da Policia Federal, obrigou a Polícia Federal naquele tipo de operação que ele estavam fazendo, só que as imagens dele foram solenemente ignoradas por qualquer estrutura de mídia dentro do Brasil. Não passaram em nenhuma emissora, não foram divulgadas. Eu não tenho dúvidas que correram as redações, porque nos dias seguintes, mudou o enfoque (Bruno Pacheco, Entrevistas LACED, pp. 97-98).

Para Bruno Pacheco, no Mato Grosso do Sul, "como os índios não têm terras, eles enveredaram pela educação muito cedo. Hoje em dia você tem quase mil indígenas com curso regular superior, só no Estado do MTGS. Isso já vem... há dez anos atrás você já tinha 400, não é uma coisa nova, não. Eles foram o primeiro lugar onde os caras investiram mesmo em Educação" (*Ibidem*, p. 95).

No Amazonas o pessoal ainda tinha desenvolvimento sustentável, outras pautas que se abriram mais pra eles. MTGS, eles não têm terra, eles não têm porra nenhuma, a FUNAI é uma sucata, eles não têm ONG, não têm meio-ambiente. Porque tem muito essa divisão do movimento social brasileiro, digamos assim, que são as organizações que estão em um lugar que tem um capital ambiental. Eles faturam muito isso. Boa parte da articulação do movimento indígena brasileiro foi financiado por recurso que era para a proteção do meio-ambiente. Como é que um cara do MTGS vai acessar recurso de meio-ambiente? Ele não tem meio-ambiente, ele vive numa titica de terra, num fundo de fazenda, sem rio, sem estrada, sem floresta, sem porra nenhuma, é campo de concentração. No MTGS a imagem mais próxima é um campo de concentração (*ibidem*).

Foi neste contexto social que Bruno organizou suas oficinas de comunicação no PTC para jovens e profissionais indígenas. Ele procurou trazer "as novas tecnologias de comunicação para o dia a dia da vida do povos indígenas, considerando sua diversidade, os desafios da economia e do meio ambiente" (Pacheco de Oliveira, B., 2014, p. 12).

A gente não tinha alunos de Comunicação para fazer as oficinas. Não é uma área que eles buscassem. Eles buscam História, Enfermagem. Têm algumas carreiras que são mais tradicionais, que eles buscam em maior número. Então, eu sempre dentro da formação, tentei colocar a Comunicação como uma ferramenta interdisciplinar. Então eu usava muito esses dois exemplos: "você é Historiador? Você pode usar o vídeo, tanto na sua pesquisa, quanto para apresentar a sua pesquisa. Você é enfermeiro? Você pode usar o vídeo, por exemplo, em campanhas de saúde, a informação é uma coisa primordial. Ensinar como tem determinados cuidados, para evitar determinada epidemia, para evitar determinada doença. Então eu sempre trabalhei com essa perspectiva de que qualquer profissional pode usar da Comunicação (Bruno Pacheco, Entrevistas LACED, pp. 98-99).

O LACED, através da atividade de Antonio Carlos de Souza Lima e dos tantos projetos por ele coordenados, abriu um campo pioneiro na pesquisa etnológica brasileira, que não tenho aqui como descrever em toda sua extensão. Quando o conheci no seu estúdio no PPGAS-MN, estava cercado de caixas de livros entreabertas. Preparava o envio desse material a diversas partes do país para núcleos, universidades e associações indígenas. Era uma imagem austera e frugal do seu empenho acadêmico. À guisa de uma síntese, preferi endossar a consideração que a antropóloga Alcida Ramos fez, destacando que o Projeto Trilhas do Conhecimento constituía "um dos espaços acadêmicos mais dinâmicos sobre a atualíssima problemática do ensino superior indígena" (Ramos, 2010, p. 30).

**Os primeiros brasileiros e as coleções etnográficas.** Como já relatei, *en passant*, na década de 90, João Pacheco interessou-se pelos povos indígenas do Nordeste, em particular pelos processos de etnogênese em curso, o que motivou a abertura de uma linha de pesquisa no Museu Nacional, articulada com várias universidades da região. Esta motivação produziu na época, sob sua orientação, 14 dissertações de mestrado, 6 teses de doutorado e a edição de duas coletâneas (Pacheco de Oliveira, 2016, p. 9). Entre 2005/2006, como pesquisador do CNPq, estabeleceu-se por 18 meses na Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) de Recife, tendo a oportunidade de visitar diversas aldeias e conhecer diretamente a multiplicidade de formas políticas e culturais que estavam assumindo os processos de etnogêneses e de resistência indígena (*ibidem*). Um dos objetivos centrais dessa permanência em Recife, era organização de uma exposição sobre os índios do Nordeste, que vinha sendo articulada em colaboração com a APOINME. Esse empreendimento etnográfico demandou uma extensa pesquisa histórica e iconográfica, realizada a partir da formação de uma equipe de auxiliares, do envolvimento de antigos orientandos e a participação da equipe da Fundação Joaquim Nabuco, além da APOINME (*ibidem*).



Rita de Cássia de Melos Santos, a doutoranda que me recebeu no PPGAS-MN, no dia de minha chegada ao Rio de Janeiro, era, na época, estudante de História da UFPE. Fora selecionada como bolsista de iniciação científica do recém-criado Núcleo de Estudos Indígenas da FUNDAJ. Tratava-se de mais uma colaboração com o Museu Nacional, que visava atualizar o *Atlas das Terras indígenas do Nordeste*, realizado pelo PETI, em 1993. Foi assim que conheceu João Pacheco. Até então, não tinha tido praticamente contato com a antropologia e antropólogos.

Comecei atuar como bolsista do Projeto das Terras indígenas. A gente tinha que mapear os investimentos de saúde, educação e as políticas territoriais dos povos indígenas. Então cada estudante ficava responsável por alguns grupos e a gente ficava fazendo um levantamento em site da FUNAI, da FUNASA, contatando as lideranças, indo no arquivo público buscar documentação, porque a ideia era fazer um memorial sobre cada povo e sobre a situação (Rita de Cássia, Entrevistas LACED, p.53).

Em pouco tempo, os seis bolsistas de História, passariam a integrar, também o projeto da exposição sobre os índios do Nordeste, que seria intitulado: "Índios: os primeiros brasileiros". Essas iniciativas possibilitariam a mobilização de uma rede de colaboração com representantes de instituições acadêmicas da região, do Ministério Público Federal, de ONGs e de lideranças e organizações indígenas.

Nisso a gente começou a trabalhar, em paralelo, em dois projetos. Que era o Atlas e a exposição "Índios: os primeiros brasileiros". O João tinha desenhado um plano, ele já queria fazer uma abordagem histórica sobre as populações indígenas do Nordeste. Ele entendia que naquela época, já entendia naquela época, que era preciso recontar a História do Brasil para que se pudesse entender qual é, que condição é essa do indígena hoje, que somente essa virada da narrativa histórica podia recolocar os povos indígenas (*Ibidem*, pp. 53-54).

João Pacheco no artigo "Uma etnologia dos "índios misturados"? situação colonial, territorialização e fluxos culturais" (1998, p. 44-47) propôs uma releitura da noção *territorialização*: "Nesse sentido, a noção de territorialização é definida como um processo de reorganização social que implica: 1) a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma

identidade étnica diferenciadora; 2) a constituição de mecanismos políticos especializados; 3) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; 4) a reelaboração da cultura e da relação com o passado" (*Ibidem*, p. 55). "O que estou chamando aqui de *processo de territorialização* é, justamente, o movimento pelo qual um objeto político-administrativo vem a se transformar em uma coletividade organizada, formulando uma identidade própria, instituindo mecanismos de tomada de decisão e de representação, e reestruturando as suas formas culturais (inclusive as que o relacionam com o meio ambiente e com o universo religioso).

O relato de Rita de Cássia prosseguiu mostrando, passo a passo, como a pesquisa para a exposição se estruturou enquanto uma oficina artesanal de etnografia documental:

Então a gente tinha várias frentes. Uma que era de leitura dos viajantes, dos naturalistas viajantes, para encontrar citações falas sobre os índios do Nordeste; busca por imagens, todo tipo de imagens: imagens, gravuras, vinhetas de mapas, litografias, pinturas históricas, enfim a gente saía à cata: pequenos objetos que tivessem imagens de índios. E aí a gente ficava nessa missão também, toda a equipe de ficar procurando essas imagens, esses relatos, essas descrições sobre índios do Nordeste. Porque até então, mesmo nos museus da região, não existiam registros sobre a população indígena do Nordeste (*Ibidem*, p. 54).

Outro aspecto evidenciado foi a preparação e formação teórica dos auxiliares de pesquisa:

MARCO ANTONIO. E o João Pacheco deu alguma espécie de formação para vocês?

RITA. Ah, sim! Nessa época a gente tinha, todo mundo fazia a graduação. A gente tinha seminários de leitura, naquela época, que eram mais ou menos, quinzenais, semanais, eu não me lembro exatamente qual era a frequência. Foi nessa época que eu li a "Viagem da Volta", que eu li as teses do Rodrigo, do Arruti, que aí eu fui me inteirando dessa discussão dos índios do Nordeste. Tinha uma literatura básica que a gente ia discutindo ali, por um tempo (*ibidem*).

A preparação teórica passou também pelo aprendizado sobre o que seria a prática artesanal de pesquisa, do que se estava fazendo, do que se queria fazer, relacionando todo aquele material recolhido e que se queria disposto de um certo modo, construído:

Tinha essa parte da leitura teórica que a gente fazia e as discussões, e tinha uma parte também que era um aprendizado prático, de como se faz uma pesquisa, que eu acho que essa forma é uma forma mais sutil de ser ensinada. Como é que você pega tudo aquilo que foi recolhido - e nisso eu acompanhei o João durante todos esses anos - como é que você pega todas aquelas citações, aquelas imagens, aquele conjunto tão disforme de coisas, aquele saco de informações e converte numa narrativa muito clara sobre qual é a presença indígena no Brasil, na História do Brasil. Até como você inverte esses discursos oficiais para uma contranarrativa, com um objetivo político claro que era dar visibilidade aos índios do Nordeste (*Ibidem*).

Rita de Cássia mostrou-me como essa experiência vai incidir na formação daquelas estudantes de graduação de História (ela, Mariana Dantas e Taís Bryner) e que praticaram depois uma contra-leitura das fontes em seus trabalhos de pós-graduação. Pois o discurso oficial era que no século XIX não existia índios no Nordeste. Rita de Cássia disse-me que essa "leitura a contrapelo" do material era o que restava mais forte, era "um pouco a estratégia que o João [Pacheco] usava na montagem da exposição naquele período" (*Ibidem*).

[...] a gente já tinha uma certa experiência em pesquisa de arquivo que tinha chamado atenção. Mas ali a gente pode ampliar isso e exercitar isso e pensar que conexões esses arquivos históricos têm com a Antropologia. Porque de fato, o curso de História, naquele momento, não tinha nenhuma ligação com a Antropologia, tirando, talvez, uma professora, que era a Cristina Indabar, que usava algumas coisas do Mintz, o restante dos professores não usavam bibliografia próxima da Antropologia, qualquer discussão próxima da Antropologia. Então acho que essa virada foi importante assim, e pensar uma outra Antropologia, porque eu também fico pensando que essa Antropologia que o João estava propondo era a Antropologia que a gente podia dialogar, porque era uma Antropologia situada, localizada, sentada nos processos históricos, no tempo, no espaço, pensando essas transformações numa perspectiva mais ampla de que os índios estão mudando, transformando mas que também tem um Estado ali operando, então ele está olhando essa duas dimensões (*Ibidem*, p.55).

O processo de pesquisa do material histórico coincidiu com as idas em campo, nas aldeias indígenas, para recolher os objetos da coleção etnográfica que formariam a exposição. Nessa etapa, foi fundamental a participação das lideranças da APOINME.

Havia um acordo do João com eles, eles estavam a par da exposição, estavam comprometidos politicamente com a exposição mas estavam achando que era uma boa iniciativa mas tinham um certo receio que não houvesse material suficiente pra fazer a exposição. O João falou que não importava, o importante era que o que tivesse fosse colocado e os índios tinham autonomia para escolher quais eram os materiais, inclusive a APOIME já tinha avisado todo mundo. Foram várias idas. O João ia, Marcondes foi, Taís foi, Carol foi, Bruno, enfim. Eram várias incursões em vários lugares diferentes e voltavam e traziam aquele material para Recife, uma época ficou na Fundação Joaquim Nabuco e a gente embalando, guardando, guardando, guardando (*ibidem*).

A partir das excursões de campo e da coleta e reunião das peças, tinha chegado a hora de escolher o recorte final da exposição. Decidiu-se por uma narrativa que evidenciasse a participação indígena através uma viagem nos tempos históricos:

[...] a chegada dos portugueses, o período inicial do deslumbramento dos europeus com as populações indígenas, depois o lento processo de colonização, da escravização, a catequese, a extinção dos aldeamentos, o período da independência, a apropriação do índio como símbolo nacional na Independência, isso tudo ia sendo contado tentando se adequar aos lugares onde estava sendo contado. Então lá em Recife, no Forte das Cinco Pontas, a imagem que abria a exposição era a imagem do próprio Forte, dessa chegada numa praia que era a própria praia onde o lugar que abrigava a exposição estava. Então na parte de extinção dos aldeamentos, aí tinha o mapa de extinção do aldeamento de Barreiros, que é uma região relativamente próxima a Recife, onde as pessoas conseguem se localizar. Então tinham assim alguns marcos para que as pessoas sentissem que aquela história era uma história também local, de extermínio daquelas populações naquele local (*ibidem*).

A exposição teve uma quantidade de objetos surpreendentes, assim para o que era o acervo dos museus na época. E foi uma exposição muito bonita. Ai depois que passava essa parte das peças, tinha uma parte religiosa, que apresentava essa religiosidade indígena, e por fim, a gente

ainda fez uma oca que tinha uma memória sobre, eu acho que era doze ou quinze fotos indígenas, contando a história individual de cada povo, da luta pela retomada pela terra, o que desmontava a ideia de índios no Nordeste, mas que tinham vários grupos. Depois disso tinha ainda uma sala de vídeo com depoimento de três mulheres, em situações muito diferentes, que falavam como elas conciliavam essa ideia de ser mulher e ser índio na contemporaneidade. Então uma é surfista, Atinim-Potiguara, muito jovem, acho que ela tinha uns quinze anos, quando ela gravou o vídeo, a Maria Pankararu, que na época já era doutora em Linguística, e a Maninha Xucuru que era uma liderança política. Então mulheres em papéis sociais muito diferentes, falando do que é ser mulher, do que é ser índio, de que relação é essa entre ser índio e exercer esses papéis tão diferentes. Então a ideia era realmente quebrar com essa perspectiva de um índio isolado ou romantizado, só em contato com a natureza, sem contato com o mundo social, sem formação, então era uma ideia realmente de passar uma imagem política sobre os povos indígenas (*ibidem*, p. 57).

A exposição "Índios: os primeiros brasileiros" foi inaugurada dia 7 de dezembro de 2006, no Forte das Cinco Pontas, Museu da Cidade do Recife, ali permanecendo até 11 de fevereiro de 2007. Desde então, a mostra teve seis edições: na Biblioteca Central da UFPE, durante a 65ª Reunião anual da SBPC (maio-junho 2007); no Centro Dragão do Mar de Fortaleza, de setembro a novembro do mesmo ano; em 2010, ela foi montada no Museu Nacional e, sucessivamente, em julho de 2013, por ocasião da décima Reunião de Antropologia do Mercosul, foi levada a Córdoba, Argentina; de junho a setembro 2014, foi hospedada no Museu Câmara Cascudo de Natal, dentro da programação da 29ª RBA, onde a visitei; em 2016, de julho a dezembro, esteve no Museu de Arqueologia e Etnologia da UFBA, em Salvador. Em dez anos, a exposição foi visitada por cerca 200.000 pessoas. Embora possuindo uma narrativa relativamente consolidada, a mostra foi adequando-se aos novos espaços, aos novos públicos, aos recursos financeiros de cada lugar. Houve uma preocupação em apresentá-la em ocasiões de reuniões científicas, criando um ambiente os índios pudessem debater suas questões (*Ibidem*, p. 58). No entanto, a mostra foi pensada para o grande público. O LACED produziu um vídeo de 17 minutos e uma cartilha de ensino de história indígena voltadas para as escolas públicas e privadas. Rita de Cássia e João Pacheco têm realizado encontros com professores da rede municipal e realizados cursos de formação (*ibidem*, p. 59).

A curadoria de "Índios: os primeiros brasileiros" impôs a João Pacheco um diálogo profícuo "com a perspectiva historiográfica e algumas vertentes teóricas da história, bem como uma maior aproximação com a antropologia do colonialismo" (Pacheco de Oliveira, 2016, p. 10). O percurso narrativo da mostra foi construído a partir de contextos históricos múltiplos e diferenciados,

propondo ao visitante um conhecimento das formas sociais concretas nas quais as coletividades indígenas viveram, dialogaram, resistiram, acomodaram-se, organizaram-se e atualizaram sua cultura na contemporaneidade.

A instalação da exposição que visitei em Natal, estava dividida em quatro espaços distintos: o primeiro encontro, o mundo colonial, o mundo indígena e os indígenas no Brasil contemporâneo. A primeira questão que me coloquei foi: por que a escolha das comunidades indígenas do Nordeste? Compreendi, depois, que havia nesse recorte uma dupla operação de ruptura epistemológica. A primeira fora retirar do limbo etnográfico essas comunidades, por muitos consideradas "não-índios":

Depois que a mostra foi inaugurada em Recife, eu acho que estava tendo uma reunião de índios de vários lugares do Brasil, que não estava sendo organizada por nós mas pelo CIMI e o Uilton [APOINME] fez questão de levar o grupo que ele estava trabalhando para a exposição. E aí o João acompanhou eles na exposição. No final ficaram deslumbrados, bateram palmas, elogiaram muito. A ideia que os outros índios passam a reconhecer os indígenas do Nordeste como índios, porque sempre houve um preconceito, não só somente da sociedade envolvente, mas dentro do próprio movimento social indígena, de olhar para aqueles índios que não têm essas características do senso comum, cabelos lisos, olhos puxados, tez avermelhada, mas que são índios, como se diz, misturados, misturados porque houve várias políticas públicas pra misturá-los (Rita de Cássia, Entrevistas LACED, p. 58).

O próprio Darcy Ribeiro falava "magote de índios" quando se referia aos índios do Nordeste. E o Darcy Ribeiro é uma figura absolutamente respeitável no nosso universo da Antropologia. Então não são referências do senso comum, são referências que também estão enraizadas na própria Antropologia em relação às populações indígenas do Nordeste, naquela época (*ibidem*, p. 59).

A segunda ruptura acontecera com as representações, muito enraizadas no senso comum, das comunidades indígenas como comunidades que viviam isoladas, em grandes espaços de matas virgens, perdidos na imensidão amazônica.

A fronteira colonial no Nordeste ultrapassou as áreas indígenas. Quer dizer: é diferente da Amazônia, que começa de forma sistemática mais tardiamente, ao longo do século XIX, e vai

empurrando os indígenas pros rincões de floresta. No caso do Nordeste, a fronteira agrícola e agropecuária ultrapassa todos os territórios indígenas, e aquilo vira terra de branco, e a lei de terra de 1805 decreta o fim dos aldeamentos. Então a relação da população com essa sociedade envolvente é completamente diferente da relação que foi estabelecida com as populações indígenas do Norte, por exemplo, como contraponto. Ou mesmo com a situação do Centro-Oeste brasileiro (*Ibidem*, p. 58).

Essas representações permaneciam ancoradas ao passado e às formas idealizadas pretéritas conexas, em geral, a uma ideia de primitivismo. A proposta atual seria caminhar em uma nova direção, esforçando-se em pensar os indígenas como produtores ativos de cultura, aproximando-se à experiência indígena de maneira crítica e participativa. A curadoria da mostra assumia, desde a sua idealização e preparação, sua ligação e compromisso com os movimentos indígenas e suas reivindicações de formas diferenciadas de cidadania.

Segundo a minha percepção, João Pacheco, com a sua curadoria, tentou dialogar com as questões levantadas por Johannes Fabian no clássico *O tempo e Outro* (2013). Ele tentou superar o mecanismo ideológico do *alocronismo* - o falar com o Outro colocando-o em um tempo diverso daquele em que está falando - fazendo interagir dialeticamente o tempo pretérito do contato entre as sociedades indígenas e os colonizadores com o protagonismo político contemporâneo das comunidades indígenas nordestinas em luta por seus direitos de cidadania no Estado-nação. "Aquilo que é passado adentra a dialética do presente - se lhe é concedida a coetaneidade" (*ibidem*, p. 169).

A minha experiência com a exposição atingiu uma intimidade pessoal, que até o momento hesito em explicitar. Decidi-me em fazê-lo porque os meus apontamentos, porém, descreviam um ambiente da exposição que não encontrei em outros relatos. Naquele espaço algo de um passado arquetípico, que desconheço, adentrou-se no meu presente de pesquisador estrangeiro em pátria: identidade/alteridade/meta-identidade. Um movimento difícil (ou pelo menos novo) de convívio e reflexão:

O Museu Câmara Cascudo é um prédio moderno, branco, às margens da longa avenida Hermes da Fonseca. Do outro lado, instalações militares, o que em Natal é bem normal, pois a cidade hospedou uma importante base aérea dos EUA durante a segunda grande guerra. Passando uma grade, entra-se no museu por uma porta de vidro, onde está a bilheteria. O espaço interno com suas paredes altas, deixa uma sensação de amplitude no visitante. O salão principal

comunica-se com o piso superior que o circunda como uma passarela. A entrada leva a uma entrada e a passagem laterais ao salão. Visitei a exposição sem seguir a sequência dos quadros. Da abertura do salão embaixo, subi logo a escada, atraído pelos cantos indígenas transcritos por Jean De Léry em um CD que tanto utilizei em conferências. Segui minhas sensações. Lá em cima, em torno à escada, abriu-se o mais teatral de todos os ambientes da exposição. Tentava-se reproduzir, contar, recontar, mostrar os mantos rituais tupinambás, que restam somente, se não me engano, quatro originais em todo o mundo (A biblioteca Ambrosiana de Milão possui um). O espaço me levou para dentro da significação ritual e cultural daqueles mantos. A sensação que me tomou foi de perda, descrita também por um tupinambá que explica que, ao carregar para fora de seu habitat aqueles mantos e proibindo fossem ainda fabricados, os europeus visavam privar, furtar o que era de mais caro da identidade daqueles nativos. Fui jogado em outra dimensão, algo tocou-me em um espaço interior inusitado, como se viesse à tona uma identidade jamais perdida, porém *nascosta* (a palavra em italiano, estranhamente, rende melhor aquele estado). Pode parecer exagerado, todo esse ardor descritivo, porém, foi assim que vivenciei aquele momento. Li e reli os textos, girei e girei várias vezes por aquele semicírculo de mantos e plumas e tive que lutar comigo mesmo para sair dali. Levava comigo uma sensação, descrita por muitos, de alguém que após perder um braço, ainda o sente como presente. [...] prossegui o caminho por cima, na parte final da exposição, “Mundo Contemporâneo”. Ali são descritas, com textos e imagens, as diversas etnias indígenas que, segundo João Pacheco, “vêm assumindo um papel de proa na construção de novas formas de reconhecimento e deveres do Estado brasileiro”. As duas passarelas estavam divididas pelo espaço aberto e pairavam sobre as outras cenas da exposição. Como se o presente (a contemporaneidade) voasse sobre o passado e se projetasse além, em um diálogo entre as diversas etnias que, de um modo novo, estão reunidas [...]. Após a sensação de perda da sala escura dos mantos tupinambás, aqui tudo era luz e ponte; lá atrás, penumbra e extirpação [...]. Embora concorde com o folheto da mostra que a interlocução dá-se longe da palavra escrita, devo confessar que mais que uma alteridade radical, a sala dos mantos (“encobertas pelo manto do segredo”), com sua penumbra e música, tinha-me jogado no poço escuro de uma identidade radical e profunda: na caixa-preta dos meus arquétipos” (Caderno de campo 1).

Desde a sua entrada por concurso no PPGAS-MN, como professor e doutorando, João Pacheco esteve vinculado ao Setor de Etnologia e Etnografia do Museu Nacional, sob a orientação da professora Maria Heloísa Fénelon Costa. Há mais de vinte anos, assumiu a Chefia do Setor, tornando-se responsável pelas coleções etnográficas do Museu. Como acenei anteriormente, na minha tentativa de construção do objeto de estudo, no caso o LACED, iniciei a observação das coleções do



Museu Nacional com a curadoria de João Pacheco, e que têm também a chancela do LACED. Na entrada da seção de Etnologia, encontrava-se afixado um texto de Pacheco de Oliveira (sem data) que conceituava a sua curadoria:

Apesar dos discursos científicos e políticos colonialistas do Estado nacional, as populações indígenas não desapareceram. Tanto no século XIX, quanto no século XX procuraram criar estratégias de sobrevivência, atuando de forma protagonista na relação com a sociedade nacional e na construção da própria história do país. No panorama do Brasil atual, os museus e exposições antropológicas se veem adiante de outras demandas e grandes desafios. As populações representadas em suas coleções procuram afirmar a sua existência e identidade étnica e cultural. Os objetos da cultura material continuam tendo o valor de documento mas sob outras formas de sentido. Ao invés de acionar marcas de um passado em extinção, podem revelar diversas histórias, seja dos povos indígenas, da ciência, ou da história do Brasil. Se no final do século XIX a ciência fazia representação do índio ressaltando o exotismo, atualmente são os próprios indivíduos que criam imagens de si e procuram reescrever as páginas de suas histórias e das relações com os outros (Caderno de campo 1).

Esse texto revelava o mesmo gênero de preocupação teórica em construir novas formas de conhecimento da realidade indígena, presente na mostra “Primeiros Brasileiros”. De fato, Rita de Cássia me confirmou que a exposição permanente do Museu Nacional foi reformulada na época da exposição, na mesma época em que organizava a mostra do "Primeiros Brasileiros em Recife, em 2006-2007 (Rita de Cássia, Entrevistas do LACED, p. 60). Esta atenção epistemológica, aparecia ali, no Museu Nacional, a partir da concepção espacial dos objetos. Do lado de fora da sala principal, que leva a uma escada, estavam os dois modelos de índios Botocudos, em dimensão natural, que fizeram parte da Exposição Mundial, no início do século, fruto de um pensamento científico anterior (o que não significava que não seja de alguma forma ainda presente). Da mesma forma, fora do espaço principal, encontrava-se um belo desenho de Portinari de uma cabeça de índio, uma visão artística indianista e nacionalista, fruto de um simbolismo pretérito (nem por isso ausente do imaginário contemporâneo). Colocadas ali, elas mostravam pensamentos que sobrevivem, mas que a curadoria não se propõe mais a evidenciar como protagonistas. O papel principal estava reservado a um outro conceito:

Quando se entra no salão principal se depara com uma precisa configuração espacial. 1. Uma grande plataforma, levemente sobrelevada, domina o centro do espaço expositivo. Ela apresenta uma coleção de mantos, máscaras e objetos (quase todos Ticuna). Diante deles, um vídeo de Bruno Pacheco, documenta o ritual de iniciação Ticuna da moça nova. As imagens e a música, mesmo ao fundo, dialogam com a plataforma central. Compõe-se um ritual: os objetos ganham vida, estão presentes; 2. Em ângulos opostos, as descrições, as apresentações escritas por João Pacheco, os créditos da exposição, o mapa do IBGE com a localização das terras indígenas e outra pequena apresentação, formam um quiasmo de informações; 3. À esquerda, acima de tudo, uma grande canoa com vários tipos de remos. A atenção vem atirada pelo ressaltado à frase de Padre Antonio Vieira: “Uma árvore lhes basta para o necessário da vida; com as folhas se cobrem, com o fruto se sustentam, com os ramos se armam, com o tronco se abrigam e sobre casca navegam”. Uma sucinta e essencial descrição etnográfica (o que não significa dizer incontestável; tenho cá minhas dúvidas sobre a sua presença romântica); 4. Em volta à plataforma, dividido por tipos variados de produção indígena, os vários ramos da produção material de várias populações indígenas: carapuças de penas, cerâmicas, trançados, cestos, arte plumária, vestidos; 5. A missão Roquette Pinto está representada em uma pequena vitrine, sublinhando, porém, a sua importância na história da instituição e do acervo do museu; 6. O quadro de armas, sublinhando que hoje essas não possuem o mesmo sentido que tiveram outrora. (Caderno de campo 1).

Após a conclusão do meu périplo etnográfico, voltei ao Rio de Janeiro e continuei a visitar os espaços expositivos do Museu Nacional. Chamou-me atenção, desde o início, a pequena mostra das peças africanas e afro-brasileiras do Setor de Etnologia e Etnografia. Voltava da experiência baiana e quis buscar conexões. Embora com um acervo e espaço bem menor que aquele do MAFRO, esta exposição continha um sentido histórico mais evidente. Esse cuidado ajudava a colocá-la dentro de um contexto temporal que, mais que reviver um passado, elucidava melhor o espaço presente em que nos encontramos.

Kumbukumbu é uma palavra swali que significa memória ou ato de colecionar. Sob esse nome o Setor de Etnologia e Etnografia do Museu Nacional organizou um espaço dedicado à coleção de peças africanas e afro-brasileiras da instituição. Os objetos estão organizados em 6 grandes vitrines sistematizadas ao longo das paredes do salão. Uma das paredes abriga um grande mapa

da África indicando a proveniência das peças: Senegal, Gabão, República Democrática do Congo, Angola, África do Sul, Tanzânia, Uganda, Somália, Madagascar. Embora pequena e contida dentro dum único espaço, a exposição permite uma visão da pesquisa recente no MN sobre os africanos no Brasil, conta da diplomacia entre o reino do Daomé e Portugal (o regente D. João estava então no Brasil), fala de Angola e dos interesses do comércio transatlântico de escravos, dos povos da Floresta Equatorial, da guerra colonial, do colonialismo e o pós-colonialismo. No meio do salão três vitrines delimitam o espaço de circulação. Ali estão, em destaque, os presentes enviados pelo rei Adandozan Mi Kplenga do Daomé ao regente D. João no Rio em 1810, uma belíssima cópia do trono do avô do rei: Zinpo Gandove (assento de rei) ou Zinpo Jandene (acento com decoração trançada); uma bengala em estilo europeu; um par de chinelos reais (só aos reis era permitido calçarem sandálias) e uma bolsa; e, por fim, e uma grande bandeira de guerra. Estão também expostos máscaras, utensílios, armas, tecidos, banquinhos, estátuas, bonecas, colares e bonecos na várias vitrines. Chama a atenção uma série de pequenas esculturas de orixás, de José Afonso de Santa Isabel, santeiro baiano que possuía um ateliê na Ladeira do Taboão em Salvador. Colocadas como uma maquete vazada de um sobrado, os orixás negros, pintados de modo colorido mas sóbrio, emanam uma certa força (axé) com seus olhares parados e penetrantes, reproduzindo, de modo minimalista, sempre a mesma imagem com pequenas diferenças que somente um conhecedor do simbolismo afro-brasileiro pode notar. Acima da composição, centralizada, a escultura do Senhor do Bonfim instaura um toque do sincretismo religioso-popular. Destaca ainda uma impressionante máscara da Sociedade Secreta masculina Ngbe da etnia Ekoi, Ejaghan (Camarões/Nigéria), grupo banto. Coberta com pele de antílope, era usada em funerais e, também, em rituais de iniciação, com uma marca redonda na lateral da face, um desenho antigo do sistema de sinais gráficos do clã do nsibidi. Em cima de uma pequena torre à direita da entrada, quase perto da janela, foi posicionado um vídeo mostrando, didaticamente, o trabalho dos pesquisadores do MN na restauração de uma peça. A música litúrgica afro-brasileira serve de trilha sonora ao vídeo. Possivelmente do CD, *Ilê Omulu Oxum: cantigas e toques para os orixás*, produzido pelo LACED, dentro da coleção Documentos Sonoros, em colaboração Memorial Iyá Davina-São Mateus, São João de Meriti (Caderno campo 4).

Com Rita de Cássia aprendi um pouco mais do percurso daquela exposição, que me elucidava um pouco das relações que João Pacheco estabelecia com outros pesquisadores:

A Mariza Soares é curadora da sala de África, uma pesquisadora renomada em estudos africanos, da UFF. Ela se aposentou faz alguns anos, pouco anos, e depois que ela se aposentou, pensou que era preciso reformular a sala do Museu Nacional, a sala africana, e o João tem boas relações com ela. Eles escreveram um projeto na FAPERJ, no nome do João, e foi aprovado. Ela resolveu reformular a exposição porque ela já estava pesquisando os objetos. Porque tem uma bandeira, no acervo do Setor, é do Daomé, que é uma bandeira única na história africana. As bandeiras de guerra elas têm representação de cada reino. E a bandeira que tem aqui no Museu Nacional é a única bandeira, localizada até então, que tem a referência a um reino que foi apagado. Entendeu? Quando a Mariza descobriu isso, isso se tornou assim um boom na área no campo de estudos de objetos africanos, porque era um objeto único assim, singular (Rita de Cássia, Entrevistas LACED, p. 61-62).

**Progressão e Memorial.** Dia 10 de abril 2015 aconteceu o processo de progressão para Professor Titular de Antonio Carlos de Souza e Lima, um dos coordenadores LACED. O procedimento acadêmico, que consta de uma parte aberta ao público, foi realizado em uma sala Roberto Cardoso de Oliveira repleta de estudantes, orientandos, professores, amigos. João Pacheco de Oliveira presidia a Comissão de Avaliação, assistido por uma companhia ilustre de professores titulares: Roberto Kant de Lima (UFF), coordenador do INCT-InEAC - Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos, especialista da Antropologia do Direito e da Política, Processos de Administração de Conflitos e Produção de Verdades e em Antropologia da Pesca; Claudia Lee Willians da Fonseca, professora da UFRGS, com atuação na área de Antropologia Urbana, principalmente nos seguintes temas: grupos populares, família, adoção e gênero, antropologia do direito, antropologia das ciências; Patrícia Birman, professora da UERJ, especializada no domínio dos estudos sobre religião, desenvolve, atualmente, trabalhos sobre conexões entre discursos e práticas religiosas e conflitos na cidade, além de pesquisa sobre territórios, identidades e formas de segregação no espaço urbano; e, por fim, Luís Roberto Cardoso de Oliveira, professor da UnB, sub-coordenador do Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (INCT-InEAC), coeditor do Anuário Antropológico, com experiência de pesquisa no Brasil, nos Estados Unidos, no Canadá/Quebec e na França, com ênfase nos seguintes temas: direitos, cidadania, democracia, políticas de reconhecimento e conflito. Foi presidente da Associação Brasileira de Antropologia (2006-2008).

A progressão a professor titular é um dos ritos da liturgia acadêmica brasileira e, para mim, uma oportunidade ímpar para compreender melhor a atuação de Antonio Carlos, do LACED. O candidato deve apresentar um amplo memorial sobre a sua carreira, além de preparar uma

conferência. Antes da parte pública, a comissão de avaliação tinha se reunido de manhã e avaliado os documentos de toda uma carreira pública apresentados por Antonio Carlos. Em seguida abriram-se as portas e chamou-se o candidato. O público é numeroso: colegas, parentes e alunos.

Havia uma certa expectativa entre os ouvintes, embora o ambiente despojado daquela sala de aula (chamá-la auditório não me parece adequado) dissimulasse a tensão solene que envolvia o momento. Afinal, concretizava-se ali *il punto d'arrivo* da trajetória profissional de um professor que com sua personalidade e capacidade científica havia incidido uma marca indelével sobre a instituição universitária, o PPGAS-MN; menos por ser ele atualmente o presidente da associação nacional da categoria (o que certamente demonstrava uma influência reconhecida por todos) e mais por ser pessoa de convicções e ações acadêmicas muito diretas e explícitas, além de cultor do trabalho em equipe. E esse último aspecto, para mim, é o mais significativamente político da sua condição de trabalhador intelectual brasileiro.

Antonio Carlos, segundo minha impressão, talvez não quisesse carregar de significados e representações o rito obrigatório que se defrontava, mas demonstrava, com algumas tiradas jocosas, certo nervosismo. Em certas situações, a formalidade se impõe sobre todas as tentativas de suprimi-la, pois, nesses casos, a forma é o conteúdo. A figura impassível e absolutamente institucional do professor Roberto Kant de Lima era a demonstração cabal dessa minha afirmação.

Foi nesse contexto de alto nível acadêmico que João Pacheco ilustrou como procederia a sessão: 1) apresentação do memorial, arguição da comissão e réplica do professor; intervalo e 2) conferência do professor e questão da comissão; 3) relatório final. Logo após concedeu, por 45 minutos, a palavra a Antonio Carlos. (Embora tenha comigo o memorial escrito por Antonio Carlos, por ele gentilmente enviado, prefiro prosseguir através das notas tomadas na ocasião. Parece-me mais vivo).

Antonio Carlos, vestido de branco, iniciou sua fala sublinhando que a primeira versão do memorial entregue à Comissão de Avaliação continha 95 páginas. Teve que cortar. Ressaltou que cresceu e escolarizou-se durante a ditadura militar. Filho caçula-temporão de uma família de classe média suburbana no Rio de Janeiro. Queria estudar Ciências Sociais-História (uma forma de entender a experiência humana). Entrou para a UFF (História). Naquele tempo, índio não era estudado. Ele decidiu trabalhar com a pesquisa. Lembrou um curso sobre identidade com Cláudia Menezes e as análises sobre estigma de Goffman. Iniciou a ler a literatura sobre fricção interétnica de Roberto Cardoso de Oliveira. Participou à instalação da Comissão Pró-Índio. Ingressou em 1980 no PPGAS-MN. Teve uma primeira experiência de campo e sentiu que essa não era a sua condição científica. Dentro do MN experimentou o que era levar adiante um projeto de pesquisa em diálogo (ou confronto) com a realidade brasileira. Tudo partia da pesquisa. Uma oficina permanente. Ler, debater,

participar tornou-se o mais importante. Curso com João Pacheco possibilitou o primeiro projeto. Trabalhar de maneira eficiente como sanidade mental. O mestrado, então, era de 4 anos. Doutorado aconteceu concomitante ao processo da Constituinte. Nesse período, a formação do PETI. Estudar, pesquisar e formar pesquisadores foi a sua lida. Em larga medida, o estudo do processo fundiário indígena foi fundamental. Discutir a tutela, além de uma questão, era uma questão prático-política. Concluiu a tese em 1992 e tornou-se professor do PPGAS-MN em 1993. Construir as condições materiais à produção intelectual. Organização de dois seminários "base para uma nova política indigenista". Fomento a uma construção indigenista intelectual própria. Presença indígena no ensino superior como última empreitada.

A comissão faz as suas observações. Claudia Fonseca. Narrativa individual e coletiva. Engajamento político (gestão estatal). Antonio Carlos explorou as especificidades do Museu Nacional: a) antropologia dos arquivos; b) o Estado e o índio. Vê uma relação entre Antonio Carlos & Didier Fassin. Vê também uma relação Antonio Carlos e a margem do Estado. Luís Roberto Cardoso de Oliveira. Antonio Carlos representava um ativismo crítico dentro da Antropologia brasileira. Vê a tutela do cidadão do Brasil, em geral. Estado cria o cidadão incapaz → hipossuficiência. O procurador é que sabe o que é bom. O Estado além dos direitos, mas também além das pessoas. Roberto Kant de Lima. Falou sobre a extinção da cátedra. O direito brasileiro já na sua concepção inicial foi um direito de administração estatal. Cartórios, arquivos (não públicos) e a tutela atuante (os funcionários nos dizem o que devemos fazer). A instituição de uma hierarquia explícita. Patrícia Birman. 1) a ideia do trabalho coletivo. Colocar a carreira como atos e produto. "Uma vida sem ensaio". Engajamento constante. Engajamento acadêmico com engajamento político. "Produção de um saber contra-hegemônico". O domínio precursor é o domínio do Estado. Contra uma Antropologia do exotismo. Dirigido ao Antonio: como você vem lidando com as agências (antagônicas). Tutela: como se livrar da sua opacidade → como se poderia abrir o conceito da tutela. João Pacheco. Muito breve: 1) Tutela. Pensa-se, vê-se a sua natureza jurídica. Criação de um status político diferente. Regime tutelar & poder tutelar. Questão de registro. 2) O antropólogo tem uma responsabilidade social. O que é fazer antropologia no Brasil. Retomando Galvão → Darcy Ribeiro → RCO. Fazer uma produção intelectual ancorada na realidade. A política transparece em toda a sua produção: dados, temas, registros.

Réplica ACSL. Responde com muito mais firmeza e, em certas partes, com certo brilhantismo. A preocupação com o Estado sempre foi constante. Não sou pioneiro, sou parte. Sempre aberto aos tesouros dos arquivos. A insistência na administração pública. Quando li a dissertação de João Pacheco houve uma mudança: a noção de situação histórica. O caboclo e o brabo. A colonização induzida. O Estado como princípio tutelar. Regime tutelar reinstituiu o poder colonial. Como é essa

contradição pela prática? Com a ideia de poder tutelar uma arquitetura muito maior. Poder tutelar → controle das pessoas → controlar espaços e territórios → processo de Estado de maneira mais ampla. Poder e Procuradoria: paradoxo sempre benevolente nas camadas baixas (opressão da bondade). Tem de se relativizar o engajamento da Antropologia. A opacidade está dos dois lados. Nós somos funcionários públicos. DASP → FGV. A opacidade também é lucrativa (Bloco de rascunhos 2).

Segue um intervalo bem longo. Formam-se grupos no pátio. Colegas se reencontram, trocam-se impressões, notícias, informações. O clima é alegre, descontraído. Voltamos mais tarde para assistir a conferência de Antonio Carlos intitulada de “Sobre a tutela e a participação dos povos indígenas no Brasil (sec. XX e XXI)”.

1) A instituição da e 2) a ideia de participação. A palavra desconhecido. SPI → 1910 – 1918. Não apenas como um ato unitário. Inserir as populações na malha do Estado. Liberar terras aos privados. Fundação Brasil Central → 1937 – 1945 → Marcha ao Oeste → FUNAI 1970. Tecnologias de poder: músicas, roupas, etc. Jesuítas. Não mais almas, mas sim cidadãos brasileiros. Laboratórios de políticas (agruras do sertão x bondade). Troca com outros Outros (exótico, diferente, inferior). Dependentes inferiorizados → tutela → poder tutelar. Essencial ao poder político. Formas de ação concentradas por especialistas. Estatizado por agências por todo o território. Sedentarizar povos errantes. Operando a ideia de mapa nacional. Criam-se territórios para administrá-los. Definir e controlar. Exclui e cria postos indígenas. Inclui terras indígenas em uma rede estatal (dispositivo de poder). Rotular genericamente coletividades, incluir num quadro normativo de guerra, de conquista. Dividia ainda bravios x pacificados → inimigos x aliados. Os indígenas como categorias transitórias. Reserva como modo de concentrar riqueza (arrendamento). 1970 – 1997. Movimento indigenista + antropólogos + CIMI unidos na Constituinte. Assembleia Constituinte conservadora na questão territorial, mas avançada nos direitos civis. Governo Collor demarcação das terras indígenas Yanomani → Eco 92 (grandes investimentos), ideia de participação indígena. Dispersão da tutela através de vários ministérios que viram política nos governos FHC. A partir desse marco falar de políticas indígenas. 2002 – 2004. Convenção OIT. FUNAI dada como morta renasce nos governo Lula e como prática tutelar. Tecnificações das organizações indígenas: pouca institucionalidade. De política a uma presença mais sobre técnica (participação). Claudia Fonseca (antropologia participativa). Hoje (hipótese) mais autonomia. Rumo talvez a uma Sociologia dos brasis indígenas.

Em nome da Comissão, João Pacheco explica que a liturgia da progressão contempla que seja feita uma pergunta ao professor, que ele resumiria em nome de todos em como no atual quadro atuariam os antropólogos frente à questão indígena?

Antonio Carlos retomou o final de sua conferência. A ideia de atuar cortes sociológicos. “Fugir dos colecionismos de borboletas”, disse. Trabalhar juntos com os indígenas uma visão crítica.

Fazer isso com os índios (relatório Figueiredo). O cenário é outro. Mesmo que existam índios encarcerados. Participação plena dos índios na academia. Disseminar conhecimento amplamente na sociedade brasileira (Bloco de rascunhos 2).

A sessão acabou com a proclamação feita por João Pacheco, em nome da Comissão de Avaliação, da progressão a professor titular de Antonio Carlos de Souza Lima, com amplos méritos. Sucederam-se os aplausos, os abraços e a fila de parabéns, a qual eu também tomei parte. Deixei a sala em festa e fui prestigiar a apresentação do livro da antropóloga ítalo-francesa, Stefania Capone, “Modupé, meu amigo”, na livraria da Travessa, em Botafogo. Tinha sido ela que me apresentara, via e-mail, a Antonio Carlos.

**Tupinambás.** “Tupinambá: O retorno da Terra” foi o documentário curta-metragem que Daniela Alarcon, aluna orientanda de JPO, dirigiu e apresentou juntamente com a liderança indígena Glicéria Tupinambá. Daniela é mestre em Ciências Sociais, pela Universidade de Brasília (UnB), e doutoranda em Antropologia Social, junto ao Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pesquisa processos de expropriação e resistência territorial de povos indígenas e comunidades tradicionais nos estados da Bahia e Pará. Em sua dissertação de mestrado, investigou as retomadas de terras levadas a cabo pelos Tupinambá, no sul da Bahia. Participava, também, da projeção, Fernanda Ligabue que cuidou da fotografia e da montagem do documentário. A projeção foi na sala “Roberto Cardoso de Oliveira”.

Éramos aproximadamente 20 pessoas. Daniela fez uma rápida introdução sobre si e o seu filme, como parte de uma pesquisa engajada de mestrado realizado no Departamento de Antropologia da UnB. O filme retrataria uma parte do processo de lutas e retomadas das terras pelo Tupinambá da Bahia. Processo permeado de violência. Contou que no dia anterior tinham recebido a notícia do assassinado de uma liderança. O documentário tratava de uma só das 22 aldeias da região. Contou com pouco financiamento e teve de ser filmado em breve tempo. Depois passou à projeção do filme. Segundo a sinopse o documentário reúne “depoimentos de indígenas e sequências gravadas em maio de 2014 na aldeia Serra do Padeiro, no interior da Terra Indígena Tupinambá de Olivença, sul da Bahia (Brasil), assim como imagens de arquivo, o documentário focaliza a luta dos Tupinambá pela recuperação do território que tradicionalmente ocupam. Há dez anos os indígenas esperavam a conclusão do processo demarcatório”. O tema foi abordado a partir das vozes dos indígenas e procura também mostrar aspectos do dia a dia da aldeia. Durou vinte cinco minutos.

Após os aplausos, João Pacheco introduziu Glicéria Tupinambá como uma das principais lideranças indígenas do país. Glicéria nasceu e sempre viveu na Serra do Padeiro. Em 2010, após uma audiência com o presidente Lula, em que denunciou ações violentas da Polícia Federal contra seu



povo, foi presa, junto a seu bebê de colo -- ambos permaneceram dois meses encarcerados. Glicéria tem tido intensa participação na vida política dos Tupinambá. Foi representante de seu povo na Associação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoime), membro da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI) e, durante quatro anos, presidenta da Associação dos Índios Tupinambás da Serra do Padeiro (AITSP). Atualmente, é professora na Escola Estadual Indígena Tupinambá Serra do Padeiro.

Glicéria inicia a sua fala dizendo-se muito emocionada e sem palavras. A gente quer defender a todos. Têm líderes e líderes. Ainda bem que nós temos os encantados. Outra liderança que trabalha com saúde foi assassinada. Protegeu os filhos. Foram alvejados por dois motociclistas. As comunidades que estão dialogando estão sendo assassinadas. Matam os mais caracterizados. João Pacheco intervém chamando atenção para a importância das escolas e da saúde. Glicéria começa a contar um pouco da sua trajetória e dos seus parentes. Trabalhava na feira, quando chega o Estado medindo terras e a vida vai ficando difícil. Eles iam à escola feita num armazém de cacau. Relata as dificuldades de estudo. “Descemos para tomar propriedade disso”. Desmatamento. As nascentes eram 500, viraram 9! Filmar esse processo. Essa organização cria uma associação. Retomada. Criou um processo, uma causa. Fazendeiros. Glicéria conta como se deu o processo. Conta da volta do Toré. Conversa entre Babau, líder indígena local e o Juiz. 2005-2006. A nova escola liderada pela associação passa de 160 a 600 alunos, incluindo também as crianças do assentamento dos sem-terras. Constrói também uma rede. Desconstrução da questão da terra; não é só fazendeiros. Tem um curso técnico de agricultura. Conseguem financiamento e constroem 8 salas de aulas. Funciona com três turnos. Ocupamos o município que desviava os recursos. Conta a estratégia da ocupação (quando Babau tinha viajado para Salvador) com mulheres e crianças. Depois de 15 dias uma mulher morreu com o filho por baixo do corpo. Criamos o Ceasa. O que nós conseguimos foi estendidos às outras populações. Somos 26 professores (6 não índios). “Não qualquer pessoa. Estão engajados com a gente”. Tínhamos a serra do padeiro (70 retomadas de terras). A construção da casa da farinha dentro da terra retomada. A ação do cascalho, até as crianças participaram. Prisão do Babau. Fizeram a estrada e foi criado o transporte. Começaram as prisões de Babau. 8 presídios diferentes. Cabeça a prêmio. Transferido para um presídio de alta segurança. Contratamos advogado. Mudança de juiz. Novo juiz tira as vendas, vai visitar a área. Comitativa com todos, inclusive advogado dos fazendeiros. Daniela fala as diferenças entre os fazendeiros. Lembra que o marco das lutas foi a comemoração dos 500 anos. Leva as pessoas. Constata que só na serra do Padeiro, pela luta, a Justiça anda. TV, internet, whatsapps. Como as lutas são divulgadas. Retomadas seis terras através dos bancos mas a FUNAI ainda não demarcou.

Pergunta como fazem com os não-índios na escola. Questão espiritual. Glicéria descreve que as aulas começam com um ritual e música indígena. Os alunos são levados para as matas. Existem várias maneiras de invocar Deus. Os meninos são bem alimentados. O assentamento vem das periferias. Uma visão da terra não individual. Trabalhar a produção coletiva da produção. “O que temos, nós compartilhamos com eles”.

Pergunta: como é a relação com outras comunidades, já que a serra do Padeiro é a referência. Como é esse processo de integração-independência? Resposta: nós não contamos com ninguém de fora. Fizemos a nossa retomada para saber a dimensão da nossa coragem. Muito garantida pelas mulheres. Coloca a questão dos Terenas. Ajudou os Caramuru. Explica a questão da cosmologia (onça) como unidade. Quando morremos, nós viramos encantados.

Intervém Bruno Pacheco. Elogia a narrativa tão enxuta e ressalta o quão difícil é obtê-la. Uma nova ferramenta. O que fazer agora? Daniela descreve o autofinanciamento e a estratégia de found raising (500 pessoas). Conseguimos 44 mil reais. O filme segue a dissertação. Depois do Rio, vão a Brasília e depois a Europa. Trabalho de contrainformação. Estão na internet. O filme tem uma trajetória antes mesmo de ser montado e finalizado.

João Pacheco diz que a tese de Tônico Benites focaliza bem o processo religioso. Rezando e lutando. Processo implicado de construção de luta e processo religioso. A religião é um instrumento de luta. Pergunta quais são as perspectivas? Os índios têm sido convidados pelo governo? Glicéria responde que toda vez que são chamados, consultamos os encantados e eles autorizam. Algumas comissões querem fazer os índios de meeiros. “Nós queremos uma terra de vida”. Discussão com o ministro da Justiça em Brasília. “Nós dissemos uma só coisa: Terra.” Comissão e reunião com os fazendeiros. Querem a reserva com os fazendeiros. Cita ainda a questão dos índios do litoral, a demarcação do mar (Bloco de rascunhos 2).

## **CAPÍTULO 4. PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA: ESPAÇOS E TEMPOS**

O nosso não tem nome.  
É uma nova cartografia social  
que dialoga com a etnografia,  
mas não tem nome.

Não é uma escola da nova cartografia.

Não tem essa pretensão

(Alfredo Wagner B. de Almeida, Entrevistas PNCSA, 2014).

**Nova Cartografia Social, nova entrada em campo.** Cheguei a Manaus, onde nunca tinha estado antes, no dia 1º de setembro de 2014, à tarde. Consegui hospedagem na casa do filho de um grande amigo e companheiro. Morava no Coroado, bairro periférico da cidade, criado a partir da ocupação de terrenos da UFAM, que foi construída ao lado. Descobri logo que estava longe da sede do PNCSA e que o transporte público não era dos melhores. No dia seguinte, parti cedo para o projeto que está hospedado no prédio da UEA (Universidade Estadual do Amazonas), perto do centro da cidade. Primeiras impressões:

Manaus, como cidade, pareceu-me a habitual capital estadual brasileira que teve, nos últimos anos, um crescimento desordenado. Mais de dois milhões de habitantes espalhados nas encostas de centenas de igarapés que hoje, praticamente, não existem mais, foram soterrados. Muitos carros e trânsito difícil. Peguei um ônibus lotado e calorento. Primeira vez em uma cidade amazônica. Parecia que todos se dirigiam a uma reunião indígena. Aqui, impacta-se, logo, com um Brasil indígena, que no sul maravilha buscamos olvidar. Sobressai a forte impressão fenotípica de várias etnias indígenas. Depois de uma hora e meia de tráfego, cheguei ao PNCSA, localizado na cobertura do prédio da UEA. Todo o sexto andar dedicado ao projeto. Avista-se a cidade e o Rio Negro como se estivesse em um forte. Pequena entrada, porta aberta, pequena cozinha com geladeira, micro-ondas e cafeteira. Várias divisórias em vidro e alumínio separam os diversos ambientes. No primeiro ambiente, uma bancada com

três computadores novos e uma mesa de reunião para oito pessoas. Ao lado, uma sala de reunião, isolada por vidros, com uma tela para *conference call*. Ali estavam dois colaboradores do projeto na reta final da redação das teses (Arydimar e Franklin), um estudante colombiano (Nicolas) e outra colaboradora do projeto (Elen). Escreviam, estudavam juntos. Seguindo adiante, uma sala aonde está acomodada a hemeroteca onde trabalha Rose. Em torno, uma pequena biblioteca com livros, revistas, catálogos, documentos. Segue a secretaria com uma pequena bancada, duas mesas e Flávia, a secretária. À esquerda segue um pequeno corredor com as salas de Glademir e Emmanuel (pesquisadores). Ao fundo, a sala do apoio técnico, Carol (mapas), Rose (layout de material), Diana (tecnologia). Em um espaço separado e condicionado o server. Do lado direito da secretaria, a sala da coordenação (Alfredo), com duas mesas redondas e uma pequena escrivaninha com um computador. Fui muito bem recebido por Alfredo, que me apresentou, um a um, aos membros da equipe. Todo mundo se reuniu para o lanche, ambiente bem descontraído. Alfredo colocou à minha disposição um computador na bancada de entrada, ao lado do café. É um laboratório, como me tinha alertado João Pacheco. (Caderno de campo 2).

Meu caderno de campo indica que nesses primeiros dias, meu trabalho concentrou-se em: preparar uma apresentação em *PowerPoint* para discutir com a equipe do PNCSA. Por várias vezes marcamos e desmarcamos essa reunião. Alfredo estava sempre ocupado com várias reuniões e encontros. O laboratório era sempre procurado por outros professores, lideranças indígenas, estudantes, colaboradores do projeto. Continuamente Alfredo Wagner me propunha materiais de leitura. O primeiro foi o excelente catálogo das atividades de 10 anos do PNCSA. Depois, mostrou-me uma parte da estante da biblioteca de autores italianos com escritos sobre a Amazônia e me propôs de escrever um artigo (selecionei um texto de Tereza Isenburg, que conheço. Li, fiquei, mas não levei a sugestão adiante). Eu comecei a travar conhecimento com os demais pesquisadores e colaboradores, a conversar nos intervalos de merenda, cafezinho e almoço, quando íamos em grupo ao restaurante a quilo do outro lado da rua. Minha preocupação era situar-me, posicionar-me, localizar-me no espaço social que estava estudando.

Tal localização é pensada em sua relação com os atores sociais que observa e em seus deslocamentos nos territórios onde tais atores se localizam e transitam. Essa será a posição do etnógrafo. A situação é, ao mesmo tempo, a circunstância na qual a condição, o ensejo e a oportunidade que o etnógrafo deve tornar favoráveis à obtenção dos dados e informações

pertinentes ao seu projeto de pesquisa. Portanto, situação é circunstância e localização (Silva, H.R.S., 2009, p. 172).

Colhi a recomendação do artigo de Hélio Silva e iniciei a pensar sobre situação espacial do PNCSA. Dia 5 de setembro, anotei em meu caderno: “Pensar a planta do laboratório como vertical e não horizontal”. Seguiu um desenho (rabiscos). Olhando para ele, conseguia visualizar o espaço do PNCSA como o Homem vitruviano, o famoso desenho de Leonardo da Vinci. Os pés seriam formados pela entrada e a pequena cozinha, a bancada com os computadores de Elyeid e Gláucia (a perna esquerda) e a sala de estudo e reunião (a perna esquerda) e o baixo ventre pela mesa de reunião; a barriga seria o espaço da hemeroteca/biblioteca e a secretaria, o abdômen; o pulmão direito pelas salas de Glademir e Emmanuel, e a sala de Alfredo, o coração e o pulmão direito; por fim, a cabeça, a sala da tecnologia dividida na parte esquerda (mapas e design) e na parte direita (informática) do cérebro, com a sala do server no topo da cabeça. Mostrei aquele rabisco a algumas pessoas que acharam divertida a minha elucubração espacial. A partir dessa simples e banal visualização, comecei a pensar o conjunto de relações dentro do laboratório e como me mover melhor dentro dessa situação. Recolhi uma reflexão de Glademir Sales, pesquisador do projeto, sobre a construção desse espaço. Conforme ele:

Os espaços aqui também não são barreiras, os espaços de estar aqui e ali, de se movimentar e essa liberdade que o professor dá de conversar, de entrar na sala dele e voltar, está no outro canto, volta, vai lá atrás. Esse espaço de proximidade e acolhimento é um espaço bem singular mesmo e que dispensa essa relação de, claro que não é um espaço, como se diz, permissivo de outras relações ou que ultrapasse o respeito com o outro, mas é o espaço de se sentir bem, de se pertencer a esse espaço (Glademir Sales, Entrevistas PNCSA, p. 110).

O PNCSA não parou de receber visitantes no período da minha estadia: professores, lideranças dos movimentos sociais, principalmente das comunidades indígenas. A movimentação era constante. Alfredo tinha feito uma afirmação a respeito do vai e vem de pessoas, índios, comunidades e pesquisadores na sede do PNCSA: “a diferença com os outros dois laboratórios da tua pesquisa é que aqui estamos na fronteira”. Cito alguns visitantes que anotei. Logo nos primeiros dias, Alfredo apresentou-me a uma Tuxaua e sua filha Rita. Mais tarde, foi a vez de conhecer a diretora da UEA acompanhada por outra professora. A intenção foi a de acertar uma aula minha no curso de música

sobre a minha dissertação. Infelizmente, embora tenha sido apresentado ao corpo docente de música, a proposta não se concretizou. Outros exemplos dessa movimentação quase diária.

23 de setembro. Chegou um rapaz Sataré e perguntou por Glademir. Logo após, Glademir sentou com ele no PC de Elieyd, ao meu lado. Veio pedir uma mão para se inscrever no vestibular. Elieyd também ajudava e pediu que ele lhe ajudasse no trabalho de transcrição/tradução que há dias levava adiante para o fascículo sobre os Sataré. Depois o rapaz Sataré, Amiel, foi conversar com Emmanuel na sua sala enquanto Glademir e Elieyd resolveram a sua inscrição no vestibular. No final, Amiel saiu satisfeito com o boleto para pagar a inscrição no vestibular para Enfermagem. Emmanuel explicou-me que tinham tratado de um projeto para criação de galinhas e discorre sobre os problemas dos Sataré-Mawé e os Wai-Wai.

27 de setembro. Sábado. Vim ao projeto. Emmanuel estava conversando com um educador indígena e Amiel sobre o galinheiro. Tentavam montar um pequeno croqui. O educador foi casado com a irmã de Amiel e foi professor na aldeia Sataré. Amiel, sempre caladão, tentando entender o que Emmanuel e o professor estavam conversando entre plantas e projetos. Almoçamos ali mesmo. Um macarrão feito e trazido pelo Emmanuel. Conversaram sobre uma liderança numa aldeia Sataré. O educador indígena estava bem indignado. Falava desse líder como alguém corrupto e que tramou para a sua saída da aldeia. Desvios de verbas dos programas escolares, inclusive dos salários dos educadores, seria a principal acusação. Emmanuel confirmou.

30 de setembro. O PNCSA se esvaziou. Sai por último. Ficou só o Glademir, como sempre. Ao despedir-me, mostrou-me um despacho de uma juíza determinando a reintegração de posse de terra em detrimento a uma comunidade indígena na cidade. Isabela, assessora do MP, tinha apenas lhe mandado: “Tendo em vista o conteúdo do petição de fls 94/11, bem como a dúvida se de fato existe indígena na localidade de cumprimento do mandado de Reintegração de Posse, determino o reestabelecimento do mandado expedido, devendo o Sr. Meirinho certificar e deixar de cumprir em caso de existência de tribos indígenas tradicionais, assim entendidas como aquelas que não tiveram contato com a civilização. Cumpra-se. Manaus, 29 de setembro de 2014”. Fiz-lhe uma observação baseando-me na figura relacional da inclusão excludente apontada por Agamben: índios com “contato com a civilização” (ou seja, incluídos) têm de ser retirados das suas terras (portanto, excluídos). Glademir se iluminou e me agradeceu da sugestão. Mudou o título do texto que estava escrevendo a propósito do despacho: “Inclusão excludente”. (Caderno de campo 2).

**A cartografia social no tempo.** As experiências de mapeamento social realizadas por Alfredo Wagner nas áreas correspondentes do Projeto Carajás, em 1991-1993 podem ser alistadas como gênese tangível do PNCSA. Anteriormente, a utilização dessa técnica para a descrição de

conflitos de terra no Brasil integrou a participação de Alfredo Wagner na Coordenadoria de conflitos agrários do MIRAD (1985-1986), na sessão do tribunal Bertrand Russel em França, depois, pela Fundação Lelio Basso, no tribunal que funcionava em Roma (1988-1989):

Esses mapas, produzidos no âmbito desses tribunais, me animaram muito a depois entrar no trabalho, no trabalho contra o Projeto Carajás. E no âmbito desse grande projeto Carajás, durante três ou quatro anos, nós percorremos mais de 150 povoados. Era uma equipe muito grande, e nós começamos a fazer, a usar a técnica de mapeamento pra subsidiar as reivindicações. [...] Depois na experiência, quando a prefeitura de Belém, foi durante oito anos, quando estava na secretaria de planejamento a Jurandir Novaes, o prefeito era o Edmilson Rodrigues do PSOL, aí se abriu a possibilidade também de mapeamentos, congresso da cidade, foram coisas que nós participamos também, e depois a Nova Cartografia Social (Alfredo Wagner, Entrevistas PNCSA, pp. 12-13).

Essa trajetória [*Por causa dos conflitos, a gente trabalhava com os conflitos*, enfatizou-me Alfredo Wagner] foi sendo construída lado a lado com os movimentos sociais:

Então essa dimensão se colocou logo no início, mesmo a relação com entidades confessionais, com a Contag, com os sindicatos, depois com o MST, com o Conselho Nacional dos Seringueiros, com o movimento interestadual das quebradeiras do coco babaçu. Foram movimentos que a gente esteve junto com eles desde os primeiros momentos. Estivemos juntos com esse pessoal. Conselho Nacional dos Seringueiros, o primeiro congresso, nós estávamos lá. Quebradeiras, nós estávamos lá. Povos da floresta no Acre, nós estávamos lá. Isso aí sempre. Então foi definindo, foi definindo um *modus operandi* também de intervenção. Mas nunca fui o antropólogo orgânico de produzir para esse movimento, sempre mantinha, não um distanciamento, mas algumas prerrogativas da própria disciplina para poder produzir esse trabalho.

MARCO ANTONIO. Quais prerrogativas?

ALFREDO WAGNER. Por exemplo: de não confundir com a disciplina militante, você marcar uma diferença da disciplina militante. Não transformar o trabalho do antropólogo num denunciamento, nem no militantismo (*Ibidem*, p.13).

Essa intervenção e essa presença ganharam uma nova dimensão durante o IVº Fórum Social Pan Amazônico, em janeiro de 2005, em Manaus. Ali Alfredo Wagner e Rosa Acevedo Marin, também coordenadora do PNCSA, professora da Universidade Federal do Pará, organizaram um seminário "Populações tradicionais e questões de terra na Pan-Amazônia":

Alfredo e eu apresentamos um projeto para a Fundação Ford que nos deu recursos pra trazer aqui [Manaus] e organizar um seminário de populações tradicionais e territórios na Pan-Amazônia. Aí veio o grupo de quilombolas do Pará, sobretudo, quebradeiras de côco. Nesse colégio aqui, muito próximo, numa sala, eles trouxeram seus mapas, e falaram muito. Em um momento tivemos uma entrada de indianos, um grupo de indianos na sala, e foi muito bom. E o que foi gravado desse seminário, transformamos num pequeno livro [Populações Tradicionais. Questões de Terra na Pan-Amazônia. Belém: UNAMAZ, 2006]. E neste seminário, que assim aparece como muito histórico, que se criava uma base pra pensar a cartografia. Inclusive nas conclusões nos trabalhos, desde do início, as quebradeiras de coco, que tinham feito uma parte do trabalho, queriam continuar (Rosa Acevedo, Entrevistas PNCSA, p. 22).

De fato, em 2005, Alfredo Wagner [et al] lançou um livro, *Guerra Ecológica nos Babaçuais*, uma cartografia social do processo de devastação da região ecológica dos babaçuais, apresentando, em forma de mapeamento, as tensões e os conflitos sociais. Eram evidenciados os diversos agentes sociais envolvidos, entre esses as quebradeiras de coco, assim como as especificidades das formas organizativas emergentes. Rosa Acevedo sintetizou esse salto de qualidade: "E depois disso foi muito mais sistemático. Alfredo apresentou um projeto para Fundação Ford. No Pará restou um grupo que recebeu um pequeno recurso, não era nem 20.000 reais. Fizemos: o grupo trabalhou com a cidade, indígenas na cidade, os negros na cidade e eu trabalhei com os quilombolas, aí produzimos uns seis fascículos com os quilombolas" (*Ibidem*).

O projeto apresentado por Alfredo Wagner à Fundação Ford era intitulado "Nova Cartografia Social da Amazônia" e propunha-se à produção de fascículos temáticos elaborados a partir do estudo de situações sociais, com a finalidade de mapear socialmente identidades coletivas, organizadas em movimentos sociais ativos, nas duas últimas décadas, na região amazônica, por meio da composição de mapas temáticos que privilegiariam as situações de conflitos consideradas relevantes por agentes sociais autodenominados: seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco babaçu, atingidos por



barragens, ribeirinhos e pescadores ou que integrantes de comunidades remanescentes de quilombos e povos indígenas, com suas respectivas entidades de representação e de apoio.

A Nova Cartografia começou, então, aonde já existia uma relação de pesquisa prévia: as quebradeiras de coco e os quilombolas do Pará e do Maranhão. Os seis primeiros fascículos foram realizados pelo *Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu* do Piauí, do Mearim, do Tocantins, da Baixada Maranhense, do Pará, de Imperatriz. A equipe de pesquisa foi formada por Alfredo Wagner, Joaquim Shiraishi Neto, Cynthia Carvalho Martins. O sétimo fascículo seria o primeiro daqueles citado por Rosa Acevedo e foi realizado pela *Coordenação Estadual das Associações dos Remanescentes de Quilombo do Estado do Pará*. A equipe era formada pela professora Rosa, Cristiane da Silva Nogueira e Rita Cássia Pereira da Costa (Almeida e Farias Jr. 2013, pp. 35-38). Reproduzo aqui algumas das frases selecionadas desses fascículos, no catálogo organizado por Alfredo Wagner e Emmanuel Farias Jr, sobre os dez anos de atividades do PNCSA:

Lutamos pelo babaçu livre: é nossa arma contra a devastação e as explorações. Nosso movimento é como um pé de planta [...] Esse fascículo vai ajudar a divulgar e denunciar esses problemas que estão ocorrendo aqui, como as derrubadas, as queimadas, a queima do coco inteiro, o veneno nas pindovas [...] Será que é esse o novo rumo da economia extrativista? Hoje nós estamos vendo o carvão ir embora junto com a amêndoa e depois temos que trazer ele de volta, comprando, ninguém vive sem carvão. A nossa luta é para preservação do meio ambiente e melhoria da qualidade de vida pela organização, cidadania e reprodução do nosso trabalho e da nossa cultura [Maria Adelina de Sousa Chagas] [...] Queremos uma cartografia social. Isto é, constar nesta carta como surgiram estas comunidades, este povo. Qual o direito do povo, onde deve chegar e quando? [Maria da Conceição Sarmiento dos Santos] (*Ibidem*).

Em 2005 Alfredo Wagner foi chamado a integrar o Programa de Pós-Graduação de Sociedade e Cultura da UFAM. Já tinha obtido o apoio da Fundação Ford pra montar o PNCSA. "Nesse momento, 2006, o projeto estava sendo construído em Manaus, quer dizer, era um início, um embrião do laboratório. Ele funcionava, então, ainda, na Universidade Federal do Amazonas" (Emmanuel Farias Jr., Entrevistas PNCSA, p. 66). Precisava implantar-se ainda na cidade e no Estado.

Nesse momento, no começo de 2006, o projeto tinha publicado poucos fascículos ainda. Tinha publicado, se não me engano, os fascículos das mulheres do Arumã e tinha publicados os

fascículos da quebradeiras de coco no Maranhão que eram trabalhos onde os pesquisadores já tinham relação de pesquisa. No caso aqui, mulheres de Arumã eram o Franklin e a Érica, no Maranhão era a equipe do Maranhão, Cinthia, professor Joaquim que tinham essa relação com as quebradeiras. Aí aqui se começava a construir uma relação do movimento com movimentos sociais, quer dizer, do Projeto com os movimentos sociais. Eu me lembro que, logo no começo, nós organizamos uma grande reunião com os movimentos sociais do Amazonas, apresentamos o projeto, então, para que a gente pudesse aproximar, construir essa proximidade, um passo para a construção dessa relação com esses grupos (*Ibidem*, p.67).

Fora previsto a produção de 70 fascículos, teses e aplicações, de 2005 a 2009. Entre os integrantes, além de Alfredo Wagner (coordenador) e Rosa Acevedo, participariam Emmanuel Farias Jr., Elieyd Sousa de Menezes, Arydimar V. Gaioso, Franklin P. de Carvalho que me relataram essa primeira experiência:

Deixa eu dizer como eu iniciei no Cartografia Social. Eu como professora de Antropologia da Universidade Estadual, no interior do Maranhão, fiz o mestrado de Políticas Públicas, fui orientada do Alfredo Wagner, e logo depois que eu terminei o mestrado, eu viajei, fiquei morando nessa cidade, por uns quatro ou cinco anos, quando eu retomo o contato com o Alfredo. E nesse contato com ele, ele estava já construindo esse grupo de pesquisa, chamado Nova Cartografia Social, alguns trabalhos voltados para essa frente, outros trabalhos que ele já vinha desenvolvendo antes, e me convidou para fazer um fascículo sobre os *Quilombolas de Caxias*, que é a cidade onde eu ficava, onde eu estou. E foi com esse trabalho que nós produzimos o primeiro, o oitavo fascículo mas o primeiro do Maranhão em termos de Quilombos (Arydimar Gaioso, Entrevistas PNCSA, p. 30).

[...] Então em março de 2005 eu entro no mestrado, aí tem o primeiro encontro de Antropologia que eu participo em Manaus, em julho/agosto de 2005, Alfredo faz a proposta pra gente fazer a primeira cartografia que eu participo que é as artesãs de Arumã, aí em 2006, eu já estou com as artesãs de Arumã, junto com a Érica, fazendo o trabalho do primeiro fascículo. Aí eu acompanho desde lá, desde aí eu acompanho projeto, mais perto, mais longe, fazendo atividades aqui e no Nordeste (Franklin Carvalho, Entrevistas PNCSA, p. 212).

[...] Devido a minha relação com as comunidades quilombolas do Pará, e por conta do trabalho de monografia de graduação, eu passei a acompanhar, através da pesquisa, através do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, aí a partir de 2005, 2006, os quilombolas do município de Nova Airão. O professor já tinha contatos com o sindicato de trabalhadores rurais, contato

com algumas lideranças, e essas lideranças apresentaram, em 2006, efetivamente uma demanda pro PNCSA, apresentaram uma demanda de cartografia, de mapeamento. Devido essa minha relação com os quilombos no Pará, o professor Alfredo me convidou, então, exatamente para esse trabalho, acompanhar os quilombolas de Nova Airão, para esse trabalho de mapeamento (Emmanuel Farias Jr., Entrevistas PNCSA, p. 66-67).

[...] E aí precisava de alguém para ajudar na oficina de mapas. Só que era pra ir no piaçabal, no meio da floresta, quem é que quer ir? Aí veio o Franklin, isso foi em 2007, aí veio o Franklin da Bahia. Aí depois o professor Alfredo... aí precisou de mais alguém, o pessoal: "vou chamar a Elieyd". Eu aceitei. Eu fui pra Barcelos, a gente ficou uns quinze dias lá, eu não sabia que era pra fazer trabalho na floresta, pensei que era ficar na cidade, nem levei botas, nem tênis, eu estava de chinelo, sandália. Chegou lá era pra ir pro meio do mato. Foi bem legal a experiência, teve vários desdobramentos. Fui pra Barcelos, a gente organizou dois fascículos, um das artesãs e um dos piaçabeiros. O pessoal lá em Barcelos: "ah, a gente quer que tenha pesquisa aqui, quer que alguém ajude a gente a trabalhar, fazer pesquisa na universidade". Pois querendo ou não dá uma certa legitimidade pra eles. Era uma cooperativa recém-formada que queria fazer esses vínculos, que é a COMAGEPT [Cooperativa Mista Agroextrativista dos Povos e Comunidades Tradicionais do Médio Rio Negro], seu Peres era o presidente na época e seu Chaul [na verdade, no fascículo diz: Chaul presidente, Peres, vice]. Aí eu fui, fiquei trabalhando, fizemos o fascículo, fizemos o lançamento, o lançamento teve uma repercussão muito grande, a gente não imaginava (Elieyd Menezes, Entrevistas PNCSA, p. 119-120).

Arydimar Gaioso, Elieyd Menezes e Emmanuel Farias aprofundaram suas relações de pesquisa com essas comunidades, que tornaram-se os objetos de suas dissertações (Elieyd e Emmanuel) e doutorado (Arydimar). No caso de Franklin Carvalho, o seu objeto de estudo, os fundos de pasto no sertão baiano, ele, mais tarde, realizou oficinas de mapas e fascículos, sempre como demanda dos movimentos sociais para o PNCSA.

O que foi realizado pelo PNCSA, desde então, quando a quebradeiras de coco foram falar em IVº Fórum Pan-Amazônico? Eis o que elencava o catálogo à época de sua publicação:

Até dezembro de 2012 os produtos deste conjunto de projetos perfaziam 40 livros, 129 fascículos (116 publicados, incluindo 4 em inglês e 1 em espanhol, e 13 no prelo), 5 mapas-sínteses, 5 Boletins informativos, 3 cadernos de debates nova cartografia social e 16 vídeos exibidos pela tv Futura e pelos programas "Globo Ecologia" e "Globo ciência" e pelo próprio PNCSA, totalizando entre livros e fascículos mais de 200 mil exemplares. os fascículos estão

organizados em onze coleções, assim distribuídas: “movimentos sociais, identidades coletivas e conflitos” (39), “movimentos sociais e conflitos nas cidades da Amazônia” (30), “crianças e Adolescentes em comunidades tradicionais da Amazônia” (3), “Povos e comunidades tradicionais do Brasil” (19), “Faxinalenses do sul do Brasil” (4), “Quilombolas do sul” (3), “Pescadores e Pescadoras Artesanais do rio São Francisco” (4), “Povos e comunidades tradicionais do Brasil central” (1), “Povos indígenas do nordeste” (8), “direitos e identidades” (1) e “nueva cartografía social de Pueblos y comunidades tradicionales” (1).

Em resumo pode-se asseverar que a rede de pesquisadores e de representantes de movimentos sociais referida à produção ora apresentada neste catálogo corresponde a 255 pesquisadores e 212 formas organizativas com 142 entidades apoiadoras na produção de fascículos, mapas e boletins informativos (Almeida e Farias Jr., 2013, p. 11).

Para além da eloquência desses números, esse esforço científico esteve conjugado, de forma dinâmica, aos esforços dos movimentos sociais na redefinição de novas territorialidades. Alfredo Wagner no artigo "Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização, movimentos sociais e uso comum" (2008, p. 118-126) falou de *territorialidades específicas*: "A construção política de uma identidade coletiva, coadunada com a percepção dos agentes sociais de que é possível assegurar de maneira estável o acesso a recursos básicos, resulta, deste modo, numa territorialidade específica que é produto de reivindicações e de lutas. Tal territorialidade consiste numa forma de interlocução com antagonistas e com o poder do estado" (*ibidem*, 119). Seriam novas formas identitárias, novas práticas de lutas organizadas em *unidades de mobilização* frente à ação do Estado e oponentes mais poderosos, como acenado na introdução desta tese. "O objetivo do PNCSA consiste justamente em mapear estes esforços mobilizatórios, descrevendo-os e georeferenciando-os, com base no que é considerado relevante pelas próprias comunidades estudadas" (Almeida, 2013, p. 28). Segundo Alfredo Wagner, seriam três os aspectos principais da trajetória do PNCSA em mais de uma década de intensa atuação: 1º. O revigoramento da pesquisa etnográfica, dotando-a de uma maior precisão e capacidade descritiva; 2º. A formação de um padrão de trabalho científico e de regularidade da produção científica; 3º. A institucionalização de uma Antropologia produzida na região do Amazonas, por pesquisadores da região (Alfredo Wagner, Entrevistas PNCSA, p. 2). Sobre os dois últimos pontos, Alfredo Wagner, na entrevista, completou com palavras o que os números deixavam entender:

O segundo ponto, é um lado assim da formação, e de tentar montar um padrão de trabalho científico. Eu acho que isso também é um dado que foi reforçado nesse período. Você tem um padrão de trabalho científico e você tem uma regularidade nessa produção. Se você for ver o conjunto de produção, o número de pessoas envolvidas é por demais elevado. E o projeto, de certa forma, ele representa um pouco isso. Tem mais de quarenta doutores, tem mais de 120 pesquisadores, entre doutorandos, mestrados, mestres, doutores - tem uma massa muito pequena de bacharelados aí, é um número pequeno, muito pequeno - e tem uma facilidade, um trânsito muito grande, com participantes de unidades sociais designadas como comunidades. Eu acho que esse também é um outro fato: estreitamos muito essas relações. Nas situações de conflito, que pedem uma perícia, que pedem um laudo, que pedem um parecer, nas situações de atos de violências, no que diz respeito de direitos, sobretudo direitos territoriais. O projeto, então, conseguiu construir uma autoridade em torno do seu trabalho. Isso se reflete na quantidade de ações, processos que tramitam na justiça que tem peças construídas no âmbito do projeto, né, também em termos de legalização das terras. O número de fascículos trazendo seus mapas, eu acho que ele coloca uma ideia de territorialidade, territorialidades específicas na mesa das negociações.

Então eu acho que isso dota também, dota a antropologia, em termos de uma antropologia da Amazônia, de uma força que ela não desfrutava antes. Antes era muito, você tinha esse corpo, praticamente, produzido mais fora. Agora você tem um corpo dentro aqui dos limites dessa região. Então isso começa a estabelecer uma distinção, porque você daqui você começa a estabelecer relações com a França, com os Estados Unidos, com a Alemanha, relações mais diretas, sem intermediações. Ora, eu acho que se pensar a cooperação técnica-científica, como um dado de força, eu acho que esse intercâmbio, ele tem sido bastante profícuo, bastante profícuo, muito profícuo. E não só para Europa, Estados Unidos, como eu falei, mas também para próprios outros países da América do Sul e da América Central. Então essa ideia de Pan-Amazônia ela foi ampliada, se incorporou a três universidades argentinas e abriu-se o repertório, o leque, o escopo das discussões. E o projeto, hoje, constitui um veículo de discussão permanente. São eventos internacionais que se sucedem, são eventos regionais que se sucedem, eventos nacionais que se sucedem e numa ideia muita dinâmica, com exposições. Eu acho que esse também é um dado importante, a questão das exposições, você ter exposição, você ter uma tiragem significativa de boletins informativos, cadernos, fascículos, livros, catálogos, eu acho que isso, vídeos, eu acho que isso também dinamiza e coloca esse conhecimento antropológico, dessa antropologia da Amazônia, em pé de igualdade com outras disciplinas, por exemplo, que se supõem as explicadoras da Amazônia, como a geografia, ou como a sociologia ou a economia, que sempre acham que dão a visão macro da Amazônia. Então é diferente das contribuições anteriores que tinham características mais incidentais, onde

o profissional vinha, fazia aqui a sua tese, estabelecia relações sazonais, mas um pouco externalizadas. (*Ibidem*, p. 2-3).

**Orientação e doutoramento.** Mesmo em uma situação na qual os vínculos institucionais com o espaço tradicional pareciam não estar presentes, como era o PNCSA, ouvia sempre a maioria dos pesquisadores e o pessoal administrativo referir-se a Alfredo Wagner, em sua presença ou em sua ausência, com o apelativo de "o professor Alfredo" ou simplesmente "o professor". Com a chegada de Rosa Acevedo, notei que o mesmo acontecia. Com Ricardo e Sérgio Campos, *idem*. Isso me remetia à consideração que aquele laboratório comportava relações de um espaço acadêmico, que também reproduzia alguns de seus mecanismos de convivência institucional. Afinal, quase todos os pesquisadores, naquele momento, eram orientandos de mestrado ou doutoramento de Alfredo Wagner. Mais adiante, perguntei-lhe o número de orientandos, entre mestrandos e doutorandos: “cerca de 20, mas eu não posso ter mais de oito; é um problema”. Pensei que poderia ser um modo de estreitar meus vínculos com alguns dos meus interlocutores e conhecer melhor o PNCSA. Quis, portanto, aprofundar esse aspecto da atuação de um antropólogo, que é a orientação dos seus futuros colegas. Mariza Peirano, no resumo de seu artigo “A teoria vivida: reflexões sobre a orientação em Antropologia” (2004) afirmava:

A orientação de um aluno é parte fundamental do processo mais amplo de reprodução, continuidade e expansão da antropologia. Somos todos elos de uma sequência de gerações, e é por meio da relação que se desenvolve entre orientador e orientando que dois pesquisadores vivem uma relação estreita de cumplicidade teórica, inserindo o estudante em uma linhagem de antropólogos (Peirano, 2004, p. 208).

No caso, interessava-me mais o aspecto relacional 'estrito de cumplicidade teórica' que se estabelecia dessa prática acadêmica (a orientação universitária não é uma exclusividade antropológica) e menos a perspectiva geracional de formar uma escola, de pertencer a uma linhagem ou de haver epígonos. Na sua entrevista, Alfredo Wagner rebateu com veemência essa possibilidade:

Essa produção intelectual, ela tem vários fulcros. Ela não é o grupinho que reproduz a sua... ela não é uma escola de pensamento. Entendeu? Não tem essa preocupação de ser uma escola de pensamento. Ou querer impor uma forma de abordagem, não é isso.

MARCO ANTONIO. Mas ela tem alguma coisa de escola?

ALFREDO WAGNER. Não. Ela impõe um padrão de discussão, não uma forma de abordagem. [...] Então, eu acho que aí não é uma escola: os mesmos conceitos, a mesma forma de abordagem, as mesmas definições, não é absolutamente. Não é isso, não é isso. Não tem nenhuma imposição de seguir autores ou... não tem isso (Alfredo Wagner, Entrevistas PNCSA, p. 11).

Eu queria observar esse 'padrão de discussão'. Com Franklin Martins e Arydimar Gaioso tínhamos estabelecido um contato amigo imediato. Eles estavam ali para escrever a parte final da tese de doutorado e receber orientação final de Alfredo Wagner. Tinham de longe (Maranhão e Bahia), deixando família, para se sentirem em casa no PNCSA, em Manaus. Perguntei aos três se poderia acompanhar esse processo. Responderam-me afirmativamente. Anotei assim no meu caderno:

O PNCSA estava aberto, apesar do feriado estadual. Arydimar e Franklin vieram estudar, escrever e foi marcada uma reunião de orientação com Alfredo Wagner. Os dois fazem doutorado de Antropologia na UFBA. Arydimar é professora da Universidade Federal do Maranhão e dá aulas em Caxias. Franklin é agrônomo, dá aulas há três meses na nova Universidade Federal do Recôncavo baiano. Ambos contam uma participação de vários anos no PNCSA. Ambos tiveram o mestrado orientado por Alfredo. Nesses primeiros dias, saímos para almoçar juntos, conversamos e achei ser uma boa maneira de entender a atuação do projeto e seus atores, acompanhar esse momento. Nós três chegamos cedo. Faz muito calor lá fora. Alfredo chega mais tarde e vai cuidar de alguns afazeres. Arydimar e Franklin escrevem, organizam material. Eu leio, ficho, transcrevo. Mais tarde, reunimo-nos em torno à mesa da hemeroteca. Minhas notas. Começa a orientação de Alfredo sobre a tese de Franklin: Ritual de entrada: em campo deviam ser melhor explicados tempo do sentido/tempo da pesquisa, especificidades da produção do conhecimento. Ritual de entrada: outro nome de batismo. Diferença entre assessor/agrônomo/militante/antropólogo. Alfredo se serve do volume de "Economia e Sociedade", Weber. O que é a luta para Weber, lê: "(..) numa relação social denomina-se luta quando as ações se orientam pelo propósito de impor a própria vontade contra a resistência do ou dos parceiros. Denominamos "pacíficos" aqueles meios de luta que não consistem em violência física efetiva. A luta "pacífica" é "concorrência" quando se trata

de pretensão formalmente pacífica de obter para si o poder de disposição sobre oportunidades desejadas também por outras pessoas”. “Cabe distinguir, naturalmente, entre luta do indivíduo pelas possibilidades de vida e sobrevivência e a “luta” e a “seleção” das relações sociais”. Alfredo Wagner continua. Espaço social se distingue de espaço físico. Roça é um modo de vida (dinâmica), um feixe de relações sociais (Hobbsbaw). Tradição não é repetição. Roça tem uma dimensão performática. Tradicional pode ser um componente de luta. Só vem no conflito. (Alfredo busca o livro de Edward Shills, Tradition). Lê e usa os clássicos. Reflexividade: fracassos: anamnese. Pontos de vista. A favor da ação. Alfredo levanta e pega um número antigo da *Current Anthropology* e mostra um artigo de Sol Tax. Continua: fazemos a mediação e a análise mas não aparecemos como luta. Criação de condições de unidade pura não é ação sem sujeitos, nem ação da mediação. A proximidade não define a igualdade. Critica muita explicitação dos termos, p.ex., muito uso de “contexto”. Sugere usar mais situação. Toda a conversação foi gravada pelo Franklin (Caderno de campo 2).

No dia seguinte, sábado, reencontramo-nos cedo. Logo nos dirigimos à mesa da hemeroteca. Orientação de Arydimar. Alfredo Wagner seguiu o mesmo modelo do dia anterior. As correções foram, inclusive, gramaticais, de estilo. No caso, ele observou que a construção do texto já estava muito boa. Exemplificou com um desenho, uma questão de fundo.



Os vários planos da situação atuam também sobre os textos. Cabe ao antropólogo interpretar a interpenetração dos planos, citou Geertz. Parece-me uma boa indicação para descrever a variedade de situações encontradas na atuação dos centros de pesquisa. Alfredo Wagner seguiu:



Indica que se deve resolver primeiro as questões teóricas e as questões de análise etnográficas. Por exemplo, o conceito de cultura. Cita Terry Eagleton como conceptualização ligada ao tema da tese. Aponta problemas de reificação em relação ao conceito de território. Considera que o termo comunidade apropriado pelas possibilidades de agências. Cita um mapa de 1815 da região estudadas onde são apontados quilombos. Diz haver uma cópia no seu arquivo em Minas. Critica a razão evolucionista. Por que foi escolhido um lugar seco para o quilombo? Não é a fazenda que vira povoado e sim o povoado que dá origem à fazenda. Quando acaba o uso comum, acaba a água. Cita Ostron Elinor, prêmio Nobel (mais tarde achei um artigo sobre Elinor na Carta Capital). (Caderno de campo 2).

Via-se que a orientação de pesquisadores era uma atividade muito sentida por Alfredo. Ele acompanhava de perto, e no detalhe, todo o processo. Conversei com Elieyd Menezes sobre isso:

Ontem à tarde, Elieyd me mostrou como eles montam relatórios antes de começar a escrever a tese, com a transcrição de todas as entrevistas e cadernos de campo que Alfredo pede aos seus orientandos. Achei um instrumento muito útil para a feitura do trabalho. Falei também com Alfredo a propósito. Disse-me que quer verificar a validade do trabalho de campo. Elieyd me confirmou que ele, inclusive, tece comentários sobre as perguntas feitas nas entrevistas (Caderno de campo 2).

Para Franklin a dimensão de trabalho coletivo instaurada, a partir da participação ao PNCSA, beneficiava a sua formação:

Você acompanhou a orientação de Alfredo comigo e Arydimar. As nossas orientações sempre foram juntas. Lógico que teve uma vez ou outra que o Alfredo veio aqui [Salvador], a Arydimar não estava ou ele foi pro Maranhão e eu não estava e ele fez com a Arydimar. Mas o tempo inteiro que nós três estávamos juntos, quando estava com o Davi [Pereira Jr., pesquisador do PNCSA no Maranhão] também, a gente acompanhava as discussões, e perceber nisso uma riqueza muito grande. A gente está lá junto com Arydimar, o Alfredo fazendo orientação com ela, depois fazendo comigo, a gente sempre presente, a gente interferindo também, a gente dialogando. Enquanto isso, comparando com alguns colegas que

eu vejo no mestrado, o quanto eles sentem falta de estar dentro de um grupo de pesquisa de fato (Franklin Martins, Entrevistas PNCSA, p. 220).

Arydimar contou-me em entrevista que embora já tivesse trabalhado na produção de fascículos com Alfredo Wagner, a partir da orientação do doutorado, essa relação tornou-se mais estreita:

Agora o fato de o doutorado, agora vindo pra cá, ficando aqui, uma semana, duas semanas, é que essa relação está sendo estabelecida, essa relação está sendo estabelecida e eu estou começando a adentrar nessa teoria conceitual que o Alfredo está abordando. Agora, de vez em quando, eu faço uma crítica ou outra a ele também (rindo). "Alfredo, por favor, me diga o que que você escreveu aqui, porque eu não entendi?" (rindo). Acaba tendo um pouco essa liberdade (Arydimar Gaioso, Entrevistas PNCSA, p. 42).

No final de novembro de 2014, participei às defesas de tese de Arydimar e Franklin em Salvador, que relatarei mais adiante, quando vou analisarei essa modalidade de atividade científica pública, muito sentida nos cursos de pós-graduação no Brasil. No entanto, acho importante descrever o doutoramento de Gláucia Quintino pela expectativa e impacto que ele causou em todo o PNCSA, durante a minha estadia.

Gláucia foi a primeira doutora em Antropologia Social formada pelo PPGAS da UFAM. Minha mesa de trabalho estava localizada ao lado de Gláucia, cuja tese tinha como principal argumento os conflitos gerados pela construção da barragem Santo Antônio, no Rio Madeira. A situação de conflitos na região do sul do Amazonas, fronteira com Rondônia, esteve muito presente na minha estadia no PNCSA, devido a essa proximidade com Gláucia.

Ela conheceu Alfredo Wagner, após a graduação em Ciências Sociais, em um curso de especialização em "Povos e Comunidades Tradicionais, Desenvolvimento Sustentável", no INPA (Instituto Nacional de Pesquisa Amazônica). Segundo ela, "ele nos deu um choque. Nos levou a fazer uma releitura de tudo, tudo o que a gente viu na graduação. E assim: um choque, era a base de choque mesmo, assim, pegando no pé, desconstruindo uma série de coisas que a gente aprendeu" (Gláucia Quintino, Entrevistas PNCSA, p. 48).

MARCO ANTONIO. E esse rigor te atraiu?

GLÁUCIA. Então, porque a gente foi descobrindo uma nova possibilidade de ler o campo, de enxergar o quê, com que se trabalhava. Se era um conflito, enxergar o conflito de uma outra maneira, não de uma forma positiva, problematizar, até a forma de você organizar o estudo de campo. Então isso, de certa forma, me chamou a atenção e fui indagar, fui perguntar se ele podia me ajudar. E aí eu fui entrando no Projeto, depois ele me aceitou: "Tá, mas é assim, assim, assado". Aceitou 'mas vamos rever todas as leituras possíveis' e o projeto estava começando. O Emmanuel já fazia parte, eu entrei com outros colegas também, já fazendo estudo e acompanhando as primeiras oficinas, as primeiras também. E aí se aperfeiçoando, aperfeiçoando a leitura, melhorando a medida do possível (*Ibidem*).

Em seguida, Gláucia entrou passou na seleção para o mestrado de Sociologia da UFAM, onde Alfredo Wagner também estava vinculado. O seu projeto era relativo aos conflitos de pescadores no Rio Solimões. "Eu fui caminhando com ele. Ele foi meu orientador na Sociologia também e fomos fazendo as leituras, não só dele, outras disciplinas me serviram, foi uma questão de maturidade mesmo, enfim, de abrir os olhos" (*Ibidem*, p. 49). Naquela época, a implantação das hidrelétricas no Rio Madeira já estava acontecendo. O PNCSA tinha um subprojeto, chamado "Transformações socioeconômicas no rio Madeira" em que estava envolvida uma equipe de pesquisadores: Alfredo Wagner, a professora Thereza Menezes, do PPGAS e a Bruna Graziela Cordeiro dos Santos, que era advogada e era militante do MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens). Emmanuel Farias também estava envolvido com as comunidades quilombolas e chamou-a para participar: "Gláucia, tem interesse em mudar de rio, em fazer um estudo em outro lugar?". Gláucia aceitou e participou a uma formação sobre hidrelétricas com um especialista da UNICAMP. O grupo estava se preparando a partida para Boa Vista, Rondônia, quando recebeu a notícia de um acidente com o ônibus do MAB com 14 vítimas mortais, entre elas Bruna Santos. Foi um choque para o projeto, mas mesmo assim o grupo partiu:

Cheguei numa reunião do MAB, o MAB estava totalmente desmobilizado após o acidente do ônibus. Algumas lideranças tinham morrido, as pessoas se espalharam, se traumatizaram, o clima era de total tensão, de desmotivação, tinham vários comentários. Bem, nessa época, o acidente foi um marco, porque um pouquinho de fôlego que eles tinham, isso na minha visão, tinha se acabado ali, eles não tinham como se reunir, como ganhar força, que antes eles estavam bastante, pareciam bastante mobilizados (*Ibidem*, p. 51).

Gláucia voltou a Manaus, terminou o mestrado e participou à primeira seleção do doutorado de Antropologia na UFAM. "Não tive nem tempo de respirar mas já tinha o projeto na cabeça. Ficou meio amplo, mas enfim, fui. Passei na seleção e a proposta era entender os conflitos socioambientais a partir da implantação das duas hidrelétricas (*Ibidem*). A defesa da tese de Gláucia ocorreu no dia 23 de setembro de 2014. Anotei assim no meu caderno de campo:

Quase todo o pessoal do PNCSA (menos secretárias e tecnologia) reunidos para a defesa da tese de Gláucia: "Atingidos por barragens: conflitos socioambientais no Rio Madeira". O ambiente é o auditório do Centro de Artes da Universidade Federal do Amazonas – CAUA/UFAM contíguo ao NEPTA (Núcleo de Estudos de Política Territoriais na Amazônia). É um pequeno teatro com uma galeria. As cadeiras da plateia são vermelhas. Três aparelhos de ar condicionado esfriam o ambiente. Os colegas de doutorado e mestrado ajudam a montar o som, arrumar as mesas, colocar água e café para os professores da banca. Cerca 40 pessoas assistem. Além de Alfredo Wagner, presidente e orientador, participam da banca de avaliação os professores: Henri Acserald (IPPUR/UFRJ), Rosa Acevedo (NAEA/UFPA), Thereza C.C. Menezes (PPGAS/UFAM), Ana Carla Bruno (INPA e PPGAS/UFAM). Alfredo faz uma breve introdução sobre como se procederá ao exame. Dá a palavra a Gláucia. A exposição é clara e precisa, muito melhor que nos ensaios (participei a um). Faz relação com a pesquisa anterior (mestrado). Situa entre os focos da pesquisa: conhecer a realidade dos que foram atingidos pela construção de barragens e também das comunidades não consideradas oficialmente como atingidas. A partir daí os conflitos sociais que têm se dado desde a implantação das hidrelétricas de Jirau e Santo Antonio no Rio Madeira, em Rondônia, que atingiu centenas de famílias na região a partir dos diversos efeitos ambientais e sociais. O primeiro capítulo é sobre o jogo de classificações, as "estratégias de resistência" dos atingidos, a construção da identidade de luta que os faz acionar a autodesignação de "atingidos". Fala sobre a etnografia, a chegada em campo, as comunidades, o debate sobre o desastre da cheia do rio Madeira e a mudança da forma de pensar a condição de si mediante inúmeras transformações provocadas pela imposição de projetos de infraestrutura nessa região, enumerando os assuntos de cada capítulo e a conclusão. A arguição começa pelos professores visitantes. Rosa Acevedo solicita uma maior explicitação de quem é o atingido. Nota certa dissociação entre teoria e campo e aponta erro na descrição das indenizações. Henri Acserald enumera os usos sociais da incerteza: a) excedente da subestimação do atingido, com o risco de naturalizar o evento; b) atos do Estado > desenvolvimento x violência. Desconsideração do

Estado das várias violências (legítimas ou ilegítimas); c) lutas classificatórias – rebeldes a favor, evitar a mediação de terceiros, estratégias de desmobilização; d) inconsciência prévia aos impactos > passagem para naturalização depois dos desastres. Temas que poderiam ser aprofundados: agentes sociais ou pesquisadores; desastre como negócio (oportunidades); rebeliões nos canteiros de obras. Fala em seguida Thereza Menezes que observa um salto grande da reflexão após a qualificação. “Pesquisadora de mão cheia”. Faltou (se poupou) inovar, interrogar o seu caso particular, levar a sério a etnografia. Alguns silêncios: o papel da universidade e o perfil das comunidades. Muita teoria. Repete: levar a sério a etnografia. Muito boa a defesa das comunidades atingidas. A rebelião dos trabalhadores poderia ajudar nessa reflexão. Indenização: não mapeou a aceitação, mapeou muito a resistência. Conceitos importantes foram colocados em nota de pé de página (resistência – análise situacional). Rondônia é um campo difícil. Ana Carla ressalta que Gláucia é uma pesquisadora “taluda” (forte, robusta). Poderia ter usado a Veena Das (eventos críticos). Atingido não é um modismo teórico. Ato de testemunhar. Como as instituições pensam (Mary Douglas), como os sentimentos são apropriados pelo poder. As vítimas têm de se apropriar de uma linguagem técnica para fazer valer seus direitos. Após as respostas de Gláucia, Alfredo faz uma intervenção sobre as relações sociais de orientação da tese. Dificuldades institucionais (tempo) e de produção; dificuldade da pesquisa etnográfica. Encurtamento do tempo provoca distorções, violências, dificuldades redacionais. Uma relação social (rebelião e Tearim). Relação com o material coletado. Gláucia é uma pesquisadora disciplinada e aplicada. “A DISCIPLINA É O RECONHECIMENTO DO LIMITE”. A banca se reúne e aprova Gláucia com excelente. É visível a emoção de Alfredo ao anunciar o resultado. (Caderno de campo 2).

O final, em um clima de confraternização, reunimo-nos todos na sede do NEPTA para brindar. Depois seguimos para o almoço. Alfredo Wagner me apresentou a professora Rosa Acevedo, a outra coordenadora do PNCSA, residente em Belém do Pará. Conversamos um pouco do meu projeto de pesquisa. Ela tinha vindo a Manaus, também, para participar da reunião sobre a implantação do repositório, o novo acervo digital do PNCSA.

**Repositório e velhas amizades.** Um aspecto importante da minha pesquisa no PNCSA foi participar às reuniões de estruturação do repositório do projeto. Penso que esse é um aspecto importante da prática científica dos centros estudados: disponibilizar um banco de dados sobre pesquisas aos movimentos sociais e suas lideranças. Fiquei sabendo desse projeto no dia 8 de setembro, quando Alfredo Wagner pediu-me para adiar a reunião de apresentação do projeto de pesquisa com os colaboradores. Segundo ele, haveria um *hangout* com vários colaboradores para

discutir o *DSpace*. Eu não sabia o do que ele estava falando. Procurei no Wikipédia: "*DSpace* é um software de código fonte aberto que fornece facilidades para o gerenciamento de acervo digital, utilizado para implementação de repositórios institucionais" (<https://pt.wikipedia.org/wiki/DSpace>. Acesso: 08.09.2014). O PNCSA estava planejando a criação de um banco de dados digital.

A reunião começou após o almoço na sala de reunião onde está instalada a tela. Diana ativou um hangout com o professor Ricardo Dias Campos que está no Rio de Janeiro. Rosseline, Rose, Diana, Gláucia, Juliene estavam presentes. Ricardo treinou e seguia a equipe na digitalização do material. A princípio, fiquei observando de fora. Ricardo, porém, queria combinar uma reunião para reavaliação do projeto. Alfredo Wagner foi chamado. Chegando, pediu que eu participasse. Ricardo resumiu o que tinha sido discutido antes: a) a necessidade de reavaliar o projeto; b) até o momento, foram digitalizados e colocados 350 documentos na plataforma; c) Chegou a hora de ver bem o que foi feito e como deveriam continuar. Rosseline e Rose entrevistaram. Surgiram várias dúvidas: o teor dos documentos, muitos volumes, o que vai para hemeroteca, a qualidade das imagens, distinção entre hemeroteca e arquivo pessoal; qual será a licença; qual será a parte restrita e a parte aberta; o que fazer com croquis, notas técnicas e ofícios. Alfredo apartou as explicações e objetivou a marcação de uma reunião com Ricardo, os colaboradores do Maranhão, Pará e o pessoal de Manaus. A reunião foi marcada para o dia 24/25 de setembro, aproveitando a vinda professora Rosa Acevedo para discussão da tese de doutorado de Gláucia. Alfredo Wagner vai falar com o advogado. Ricardo confirmou a data com o professor Sergio Dias Campos pelo telefone. O hangout foi encerrado. Mais tarde, Alfredo Wagner reuniu-se na hemeroteca com o advogado, que também era seu orientando de mestrado. As questões sobre direitos autorais começavam a ser tratadas. Chamado por Alfredo, eu participei com sugestões. (Caderno de campo 2).

O grupo se reuniu no dia 24 de setembro. Meio-dia. Participavam: Alfredo, Ricardo, Sergio, Rosseline, Poliana, Bárbara, Juliane, Rose, Rosa, Gláucia, Diana. Ricardo e Sergio Dias Campos são os coordenadores da parte técnica do projeto. Vieram do Rio. Poliana e Bárbara do núcleo do PNCSA no Maranhão. Entrei no meio da discussão. Estavam definindo os próximos passos do projeto que contava financiamento do Fundo Amazônia (BNDES). Mencionaram os vários núcleos do PNCSA: Amazonas, Maranhão, Acre, Rondônia, Mato Grosso, Pará. Maranhão coordenava Tocantins; Pará coordenava Amapá; Amazonas coordenava Roraima. Alfredo desejava encerrar a primeira etapa, que ele chamou de fontes secundárias, o mais rápido possível. Dizia que depois passariam às fontes primárias (documentos, ofícios, relatórios etc.). À pergunta de Ricardo quantos seriam essas “fontes primárias”, Alfredo respondeu: “mais de 50 mil”. Mais tarde, me diria que talvez fossem mais de 100.000... Noto que a maioria das pessoas presentes na sala são negras. Mais tarde, Alfredo

perguntou-me se eu tinha notado esse fato. A discussão definia como trabalhar o mais rapidamente na formação. O treinamento que seria feito por duplas (Manaus com Maranhão). Manaus deveria terminar a primeira inserção até o dia cinco de outubro. Maranhão até o dia 17 de outubro. Intervalo para almoço. Na volta, Rose e Juliene que explicaram a Poliana, Rosseline e Bárbara como se deveria fazer a inserção no repositório. Sergio acompanhava. Como nomear os núcleos internacionais? Na dúvida, chamaram Alfredo. No final acolheram a minha proposta, Núcleo Internacionais, com duas chamadas: Argentina e Panamazônica. Durante a reunião, quando surgiu uma dúvida sobre prazos de entrega do acervo. A decisão final ficou para o dia seguinte (*Ibidem*).

25 de setembro. O laboratório estava bem movimentado hoje. Alfredo Wagner se reuniu com Sergio e Ricardo na sua sala para estabelecerem os próximos passos do repositório. As moças estavam preparando material, eu aproveitei e fiz uma entrevista com Glademir. Depois do almoço, estava marcada a reunião para o estabelecimento dos prazos de entrega. Participantes: Alfredo, Sergio, Nicolas, Ricardo, Poliana, Bárbara, Juliene, Rose, Diana, Rosseline. Ricardo introduziu ressaltando os grandes passos dados desde o início do projeto. Com a inclusão do Maranhão, o grupo aberto ontem se fecharia novamente, e que seria necessário criar uma sistemática específica para a entrada de novas pessoas (envio dos dados de anágrafe e e-mail a Sergio e Ricardo). Disse que já tinha notado a entrada de um hacker chinês no sistema. Cria que as reuniões via Hangout Google devam prosseguir. Propôs a criação de um *Google-group* para os e-mails de dúvidas e propostas. Alfredo Wagner submeteu o seguinte cronograma de trabalho: até 17/10: fontes documentais e arquivos; até o seminário 06-09/11 os croquis; até 10/12 fechamento a ser definido definitivamente no seminário. Diana lembrou a Alfredo que se podiam apresentar também fascículos, livros, boletins e que o catálogo poderia servir como guia. Alfredo concordou com a proposta. Ricardo chamou a atenção sobre o uso dos metadados, que nomenclatura usar com os fascículos, p.ex. No final da discussão, decidiu-se o seguinte cronograma: 17/10, fontes documentais e arquivos; 06-09/11: croquis, fascículos, boletins, livros. Discussão do que será inserido até o dia 10/12. A reunião enveredou por uma discussão sobre transcrições. Alfredo, depois de um tempo, barrou o seu prosseguimento, dizendo ser muito complicada a questão. As moças do Maranhão apresentaram, com o apoio de Juliene, uma “proposta de estruturação da interface do acervo Bancos de dados-PNCSA”. A reunião esvaziou-se com a saída do Alfredo. Rosseline e Nicolas colocaram algumas dificuldades com a parte internacional e a natureza do material que têm em mão: cartas, folders, anotações do AWBA (*Ibidem*).

À noite, eu e Ricardo fomos para o hotel Seringal, onde ele está hospedado. Ficamos conversando no saguão, aguardando Alfredo, Sergio e Rosa para jantarmos juntos. Aproveitei a oportunidade para conhecê-lo melhor e saber como tinha surgido a ideia do repositório. Ele, então, me contou como começou a sua colaboração com o PNCSA. Seu irmão, Sergio, amigo há muitos

anos de Alfredo e analista de sistema, foi chamado a instalar o sistema. Viu que era um trabalho mais conforme ao perfil profissional de Ricardo, programador e matemático de formação (licenciatura). Contou-me, também, como chegou à informática, passando por dois anos de engenharia, onde militou no movimento estudantil da época. Tinha colaborado com um escritório de economia, onde fazia os cálculos matemáticos à mão. Daí passou, através do irmão Sergio, à programação. Ricardo era casado com uma antropóloga e, segundo ele, “dorme há anos com Bourdieu, Shallins e outros”. Explicou-me que há quatro anos veio aqui pela primeira vez e ajudou a comprar as máquinas. Os servers rodam com software livre LINUS e os computadores com Windows. O site estava montado sobre *Worldpress* (foi Carlos, o técnico que trabalhava antes de Diana, que o montou). Ele procurou e estudou várias plataformas antes de adotar DSpace como software de repositório. Contou-me, também, que antes de Diana, já tinham passado outros dois técnicos de computadores com essa responsabilidade. Ele não escondeu o seu sofrimento com a alta rotatividade dos técnicos de informática do PNCSA. Disse-me que toda vez chegava a Manaus cheio de certezas e retornava ao Rio com muito mais dúvidas e questões. O trabalho entre os dois irmãos ficou dividido assim: Sergio se ocupava da formação e Ricardo cuidava do server, da programação do DSpace, da proteção do server e do controle da inserção dos dados. Diz que se surpreendeu com a capacidade das colaboradoras do PNCSA iniciarem a trabalhar na inserção dos documentos no repositório. Atualmente estava preocupado como se daria a expansão da inserção dos dados com os vários núcleos atuando juntos. Agora tinha entrado o Maranhão. Hoje passou a manhã inteira tentando achar uma solução para a transferência de uma coleção de um núcleo a outro sem causar a perdas de dados.

Procurei haver a opinião de Diana, a jovem responsável informática do PNCSA. Bacharel em Ciências da Informação, recém-formada pela UFAM. Ela me deu respostas muito sucintas e diretas. Sentia-se em fase de adaptação e explicou-me que no trabalho informático sempre surgiam problemas novos que precisavam ser estudados para poder solucioná-los. Se alguns problemas aconteciam com bastante frequência, então, era preciso estudar pra tentar resolvê-los. Confessou que não tinha muito familiaridade ainda com os servidores e que tinha encontrado muitas dificuldades ao início da sua colaboração há quatro meses. E que estava aprendendo trabalhando: "Assim que aparece um problema novo, eu tenho que estudar algumas coisas para tentar resolvê-lo, estudar alguns comandos, fazer certas coisas no servidor que antes eu não sabia. Os problemas que vão aparecendo no dia a dia a gente vai solucionando e estudando" (Diana Lemos, Entrevistas PNCSA, p. 182). Perguntei-lhe então sobre o repositório e obtive uma resposta muito didática do escopo do acervo e de como se estava movendo o trabalho:



Agora também eu estou trabalhando na elaboração do acervo digital do projeto, que é um acervo da plataforma DSpace. Ele vai servir pros pesquisadores inserirem os seus materiais desde os pequenos textos, os relatórios de visita, de oficinas, tudo vai ser relacionado a uma determinada obra que vai poder colocar, deixar disponível, ou não, para comunidade em geral. Esse acervo ainda está em fase de teste. Existe um grupo de pesquisadores daqui de Manaus e, por enquanto, do Maranhão, trabalhando na inserção desses arquivos, e eu estou colaborando na parte de apoio das meninas, que de vez em quando elas têm algumas dificuldades, e nessa elaboração do arcabouço de como vai ser o acervo. Então eu tenho participado de reuniões frequentes com o professor Ricardo, com as meninas, com o Maranhão também, com o professor Sergio, e aí a gente crê que até o ano que vem isso já esteja disponível. (*Ibidem*, p. 183).

Têm certas coisas que a gente pode melhorar nesse processo de inserção, então eu estou dando algumas sugestões. Às vezes elas precisam de algum programa, sei lá, quer converter em PDF alguma coisa, quer diminuir algum documento, eu vou atrás de alguma coisa que possa facilitar a vida delas, pra inserir esses documentos no acervo (*ibidem*, p. 184).

O plano é colocar todos os arquivos do site nesse acervo que está em processo de teste. Se você for hoje no site ainda os arquivos ainda estão lá. Mas o plano é que os arquivos passem todos pro acervo e dentro do site vai haver um link, um botão que vai levar ao acervo. Aí nesse acervo não só terão fascículos, boletins, livros, com tem no site, terão outros tipos de trabalhos, terão artigos, terão recortes de jornais, tudo o que for possível nós inserirmos lá e deixarmos público (*ibidem*).

Como ainda existem questionamentos quanto a permissões, direitos autorais, várias outras coisas, esse processo ele está caminhando, não digo que lentamente, mas eu digo que com cuidado, observando esses empecilhos que podem acontecer, tentando autorizar tudo, ver o que pode e o que não pode, colocar permissões também no acervo (*ibidem*).

A minha conversa com Ricardo tinha sido interrompida por um telefonema de Alfredo que nos esperava no Largo São Sebastião, com Rosa e Sergio, para comermos um "Tambaqui de banda", especialidade amazônica. Estava combinado que eu deveria entrevistar o Sergio, também.

Arrumamos uma mesa, pedimos bebidas. Não me parecia um lugar para entrevista. Muito rumoroso. Não puxei o gravador. A professora Rosa notou logo isso: "Como uma entrevista sem gravador?". Não me incomodei. Pedimos um tambaqui para 5 pessoas. Sergio me dirigiu várias perguntas pessoais. Até que a um certo momento, Alfredo contestou: "Sergio, é o Marco que tem que te entrevistar!". Não me importava minimamente. Falei um pouco da minha

militância, da UnB, do PT, da Itália. Depois perguntei diretamente se tinham (Alfredo e Sergio) sido presos e a qual organização pertenciam na época: “VAR-Palmares”, retrucou Sergio. Não me admirei e até repliquei brincando: “Ah! A organização da presidenta!”. Sergio perguntou se eu conhecia o livro do Breno e, virando-se para o Alfredo, determinou: “Dá o livro do Breno pra ele!”. Contou-me então a história da feitura do livro: a tortura, a indenização do Estado, a ideia do Alfredo de um livro sobre o companheiro dirigente desaparecido até hoje e também do dinheiro repassado a projetos sociais na Amazônia. Comemos em clima tranquilo, falando de política e de eleições (Caderno de campo 2).

O livro que Sergio falou era *Seu amigo esteve aqui: a história do desaparecido político Carlos Alberto Soares de Freitas, assassinado na casa da morte*, de Cristina Chacel. No dia seguinte, a primeira coisa que Alfredo fez quando nos vimos foi me dar uma cópia. Li-o, imediatamente, quando cheguei em casa à noite. O livro é uma reconstrução tocante, através de cartas, fragmentos, depoimentos e memórias de amigos, companheiros e familiares da vida ativa desse militante revolucionário que viveu seus últimos anos na mais absoluta clandestinidade e, cujo corpo barbaramente assassinado, continua, até hoje, desaparecido. Sergio, segundo Chacel, foi o último companheiro que o viu vivo antes de ser preso. Cristina Chacel descreveu Sergio Emanuel Dias Campos muito melhor do que eu possa fazê-lo:

É professor de informática na Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro. Sujeito simples, calça jeans e camiseta, chefe de família, filhos de dois casamentos. O rabo de cavalo que prende as madeixas brancas e emolduram o rosto anguloso é (simpática) marca registrada de uma vida despojada, que lhe dá aquele ar de eterno estudante. Pode ser entendido também comum detalhe de sua estratégia de sobrevivência, que talvez queira dizer "não me rendo" (Chacel, 2012, p. 157).

Que Sergio Emanuel e Alfredo Wagner eram muito amigos, tinha sido fácil de ver. Uma cumplicidade que não precisava de muitos gestos. O que não eu sabia era o episódio que selou para sempre esse companheirismo:

Entre Sergio e Alfredo há uma confiança inquebrantável, nascida na sala de tortura do DOI-CODI do Rio de Janeiro, quando os dois foram postos frente a frente para um reconhecimento que não aconteceu. Era fevereiro de 1971. Alfredo, preso há quatro meses, já havia passado da fase da tortura, Sergio, entretanto, acabara de chegar. Aos olhos de Alfredo, era um morto-vivo. Acareados, ambos negaram se conhecer. Os agentes acreditaram. Não era pouco. Para Alfredo, isso significava não voltar a interrogatório, sob tortura. Para Sergio, era um relacionamento a menos a explicar, com todas as suas improváveis ramificações (*Ibidem*, p. 158).

Acabado o Tambaqui de banda, Alfredo pediu licença e se retirou mais cedo. O assunto, entre nós três que ficamos, voltou-se para o PNCSA. Ricardo me perguntou o que tinha achado do repositório, do projeto do banco de dados. Com certeza me expressei mal, falando que à implantação do banco de dados deveria seguir também uma gestão de qualidade administrativa. Sergio me rebateu imediatamente, dizendo não era esse o tipo de método que permeava a concepção transmitida por Alfredo ao projeto. A professora Rosa entrevistou também com muito ardor, mostrando como o PNCSA tinha dificuldades no relacionamento com UEA, que a sua proposta inovadora não era sempre tão bem compreendida, que o importante era a ligação que criava com os movimentos sociais, que o banco de dados deveria expressar essa ligação. Pareceu-me uma visão colocada com profundidade. Conversamos ainda um bom tempo. Talvez tenha me excedido em falar de um espaço de trabalho que, sem a presença carismática de Alfredo, perdia muito da sua tensão científica. Coisa que expressei a ele e que reputo normal e não como uma crítica às pessoas. Voltei para casa com a cabeça fervilhando.

No dia seguinte, logo após chegar ao laboratório, fui abordado por Ricardo. Queria que eu falasse mais livremente do que achava do banco de dados. Achava que Sergio tinha me interrompido. Pude, então, explicar melhor minha impressão, que basicamente, pensando agora, referia-se a uma maior compreensão, da parte de todos, da importância estratégica do banco de dados, que vai muito além do PNCSA. Pedi explicações ulteriores sobre o *Dspace*. Ricardo me pareceu extremamente dedicado ao projeto. Mantivemos naqueles três dias um bom relacionamento (Caderno de campo 2).

**A oficina etnográfica dos mapas situacionais.** No período que passei em Manaus, não me foi possível acompanhar nenhuma equipe de pesquisa em campo, nenhuma oficinas de mapas. Certamente, essa teria sido a forma mais dinâmica e direta de observar as relações entre pesquisadores e comunidade, entre os membros do grupo, entre os próprios pesquisadores. Dali haveria, sem dúvida, uma outra visão do projeto: certificaria como se dava o começo da feitura dos mapas, dos debates e

das decisões onde aquele determinado grupo chegou para descrever o seu território. Mas com o tempo através das entrevistas, fui descobrindo que a realização, a produção e a confecção dos fascículos era um processo muito longo. Envolvia tantas etapas, tantas reflexões, tantas opções e decisões. Lembrei-me do que Alfredo Wagner reiterava sempre: "Você pega cada fascículo: você demora um ano e pouco para fazer. Parece que qualquer um faz; não faz!". Foi o que eu tentei compreender, além do aspecto teórico mais estreito que será abordado no próximo capítulo, nas entrevistas que realizei e que também pude entrever das constantes visitas ao PNCSA de pessoas envolvidas com os movimentos sociais, algumas delas para acompanhar de perto o andamento dos fascículos.

Para a professora Rosa Acevedo Marin, essa socióloga e historiadora venezuelana, há mais de quarenta anos labutando em terras e fronteiras amazônicas, a questão fundamental da cartografia seria produzir uma nova conexão entre o conhecimento e um fazer da Antropologia: por que, para que você faria pesquisa? E, nesse caso, a quem essa pesquisa favoreceria? Quem poderia, quem participaria e como participaria? O pesquisador precisaria ter as ferramentas muito sintonizadas com o que os movimentos sociais estão elaborando, construindo. Um debate que se fez muito dinâmico, uma questão inovadora para a pesquisa de campo: uma série de rupturas com uma série de conceitos que cada pesquisador trazia consigo (Rosa Acevedo, Entrevistas PNCSA, p. 20). Processos de rupturas que acontecem, por exemplo, com a participação das crianças:

As crianças nos fascículos, crianças assim 10, 12 anos, elas trabalham bastante. Eu vi um depoimento muito legal de uma senhora na RESEX Jaquari. Ela disse e foi gravado: "aqui 80 por cento somos analfabetos adultos", ela disse assim: "mas as crianças, que nos ajudam a fazer esse mapa". Elas fazem e elas vão e escrevem os nomes. Algumas delas têm muita habilidade para desenhar. Nessa oficina teve uma menina que deve ter feito umas trinta legendas. Ela fazia com uma facilidade. Imagina só o que fizemos. Chegamos num lugar onde vivia o avô dela, pegamos uma canoa, fomos lá ver um lugar que agora estava ocupado, aliás onde havia tido um desmatamento violento, a criança foi lá e voltou com toda a fotografia do lugar. Ela fez o curral, fez as árvores, fez tudo. É muito, muito interessante. E a mesma coisa aconteceu em Cipoá. As crianças tomam conta. E agora, em alguns momentos, tem que conciliar com tensões, porque os pais pensam que as crianças estão muito agitadas, eles não querem, eles dizem que, se incomodam, não todos, mas tem alguns que se incomodam. Muito interessante. Isso muda muito porque as crianças vão, sem que falem, sem elas ter uma voz no fascículo, porque a voz é normalmente dos adultos. Elas passam a produzir uma outra visão do seu próprio lugar. E o fascículo é usado nas escolas, é usado, por exemplo. Esse dos quilombolas de Marajó é utilizado nas escolas porque não há outro mapa onde eles tenham

essas questões. Está claro que hoje com esses recursos todos, nós temos um detalhamento extremo do fascículo, do mapa, ele traz tantos elementos (*Ibidem*, pp. 18-19).

Entrevistei a professora Rosa, assim todos a chamavam no PNCSA, enquanto tomávamos um sorvete na *Glacial*, no largo São Sebastião. Foi um grande depoimento. Ela falou por mais de uma hora, sem que eu interferisse muito. "A autocartografia é extremamente rica, não é?", perguntou-me, respondendo, a professora Rosa. "Eles que estão elaborando a sua autocartografia! O que nós sabemos é praticamente muito limitado", prosseguiu (*Ibidem*, p. 21). Segundo a sua opinião, nenhum geógrafo contaria o que os participantes das oficinas de mapas reunidos conseguiam falar sobre território deles. Não falaria nem com a propriedade, nem com os sentimentos, nem com a história, nem com a memória, como eles faziam. Isso produzia uma conexão de elementos e de sentidos muito rica que retornava (*ibidem*). Para Rosa Acevedo, os jovens faziam uma apropriação que seria extremamente política do que seria cartografia: Eles diziam que o projeto era deles (*ibidem*, p. 22-23).

Tem um fascículo que eu gosto muito - eu gosto de todos os fascículos - mas tem um que eu gosto muito, se chama "Carvoeiros de Rondon do Pará". Esse fascículo foi feito com adolescentes, muito muito novos, adolescentes, pessoas assim que trabalharam toda a sua vida no carvão, em situações que nós tivemos que procurar, porque eles não podiam, não saiam da área, praticamente trabalho escravo. E lá esse fascículo foi superinteressante. Quando lançamos o fascículo, em Rondon do Pará, foi na Câmara Municipal. Eles tomaram o lugar, simbolicamente tomaram o espaço. Claro, isso é um evento que pode ser mínimo, mas eu imagino que com algum grau, com algum nível, permite pensar mudanças de posição (*Ibidem*, pp. 23-24).

Para a professora Rosa, existiria uma outra questão: "Para mim é uma coisa nova na pesquisa. É muito fácil que tu me entrevistes, porque não há outra pessoa falando. Ponha 40 pessoas a falar, ponha 10 pessoas a falar, ponha as pessoas a falar, é outra coisa" (*Ibidem*, p. 24) Seria muito difícil acompanhar o que participantes das oficinas falam, como as pessoas aparecem. "Isso é diferente; não é a historinha do grupo focal, da antropologia, não é simples questão de observação participante (*ibidem*). Segundo a professora, cada fascículo começaria de uma forma, cada oficina de uma forma diferente. Produzir-se-iam muitos momentos onde o pesquisador teria que exercitar um controle.

Eu, particularmente, acho que tem pessoas que criticam a cartografia dizendo assim: "parece que vocês fazem coisas muito espontaneístas". Muitas pessoas já falaram, até no grupo já ouvi falar. Bem, isto primeiro é um abuso. Nunca fizemos dessa forma. Para mim, cada um dos fascículos que fizemos, que eu fiz ou que meu grupo faz etc., é um projeto: leio, monto um projeto, cada um deles tem um projeto. Há uma procura de documentos, sabe? há uma preparação mesmo, se tem um conhecimento das pessoas, das situações. Aprofunda-se isso. Depois todo o trabalho de oficina... têm situações muito críticas, assim, quando o conflito é muito violento. É desgastante você estar numa oficina, isto é sério. Depois é difícil traduzir, é difícil a síntese: vinte horas de gravação pra colocar em doze páginas (*Ibidem*).

Segundo Rosa Acevedo (*Ibidem*), aparentemente os fascículos se apresentariam como um material muito fácil de produzir, as pessoas pensariam imediatamente: qual é a metodologia? Como se faz o fascículo? Essa questão da metodologia apareceria muitas vezes, mas isso não seria o fundamental:

O nível de detalhes... às vezes penso que realmente esse trabalho nosso tem grande potencial. Um grande potencial para a pesquisa, claro, não esgota aí. Por exemplo, agora tem uma jovem que está conhecendo todos os fascículos para entender topomínias, pelo menos isso é o que ela se propõe no doutorado, uma moça de Letras. Isto é um pouco do que representa uma nova etnografia, o que representa a gente produzir essa relação, que fica pouco conhecida, as pessoas pensam de uma forma muito simplória a cartografia [...] porque produzir um fascículo, já produzimos mais de cem fascículos. Em cada fascículo tem três artigos, tem três ou quatro artigos, mas as pessoas, elas estão muito mais atentas ao fascículo do que ao próprio debate. Entende? Ou seja, o que mais visibiliza o projeto são os fascículos. Alfredo costuma dizer que nós não somos fábricas de produzir fascículos! (*Ibidem* pp. 25-26)

Outra questão colocada pela professora Rosa foi como o fascículo volta para os participantes? "Uma das coisas que estava pensando que nós devemos fazer, eu acho que pode ser algo muito interessante, é ver como os participantes das oficinas de mapas leem o fascículo, depois de construído. Como eles produzem uma releitura. O que significa para eles os fascículos? ele acaba na oficina? como eles leem? o que provoca como reação ler o que a gente colocou no fascículo, a memória que eles têm da oficina" (*Ibidem*, p. 25). A professora Rosa gostaria de ter uma prática pedagógica para

entender a releitura do fascículo: até que ponto a Cartografia produziria novos diálogos. "Eu acho que tem que aprofundar mais, como é que isso é lido?" (*ibidem*).

Por fim, a professora Rosa Acevedo, instigada por uma consideração minha de que havia um certo cuidado da parte dos pesquisadores do PNCSA de não querer criar uma coisa fechada porque trabalhariam sabendo que estavam construindo uma coisa nova, ainda por descobrir, respondeu-me sucintamente:

O que é a Nova Cartografia Social? É a prática. O difícil dessa prática é querer desde já enquadrá-la, descrevê-la como se algo estivesse acabado, quando ela está em construção, quando se apresentam tantas situações. Mas ao lado disso, nós estamos - como se chama? - unindo elementos: momentos de análise e momentos teóricos. Eu acho que não está colocada, não está fechada [...] Pelo momento estamos muito mais levantando um discurso do que produzindo uma certa racionalização (*Ibidem*, pp. 26-27).

Depois de algumas reflexões, presenteou-me com um último exemplo da sua atividade:

Aparecem coisas assim fabulosas. Essa capacidade de poder teorizar sobre o desmatamento, eu faço com muita frequência, como na última entrevista, na última oficina no Cipoal. Estávamos no alto Pacajá. O alto Pacajá é uma área que foi muito desmatada, então, onde não é muito desamatada, agora tem ameaças de outros lugares. Eu faço uma apresentação rápida do projeto e pergunto o que é desmatamento. As pessoas, eles produziram uma, eu diria, uma caracterização mais que uma definição, um posicionamento sobre o desmatamento, as diversas nuances que toma essa palavra desmatamento pra eles. Território: você faz e lança essa questão e você tem uma série de conexões que são muito ricas. Isto eu acho o que estávamos procurando saber, a partir disso para poder produzir um outro conceito, não sei... Mas é bem interessante, bem renovador em termos da pesquisa (*Ibidem*, pp. 27-28).

Glademir Sales dos Santos há muitos anos é um pesquisador do PNCSA. Recentemente tornou-se Doutor em Sociedade e Cultura. Quando estive em Manaus, estava escrevendo a sua tese, ao mesmo tempo que tinha assumido a parte burocrática do Projeto sobre o desmatamento ligado ao Fundo Amazônia do BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social) e

continuava com suas atividades de pesquisador sempre em contato com as comunidades indígenas da região metropolitana de Manaus. Com uma forte formação filosófica, fruto de uma especialização em "Filosofia e Existência" e de 10 anos de estudos em um seminário dos Redentoristas.<sup>21</sup> Em 1996 cursou uma especialização em "Antropologia da Amazônia" na UFAM e contou com João Pacheco de Oliveira como docente em três disciplinas. Em um desses cursos, João Pacheco sugeriu que um grupo fizesse um projeto sobre índios na cidade, um estudo. Montaram um grupo e realizaram as primeiras pesquisas, os primeiros contatos com os Sateré-Mawé em Manaus. Não foi possível levar o projeto adiante por falta de financiamento. Estava saindo do seminário, procurando de trabalho e assim o projeto foi engavetado (Glademir Sales, Entrevistas PNCSA, p. 107).

Com Glademir Sales entabulei ótimas conversações que nos prepararam à entrevista. Ele era sempre o último a sair do PNCSA e assim, encontramos várias ocasiões para conversarmos tranquilamente, sem a preocupação de um gravador ligado. Durante o dia, via-o sempre atendendo um ou outro visitante, quase sempre indígenas. Suas reflexões posicionavam o processo de construção PNCSA como um trabalho artesanal do pensamento porque envolveria uma dinâmica de vários campos de conhecimento, uma possibilidade de dialogar com várias disciplinas e, ao mesmo tempo, produzir um conhecimento de um determinado recorte da realidade. Glademir sugeria que esse recorte poderia se chamar *modernidade das relações sociais na sua pluralidade* em diálogo com algumas questões por mim apresentadas em meu projeto de pesquisa. Essa pluralidade estaria estabelecida por situações específicas de construção de existência, de construção social objetivadas em comunidades, associações de pescadores, agricultores, quilombolas, indígenas. (*Ibidem*, p. 105).

O PNCSA, além de um trabalho artesanal, afirmaria uma posição de pontos de vista teóricos e práticos que levariam à uma luta, à uma disputa de conhecimento nos espaços mais acadêmicos, provocando mudança de conceitos, de categorias e até mesmo de concepções de pesquisa, concepções de procedimentos em relação ao Outro (*Ibidem*). Para Glademir, este posicionamento correspondia a uma sua disposição, não só afetiva, mas de comprometimento com a realidade amazônica: contribuir num microespaço de relações (o projeto) para apresentar alguma coisa que daria continuidade a uma forma mais macro de discussão, de debate e, até mesmo, de reconhecimento, ajudando e colaborando com a própria dinâmica dessas formas associativas (*ibidem*).

Acho que essa ideia de atualizar, trazer à memória como é que a Amazônia foi completada e depois é interpretada a partir de uma posição ou de várias posições, mas a partir sobretudo dos

---

<sup>21</sup> A ordem do Santíssimo Redentor, fundada por Santo Afonso de Ligório, na Itália, compositor do famoso hino religioso católico *Tu scendi dalle stelle*.



povos mais tradicionais, daqueles que nunca foram escutados na sua história, como é que ela está sendo interpretada por eles. Acho que o Projeto, esse espaço aqui, ele possibilita, também nessa sistematização dos conhecimentos localizados, de saberes de povos e comunidades, possibilita justamente um pensamento que leva em conta a fala dos agentes, a fala das unidades associativas nessas formas plurais de entendimento e de lidar com as coisas, a ideia da proximia [Edward T. Hall], só o fato dessa relação com os recursos materiais já te garante uma leitura de como a Amazônia é interpretada por eles (*Ibidem*, p. 106).

Para Glademir Sales, essa proximidade com os protagonistas das suas histórias mereceria um destaque. Ela possibilitaria uma nova relação de pesquisa que não seria uma relação tão agressiva e tão arbitrária. No PNCSA essa arbitrariedade adotou uma forma amena, segundo o pesquisador. "Evidentemente que existe uma forma de arbitrariedade na relação mas... porque é uma luta, a gente luta pra diminuir a arbitrariedade da relação de pesquisa. Em relação justamente ao campo da pesquisa, a gente procura diminuir ao máximo" (*Ibidem*, p. 106). A forma de encontrada e desenvolvida para minimizar essa arbitrariedade seria a oficina de mapas situacionais que partiria de uma vinculação prévia do pesquisador ou de uma comunidade com a outra, ou de uma associação com a outra. Dessa apresentação preliminar proviria a solicitação ao PNCSA. Como me explicitou várias vezes, em diversas ocasiões, Alfredo Wagner, era necessário um pedido formal, por escrito, da comunidade ou associação ou grupo, para que se possa haver um acompanhamento desses grupos e assim desenvolver "essa forma artesanal de sistematização e de elaboração do próprio conhecimento deles", segundo a formulação de Glademir Sales. Essa formalidade seria um fator determinante em todo o processo (*ibidem*). Conforme Glademir Sales:

Ao mesmo tempo que é um exercício, é um treinamento, é, também, um espaço, vamos dizer assim, que dá essa possibilidade de dialogar, e o diálogo aqui não é um diálogo estritamente de uma mão só, ou de uma fala ou de duas falas, implica justamente essas relações de campos disciplinares de conhecimento e tensão mesmo de utilização e elaboração de categorias. Muitas vezes, aparentemente, parece que se está tomando uma posição de enfrentamento imediato, mas a Cartografia ela não tem essa preocupação com o imediato, aparentemente pode ter essa preocupação com o imediato, por conta justamente do que as impressões dos agentes, das unidades associativas apresentam: "Ah, nós temos que fazer isso, nós temos delimitar para marcar, para instrumentalizar" mas esse é o tempo deles, mas o nosso tempo de sistematização, de elaboração é um tempo diria médio ou longo prazo, porque se trata de lidar com categorias, com uma reflexão mesmo mais sólida. Não é algo, vamos dizer assim, frágil

de sentido. E é uma construção, não estabelece tempo. O imediato ele é visto, ele é presenciado, tudo bem, mas ele não define, vamos dizer assim, a essência do Projeto, da Cartografia. Porque no fundo o que tem justamente é o pensamento e a interpretação que se dá à uma totalidade, considerando as especificidades da realidade (*Ibidem*, pp. 106-107).

O contato entre Glademir Sales e Alfredo Wagner aconteceu quando se encontraram, aluno e professor, nas aulas do mestrado de "Cultura e Sociedade" na UFAM, em uma disciplina chamada "Trabalho de campo". "Nós pegamos a *Miséria do Mundo* do Bourdieu e discutimos os procedimentos de campo, o campo e as entrevistas. Então, foi quando em 2007, eu conversando com as lideranças dos Sateré-Mawé, ele concordaram em fazer uma oficina lá no bairro" (*Ibidem*, p. 108).

MARCO ANTONIO. Aí começou a colaboração com o projeto?

GLADEMIR. Exato, aí eu fui entrando, o professor foi envolvendo a gente em atividades. Nisso tudo eu participei em Manaus, no entorno, eu participei de umas nove oficinas. Eu acompanhei uma oficina lá no Rio Preto da Eva, com Emmanuel, uma equipe do Emmanuel, aí depois nós fizemos com as mulheres do Alto Rio Negro, duas oficinas, as artesãs lá do Alto Rio Negro e as últimas agora no Rio Cueiras, duas com os Karapãna, comunidade especificamente do Joilson e outra com todos eles na comunidade Três Unidos. Aí fui participando de outras oficinas no Alto Amazonas, no Baixo Amazonas, agora (*Ibidem*).

Das nossas conversas noturnas anteriores, eu sabia que Glademir estava preparando o projeto de tese para a qualificação. No Brasil, na metade do percurso, o doutorando deve apresentar-se diante de uma comissão, com os resultados preliminares da sua pesquisa, suas reflexões. É um exame e não é sempre fácil. Sabia que Glademir estava trabalhando sobre as oficinas de mapas:

MARCO ANTONIO. E agora com a qualificação? Fala um pouco do teu projeto de tese. Qual a relação? eu acho que ele tem uma relação com o Cartografia.

GLADEMIR. É justamente isso que eu já estava elaborando, escrevendo, os procedimentos no campo, o meu procedimento de pesquisa. Está incluído essa descrição como eu cheguei a ter essa experiência etnográfica, através das oficinas que eu participei. Eu até coloquei num quadro, mostrando os assuntos de cada oficina, uma síntese do conteúdo. Antes eu estou procurando mostrar como é que um procedimento de oficina. Um procedimento do qual eu fiz

parte em todos os momentos: de apresentar o projeto, de escutar os agentes sociais, os participantes. Nessa escuta, muitas vezes, vem o debate, vem um momento tenso deles quererem mais explicação e até discordando um ponto ou outro. E vão construindo o entendimento de oficina, e depois elaboram os assuntos, eles vão elaborando os assuntos daquilo que lhes interessam e depois a atividade de confeccionar o desenho, o croqui de tudo aquilo que interessa colocar no mapa, marcar o ponto a partir dessa referência do desenho. Nesse processo se tem o registro de entrevistas, áudio-visual de tudo, fotografias. E depois a apresentação desse desenho deles, a partir deles ou de grupos ou de todos. Então esse procedimento eu procuro mostrar e até perceber que, logo na apresentação, vem a ideia de uma autoclassificação: "Eu sou Sateré, eu sou Fulano, eu vim", o lugar de origem, a posição. Logo de cara, isso é muito bonito: "Eu sou Sateré, sou daqui, sou da associação tal, eu vim lá de Barreirinhas, de Ponta Alegre". Isso é muito, muito bonito quando você estuda isso, vem logo aquela ideia de autoestima, parece que eles estão numa outra posição de um processo talvez democrático que vai sendo construído também de luta pela cidadania, pelas suas demandas. Acho que isso provoca essa autoestima, é por isso. Parece-me que de ato em ato o sentimento parece que se transforma em ser verdade, aquele sentimento que antes era meio: "eu me classifico ou não?", aquela timidez, aquele medo ainda, muitas vezes por uma história, que acaba "não, posso", de ato em ato se transforma em sentimento, um sentimento de pertença (*Ibidem*, pp.110-111).

De acordo com Glademir Sales, seriam essas oficinas que marcariam justamente o sentimento de pertença do processo a ser construído nesse espaço de construção do pensamento. Em diálogo com o seu orientador, Alfredo Wagner, veio a ideia de como, então, seriam construídos os territórios pluriétnicos. As oficinas já lhe dariam as informações para serem trabalhadas, para forjar dentro dessas informações categorias que, remetidas a um formato de tese, viriam a mostrar que esse processo poderia ser lido e compreendido dessa forma também (*Ibidem*, p.112).

Não é uma interpretação somente pessoal, mas é uma interpretação, uma construção com o orientador, com os colegas, com essa intersubjetividade, no sentido de construir uma forma de compreensão. Não é uma maneira isolada, mas é compartilhada. Talvez essa singularidade também do espaço aqui da Cartografia, seja isso também, desse sentido de pertencimento ligada à uma produção de conhecimento, uma reflexão que se dá no âmbito das relações, das especificidades de cada um: "eu entendi isso, eu li isso aqui, isso é bom, essa categoria está muito presente", então você vai construindo uma ferramenta de a priori pra lidar, manipular as

informações e trazer para um ponto mais sistemático de conhecimento, em forma de etnografia, dissertação, tese (*Ibidem*).

*Índios na cidade: a construção de territórios pluriétnicos em Manaus*. Esse era o título da tese de Glademir Sales. Até quando estive em Manaus, ele estava trabalhando com 25 etnias diferentes em vários espaços: doze lugares, doze associações e unidades associativas espalhadas em todas as zonas de Manaus. Indígenas Tukano, Tuxaua, Makuxi, Mundurucu, Sateré, Baré, Ticuna etc.

MARCO ANTONIO. (surpreso) você trabalhou com todas essas comunidades?

GLADEMIR. Não todas. Porque assim: se você pega uma oficina três, quatro, cinco, porque é pluriétnico. Lá no Kokama já tem Mura, já tem outros. Você elabora uma oficina da 169 [A convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais] aqui em Manaus, todos eles aparecem, entendeu? Lá no Cueiras eles têm 12, 13 etnias, no rio Cueiras aqui próximo, no Tarumã, tem dez, onze, doze, num assentamento todos eles convergem, para querer assentamento: Kaixãma, Mundurucu, Mura, Sateré estão lá presentes (*Ibidem*).

As oficinas sobre a Convenção nº169 da OIT fazem parte também da atuação do PNCISA. De acordo com Glademir Sales, o projeto obtém o financiamento, quatro/cinco mil reais, para o lanche e almoço, faz os convites para lideranças, contatos já estabelecidos anteriormente, cada um chama o outro. Aí forma-se um grupo de 40/50 pessoas. Contatam, então, um especialista:

Chama uma pessoa na área de Direito que tem essa experiência e fazemos essa explicação da 169. É bom porque vem à tona toda essa discussão, a ansiedade de cada liderança tem, como custa se reunirem. No ano passado foi uma experiência formidável nesse aspecto. A liderança disse: "Olha, nós precisamos disso, nós nunca nos encontramos pra discutir isso. Só me chama pra resolver isso, pra discutir um problema ou outro, pra articular mesmo, é muito difícil". Então a 169 tem, todos esses problemas que se colocam [...] vêm assim de forma abrupta numa oficina de 169, porque é aquela ansiedade de dizer: "Olha, nós queremos isso, isso, como é que faz pra a gente ter?". Agora é mais simples no sentido de passar informações e trocar ideias. Às vezes numa oficina, a gente aplica 169, um dia, dois dias ...

MARCO ANTONIO. Antes da oficina de mapas?

GLADEMIR. Antes da oficina de mapas e até facilita para eles construírem os assuntos, para organizar uma forma. Ali eles apresentam os assuntos, vão fazendo os desenhos. Isso é muito interessante. E aparece muito essa posição da liderança, essa posição e a localização. A posição é justamente a própria concepção que traz. Eu acho que essa ideia de impressão do agente pertencente a uma unidade associativa, a impressão de querer mostrar a sua impressão sobre determinado povo, sobre determinado sujeito, sobre uma instituição, elas são mais coletivas que individuais. E isso é bem interessante. E isso é diferente quando você entrevista uma pessoa, isolado de uma dinâmica, e ele te dá uma impressão a partir do olhar dele, às vezes, esse olhar ele é mais individual do que coletivo. Nesse outro momento de coesão, já aparece mais o coletivo. Isso é bom pra fazer comparação. De fato há essa diferença (*Ibidem*, 113).

Isabela do Amaral Sales, quando da minha estadia em Manaus, era aluna do Programa em Pós-Graduação de Direito Ambiental da UEA e trabalhava no Ministério Público Federal no escritório que segue os povos indígenas e as chamadas comunidades tradicionais. Tinha se aproximado ao PNCSA através de algumas aulas que Alfredo Wagner tinha ministrado no seu curso de mestrado. Em outubro 2013, Alfredo Wagner convidou-a para participar de uma oficina sobre convenção 169 da OIT que era o seu objeto de estudo na dissertação. Essa oficina foi realizada em Humaitá com algumas comunidades tradicionais do lago do Antonio. "Eu fui pra lá e foi uma experiência muito enriquecedora, pra mim ver como é que o projeto se concretiza na prática, a relação do projeto com as comunidades, os movimentos, e eu fiquei bem surpresa" (Isabela do Amaral, Entrevistas PNCSA, p. 173).

MARCO ANTONIO. Por que você ficou surpresa?

ISABELA. Fiquei surpresa porque eu não imaginava a receptividade e a credibilidade que o projeto tinha, que as pessoas dão importância, têm uma relação de confiança com o projeto. De uma maneira muito superficial, eu creditaria isso à questão da visibilidade e pelo fato de o projeto às vezes atuar para eles como um meio de acesso para resolução de alguns problemas que eles passam. Às vezes o pessoal vem aqui "ó me ajuda a fazer um escritório pro Ministério Público", "o que que você acha que eu tenho de fazer em tal situação", essas relações de pesquisa acabam virando, dando origem a outras relações (*Ibidem*).

Em agosto de 2014, Isabela do Amaral foi novamente chamada pelos pesquisadores do PNCSA para fazer um novo curso de 169. Desta vez, na terra indígena Andirá-Amarau, em Barreirinhas, no interior amazonense, em uma outra situação de campo. "A gente tinha um tempo muito escasso, tinha só um dia pra falar o que é uma convenção internacional, putz, eles nem entendiam o português direito, daí você explicar o que é o direito de consulta, quais são as implicações da participação deles" (*Ibidem*, pp. 176-177). Isabela teve que se defrontar com duas questões para as quais ela não tinha sido alertada: havia pouca informação sobre os direitos constitucionais (mas ela estava ali para isso mesmo) e a maioria dos participantes à oficina falavam somente Saterê, a língua local.

[...] no primeiro momento, a manhã, a gente fez uma parte só expositiva sobre a Constituição, e aí a gente viu que eles não sabiam que tinham direitos básicos, fundamentais, eles não tinham conhecimento. Por exemplo, eles não sabiam que para entrar na terra indígena tinha que ter autorização. Eles não sabiam como era um processo de demarcação, por que existia. As lideranças, claro que têm mais contatos, eles estão sempre indo na FUNAI, eles sabem mais. Mas os demais, as futuras lideranças também, não sabiam várias coisas. Isso foi legal para eles, deu pra perceber que eles ficaram empolgados (*Ibidem*, p. 177).

De tarde, reuniram-se outra vez para falar especificamente sobre a Convenção. Glademir tinha alertado Isabela: "vai devagar porque eles pensam em Saterê, eles não pensam em português. Então na hora que tu falas eles ainda têm que traduzir". Resolveram fazer um exercício novo. Abordamos pontos principais da Convenção e pedimos se queriam fazer um debate interno do seguinte modo: explicava-se o direito que existia na Convenção e pediam que fosse traduzido alguma expressão do idioma Saterê, sabendo que muitas palavras do Português não existem no Saterê. "Aí eu disse: não vale Português, vocês têm que pegar uma aproximada, uma palavra bem perto ou então fazer um desenho". E eles debatiam entre eles assim, Teve umas discussões calorosas pra eles chegarem num consenso (*Ibidem*).

Teve um momento lá que eu disse: "agora vocês têm que traduzir essa ideia da participação, como é que vocês acham que acontece isso, qual é a palavra mais adequada pra vocês?" Aí eles ficaram assim em vinte minutos debatendo, discutindo. Até que teve uma hora que eles não chegaram a um consenso: "professora é o seguinte: olha, a gente tem uma palavra para participação só de assistir, tem a participação de falar, tem a participação numa reunião", eles

tinham vários termos para a participação, então eles estavam com dificuldade de compreender a ideia, mas ao mesmo tempo eles estavam debatendo para eles o que significava (*Ibidem*).

Isabela exprimiu-me, de modo espontâneo, uma grande admiração e até gratidão pelo projeto. Naquele momento, ela fazia de elo entre o projeto e a Procuradoria Federal, colaborava com Gláucia no fechamento do Boletim Informativo sobre a situação no Rio Madeira. Presenciei também uma sua conversa com Glademir Sales sobre um educador indígena. Glademir explicou uma situação de estigma, pois o educador, muito preparado sobre seus direitos e a legislação, tinha uma história de enfrentamento com a instituição, a escola pública. Já havia também confirmado a sua presença em uma nova oficina sobre a Convenção nº 169, em São Paulo de Olivenças:

Desse jeito eu acho que essas minhas participações assim, são na verdade o mínimo que eu posso devolver para o pessoal do projeto. Porque pra mim como pessoa, como acadêmica foi uma mudança, Isabela antes e depois do projeto, entendeu? A mudança pra mim foi tão grande que eu considero que esse é o mínimo que eu posso fazer. Se eu pudesse até faria mais. Com certeza eu daria o máximo de participar das coisas e tal. Mas pra mim é muito positivo a minha relação e o meu trabalho também tem a ver com os povos indígenas e comunidades tradicionais, a minha dissertação pelo direito de consulta. Então aqui pra mim é um grande laboratório, grande mesmo porque por trás de cada pessoa tem vários contatos, tem casos, tem situações elucidativas, então isso aqui pra mim é também um grande laboratório (*Ibidem*, p. 178).

De acordo com Emmanuel Farias Jr., o PNCSA, desde o começo, foi compreendido pelos seus pesquisadores como um projeto interdisciplinar que reunia advogados, como Isabela do Amaral, historiadores, como Rosa de Acevedo, agrônomos, como Franklin Carvalho, independente da área de conhecimento da pessoa. A partir da relação que aquela pessoa estabelecia com os grupos, o fascículo era feito. O fascículo era um produto dessa relação de pesquisa acadêmica trazida por cada um. No seu caso, porém, não aconteceu assim: "eu comecei pela cartografia e depois o trabalho acadêmico, a reflexão acadêmica mais específica para um trabalho de mestrado" (Emmanuel Farias Jr., Entrevistas PNCSA, p. 68). Para ele, a ideia do Projeto Nova Cartografia Social, hoje em dia, seria concebida, como um grupo de pesquisadores, independente de vinculação teórica, independente da sua

vinculação política, independente da sua vinculação acadêmica, da sua área de conhecimento. "A ideia que nos aproxima é uma prática de cartografia" (*ibidem*).

A ideia da cartografia, ela não está em si fechada aos pesquisadores do projeto Nova cartografia social da Amazônia. A gente tem buscado uma relação com outros pesquisadores, por exemplo, pesquisadores que estavam no Andará. Eu tinha conhecimento de uma colega, Magela, que ia desenvolver uma tese dela lá PPGAS da UFAM. A partir dessa relação, a gente conhece a pessoa, a gente convidou a Magela pra compor a equipe de pesquisa, acreditando que ela pudesse colaborar nesse sentido, colaborar inclusive com a comunidade. Nesse sentido, a Magela passa até a integrar a equipe do projeto, ela participa da elaboração do fascículo de Barreirinha e tudo maisidem (*Ibidem*, p. 69-70).

Conforme Emmanuel, a cartografia seria uma forma dos movimentos sociais encaminharem demandas mas isso não seria o único fim da cartografia:

Tem uma questão que a gente discute muito hoje dentro do grupo de pesquisa: "De quem é o produto da Cartografia?". Eu costumo pensar que o produto da cartografia ele é compartilhado, sabe? entre o pesquisador e os movimentos sociais, entre o pesquisador e o indígena, entre o pesquisador e o quilombola. Quer dizer: não dá pra cair também no romantismo de dizer que o fascículo é só dos quilombolas, que o fascículo é só dos indígenas, porque ele é um produto que tem um conhecimento, tem experiências que a gente compartilha. Então ele é dialógico, o fascículo, porque é um diálogo entre pessoas e interesses (*Ibidem*, p. 71).

Assim, de acordo com Emmanuel, o fascículo, efetivamente, concretamente, seria uma construção de ambos os lados:

O pesquisador tem uma forma, claro essa forma ela não é colocada de forma autoritária. quer dizer, a gente tem experiências no fascículo que a capa é totalmente diferente. A gente tem um padrão, digamos, então é um forma de apresentar o grupo. Se você for ver tem coleções que tem um padrão, que é uma forma de apresentar as pessoas. Bom, é uma forma que tem dado certo. Então o pesquisador já tem essa ideia na cabeça, dessa forma de apresentação, digamos



assim. E as pessoas tem formas locais de compreensão das coisas, como as informações são transmitidas (*Ibidem*, p. 71-72)

Emmanuel me relatou também que com alguns grupos foi extremamente complicado o uso do gravador. O que fazer?

Com aquele grupo a gente vai ter que dialogar para obter informações, para apresentar esse grupo de forma não-violenta. Quer dizer, se não se sente a vontade com o gravador, a gente retira o gravador para apresentar, então vamos obter a informação de outro modo. Eu tenho que anotar o depoimento na mão, naquele momento ali, naquela hora, tudo bem, mas a gente vai construir isso com o grupo. É claro que quando o fascículo está concluído o grupo abraça o fascículo, "esse é o meu fascículo". Isso é gratificante pra gente, isso dá uma certa felicidade, entendeu? quando o grupo se apropria do resultado final daquilo. No entanto esse resultado final ele é compartilhado com o pesquisador porque ele tem, o pesquisador, ele transcreve as falas, a transcrição, de certa forma é uma espécie de tradução, quer dizer, tem uma situação muito interessante (*Ibidem*, p. 72).

Outra questão, a transcrição do falado:

Essa é uma situação interessante, que foi vivida pelo professor Alfredo. Nós colocávamos as falas no fascículos, tal como as pessoas falavam. Transcrevíamos, com os vícios de linguagem, tal como as pessoas falavam. E um indígena chamou o professor e observou o seguinte: "Professor, eu realmente fiquei, por exemplo, assim, decepcionado", aí o professor falou "Por quê?". "Quando vocês transcrevem as falas de vocês, vocês ajeitam, vocês corrigem, vocês dão outro formato para a fala de vocês. Quando vocês transcrevem as nossas falas, vocês deixam do jeito que está. Eu quero a minha fala do jeito que o senhor transcreve a sua, corrigida, com o mesmo cuidado". Então isso a gente tem mudado. Eu, na minha experiência de trabalho na Cartografia, tenho tomado cuidado de eliminar certos vícios de linguagem (*Ibidem*).

Conforme me relatou Emmanuel, o PNCSA teria muito claro que o fascículo não seria forma uma pesquisa acadêmica. "Ele é um momento aonde o pesquisador organiza a fala das outras pessoas, pra dar, para apresentar essas pessoas. A pesquisa acadêmica não. A pesquisa acadêmica ela tem

normas, ela é normativa. O trabalho de campo ele está orientado pela teoria que se estuda na cadeira, lá na sala de aula" (*Ibidem*, p.73).

A entrevista que tu fazes para a tua dissertação, para o teu trabalho académico, não é a entrevista realizada no âmbito da oficina. São técnicas de entrevistas diferentes. O trabalho, por exemplo, do fascículo, ele é um trabalho onde não existe o privilégio de uma informação. Ele é uma informação coletiva. Quando a gente faz o fascículo, nós privilegiamos aquelas informações que são públicas, coletivas [...] Essa forma de obtenção de informação é diferente quando se faz pro trabalho académico. Quando eu fui pensar, por exemplo, a minha dissertação, a minha dissertação sobre os quilombolas do Tambor, eu tive que reexplicar a minha situação para eles, eu tive que discutir a minha posição com eles porque tem uma questão muito interessante, quer dizer, o projeto, uma das ideias que circulam por aqui, uma das ideias que atravessam aqui a Cartografia, é que a Cartografia não media relação, a Cartografia ela não pretende mediar a relação do grupo com ninguém. A Cartografia ela não pretende se tornar privilegiada daquela informação também. Por exemplo: não vai o endereço da Cartografia no fascículo, vai o endereço dos grupos. Que é justamente por isso. Se a pessoa quiser chegar até a Cartografia, ela chega através do grupo, como tem acontecido (*Ibidem*, pp. 73-74).

No trabalho da cartografia social, segundo Alfredo Wagner, seriam necessários dois aspectos: o etnográfico - que abordei, até o momento, a partir das considerações dos próprios pesquisadores - e aquele realizado pelos agentes sociais que definiriam os instrumentos, a seleção e o resultado final de cada mapa situacional.<sup>22</sup> Nesse processo, o PNCSA possibilitaria o acesso livre às técnicas de amarramento de pontos feitos pelo GPS (Sistema de Posicionamento Global). De posse desses instrumentos, os agentes decidiriam a realização coletivas dos croquis. Esses são enviados ao PNCSA junto com todo o material etnográfico: registros audiovisuais, anotações etc. Foi necessário que eu buscasse informações mais técnicas sobre os mapas. Afinal, os mapas situacionais eram o resultado mais tangível dos fascículos. Dentro do PNCSA existia uma pessoa, Carolina Silva, que seguia todo o processo de acabamento dos mapas depois que as oficinas de mapas situacionais terminavam. A Carol, todos a chamavam assim, tinha feito a graduação em Geografia e estava cursando o mestrado

---

<sup>22</sup> "Para efeitos das técnicas do PNCSA, pode-se dizer que os mapas situacionais remetem a ocorrências concretas de conflito em regiões já delimitadas com relativa precisão e objetivariam delimitar territorialidades específicas, propiciando condições para uma descrição mais pormenorizada dos elementos considerados relevantes pelos membros das comunidades estudadas para figurar na base cartográfica. Eles diferem, neste sentido, dos mapas temáticos e consideram os croquis como parte das escolhas feitas pelos agentes sociais para compor os mapas que deverão integrar os fascículos" (Almeida, 2013, p. 32, nota 17).

de "Cultura e Sociedade". Estava estudando música lírica, também. A Carol trabalhava com um software cartográfico interativo, o ArcGIS. Descobri, conversando com ela, que esse processamento final não era nem fácil e nem banal. E que era um processo muito demorado.

Carol me forneceu um relato muito detalhado das oficinas do ponto vista do seu trabalho, ou seja, de quem vai ter que montar o mapa situacional final. Ela tinha ido dar um curso específico de cartografia e GPS para comunidades indígenas no rio Cueiras, acompanhada pelo Glademir Sales. Durante a oficina, ela ouviu o grupo, as pessoas que davam depoimentos. Muita fala sobre os aspectos históricos ali da localidade, da formação do grupo, como que eles foram para ali, como surgiu determinada comunidade, que tipo de problema que eles enfrentavam, qual que era o contexto atual que eles viviam. Após essa etapa, os participantes passaram à produção dos croquis. Nos croquis ela me disse que pediu que eles colocassem ali tudo o que era relevante para eles dentro do território: quais eram as áreas de uso, onde estava as áreas de caça, de coleta, onde estavam as áreas conflitos, quais eram esses conflitos. Então ela pediu que eles representassem tudo o que é interessante de ser representado dentro da área que eles consideravam como deles. A oficina durou um dia. O croquis foram feitos em grupo, nunca individualmente. Depois dos croquis, foi feita a oficina de GPS. O que estava por trás da ideia do GPS? O GPS lhes possibilitaria de georeferenciar aquilo que eles desenharam no croqui, tudo aquilo considerado relevante. Então eles desenharam uma casa, a escola, o beiradão (mostrando no croqui) a área onde estava desmatado, a área de pesca, enfim, tudo isso que eles desenharam, eles iriam depois com o GPS georeferenciar, marcar esse ponto e até marcar mais coisas do que aquilo que eles desenharam. Quando tudo isso chegava no PNCSA, ela tinha que unir essas informações (Carolina Silva, Entrevistas PNCSA, pp. 94-95).

Por exemplo: outro mapa que eu fiz recentemente sobre os quilombolas de Cachoeira Porteira, que é a pesquisa do Emmanuel, então muita coisa que não estava clara em relação a ponto, em relação a croqui, o Emmanuel pode me esclarecer. E a gente pode até se utilizar de outros recursos, como mapas antigos do IBGE para inserir ali na nossa representação. Então é importante ter essas outras conexões e não só o desenho e o ponto do GPS, porque às vezes pra mim que não tive nem contato com o grupo, nem com oficina, algumas coisas ficam desconexas, mas sempre tem um jeito de ser completado.

Por exemplo: o mapa do Cueiras que eu estou complementando as informações, além desses croquis aqui na parede, tem um outro croqui na sala do Glademir que foi feito pelo Tchuawá de uma das aldeias. Ali naquele croqui, ele coloca informações importantes, a localização de buritizal, de árvores centenárias, eu preciso saber com ele também onde é que estão as áreas desmatadas, onde é que estão os pontos de extração de areia. Essas informações, eu preciso

que ele venha aqui e me aponte no mapa que eu estou fazendo, no ArcGIS, onde é que estão. Porque ali no mapa que ele fez tem tanta informação que está um pouco confuso e tem informação que não está ali que eu preciso também. Então como ele está sempre em Manaus, está sempre aqui com o Glademir conversando e tal, porque o Glademir também fez a pesquisa dele com o Joilson, que é o Tuxawa da aldeia Karapanã, ele vem pra complementar essas informações e pra deixar o mapa um pouco mais próximo do que seria talvez a representação ideal pra eles aí. Nunca é ideal, né? porque tem sempre, no caso eu, para intermediar essa relação entre máquina, ferramenta ArcGIS e a representação deles (*Ibidem*, pp. 92-93).

Toda a capacidade profissional da Carol estava colocada em aproximar-se, o mais possível, da imagem que os agentes sociais tinham do seu território específico. Para isso, tinha desenvolvido uma sensibilidade de mediação com a comunidade, buscando sempre o apoio do pesquisador:

Porque a gente tenta chegar próximo do que é ideal pra eles, do que é colocado nos croquis e o que é batido com o GPS, o que referenciado com o GPS. Isso muitas vezes não é possível, por conta da escala da representação. Não dá pra gente mostrar tudo. Por exemplo: por ser uma área grande, não dá pra gente colocar todos os detalhes específicos de uma comunidade porque a escala é muito pequena, ou seja, abrange uma área muito grande. Se fosse uma escala maior com mais proximidade, tudo bem, mas geralmente são áreas que abrangem uma escala média, mais ou menos, (afastando-se e procurando mostrar). Estou fazendo um mapa aqui, que é de Cueiras, é uma escala de 1:100.000. Por quê? Porque eu preciso representar todo o rio Cueiras, ao longo do rio Cueiras estão as comunidades. [...] Então eu procuro colocar o fundamental para eles ali, dentro do que eles colocaram no GPS.

MARCO ANTONIO. E essa opção do fundamental, você faz sozinha ou você faz com o pesquisador que foi lá e fez a oficina ou decide com eles, como é que você faz?

CAROL. Tudo é decidido com eles. Na verdade é assim: eu coloco o possível e esse mapa vai pra aprovação, passa por uma aprovação, antes de ser publicado. Então eles sempre colocam se está faltando alguma coisa, se tem algum ícone, algum igarapé mal localizado, por exemplo, sempre há uma complementação, nunca eu chego num resultado final sozinha (*Ibidem*, pp. 93-94).

Por fim, perguntei a Carolina Silva se ela, como o pesquisador, sentia-se envolvida. Foi muito sincera:

Eu me sinto envolvida sim, mas é um envolvimento muito mais impessoal do que seria se eu tivesse ido. É um envolvimento no sentido de: "Pô, trabalho cumprido". Tudo isso está passando por mim e eu estou sendo responsável por tudo isso que é importante para mais um monte de gente. Então, talvez, a relação que se estabeleça seja na questão da contribuição mesmo. Não sei se eu estou sendo clara mas é assim: "Ufa! foi feito, pronto!". Porque os grupos cobram, também, da gente: "E aí, quando é que vai ficar pronto, aquilo que vocês fizeram meses atrás?" Então é um alívio quando isso se concretiza finalmente para as pessoas e as pessoas conseguem ver ali estampados as suas falas, os seus desenhos, a representação do seu território. Então acho que a minha relação que eu sinto que existe é essa, assim de fazer com que essa engrenagem funcione (*Ibidem*, p. 99).

Foi Flávia, secretária do PNCSA, que deu espontaneamente a definição mais completa sobre o PNCSA como oficina artesanal de conhecimento. Sobre os fascículos: “cada material tem um grande processo por trás. Quando chega um fascículo, você consegue ver. Você olha e tem todo o processo nele: o contato, os telefonemas, a preparação das oficinas, o pagamento da viagem, os ofícios. Naquele momento é.... Ah! Muito bom!” (Caderno de campo 2).

Tem-se uma divisão do trabalho intelectual, que exige uma acuidade na elaboração dos mapas e fascículos. Até meados de 2012 não conseguimos produzir um mapeamento num prazo inferior a 10 meses. Neste tempo são construídas ou reatualizadas relações de confabilidade mútua e amadurece a percepção dos conflitos por parte dos membros das comunidades [...] As relações de pesquisa tem sido pacientemente construídas, principalmente num tempo em que novas regras de tutela tentam ser instituídas, mediante a redefinição das estratégias de muitas onGs 18, e em que está ocorrendo uma enorme renovação entre os dirigentes dos movimentos sociais (Almeida, 2013, p. 33).

**Boletim, projetos e administração.** A situação de conflitos na região do sul do Amazonas, fronteira com Rondônia, esteve muito presente na minha estadia no PNCSA. Acompanhei algumas reuniões, conversas e feitura do Boletim Informativo, defesa de tese. Seleciono aqui algumas notas tomadas durante o período, pois testemunham a prática dos pesquisadores.

2 de setembro. Alfredo trouxe um recorte de jornal e mostrou a Glaucia que respondeu que tinha sido ela a fotocopiar o artigo uma notícia sobre demissões de massa na barragem de Santo

Antonio. Estão montando um acervo de notícia a propósito. Eu tinha visto Rose preparando uma pasta e digitalizando (scanner) para disponibilizar no site. Alfredo: “Já telefonei ao Ministério Público”.

9 de setembro. Estava fazendo anotações e transcrições na biblioteca quando Alfredo me chamou. Queria me apresentar uma moça bem jovem que tinha entrado no PNCSA acompanhada de dois meninos. Era Isabela, assessora do Ministério Público. Tinha vindo convidar Alfredo a participar da sua banca de qualificação de mestrado. A conversa, da qual participava também Glademir, caminhou em várias direções. A questão dos movimentos anti-barragem na fronteira Amazonas/Rondônia/rio Madeira teve um grande destaque na conversa. Pouco antes, Gláucia tinha me falado do Boletim informativo e consegui acompanhar a conversa. Alfredo fez um rápido mapa para mostrar a situação do conflito: os índios, os assentamentos, os atingidos pela enchente, a barragem. Num certo momento, disse com muita ênfase: “a situação está evoluindo para uma tragédia”. Alfredo ressaltava que uma parte envolvia também o Amazonas. Isabela ponderava que sim, mas que se deveria buscar um entendimento com o MP de Rondônia que já estava envolvido com a questão. Glademir afirmava que a entrada em campo sem a cobertura do MP seria arriscada. Alfredo coloca em contato Isabela e Gláucia para combinar uma participação da assessora no Boletim Informativo.

9 de setembro. Depois da entrevista com Gláucia, continuamos a conversar. Falamos da cheia do Madeira e do desastre anunciado da enchente. Por fim, fez-me ver um vídeo (DVD) que tinha chegado hoje mesmo de Porto Velho, pedindo que não o divulgasse ainda. Assisti o trabalho. As imagens eram muito bem feitas. A montagem deixava muitos personagens públicos em maus lençóis. Quanta gente desamparada! Como aceitar um projeto feito desse modo, com essas consequências? Em nome do desenvolvimento?

12 de setembro. Participei à reunião de Gláucia com Jordeanes para estruturar o boletim informativo. Jordeanes é professor da Universidade Federal de Humaitá. Tinha acabado o mestrado e ensinava Sociologia e Antropologia. Mostrou-me um artigo seu publicado na Achab 15, a revista dos doutorandos em Antropologia da Unimib, que já fechou. Esse vai ser o segundo boletim informativo dedicado às questões aos Tenharim/Tabajaras. Discutiram primeiro um editorial que explicava o conflito, situando-o em torno da questão da terra, do desmatamento e do garimpo ilegal. Elencaram depois os argumentos: desmatamento, mineração, pedágio, educação e saúde. Autonomia. Gláucia pediu a Jordeanes que usasse o seu artigo. Ele me explicou que tinha sido apresentado na 29ª RBA. Eixos: Criminalização dos Indígenas e Abandono do Estado (formação e magistério). Escreveria evitando um estilo poético, buscando uma síntese dos temas principais. A discussão foi rápida. Selecionaram os temas, a divisão dos assuntos, quem contatar. O prazo de entrega previsto: 20 de setembro.

29 de setembro. Gláucia ainda não fechou o boletim informativo. Estava sempre no computador, escrevendo, chatando e falando com o pessoal de Rondônia. Informou-me que à tarde passaria a Isabela da procuradoria. Isabela chegou e estava conversando com Elieyd e Gláucia. Olham fotos e textos para o boletim e para o fascículo dos Satewe-Mawé.

30 de Setembro. No PNCSA, rotina. Gláucia estava sempre ocupada e concentrada na finalização do boletim informativo sobre o madeira. Elieyd também estava muito absorvida pelo fechamento do fascículo do Fundo Amazônia, que será o último (27 fascículos). Ela e Gláucia formavam uma dupla disciplinada e silente. Gláucia não saiu para almoçar, pois esperava fotos de Rondônia.

1º de outubro. Muita movimentação de Gláucia e Elieyd que estavam concentradas no fechamento do último fascículo do Fundo Amazônia sobre os Satawe-Mawé (essa) e (aquela) no boletim informativo sobre o rio Madeira e Tenharins. Gláucia sempre comunicando diretamente com chat do facebook. Colocava headphones e trabalhava, trabalhava. Mais tarde, entrevisti Isabela que tinha encontro marcado com Gláucia para o fechamento do boletim informativo.

2 de outubro. Alfredo Wagner tinha telefonado o dia anterior para avisar a Gláucia do adiamento a 2020 do projeto Tapajós. Quando chegou hoje, uma das primeiras coisas que fez foi trazer os recortes de jornais da notícia para ela. Gláucia ficou corrigindo o boletim informativo que apresentara momentos antes a Alfredo. Vi, de longe, muitas correções. Amanhã ela terá de passar na casa do Alfredo ou trabalhar no NEPTA (a UEA vai ficar fechada por causa das eleições) antes de viajar para o México. Vai participar com artigo a um seminário sobre desastres ambientais (Caderno de campo 2).

Dia primeiro de outubro aproveitei para conversar com Emmanuel, sempre muito disponível, sobre como ocorria a coordenação do(s) projeto(s). Como se dividia esse trabalho entre ele, Glademir e Alfredo. Emmanuel me falou aberta e longamente das várias mudanças que o projeto do Fundo Amazônia, financiado pela Noruega/BNDES, tinha trazido à vida administrativa do PNCSA. Esse grande projeto (Valor de R\$ 4.614.587,03 por três anos) iniciou em 2011 e modificou totalmente o sistema de prestação de contas até então empregado. Segundo Emmanuel, antes do início deste projeto, a coordenação era imaginada mais amplamente, envolvendo os vários núcleos. Com o sistema trimestral de prestação de contas, a impossibilidade de repassar diretamente para as comunidades os recursos, como era habitual com os projetos financiados pela Fundação Ford, a coordenação teve de ser centralizada em Manaus. Glademir cuidava desta parte com a Regina (secretária) e a supervisão do Alfredo. Os recursos passavam através da Fundação MURAKI. Se por um lado, esse projeto permitiu um salto na infraestrutura do PNCSA, por outro lado, comportou um aumento enorme da burocracia. Emmanuel mencionou, e pediu a confirmação de Glademir: o número

de ofícios feitos já tinha ultrapassado a marca de 1.000! Com a Fundação Ford era a quinta vez que se renovava o financiamento (cada 24 meses). Em andamento o projeto Babaçu que interessava o Maranhão e o projeto Quênia de intercâmbio internacional. Os dois estavam ao início. Os recursos passavam através da Unisol e UFAM e podiam ser repassados às comunidades que prestavam contas ao PNCSA. Os relatórios eram construídos como narrativas e feitos em grupo pela coordenação e pesquisadores envolvidos. Citou ainda como projetos em formação o Centro de Ciências e Saberes, financiado pelo CNPq e os Quilombolas do Brasil com a SEPPIR/PNUD que a Juliane me passou o levantamento inicial. Falou-me ainda do PPCSA (Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social da Amazônia). Era para ser em Manaus. A UEA perdeu e não respondeu aos documentos. Saiu no Maranhão. (Caderno de campo 2).

Alfredo em sua entrevista falou-me também do PPCSA no Maranhão em relação ao projeto internacional que se estava alargando.

MARCO ANTONIO. Fala um pouco dessa coisa internacional. Desse novo projeto, que já está aberto...

ALFREDO. Nós já tínhamos começado dez anos atrás. Nós há doze, treze anos atrás, nós já tínhamos começado um projeto que aproximava Índia, Tailândia, África do Sul e Brasil. Isso 2001. Nós tínhamos, nós já começávamos esta discussão. Universidades indianas, universidades da África do Sul, Cape Town, Johannesburgo. Nós começamos a fazer essa discussão, mas não demos uma sequência com o vigor que a gente está tentando agora. Depois tínhamos contatos com a Tanzânia, no Quênia, sobre essa lei de terra, legislação, os aspectos do uso comum das terras, também fizemos aproximações, mas não desdobramos isso com muita força. O forte nosso, primeiro, começou a ser a discussão na Argentina, onde nós fizemos, até esse momento, nos últimos dez anos, desde o início do projeto nova cartografia social, nós já fizemos quatro seminários na Argentina, até esse momento, já fizemos seminário na Colômbia, já fizemos seminário na fronteira em Tabatinga, na fronteira tríplice, Colômbia, Peru e Brasil. Então, nós já tentamos, digamos assim, estender as nossas possibilidades de análise para essas várias situações. Nós não perdemos isso de vista, em hipótese alguma. Não perdemos isso de vista. Acho que esse dado, é um dado super importante ai pra nós, entendeu? Super importante.

E eu penso que sobre esse aspecto, a iniciativa mais importante que nós fizemos, foi também de criar, não só ajudar a criar as pós-graduações de antropologia aqui, mas também ajudar a criar a Pós-Graduação em Cartografia Social e Política no Maranhão. Acho que isso foi um passo importante. Tanto que nós já temos agora, como aluno, depois inclusive do colóquio entre polas, palenques, cimarrones do ano passado, nós tivemos uma participação de tal monta da América Central e dos países da América do Sul, que nos fortaleceu muito na realização de



uma reflexão mais detida. Quer dizer então essa ideia do programa de pós-graduação de cartografia social e política da Amazônia, no Maranhão, que aqui a gente não conseguiu por obtusidade das instituições, ou de certas instituições, não conseguimos, acho que ela deu muita força pra esse nosso trabalho, entendeu, deu uma força muito grande.

MARCO ANTONIO. Você pensa muito, também, esse programa com uma visão de internacionalização...

ALFREDO. É claro. Lá já tem esse ano aluno do Equador, que é um país que nem fronteira tem conosco, mas já está presente nessa rede de relações. Então eu acho que com esse período ai nós conseguimos montar uma rede de relações poderosas, conseguimos montar uma discussão bastante, bastante forte, com êxito, sabe, sobre vários aspectos, eu acho que esse dado, ele é um dado super representativo (Alfredo Wagner, Entrevistas PNCSA, p. 6-7).

## CAPÍTULO 5. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA

A Associação Brasileira de Antropologia é a mais antiga das associações científicas existentes no país na área das ciências sociais, ocupando hoje um papel de destaque na condução de questões relacionadas às políticas públicas referentes à educação, à ação social e à defesa dos direitos humanos.  
(Apresentação da ABA)

Estava entrando num avião, indo para Natal participar à 29ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA), e o título do artigo de Roberto Cardoso de Oliveira - "O que é isso que chamamos Antropologia Brasileira?" (1988) - voltava sempre à minha cabeça. Não estava pensando a nenhum modelo matricial da disciplina e nem em categorias como sincronia/diacronia (*ibidem*, pp. 109-110). Nenhuma elocubração teórica passeava no meu pensamento. Eu só queria conhecer de perto o que era isso que chamavam Antropologia Brasileira. Eu estava fazendo a minha segunda entrada em campo passados quinze dias de minha chegada ao Brasil e agora me esperavam mais de três mil antropólogos. Aquele encontro me parecia a melhor ocasião de conhecer essa tribo.

O avião desceu em um grande aeroporto a 50 km do centro da cidade. Uma catedral no deserto. Um luxo no meio do nada. Peguei uma Van. Nela encontrei o primeiro antropólogo da reunião: um mexicano! Nada podia ser mais significativo. Fizemos logo conhecimento. Chamava-se Mariano Baez, tinha feito o seu doutorado na UNICAMP e tinha estudado com Roberto Cardoso de Oliveira. As coincidências são só coincidências. Conversamos. Conhecia muito bem o LACED, onde passou um período de seis meses. Com João Pacheco e Antonio Carlos organizou um número da revista *Desacatos* sobre a questão indígena, com autores mexicanos e brasileiros. Atualmente trabalhava com Antropologia Visual e estava na Universidade Federal de Goiás, em Goiânia. Mariano considerava o trabalho da ABA, único no cenário internacional. Disse-me que no México os vários setores da antropologia se reúnem separadamente e não alcançam a força que tem a ABA. Ele iria falar num GT sobre Educação. Fez doutorado na UNICAMP com um tema ligado à temática indígena, mas atualmente utilizava a Antropologia Visual para obter informações sobre métodos e práticas antropológicas. Falou-me que os antropólogos mexicanos guardavam muito para si essas questões. Trocamos e-mails e prometemos manter contatos. Foi um bom e inesperado começo. (Caderno de campo 1).

No segundo dia, à tarde, tentei participar à reunião da CAI, comissão de assuntos indígenas, que era indicada como pré-evento da RBA, mas não tinha ninguém e nem avisos de adiamentos. Na recepção do hotel, sou informado que vários hóspedes seguiam em um ônibus fretado para visitar o centro de Natal e a exposição “Primeiros brasileiros”, com curadoria e organização de João Pacheco e LACED. Já estava nos meus planos e resolvi visitá-la logo, o que se revelou muito significativo, como já relatei.

**29ª RBA. Inauguração.** A inauguração oficial da RBA estava marcada para o domingo à noite, às 19h no Centro de Convenções de Natal, situado na Avenida Costeira, em cima de uma duna. Era previsto um credenciamento para os sócios, um lanche nordestino e a apresentação da "Sanfônica". Depois seguia a cerimônia com entrega de prêmios e homenagens, finalizando com a conferência de Sally e Richard Price. Sai de casa às 16h15.

Como sempre o transporte público em Natal cumpriu sua parte no programa. Esperei bastante no ponto de ônibus da vila de Ponta Negra. Porém tive uma ideia da participação massiva à reunião. Quando cheguei à parada, uma moça, bem jovem, que estava sentada com mais cinco amigas, todas muito bem arrumadas, perguntou-me se estava indo à abertura da RBA. Com uma camiseta de motivos índios, um paletó de linho e calças claras, mochila, eu devia estar bem com cara de antropólogo. A moça, muito descontráida, foi logo se apresentando, dizendo que era do Piauí. Apresentou-me suas companheiras, todas de outros estados nordestinos. Tinham perdido o ônibus e já tinha um bom tempo que esperavam. Demorou ainda muito.

Quando chegou, uma menina mulata subiu à minha frente e perguntou ao motorista se o ônibus passava pelo Centro de Convenções. À resposta afirmativa, solicitou que a avisasse da parada correta da descida. Mais adiante outro casal fez também a mesma pergunta e solicitação. Chegamos ao Centro de Convenções com a dia já anoitecendo, O acesso não fora pensado para os pedestres. Na prática voc~e tinha que subir uma duna a pé com algumas poucas calçadas.

Entre em um salão com uma grande mesa com restos do coquetel que já tinha acontecido e uma multidão de antropólogos. A confusão das vozes, é claro, reinava. Todos falavam, todos ao mesmo tempo: reencontros, abraços e beijos. Principalmente, uma confusão logística no credenciamento. Uma fila enorme em espiral e as pessoas que procuravam a ponta do labirinto no meio de várias voltas. Senti-me desorientado e também dei voltas sem sentido. Encontrei de passagem Antonio Carlos, vi de longe Terri Aquino, passei por Vânia Fialho. Desisti logo de tentar entender, onde estava a ponta do fio da meada da fila.

Sentei-me em uma cadeira ao lado de uma senhora negra que também tinha desistido de participar da loucura do credenciamento. Fiquei ali observando, recebendo, o que denominei, um

banho antropológico. Percebi, de imediato, duas coisas: Primeiro: o sistema de cotas parece não ter entrado no mundo da Antropologia brasileira. São poucos os afro-brasileiros. Quase sempre formam pares e se cumprimentam entre si, como se criar uma rede de mútuo reconhecimento os reforçasse ou os defendesse. Segundo: o ambiente é marcadamente feminino. Por serem maioria, as mulheres movimentavam a forma do ambiente, e animavam bastante a atmosfera. Vi vários grupos de alunas congregadas, como as moças na parada de ônibus, e seguindo suas professoras (Caderno de campo 1).

A cerimônia de abertura acontecia no auditório de Centro de Convenções circundado de cadeiras, paredes e cortinas vermelhas de veludo. Segui todas as formalidades do figurino que um evento deste porte almeja na esperança de obter mais reconhecimento entre os próprios pares e representantes do mundo acadêmico, O discurso de abertura da presidente da ABA, Carmen Rial, iniciava com breve nota histórica:

A 29ª RBA marca o aniversário de 61 anos da primeira RBA, e por isto só já seria uma ocasião a ser comemorada de modo especial. E esperamos fazê-lo. A RBA foi um congresso que iniciou timidamente, na forma de um colóquio: cabíamos em uma sala, e atualmente, precisamos de mais de 100 salas para distribuir as atividades dos participantes. E ainda assim muitos dos que gostariam de participar ficaram de fora. Chegamos à nossa 29ª edição, o que dificilmente foi imaginado pelo grupo de antropólogos que se reuniu no Museu Nacional e, um ano depois, fundou oficialmente a ABA aqui no nordeste, em Salvador (Rial, 2014, s.n.).

Logo iniciava a apresentar uma série eloquentes de números e participações:

Crescer em número nunca foi o objetivo da RBA, sempre estivemos mais atentos à qualidade dos diálogos do que ao seu número. Porém, é inevitável que o congresso cresça, acompanhando a expansão da Antropologia no Brasil. Somos hoje 24 PPG em Antropologia. [...] Destaco na Programação também os duetos, que serão diálogos informais entre dois colegas, inspirados nos duetos realizados na última reunião da Associação Portuguesa de Antropologia, a APA, com quem a ABA mantém elos estreitos. E é com alegria que teremos na 29ª RBA a presença de sua presidente, a profa. Clara Saraiva, e teremos também a da atual presidente da American Anthropological Association, profa. Monica Heller, e a da mais recente ex-presidente, profa. Leith Mullings.

Esta é, portanto, uma RBA que acolhe muitos colegas estrangeiros, num reflexo da internacionalização acelerada da Antropologia brasileira. Já temos inscritos 34 colegas da Argentina, 25 de Portugal, 12 da França, 11 dos Estados- Unidos, 11 da Espanha, 7 do México, 7 do Uruguai, 6 da Colômbia, 5 da Itália, 2 da Bélgica, 2 de Cabo Verde, além de África do Sul, Alemanha, Austrália, Áustria, Canadá, Chile, Costa Rica, Dinamarca, Guiné-Bissau, Holanda, Israel, e Suíça (*Ibidem*, s.n.).

Essa participação internacional significativa, vinha corroborada de um protagonismo associativo a nível mundial:

No plano internacional, como sabemos, há projetos presentes e futuros em andamento. A ABA ganhou o direito de sediar em 2018, pela primeira vez na América do Sul, o Congresso Mundial de Antropologia, a IUAES – International Union of Anthropological and Ethnological Sciences. A concorrida eleição em Manchester, no ano passado, mostrou o respeito que temos no campo antropológico mundial. Lugar, sem dúvida construído também pela forte presença da ABA no WCAA, o Conselho Mundial de Associações Antropológicas, iniciado na RBA de 2004, em Recife (*Ibidem*, s.n.).

Ressaltava a participação feminina que era evidente e a presença dos antropólogos das regiões mais desenvolvidas economicamente do país. O contingente de jovens e a intervenção indígenas eram sinais de uma realidade promissora:

[...] as mulheres são a maioria nesta RBA: há cerca de 2.300 mulheres inscritas para perto de 1.450 homens. Assim como são maioria os que vêm do Rio de Janeiro (643), ficando São Paulo em segundo lugar (415), seguido do Rio Grande do Norte (300), do Ceará (228), e do Rio Grande do Sul (211) [...] As conferências serão polifônicas, e pela primeira vez teremos uma conferência pronunciada por dois índios antropólogos – o que por si só é eloquente de ver quanto nosso campo de trabalho mudou. A maioria dos participantes desta RBA tem entre 21 e 30 anos, e dois terços dos participantes tem entre 21 e 40 anos. Está é a força de nossa Associação, que se revitaliza em permanência. (*Ibidem*, s.n.).

A parte de cerimônia que assisti serviu para estabelecer um contato, ainda que quase exclusivamente visual, com parte substancial da elite acadêmica da antropologia no Brasil. Desfilaram pelo palco vários professores titulares, a grande maioria do eixo sudeste/sul que premiavam os jovens antropólogos e seus orientadores. João Pacheco também subiu ao palco e leu uma breve nota escrita num papelzinho tirado do bolso para a ocasião. Os professores alternavam paletó esporte e camisa social. As professoras usavam, em maioria, vestidos compridos e camisas finas estampadas. Era um ambiente que se esforçava em ser informal com formalidade, onde, às vezes, as delimitações hierárquicas esbarravam em algumas improvisações, dificuldades técnicas com os microfones, com os posicionamentos, com o tempo cronometrado, com o habitual grande atraso (Caderno de campo 1).

Acabada a parte destinada às homenagens e premiações, foram chamados ao palco os dois palestrantes da noite, Sally e Richard Price, que falaram sobre diálogos antropológicos, tema da reunião daquele ano. Foram apresentados por Luiz.Fernando.Duarte que ilustrou a trajetória profissional do prestigioso casal e deu as boas-vindas da ABA. Richard Price iniciou e fez uma suposta exegese histórica da questão do diálogo antropológico quase exclusivamente composta de autores norte-americanos e machos - Ruth Landers e Edison Carneiro - não apareceram. Sally fez uma apresentação de substancial conteúdo etnográfico, partindo da concepção do trabalho de campo com “os de cima”. A sua área de atuação é o mundo das artes e dos museus. Em particular escolheu o caso da criação do Museu D’quai, mostrando as contradições deste tipo de operação onde, ao fim e ao cabo, prevalece a opinião técnica dos arquitetos e dos dirigentes da instituição ligados a interesses que ignoram as questões etnológicas colocadas. (*Ibidem*).

Na saída, consegui achar no escuro do areal da parada de ônibus. O moço negro estrangeiro que ali estava disse-me que não passava uma lotação há mais de uma hora. Puxei um papo. Era um doutorando do PPGAS-MN que estava ultimando uma tese sobre a imigração haitiana em vários países da América do Sul. Ficamos conversando sobre os nossos projetos e atrasos. Quinze minutos depois o ônibus chegou (*Ibidem*).

**GTS, simpósios e mesas redondas.** Dia 4 de agosto, participei, pela manhã, da reunião a GT “Quilombos no Brasil: 25 de direitos na Constituição Federal de 1988”. Queria conhecer Eliane Cantarino O’Dywer e creio ter feito uma ótima escolha. Pessoa muito direta, muito apaixonada em seu expor opiniões ao público, com uma preparação teórica muito sólida ancorada em um saber empírico, que me pareceu intenso. Apontou aos diversos debatedores uma compreensão muito formal dos decretos relativos á questão, sem considerar o processo que levou à sua assinatura. O decreto seria uma construção de diálogos, de lutas e debates. Seria uma questão que não acabou. Ilka

Boaventura estava presente e corroborou os comentários de Eliane, acrescentando novos aspectos e informações sobre o decreto e certa insatisfação sobre alguns resultados obtidos. O que notei aqui era que certa geração de antropólogos sentia necessidade de informar, os que vieram depois ou estão chegando agora, o que foi feito no âmbito da ABA até o momento atual. Seria essa uma concepção (ou uma postura) do trabalho social do antropólogo brasileiro conectado à ABA como saída ou uma possibilidade de romper certas amarras da academia? Suas pesquisas, e, portanto, seu envolvimento com as comunidades onde atuam, colocam-se dentro desse posicionamento? A atuação da ABA, de certa maneira, superaria essa aparente contradição? Organizando suas intervenções nas reuniões bienais onde os resultados de pesquisas e estudos relacionam-se com as atividades próprias de uma associação de profissionais de intervenção na realidade social e política através de moções, manifestos e cartas, pode parecer que sim. (*Ibidem*).

De tarde, participei da mesa redonda “Antropologias do mundo hoje: perspectivas e diálogos após 10 anos”. A mesa era coordenada por Gonçalo Diaz Crovetto (UCT-Chile) e tinha como debatedor Rubens Oliven (UFRGS). Os expositores eram Gustavo Lins Ribeiro (Unb), Bela Feldman Bianco (Unicamp) e Cristina Bastos. Três ex-presidentes da ABA e dois hóspedes internacionais. Na plateia, o futuro presidente da ABA, ACSL (PPGAS MN-LACED). Após breve introdução de Crovetto, Gustavo Lins Ribeiro (GLR) fez uma ampla introdução do título “Cosmopolitismos e cosmopolíticas”. Reproduzo aqui as minhas anotações, embora longas, pois creio que as reflexões de GLR e dos demais debatedores demonstram um esforço teórico importante sobre o lugar da Antropologia na contemporaneidade e significativas também para esta pesquisa.

A ideia central seria a existência de cosmopolíticas antropológicas. Em primeiro lugar, estaria colocada no respeito da diversidade humana; segundo, na existência de agências cosmopolíticas; terceiro, nas reflexões cosmopolíticas que se podem encontrar em todos os lugares e que não são uma exclusividade da Antropologia; quarto, a Antropologia é uma cosmopolítica inventada e academizada pelo Ocidente; e, por fim, dentro da Antropologia existiriam e coexistiriam três grandes estilos: imperial, liberal e radical. Devem ser pensados como tipos ideais weberianos. São instrumentos heurísticos, não se encontram na realidade. Os dois primeiros não problematizam a epistemologia ocidental e naturalizam seus cânones. Os EUA seriam, hoje, o centro da cosmopolítica mundial e imperial. A cosmopolítica liberal aceita o domínio da cosmopolítica imperial e atua, principalmente, através das agências internacionais. Fala da importância de Sol Tax dentro da Werner Grant, porém Sol Tax não teria percebido o papel de domínio epistemológico da antropologia imperial. A cosmopolítica radical nasce das visões críticas dos dois outros estilos. Visava pluralizar a história, divulgar que a Antropologia se faz na diversidade, que existe uma geopolítica do conhecimento. Segundo Gustavo Lins Ribeiro: a) a diversidade visa aperfeiçoar a compreensão e a criatividade

antropológica; b) é possível, com os novos meios de transmissão de informações, aumentar a fertilização cruzada (comunicações online); c) é possível evitar o poder da internacionalização hegemônica, o torcicolo que nos faz olhar tão somente para as contribuições teóricas dos EUA e Inglaterra; d) a universalidade é problematizada. Busca-se a *diversalidade*, o diverso como universal. (Caderno de campo 1)

A fala de Bela Feldman-Bianco (membro do conselho do World Council of Anthropological Associations) “O WCAA face aos desafios das antropologias mundiais”, propunha-se a confrontar paradoxos e estabelecer comparações e pretendia ser um alerta crítico aos impasses da associação internacional que a ABA contribuía a fundar na gestão de Gustavo Lins Ribeiro. O primeiro paradoxo é que as pessoas que hoje fazem parte da RAM estudaram ou trabalharam, como Lins Ribeiro, ou vivem hoje, como Arturo Escobar, nos EUA. Portanto, sofrem, em alguma instância, influência ou pressão do ambiente cosmopolítico imperial. Como fruto também do esforço de alguns membros da RAM (Rede Antropologias Mundiais) o WCAA conta hoje com 40 associações afiliadas, realizava um seminário no âmbito da reunião da AAA, editava uma revista antropológica, era uma realidade institucionalizada, inclusive com petições e reivindicações políticas. A sede é americana e dependia da contribuição da AAA. O site era escrito em inglês. A revista tinha contribuições em outras línguas.

Em chave de comparação, Feldman-Bianco referiu-se à ABA com seus 2.000 sócios como talvez a 3ª associação de antropólogos do mundo. Organizava duas reuniões envolvendo países vizinhos: ABA Mercosul e ABA Equatorial, A sua revista *Vibrant* saía em diversas línguas.

Citou como exemplo das dificuldades da WCAA a organização do Fórum Virtual, que obteve muitas inscrições, ainda que a participação efetiva tenha sido menor. As maiores contribuições vieram do EUA embora a participação da América latina, principalmente o Brasil, tenha sido significativa. A língua franca foi o inglês. O nível era excelente, mas as condições técnicas pobres. Feldman-Bianco questionou o papel da ABA como intermediário e preconizou que talvez a não institucionalização do movimento fosse uma solução melhor (*Ibidem*).

A fala de Cristina Bastos tinha o título de “Processos locais em fluxo: para aquém e para além das *world anthropologies*”. Iniciou com um breve relato dos antecedentes, das promessas e missões da WCAA, relato bem crítico. Propôs e analisou as desigualdades e hegemonia no seu seio. Cria que a WCAA era uma utopia assumida e que não se podia reificar essa atuação até o momento. Fez uma crítica veemente da classificação de Georges Stocking, Antropologia para a nação e Antropologia para o Império (*Ibidem*).

Ruben Oliven situou sua intervenção como a de um agente provocador. Lembrou que Malinowski era polonês, mas as suas monografias eram escritas em inglês e que o seu diário, que



tanta polêmica causou, pois existiam palavras fortes contra os nativos, era escrito em polonês. Questionou como as "Antropologias mundiais" se posicionava e estabeleceu esse posicionamento de centro-periferia. Afirmou que nós somos *ex-cêntricos*, nós não somos centro. O centro não se preocupa com isso de onde está o centro. Quão cosmopolita é o centro? Outras ciências não se preocupam com o problema da língua. Oliven acredita que as antropologias crescerão e estabelecerão novas hierarquias. Questionou a grande quantidade empírica e a pobreza teórica do cenário antropológico nacional. Segundo ele, todos podem criar teorias. (*Ibidem*).

Em seguida, participei ao simpósio especial coordenado por ACSL e Maria Macedo Barros: "Crescimento econômico, transformações sociais e direitos culturalmente diferenciados no Brasil Contemporâneo". O simpósio propunha-se "a pensar a intensificação das transformações sociais que vêm sendo produzidas na vida das coletividades territorializadas, partindo de uma reflexão sobre os cenários do que se considera "crescimento econômico" e "desenvolvimento" na atualidade do mundo capitalista globalizado".

ACSL abriu o simpósio para uma sala repleta de jovens estudantes, muitos docentes e com várias pessoas sentadas no chão. Introduziu a sessão colocando uma questão: como enfrentar o padrão desenvolvimentista e os impactos sociais e culturais de implementação deste padrão – direitos territoriais atacados e direitos culturais ignorados. Colocou como questão e como desafio o lugar dos antropólogos: como reagirmos enquanto antropólogos, formadores de profissionais, atuando em agências, efetuando perícias, defendendo posições. Continuou ainda levantando as questões de violências, hoje apresentadas pelo governo como forma de mitigação das desigualdades sociais. A última questão referia-se ainda ao papel do antropólogo: como podemos teoricamente e em nossas práticas formular novos padrões. (*Ibidem*).

Creio que em sua introdução ACSL tenha tocado o cerne das questões que estão colocadas aos meus interlocutores e ao meu objeto de estudo. São essas preocupações que tenho encontrado e que, longe de configurarem um impasse, atuam como desafio à prática cotidiana. Fruto desse entendimento prático é a colaboração nas questões de direitos e atuação das diretrizes constituintes com o Ministério Público Federal. O simpósio contava com a participação da doutora Ela Wiecko Volkner de Castilho, vice-procurador geral da República. A sua intervenção "Falas e ausências nos processos judiciais relativos a grandes empreendimentos" expunha as falas como se apresentam na argumentação processual: "o ponto de vista dos indígenas nos processos judiciais pouco aparecem e são colocados por outros, Ministério Público (MP)". O seu foi um relato muito minucioso, pese o pouco tempo à disposição, sobre o licenciamento ambiental Teles Pires, cinco obras entre o Mato Grosso e o Pará, envolvendo três povos nativos: Caiapi, Munducuru e Apiacã. O IBAMA licenciou os direitos de desenvolvimento. A ação judicial continua em curso. A doutora Ela mostrou que, no

caso, o poder do Legislativo deveria organizar uma consulta pública, como rezava a Constituição; isso foi negligenciado. Não se pode confundir consultas organizadas pela empreiteira com a consulta do Estado. Problemas irão aparecer, pois o Congresso não pode delegar o ato. Além do mais, nas atas das reuniões com os índios, as falas dos índios não aparecem. Consta somente que os índios contestaram, mas não o que contestaram. Também no processo, os índios não aparecem como testemunhas ou pessoas interessadas aos fatos. Aparece só o MP, que é quem traduzia, quem sintetizava e quem produzia a defesa. Última observação: o direito do desenvolvimento não seria nunca questionado. (*Ibidem*).

GLR participava também ao simpósio com uma fala intitulada “Plus ça change”. Reproduzo minhas notas: Argumentou que existe um cinismo dos atores nesse retorno do desenvolvimentismo. Como pensar uma economia que só pode crescer? O desenvolvimento seria a adoração da expansão econômica. Desenvolvimento sempre foi sinônimo de mais desigualdade. A inovação tecnológica foi fundamental para a expansão do capitalismo e essa era o nicho do monopólio (copyright). Geertz afirmava que o ser humano era um animal com a tecnologia incorporada a si mesmo. O capitalismo seria a máquina mais perfeita de geração de desigualdade. O desenvolvimento trazia consigo sempre mais promessas salvíficas. "Onde o desenvolvimento toca é onde trabalham os antropólogos" (*Ibidem*).

O debatedor do simpósio foi João Pacheco de Oliveira. Chamou atenção de todos para o dossiê Belo Monte na homepage da ABA. Como nenhuma das sugestões colocadas pelos antropólogos foi levada em consideração pelo poder público. Além dos valores formais havia algo inexorável e terrível que se situa acima de qualquer direito, que seria o desenvolvimento. Existiria um campo do real e do ideal. O real seria sempre o tempo das urgências. Isso foi feito e colocado no mecanismo das interpretações. O legal (os direitos) era um momento de um processo de obtenção dos recursos. Evidenciar esses mecanismos seria papel dos antropólogos. (*Ibidem*).

Como se pode notar, as falas dos palestrantes e debatedores espelhavam, de modo evidente, uma preocupação sobre qual seria o papel do antropólogo diante a essa situação. Tento aqui formular uma primeira síntese em um único parágrafo.

Os antropólogos trabalhavam, sobretudo, onde a missão salvífica, carregada de cinismo desse retorno do desenvolvimentismo, tocava gerando mais desigualdades, que além dos valores formais, se situava, inexorável e terrivelmente, acima de qualquer direito; onde o legal era somente um momento para obtenção de mais recursos e o direito do desenvolvimento era apresentado como mitigador das desigualdades sociais e não foi nunca questionado; onde as falas das comunidades atingidas fora negadas ou ocultadas. Neste preciso espaço social, formando profissionais, atuando em agências, efetuando perícias, defendendo posições, os antropólogos reagem formulando,

teoricamente e em suas práticas, novos padrões de atuação; evidenciavam os mecanismos desse processo violento de expansão econômica; buscavam formas de colaboração com outros setores profissionais (Ministério Público); e, enfim, apontavam para expressão dos direitos das comunidades e aplicação das diretrizes constituintes (*Ibidem*).

Dia 5, pela manhã, participei ao GT “Formas expressivas nas culturas populares” coordenados por Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti, cujo trabalho acompanho desde a escritura de minha monografia de graduação sobre as escolas de samba do Rio de Janeiro. Quis distanciar-me um pouco da observação dos interlocutores principais da pesquisa e observar de outro ponto de vista a RBA. O modelo dos GTs é sempre o mesmo: a apresentação de pesquisas em curso de mestrados e doutorandos - que se dá em forma, quase sempre, conturbada devido ao tempo exíguo - e a discussão de artigos, acompanhada pelo comentário do(s) coordenador(es). Nesse caso, a atuação de Maria Laura Cavalcanti me pareceu muito clara, trazendo suas observações para o campo dos métodos e da utilização prática dos conceitos teóricos.

De tarde, acompanhei a mesa redonda “Etnicidade e nacionalidade em fronteiras: povos indígenas entre estados nacionais”, coordenada pelo professor da Unb, Stephen G. Baines, que conta colaborações com Alfredo Wagner e PNCSA. Eliane Cantarino O’Dwyer era debatedora e minha intenção era abordá-la, apresentar-me, estabelecer um primeiro contato e sondar a possibilidade de uma entrevista. Antes do começo dos trabalhos, consegui me aproximar. Recebeu-me bem, ouviu atentamente minhas explicações sobre a pesquisa, passou-me seu e-mail e disse-me: “Temos muito o quê conversar!”.

Baines abriu os trabalhos apresentando os palestrantes e indicando, *en passant*, as diretrizes dos trabalhos que abordam a interface da nacionalidade e etnicidade em povos indígenas que vivem ao longo de fronteiras internacionais na América meridional. Explicou que esse tema surgiu em 1995 com Roberto Cardoso de Oliveira.

Claudia Leonor (Museu Goeldi Pará) apresentou o caso dos Ticuna divididos ao longo da fronteira de três Estados (Brasil, Peru e Colômbia). Os Ticuna, como visto, foram estudados por João Pacheco. Giovanni José da Silva (Amapá) falou de etnicidade e nacionalidades na fronteira Brasil-Bolívia. Historiador de formação que trabalha sobre narrativas orais, além dos documentos, mostrou-nos a situação dos Chiambas-Chitanos. A influência jesuíta, a construção da ferrovia Corumbá-Santa Cruz da Sierra (1954) por Vargas que os índios usavam para chegar ao Brasil. Hoje, essas comunidades adotaram os cultos evangélicos. Os jesuítas ainda estavam no coração da América do Sul, a Bolívia. Segundo o pesquisador, Evos Morales trabalhava para os índios do alto, deixando as comunidades de planície à mercê dos fazendeiros. Essas comunidades escaparam para o lado brasileiro da fronteira mas continuaram mantendo contatos com a Bolívia. Reivindicavam ser

considerados não como índios *do* Brasil mas como índios *no* Brasil. Condições muito precárias de sobrevivência. Sebastião Valverde (Argentina) falou do Mapuches na fronteira Argentina-Chile e a negação de sua identidade e direitos por parte do Estado argentino. (*Ibidem*).

Em seguida, acompanhei ao simpósio especial “50 anos depois do golpe militar: direitos humanos, novas demandas, conflitos e controvérsias” coordenado pelo professor da UFRGS, Carlos Alberto Steil. “O presente simpósio tem como objetivo situar alguns direitos que emergem ao longo desses 50 anos no país e assinalar estratégias e ações pelas quais eles foram inscritos no marco dos Direitos Humanos”, dizia a apresentação no caderno da 29ª. RBA. Além do interesse pelo tema, que tangencia a presente pesquisa, minha intenção era travar contato e conhecimento com Adriana Facina (MN-LACED) que era a primeira palestrante.

Adriana produziu um relato muito detalhado, acompanhado de fotografias de Maria Buzanovsky, das lutas dos sujeitos ligados à área cultural do funk carioca – enraizados nas comunidades cariocas – contra a lei Álvaro Lins, que proibia, na prática, o baile funk, com uma série de restrições. Descreveu a fundação da associação dos profissionais amigos do funk (a qual participou ativamente). A luta deflagrada levou à derrubada da Lei Álvaro Lins e à aprovação da lei do Funk é cultura (2009). Funk como expressão de cultura e cultura como um direito. Não modismo mas necessidade. Afirmado, depois da aprovação da lei, como direito, mas, na verdade, criminalizado. Com a entrada das UPPs a situação mudou, pois a polícia se colocaria como árbitro oficial do que acontecia nas favelas. Foi feita a resolução 13, baseada nas leis da ditadura. Contra essa resolução, levantaram-se e mobilizaram-se vários setores da sociedade civil carioca. O governador Sérgio Cabral retirou a resolução 13, mas elaborou uma nova resolução que simplificaria mas ainda coibiria a prática cultural dos moradores de favela. O funk como cultura não é ainda um direito adquirido. (*Ibidem*).

Logo após entrevi a professora Lia Zanotta Machado (UnB) sobre a questão dos direitos humanos ligado às mulheres. [A partir de janeiro de 2017, Lia Zanota tornou-se presidente da ABA]. Fez uma retrospectiva do estado dos direitos humanos antes do golpe militar, antes que entrasse em campo o conceito/noção de sociedade civil nos anos 70. Recordou o direito ao trabalho, à profissão, o direito ao voto como progresso das mulheres. E mencionou, com preocupação, a atual mobilização pentecostal em 70 países pelo direito à família, considerada como uma mobilização conservadora. Em seguida foi a vez da professora Maria das Dores Campos Machados (UFRJ) com um texto “Os pentecostais e as controvérsias sobre direitos humanos no Brasil”. Com uma visão um pouco fora do senso comum da academia em relação aos pentecostais. Perguntava sobre a possibilidade de criação diálogos e pontes e recuperação do caráter polifônico/polissêmico deste campo político-religioso. Ela detectava uma refiguração dos pentecostais e uma relação de ambivalência com os direitos humanos.

Lembrou que a igreja católica com o Vaticano II e Puebla tornou-se responsável pela expansão dos direitos humanos no planeta, em particular na América Latina numa época de grande repressão. O debate que se produziu foi interessante, pois Lia Zanota negava com veemência houvesse aspectos progressistas na atuação pentecostal, principalmente quanto aos direitos e reivindicações feministas.

Contatei Adriana Facina após e ficamos de nos encontrar no Rio. Quando a entrevistei, meses depois, ela falou do seu engajamento como estudiosa do movimento funk:

E quando eu vou estudar em favelas, eu não vou propriamente, minha ideia não era assim fazer estudo de favela, eu fui estudar musicosociabilidade popular. E como um desses temas era o funk, eu acabei me aproximando das questões da favela, com os quais eu já tinha vínculos assim por estar sempre escrevendo sobre direitos humanos para a mídia alternativa. Até hoje é assim uma produção cultural específica dali e isso se acaba se associando, pela situação que a gente vive, a um engajamento nas lutas dessas pessoas com quem eu dialogo nas minhas pesquisas. Embora não seja uma luta onde eu sou protagonista, mas onde eu procuro participar, ser solidária, contribuir da forma que eu puder (Adriana Facina, Entrevistas LACED, p. 103).

Saí dali e passei no auditório da Reitoria. Presenciei ao dueto de Monica Heller, da Universidade de Toronto e presidente da AAA e Ruben Oliven, ex-presidente da ABA, sobre o futuro das cidades e das nações. Assim finalizei minha participação na 29ª. RBA da ABA (Caderno de campo 1).

**Por dentro da ABA.** Resolvi que precisava construir uma visão mais firme de como a ABA funcionava no seu dia a dia. Escrevi a Antonio Carlos e ele, prontamente, colocou-me em contato com Carine Lemos, secretária administrativa da associação. Através do correio eletrônico, combinei minha ida a Brasília. Antes lhe mandei a apresentação do projeto de pesquisa em PowerPoint e, sob seu pedido, expliquei o que queria lhe perguntar. Dia 19.05, cheguei ao prédio do Instituto de Ciências Sociais (ICS) da UnB, onde a ABA mantém a sua sede e secretaria. O espaço bem pequeno, composto por três escrivaninhas em fila, ao longo de uma das paredes, onde trabalhavam Roberto, Leideine e Carine; na parede oposta, armários com livros e material de escritório; ao fundo, uma janela iluminando o ambiente, uma mesinha com impressora e alguns apetrechos; à frente de cada escrivaninha, uma cadeira de rodinhas. Tudo bem apertado.

Na entrada, perto da porta ficava Roberto Pinheiro, assistente administrativo – com quem tive contato durante a 29ª de Natal -, trabalhava como responsável do funcionamento de toda parte

informática e tecnológica. Mais adiante, Leidiene Ribeiro cuidava da inserção dos dados burocráticos e administrativos. Perto da janela, Carine Lemos coordenava a secretaria, mantendo o contato diário com a diretoria e com as comissões, realizando o trabalho de relações públicas com o universo exterior da associação, enfim, ‘tomava conta’ da associação.

Independente das diretorias que mudam a cada dois anos, a dinâmica da parte administrativa, nos últimos anos, tem sido mantida.

A ABA, primeiramente, ela, de dois em dois anos, altera a sua diretoria. Antes, a secretaria administrativa, também, era alterada. A partir de 2006, a gestão 2006-2008, quando o professor Luiz Roberto Cardoso de Oliveira era o presidente, a ABA se fixou em Brasília. Foi quando a ABA ficou com o seu fórum jurídico aqui, tudo certinho, como uma associação sem fins lucrativos, que tem o seu CNPJ [Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica] de Brasília, tudo bonitinho. A partir daí a Secretaria Administrativa não foi mais alterada, independente das diretorias, até para dar uma continuidade, uma memória administrativa mesmo, que tinha essa dificuldade. Então, eu estou desde 2006 na associação, e a gente tem mais dois assistentes administrativos. Então eu sou a secretária administrativa e a gente tem mais dois assistentes administrativos. A dinâmica é sempre assim. Na verdade tudo o que a gente faz é submetido sempre para diretoria, então, às vezes, podem haver algumas alterações. As coisas sempre fixas são: os meios de comunicação que a gente utiliza com os associados, além da página, é o informativo eletrônico da gente, que está disponibilizado no site também, pra todo mundo, não só pros associados, mas os associados recebem primeiro. (Carine Lemos, Outras Entrevistas, p. 57-58).

Carine Lemos é formada em Comunicação e Relações Públicas e Roberto Figueiredo em Sistemas de Informação. Leide não tinha ainda acabado a graduação. Pedi que Carine me contasse mais em detalhe a divisão de trabalho:

Somos nós três assim, desde dessa parte de e-mail, atendimento dos associados, até a parte de detectar o pagamento de cada anuidade. Então a Leide fica mais nessa parte financeira de banco, de resolver questão de banco, de cheques, de pagamento online, esse tipo de coisa, detectar, a gente tem uma forma de depósito identificado pra saber qual o associado nos pagou, então é ela que identifica, pra poder dar baixa no sistema. O Roberto ele faz toda a nossa parte de informática, de, enfim, uma melhoria de sistema para nos auxiliar no sistema já básico do

site da ABA, também atende os associados, respondendo email, pagando anuidade. Isso os dois sempre estão fazendo, coisas externas a gente também solicita o auxílio do Roberto. O que tem mais? Algumas coisas a gente faz em comum e algumas coisas são separadas. Então, diretoria vai ficar mais comigo. Parte contábil, claro que existe a empresa de contabilidade, mas tem o material impresso, as notas fiscais, tudo que precisa ir para contabilidade e fica com a Leide, e essa parte toda de alimentação, diária, de site, do que envolve informática fica com o Roberto (*Ibidem*, p. 64)

Além da diretoria (dez membros) eleita a cada dois anos em concomitância com a realização da RBA, a ABA possui um Conselho Diretor:

O Conselho Diretor, só para você entender, ele é composto de diretoria, que são dez membros, o Conselho Científico está dentro do Conselho Diretor que são todos os ex-presidentes desde o início da ABA, e mais dez membros que eles ficam por quatro anos. Cinco deles são renovados de quatro em quatro anos. Então a gente está falando aproximadamente de um Conselho Diretor de cerca 37 pessoas. Então são essas pessoas, não é só a diretoria (*Ibidem*, p. 59).

Com a fixação da sede em Brasília, desde 2006, o contato com os membros do Conselho Diretor e Diretoria foi sendo estruturado a partir do uso da Internet:

A gente trabalha muito com e-mail, muito com Skype, porque a nossa diretoria é espalhada pelo país. Então assim pra gente desenvolver precisa essa agilidade dos diretores, porque nós da secretaria estamos aqui oito horas por dia e eles têm a profissão deles e ainda trabalham pra ABA (*Ibidem*).

O processo de filiação e mudança de categoria dos filiados é feito online, também, com duas chamadas anuais. Os membros do Conselho Diretor dão o seu voto via Skype ou e-mail. São três as categorias de afiliação: sócio-aspirante (aluno de graduação) que antes não existia, Pós-graduando (alunos de mestrado ou doutorado), efetivo (pós-graduação concluída) que inclui também os profissionais de fora do país e os colaboradores Pós-graduados de outras disciplinas. (*Ibidem*).

O e-mail passou a ser a forma mais eficaz de superar a dispersão da diretoria em todo o território nacional. Inclusive os pronunciamentos mais políticos são discutidos através do correio eletrônico:

A gente sempre indica que o nosso maior canal de comunicação é o e-mail. Então assim, a gente trabalha com e-mail demais. Desde uma jornalista que me liga, solicitando uma entrevista, até uma pesquisadora, um órgão que vem pedir uma manifestação mais formal, a gente sempre pede email exatamente porque a nossa diretoria está espalhada. Então primeiro chega na diretoria, ou primeiro chega no nosso e-mail, e eu vou passar pra diretoria. E nisso eu já englobo, por exemplo, se é uma questão indígena, além da minha diretoria, eu já vou englobar, no mínimo o coordenador da nossa comissão de assuntos indígenas, que hoje é o professor João Pacheco de Oliveira, ele sempre está envolvido com a Comissão dos Assuntos indígenas, há muitos anos de fato, então ele é colocado nessa questão. E a diretoria conversa exatamente sobre as questões que estão acontecendo, sobre pesquisas, sobre conhecimentos, em relação àquela problemática

EU. Conversa através de e-mail ou de chat?

CARINE. De e-mail, muitas vezes, e, algumas vezes reuniões presenciais, são necessárias, ou às vezes até uma atividade para se formular um documento Então vai depender um pouquinho da ocasião, mas eu diria que o email agiliza bastante coisa. Em algumas ocasiões, se vê a necessidade de fazer uma atividade, de a partir daquela atividade se fazer um documento pra distribuir pra determinados órgãos do governo ou algum outro tipo de instituição. Mas é esse grupo de pessoa, diretoria mais ou o comitê, ou a comissão específica que a gente tem, como de Diretitos humanos, de Quilombos, de Assuntos indígenas, de Povos tradicionais, a gente tem essas comissões e comitês Deficiências e Acessibilidade, da Regulamentação da profissão de Antropólogo, da Ética, então aí vai depender da comissão e comitê específico junto com a diretoria para fazer esse pronunciamento público. Funciona dessa forma (*Ibidem*, pp. 61-62).

Segundo Carine, o contato com os presidentes e vice-presidentes é recorrente durante toda a jornada:

É diário. É diário (risos dos dois assistentes presentes). É e-mail, é skype, é whatsapp. Às vezes você está vindo trabalhar e já chega um whatsapp: "Ah, tá bom, já chego e dou um retorno", é o tempo todo. Os presidentes eles são 24 horas, assim. Eu diria todos os que eu conheci desde 2006 pra cá. Por quê? Porque é bem isso assim, é uma coisa que não para, além deles terem



ideias de cumprir a proposta da gestão deles e do que eles consideraram importante quando eles montaram a chapa deles, tem um dia a dia que não para, que vai vir desde uma solicitação de uma entrevista, até a articulação de reuniões para outras questões importantes e que eles acham importantes, no mínimo do mínimo, tentar intervir, levar ao conhecimento às vezes do governo que está indo por um caminho que não tem o conhecimento do antropólogo. Então assim, não para de girar, o tempo todo tem demandas, entendeu? Eles são bem ativos e....

MARCO ANTONIO. Presentes...

CARINE. Presentes, é inevitável. Assim, eles trabalham *hard* (risos).

As diretorias regionais são estruturadas a partir dos membros da diretoria eleitos bianualmente.

Os diretores regionais eles estão dentro também da Diretoria, desses dez membros. Então tudo isso que eu falei de pedido de filiação, das atividades para as RBAs, eles estão englobados também. Eles também têm uma função de acordo com as suas regiões... Vai haver um evento organizado pela Diretoria, um seminário, no Estado do nosso diretor regional, então ele também nos ajuda na articulação, solicita o espaço, colabora com a solicitação de verbas locais, ele trabalha junto com a diretoria e quando tem uma coisa mais específica regional, normalmente, ele tem uma colaboração mais direta. Tanto os nossos secretários, quanto os nossos diretores regionais, são envolvidos em todas as atividades propostas pela diretoria, é uma coisa debatida na diretoria como um todo. Cada diretoria monta suas comissões e comitês permanentes, que é uma coisa regida pelo estatuto, tudo certinho (Ibidem, p. 61).

A ABA estrutura-se em Comissões e Comitês. As comissões têm um caráter mais estável porque cumprem um papel de assessoramento ao Conselho Diretor. Quando fiz a entrevista com Carine Lemos eram seis: Comissão de Assuntos indígenas; a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; Comissão de Ética, Comissão de Direitos Humanos; Comissão de Projeto Editorial; Comissão de Assuntos Internacionais. Os Comitês se estruturam como grupos de trabalhos eram os seguintes: Comitê Quilombos; Comitê Povos Tradicionais; Ambiente e Grandes Projetos; Comitê Patrimônio Museus; Comitê Antropologia Visual; Comitê Gênero e Sexualidade; Comitê Deficiência e Acessibilidade. Carine Lemos, explicou-me que a comissão de projeto editorial, era uma das mais concorridas. A ABA patrocina uma série de livros sobre os variados temas. É uma produção científica de referência:

Então, por exemplo, a comissão de projeto editorial da associação é um grupo de pesquisadores que atesta a qualidade das publicações que são submetidas à associação. A ABA não é uma editora. A ABA cede um selo ABA, um selo que atesta a qualidade antropológica daquele material. E aí, um dos pré-requisitos, claro, é que o pesquisador também se empenhe em obter o recurso para essa publicação venha à lume, seja de forma impressa, ou seja como ebook. Então a associação se empenha pra isso, mas, também, a quantidade de publicações que a gente tem se deve aos pesquisadores que submetem à gente esse tipo de material (*Ibidem*, p. 57).

O maior desafio logístico da Associação, segundo Carine Lemos, é a realização das RBAs. Conforme Carine, o Conselho Diretor participaria ativamente:

De dois em dois anos, a gente tem as Reuniões Brasileiras de Antropologia que é o maior desafio das diretorias, eu diria com certeza, desde a formulação das atividades, até a captação de recursos, pois a gente está falando de uma reunião que envolve quatro mil participantes. Então assim, claro que não são todos financiados, mas a gente precisa de espaços físicos, apesar de todas as universidades colaborarem, se não com os recursos seria impossível realizar. Mas a gente sabe que tem uma parte que tem que entrar dinheiro mesmo e a gente sempre tem liberação às vésperas do evento, mas no final as diretorias são muito empenhadas. O professor Antonio Carlos, por exemplo, apesar dele ser presidente hoje, ele já foi vice-presidente, ele já foi diretor. A gente tem um Conselho Diretor muito participativo, como um todo, para que a ABA, hoje, desde 1955, esteja colaborando com a pesquisa e se mantendo como a maior associação científica [das Ciências Sociais] do nosso país (*Ibidem*, p. 58).

Mas a diretoria quando ela assume, ela já sabe que é o maior desafio. Então ela assumiu, ela foi empossada, na verdade, certamente quando ela propõe a chapa ela já tem essa preocupação. Então eu diria que dois anos antes ela já tem essa preocupação mas ela assume em janeiro e começa a fazer a articulação. Vez ou outra, não é uma obrigatoriedade, ela pode vir a assumir a diretoria já tendo conhecimento de onde vai ser, porque, enfim, já articulou com alguma universidade, em geral a gente não tem duas candidaturas, porque o pessoal sabe que a bomba é pesada, que é muito trabalho, porque assim, é óbvio que nós três da secretaria administrativa e a diretoria nunca conseguiria realizar uma reunião. Então assim, o local que se dispõe a fazer, ele não tem simplesmente de colaborar conosco a pedir recurso local e está disposto. Ele vai ter que ali desbravar, tirar sala de onde você não imagina, ajudar a minimizar custo com articulações políticas, mostrando a importância da grandiosidade de recebendo pessoas de

tantos locais ali na universidades deles e tudo, está trazendo várias questões atuais e constantes pra debates. Então, precisa de uma articulação de doação mesmo, de dormir poucas horas muitas vezes, é uma loucura, porque é muito grande. E tem toda a questão de minimizar custos, devido a uma necessidade mesmo. Porque... CAPES e CNPq sempre estão entre os que a gente até hoje conseguiu financiamento mas está longe de ser o custo de uma RBA. Uma RBA é muito cara. Então, além das instituições de pesquisa local, a gente minimiza os custos ao máximo, de tudo o que a gente conseguir montar, desde tabela de transporte, cerimonial que poderia envolver dinheiro, tudo isso a gente tenta minimizar (*ibidem*, pp. 68-69).

Existem outros encontros organizados e participados pela ABA: a REA (Reunião Equatorial de Antropologia) e a ABANE (o Encontro dos antropólogos do Norte e Nordeste) que acontecem também bienalmente. Se há necessidade de fazer alguma alteração estatutária ou se é prevista a votação de propostas, organizam-se as assembleias específicas. A secretaria administrativa também participa com um stand, recebe o pagamento das anuidades, eleva as publicações e entrega aos associados, dá informações a quem estaria interessado em se filiar, etc. A participação às reuniões da ANPOCS são obrigatórias, também. A dimensão dos encontros da ANPOCS é mais política, mais abrangente e acontece anualmente no final de outubro, em cidades com estações termais como Caxambu, Águas de Lindóia, Poços de Caldas Minas Gerais. Nos anos que antecedem as RBAs, ali é a sede onde a secretaria administrativa da associação. Junto com o Conselho Diretor, analisa as propostas de Mesas Redondas e Grupo de Trabalhos para a RBA do ano seguinte. A análise de propostas de atividades para as RBA é um processo muito debatido dentro do Conselho Diretor da ABA:

Há uma análise de temática, há uma análise de diversidade institucional, há uma análise de uma diversidade de pessoas também, para ficar uma coisa o mais rica possível, e, claro, é inevitável também, ter a questão de peneirar em relação ao espaço físico, porque a gente está falando de uma reunião que organiza 100 atividades simultâneas, então o espaço físico, querendo ou não, é uma dificuldade. São todos esses fatores, assim, que condicionam a tomadas de decisões. Mas em geral, a diretoria faz o possível para contemplar o máximo de atividades, realmente, ou se não, sugere que algumas atividades se unam, se tem um sentido fazer isso (Carine Lemos, Outras Entrevistas, pp. 59-60).

Segundo Gustavo Lins Ribeiro a ANPOCS seria um guarda-chuva muito poderoso no Brasil. Quando o entrevistei em Brasília, em outubro de 2014, ele era o presidente da Associação e estava se preparando para ir à reunião anual, Conforme a sua opinião, o diálogo interdisciplinar entre Sociologia, Ciência Política, Relações Internacionais e Antropologia caracterizava positivamente, em âmbito internacional, as Ciências Sociais brasileira:

Na ANPOCS o antropólogo senta do lado do sociólogo, senta do lado do cientista político e de quem faz relações internacionais. De que outra forma você saberia que os cientistas políticos estão fazendo, se não fosse a ANPOCS? De nenhuma forma, porque as pessoas simplesmente não se encontram num debate, etc. Então, nós temos esse guarda-chuva aí, que permite outros tipos de fertilizações cruzadas, internamente ao próprio campo das Ciências Sociais como um todo. São disciplinas irmãs. Então a ANPOCS presta um serviço para a comunidade das Ciências Sociais brasileiras único. Tem a melhor revista de Ciências Sociais do Brasil, a "Revista Brasileira de Ciências Sociais", que é uma maravilha. O número que você pegar é excelente. E o nosso congresso tem uma densidade acadêmica das melhores, assim. Muito difícil você ir em qualquer parte do mundo num congresso do *top* do da ANPOCS. Porque você não vai entrar num lugar e ouvir bobagem (Gustavo Ribeiro, Outras Entrevistas, p. 25).

**Presença internacional.** Gustavo Ribeiro foi presidente da ABA entre 2002 e 2004. Antonio Carlos de Souza Lima foi o seu vice-presidente. Muitos consideram que a sua maior contribuição à Associação tenha sido a internacionalização da Antropologia Brasileira, foi alargar os seus horizontes de contatos internacionais. Conforme Gustavo Ribeiro, a sua gestão fez duas inversões cruciais, dois investimentos cruciais:

Um: a Reunião Brasileira de Antropologia de 2004 aconteceu em Recife. Três dias antes, com o financiamento da Werner-Green Foundation de Nova York, eu trouxe 14 presidentes de associações nacionais e internacionais para debater na Reunião Brasileira de Antropologia o que estava acontecendo nas relações internacionais da Antropologia e que novas formas de cooperação nós poderíamos estabelecer. Isso já fazia parte da Rede de Antropologias no Mundo [RAM], então na verdade eu estava trazendo debate da Rede de Antropologias do Mundo pra dentro do quadro institucional, antropológico, conforme ele se apresenta através de 10 associações científicas, em diferentes países. Então no final desses dias de debate, em

Recife, nós decidimos criar o Conselho Mundial de Associações Antropológicas, que foi criado, porque assim era a programação, uma sessão desse encontro se dava dentro já da Reunião Brasileira de Antropologia para que os colegas brasileiros pudessem ver qual era o resultado disso. A ideia era publicizar o resultado desse evento que precedia a Reunião Brasileira de Antropologia, dentro da Reunião Brasileira de Antropologia. E isso foi feito, então aí teve uma cerimônia, onde muita gente foi: nós criamos o Conselho Mundial de Associações Antropológicas, WCAA, que é a sigla em Inglês, World Council of Anthropological Associations, na época tinham 14 membros, hoje está chegando em 50. Dez anos depois, esse ano, nós comemoramos os dez anos do Conselho Mundial, no Japão, em maio, num congresso, que era um duplo congresso, um congresso que era da União Internacional de Ciências Antropológicas e da Sociedade japonesa de Antropologia Cultural. Então quer dizer o Conselho Mundial é um sucesso do ponto de vista de articular quem está fazendo política científica de Antropologia no mundo e é uma experiência muito interessante, tem os seus problemas, todas as experiências têm (*Ibidem*, pp. 18-19).

A segunda decisão foi a criação da revista da ABA:

[...] que se chama VIBRANT, Virtual Brazilian Anthropology, que também tem a ver com a questão da pluralização das vozes antropológicas no plano mundial. Foi criada no final do meu mandato para difundir pelo mundo a Antropologia que se faz no Brasil. Ela já tem 10 anos, ela foi fundada em 2004 e hoje é uma das revistas de Antropologia mais consideradas no Brasil. Mas ali você só publica em língua estrangeira, especialmente em inglês, espanhol e francês, é o que tem saído lá. E supõe que você seja antropólogo que trabalha no Brasil. Não é questão da nacionalidade; é questão de difundir a Antropologia que se faz no Brasil (*Ibidem*, p. 19).

Outra ação da gestão de Gustavo Ribeiro na ABA foi abrir as comemorações de 50 anos de sua fundação. Foi realizado um grande evento no Museu Nacional na lembrança da primeira Reunião Brasileira de Antropologia realizada em 1953, no mesmo Museu Nacional. Roberto Cardoso de Oliveira, primeiro tesoureiro da ABA, abriu o evento com uma intervenção em memória a Luiz de Castro Farias, primeiro presidente da Associação. Disse ele: "Sinto-me assim como que reeditando um tipo de preleção que uma vez ouvi da boca de um velho terêna, por ocasião da cerimônia do Oheokoti, quando ele evocava publicamente a origem de seu povo" (Cardoso de Oliveira, 2004b, p. 9).

Mas dada a importância dessa conferência, da primeira reunião brasileira de Antropologia em 53, então nós fizemos um grande evento no Museu Nacional e na época, também, nós criamos um prêmio, que é a medalha Roquette Pinto de contribuição à Antropologia Brasileira, porque não existia nenhum prêmio para reconhecer a excelência dos colegas e esse prêmio hoje ele continua naturalmente e é o prêmio mais alto que você pode receber na Antropologia Brasileira. Fizemos um evento de três dias, no Museu Nacional (Gustavo Ribeiro, *Outras Entrevistas*, p. 17).

Segundo Gustavo Ribeiro, a sua visão de internacionalização heterodoxa da Antropologia, não apenas da Antropologia brasileira, na verdade, teria muito a ver com os seus decenais estudos sobre a globalização, mas também com sua experiência como membro do Conselho Consultor da Werner-Green Foundation, por três anos no começo da década de 90. Ali ele teria visto a dificuldade que os seus colegas da principal antropologia do mundo, que é a antropologia americana, teriam de compreender a riqueza e importância das antropologias que eram feitas fora dos seu país. "E então já comecei a colocar isso muito criticamente e queria realizar num simpósio internacional, patrocinado pela Wener-Green sobre o assunto" (*Ibidem*, p. 20).

E então, no ano 2000, meu amigo Arturo Escobar que eu conhecia de outras coincidências e aproximações no ano 2000 falou: "poxa, Gustavo, aquela sua ideia de fazer um simpósio internacional sobre as antropologias do mundo com um viés crítico da hegemonia anglo-saxônica. Vamos fazer?" "Eu falei: "pô, com o Arturo, beleza, vamos!" e aí fizemos o projeto e fizemos, e virou o livro "Antropologias mundiais", que é um livro que teve um impacto bastante grande, ele é muito lido, e criou uma discussão em diferentes partes do mundo. O livro em si foi publicado em 2006. O evento foi na Itália, em Pordenone, perto de Veneza, como todos os grandes simpósios da Werner-Green, simpósios internacionais. Ficamos uma semana lá, trabalhando num monastério, ex-monastério (*Ibidem*, pp. 20-21).

Então com Arturo Escobar, Eduardo Restrepo, colombianos e Marisol de la Cadena, peruana, criaram a RAM (Rede de Antropologias Mundiais). Criaram um site e uma revista mas com o tempo,

o movimento perdeu um pouco da força que tivera no lançamento do livro que passou a ser uma referência importante de discussão a nível internacional.

Mas está lá, tem um material muito rico sobre discussões sobre antropologias do mundo e criamos esse movimento que também ajudou muito a difundir a ideia de que é preciso estabelecer outras relações entre as antropologias para evitar a monotonia da hegemonia anglo-saxônica, que nós vemos claramente como uma redução do potencial interpretativo da Antropologia e achamos que o que temos de fazer é usar as forças heterodoxas da globalização em nosso favor (*Ibidem*, p. 21).

Em 2009, Gustavo Ribeiro publicou um artigo na revista *Critical Anthopology* intitulado "World Anthropologies". Setha Low, presidente da Associação Americana de Antropologia (AAA), após ler um artigo, decidiu que a associação americana tinha que ter uma comissão de antropologias mundiais, para trabalhar contra a hegemonia americana, porque são antropólogos e eles compreendem o que está em perigo: o que está em perigo é a diversidade.

Depois já na gestão subsequente da professora Virginia Domingues, ela me convidou para ser presidente de um comitê, que é um órgão mais permanente da estrutura política da associação americana, chamado de comitê de antropologias mundiais. A Setha ficou de presidente e eu também, e trabalhamos dois anos, com uma série de iniciativas para difundir outras antropologias dentro dos Estados Unidos, tanto no plano do congresso da Associação Americana, quanto no plano das publicações, das políticas editoriais. E esse ano, depois eu saí da presidência, a professora Bela Feldman-Bianco entrou no meu lugar e já no mandato dela esse ano, depois de vários trabalhos com editores americanos de periódicos, o "American Anthropology" que é o periódico da Associação Americana, criou uma sessão que chama "Antropologias do mundo" e está publicando material nesse sentido (*Ibidem*, pp. 22-23).

Gustavo Ribeiro, no período que o entrevistei, era vice-presidente do conselho da IUAES (International Union of Anthropological and Ethnological Sciences). Fruto dos esforços realizados pelo Conselho Diretor da ABA, o Brasil sediará, em 2018, o congresso mundial da entidade. De certa

forma um reconhecimento da liderança que o Brasil tem tido nessa frente política internacional da Antropologia.

**Outro olhar.** Meu objetivo era sair de uma observação mais direta do trabalho dos centros de pesquisa e buscar uma visão mais geral e comparativa das práticas antropológicas no país. O encontro com Gustavo Ribeiro tinha aberto minha visão para uma atuação política no campo internacional da disciplina e quantos benefícios tinha trazido para a Associação Brasileira de Antropologia. Nesse sentido, Mariano Báez Landa, que eu tinha encontrado em Natal, representava a possibilidade enquadrar o olhar de um pesquisador estrangeiro com um contato intenso com a antropologia brasileira, a ABA e o LACED.

Fui entrevistá-lo em Goiânia, no campus da Universidade Federal de Goiás, onde Mariano Báez estava passando um semestre como professor visitante, num projeto financiado pela CAPES.

Estou dando uma disciplina, uma disciplina especial. A temática é "Indigenismo, Antropologia e imaginários da nação", uma temática que eu acho muito importante de compartilhar com colegas brasileiros, de informar, de mostrar, a experiência mexicana nesse campo, principalmente toda essa tradição enorme do indigenismo, que nos aproxima muito. É curioso. Mas depois de conhecer os trabalhos de Roberto Cardoso, do próprio Antonio Carlos, eu fui me aproximando, também, nessas comparações que eu acho reveladoras (Mariano Báez, Outras Entrevistas, p. 11).

Mariano é professor do CIESAS (Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social) do México. Em 1994, ele e a esposa passaram na seleção do doutorado de Ciências Sociais da UNICAMP. Como Roberto Cardoso de Oliveira e Carlos Rodrigues tinham uma ligação importante com a Antropologia mexicana, ele sempre foi tratado com muita atenção: ""Você tem background do México, você tem que aproveitar isso para comparar a realidade brasileira. E você tem que olhar também seu país com outros olhos. Até refletir sobre coisas que você tinha, mais ou menos, acomodadas no discurso, num processo de longa data de conceitualização, você tem que voltar e dar a volta por aí" (*Ibidem*, p. 4).

A primeira RBA que Báez participou foi a XX<sup>a</sup>, em Salvador, e ele ficou maravilhado com a participação. Embora o México contasse uma grande tradição antropológica, a primeira escola de Antropologia e Arqueologia foi fundada em 1910, até então nenhum Congresso de Antropologia tinha sido feito:



Nós tínhamos já quase cem anos e sem sequer ter um primeiro congresso de Antropologia. Hoje já foi feito o segundo, o terceiro congresso e achei muito importante essa iniciativa, mas não tem muito, tem seis anos do primeiro até agora. Eu acho que tem de se continuar por aí, porque dá certo, é algo que deu certo para o caso brasileiro e para o caso mexicano, também, vai dar certo (*Ibidem*, pp. 5-6).

Três anos depois de ter chegado no Brasil, Mariano Báez voltou ao México para escrever a sua tese de doutorado. Na época, Roberto Cardoso sugeriu a importância que tinha refletir desde uma formação diferente no Brasil, a própria formação do campo disciplinar da Antropologia no México e muito voltada para conhecer, pesquisar um pouco e refletir aquelas experiências de antropologia, que estavam, a maioria dessas experiências ainda estão circunscritas, estão dentro da principal agência de desenvolvimento para povos indígenas. Que originalmente foi o Instituto nacional indigenista e que agora se chama Comissão Nacional para o desenvolvimento dos Povos Indígenas: "Aí está até agora esse capital de conhecimento prático que eu acho que a Antropologia acadêmica, a antropologia dos antropólogos, das tribos antropológicas mexicanas, ainda não tomou nas mãos e fez uma reflexão profunda para incorporar esse saber ou esses saberes no conjunto desse campo disciplinar. Até agora acho que isso não está bem feito" (*Ibidem*, p. 6).

No ano 2000, Mariano voltou a Campinas para defender a sua tese de doutorado, para logo em seguida assumir a direção, por quatro anos, da sede golfo do CIESAS. Desde então cada ano, voltou para o Brasil, para participar da ABA, da ANPOCS e "cumprimentar os colegas, saber o que eles estavam fazendo, e também para continuar conhecendo o Brasil (*Ibidem*, p. 7)".

Dentro dessas aproximações sucessivas para o Brasil depois da minha defesa de tese, eu tive uma primeira oportunidade de ficar mais tempo, depois daqueles anos em Campinas, que foi pra fazer uma parte do meu ano sabático, do meu período sabático, que aconteceu em 2008. Foi quando fui pra conhecer o LACED, no Museu Nacional, a convite de Antonio Carlos de Souza Lima. E para mim foi muito interessante (*Ibidem*).

Os dois se conheceram em GT, na ABA, sobre lideranças e identidades indígenas, onde Báez apresentou um trabalho. O ano sabático revelou-se importante porque Báez pode conhecer a impostação que Antonio Carlos tinha imprimido ao Trilhas de Conhecimento. Báez contou que no México também um projeto para o ensino superior de Indígenas tinha sido implementado, através da Fundação Ford, mas que não tinha a extensão daquele levado adiante pelo LACED,

Então vi como no Brasil era outra coisa. Totalmente diferente. Com muito mais visão do que poderia ser feito com as verbas que dava a Fundação FORD. Por exemplo: no México nunca teve um projeto de pesquisa que acompanhava todo o trabalho de edital e concessão de bolsas para estudantes indígenas de pós-graduação. Não teve acompanhamento e isso eu acho que foi um erro muito grande. E não teve projeto de pesquisa, como tal, não tinha, até agora. Eu sei de algumas coisas que foram feitas pelo antigo coordenador desse programa mas foram feitas por iniciativa pessoal, individual, não como parte de um projeto maior, dentro desse PIBE (*Ibidem*, p. 8).

Dentro do LACED, Báez entrou também em contato com Bruno Pacheco e com Eliane Cantarino O'Dwyer. Com o primeiro foi aberto um diálogo com os vídeos produzidos com as lideranças e com O'Dwyer sobre laudos e perícias antropológicas: "as perícias antropológicas. Isso também foi muito interessante, porque tampouco no México não há uma tradição, não há uma tradição. Agora inicia a ser colocado como uma das atividades que o antropólogo pode fazer. Agora, antes era praticamente inexistente" (*Ibidem*). De fato Eliane Cantarino O'Dwyer, com associados da ABA, debruçou-se com profundidade sobre esses argumentos. Por exemplo, no seu livro "O papel social do antropólogo" (2010), que Antonio Carlos me instigou a ler, O'Dwyer indicou uma postura dos antropólogos em relação à elaboração dos relatórios técnicos de identificação e delimitação normatizados pelo INCRA:

Ao contrário das visões "objetivistas", o tipo de participação dos antropólogos na elaboração da RTID, exige uma dimensão interpretativa no estudo dos fenômenos sociais, em que o investigador deve fornecer uma explicação sobre o sentimento de participação social dos grupos e do sentido que atribuem às suas reivindicações, assim como as representações e usos que fazem do seu território, o qual deve ser definido a partir dos processos de territorialização produzidos pela pressão de interesses econômicos, conjugados às políticas

desenvolvimentistas executadas por programas de governo, Deste modo, o espaço geográfico não é algo fixo, mas imbricado em processos sociais, históricos e de poder. Tal espaço é, sobretudo, etnográfico, e deve ser definido pelos diferentes contextos e às práticas sociais que lhe são próprias, os quais conferem significado, levando-se igualmente em conta processos, alguns até bem recentes, ocorridos em poucas décadas, e que levaram a fragmentação e perdas de áreas de ocupação tradicional de comunidades remanescentes de quilombos no Brasil contemporâneo" (O'Dwyer, 2010, pp. 57-58).

Essa colaboração entre Mariano Báez e o LACED abriu o espaço que a tese de doutorado de Antonio Carlos de Souza Lima, "Um grande cerco de paz" pudesse ter a sua primeira edição em castelhano pela editora do CIESAS. O mesmo aconteceu com a edição de um número especial da revista DESACATOS que foi apresentado, em 2010, no primeiro congresso nacional de Antropologia (Mariano Báez, Outras Entrevistas, pp. 9-10).

Desde que voltou ao México, Báez e sua esposa, a antropóloga Patricia Ponce, trabalharam para fortalecer as relações entre a antropologia brasileira e mexicana. Envolvidos pela organizadora dos "Encontros internacionais de Cine e Video Etnográfico Testemunhal", Margarita Dalton Palomo, conseguiram, em 2012, convidar uma delegação brasileira bastante significativa de 12 colegas, que participaram ao quinto encontro na cidade de Oaxaca.

Em 2010, foi organizado também um evento de grande significado simbólico para as relações dos campos antropológicos Brasil e México, e, especificamente, para Mariano Báez:

Eu estava esquecendo algo importante, dentro de toda a fala. Antes do EMBRA, Encontros Mexicanos-Brasileiros, eu tinha esquecido de nomear a Cátedra Roberto Cardoso de Oliveira que a gente conseguiu fosse assinada entre a UNICAMP e o CIESAS. Esta Cátedra teve uma primeira edição em novembro de 2010, também. Foi também um acerto e foi muito bem recebido pela comunidade tanto mexicana como brasileira, este primeiro colóquio de pesquisas México-Brasil. [...] eu acho que tem de ser retomada também a nível das instituições, tanto a UNICAMP como o CIESAS, não só para lembrar essa tradição e essa presença de Roberto Cardoso na Antropologia mexicana, senão também porque estamos na linha de fortalecer, agora eu acho que já podemos falar, de fortalecer estas relações de intercâmbio e cooperação com o Brasil (*Ibidem*).

De uma certa forma, voltamos à cerimônia do Oheokoti, quando o velho terena evocava publicamente a origem de seu povo. É o que estamos fazendo.

## CONCLUSÃO TIRANDO E ATIRANDO GRAVATAS

Foto Cia da Memória



*Florestan em manifestação em frente ao Congresso Nacional durante a Constituinte de 1988.*

Esta fotografia foi tirada, como diz a legenda, em frente ao Congresso Nacional durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988. Florestan Fernandes, o mais influente cientista social brasileiro do seu tempo, está diante dos militantes do mais influente movimento social brasileiro, o MST, o movimento dos sem terra. O deputado constituinte, eleito nas filas do Partido do Trabalhadores, veio receber o Poder Constituinte. De costas para o Congresso Nacional, ele veio saudar aquela manifestação de democracia em marcha, de potência e liberação do pensamento crítico de qualquer posição subordinada. Quando vai iniciar a sua fala, pode-se ver a sua mão direita que segura ainda o microfone, um dos manifestantes se levanta e grita: "mas ele está de gravata: Tira a gravata!". A reação de Florestan é tão imediata quanto singela: desata veloz o nó, libera-se e, com um largo gesto do braço e da mão esquerda, atira a gravata à multidão. A fotografia, mesmo desfocada na distância média, retém a expressão de júbilo de tantos que se preparam a receber, de braços abertos

e sorriso franco, o indumento que, se antes fora tachado de inconveniente, elistista e fabricante de distâncias, lançado agora sem hesitação, voa livre e desembaraçado rumo aos seus futuros donos. A expressão de Florestan apenas se entrevê. O corpo não denota uma postura demagógica, a mão que soltou a gravata é relaxada, o perfil é sereno e atento.

Florestan Fernandes construiu um espaço acadêmico fértil, compartilhado e crítico de pesquisa, situado no tempo histórico de mudanças e também de resistências da sociedade brasileira. Ele vestiu a gravata da empiria, atou-a bem com o nó apertado da teoria e sabia que era preciso desatá-la e lançá-la ao espaço ativo e plural da democracia, o poder constituinte que não tem governo, nem nunca terá, não tem censura, nem nunca terá, que não tem juízo, como ensinou o poeta.

O antropólogo que com sua atividade de pesquisa não se limita a observar e coletar dados, assume seus compromissos e suas responsabilidades sociais e busca sempre uma interação comunicativa com o seu interlocutor que vige no compartilhamento do tempo (Fabian, 2013). Não é um tempo amarrado, não é um tempo estático, não é um tempo jogado ao léu. Ele tem destino, tem direção, tem plano de voo e coordenadas. É um tempo vivido num espaço político: uma situação etnográfica.

Desde o início deste projeto de pesquisa, expressei explicitamente a ação inspiradora que o clássico de Hannah Arendt *A condição humana* (2007) tivera em sua elaboração. A começar do título da tese, retirado de uma frase do seu prefácio que citei na epígrafe, às três primeiras *slides* do *PowerPoint* que preparei como apresentação do projeto aos entrevistados. Ali refletia com Arendt que a ação corresponderia à condição humana da pluralidade e que esta era *a* condição de toda a vida política (*ibidem*, p. 15). Com os meus interlocutores eu propunha de refletir sobre a ação antropológica em relação a essa pluralidade que faz com que os seres humanos vivam a vida politicamente. Da mesma forma, o discurso antropológico seria condicionado basilamente por essa pluralidade. Conforme Arendt, discurso e ação seriam as modalidades pelas quais os seres humanos se manifestariam entre si. Não existiria vida sem discurso e sem ação; deixaria de ser vida humana pois não seria vivida entre os seres humanos (*ibidem*, p. 189).

Respondi às duas questões iniciais por mim postas, como LACED, CEAO e PNCSA dialogam com os movimentos sociais e se este diálogo construía uma nova prática antropológica e quais seriam as conexões e contribuições estes centros desenvolveriam em uma perspectiva de internacionalização e interdisciplinaridade das ciências humanas acompanhando os seus discursos e ações no tempo e no espaço de diversas situações etnográficas. Espero haver descrito esse diálogo com os movimentos sociais em vários momentos: quando o CEAO abriu suas portas ao povo de santo, quando o PETI construiu seus Atlas de terras indígenas e abriu seu banco de dados aos movimentos sociais, quando Alfredo Wagner e Rosa Acevedo organizaram um seminário com as quebradeiras de coco no Fórum

Pan-Amazônico, quando Jocélio dos Santos participou ativamente na comissão pelas ações afirmativas e impulsionou uma rede com seus colegas a nível nacional, quando Livio Sansone e Jamile Borges propuseram o AfroDigital, quando João Pacheco e Antonio Carlos com as organizações indígenas lançaram as bases de uma nova política indigenista e Bruno Pacheco dialogou com os índios através de filmes, quando o PNCSA organizou seus seminários com pesquisadores e participantes das oficinas, quando a equipe do CEAO "num ato de amor" estruturou o Pós-Afro, quando Rita me descreveu a produção da exposição "Os primeiros brasileiros" com a assessoria da APOINME, o Trilha de Conhecimentos abriu novas entradas para o ensino superior indígena, quando descrevi uma jornada de debates e negociações no CEAO etc..

Todo esse esforço dialógico, segundo a minha compreensão, resultou na construção de uma nova prática antropológica. No começo da minha pesquisa estive muito preocupado em dar um nome a esses discursos e ações. Pensei em construir um espaço na tese dedicado à produção teórica dos meus interlocutores. Depois resolvi disseminar essa teoria, esses discursos, na descrição das ações em sua pluralidade e diversidade. Foi o fruto das minhas conversas com Alfredo Wagner, um mestre em seminar prefácios e notas elucidativas e um retorno à leitura dos textos de Hannah Arendt. Não procurei mais definir uma teoria ou movimento. Chamar o que estudei de Antropologia da ação, do movimento, crítica, histórica, aplicada, interpretativa, política ou social não passou a ser um foco. Vamos combinar: seria um truísmo chamá-la somente ANTROPOLOGIA. Pois então: esta tese é apresentada dentro de um doutorado de Antropologia da Contemporaneidade: etnografia das diversidades e das convergências culturais. Creio que a prática antropológica que descrevi adere a essa perspectiva.

Os exemplos que inseri atestam uma prática antropológica que busca sempre a interdisciplinariedade, o diálogo com outras disciplinas. Se não como explicar uma atividade comum de mapas, de banco de dados, de cartografias, de museologia, de seminários e cursos abertos a outras epistemologias? Do mesmo modo, experiências como a Fábrica de ideias, os projetos do PNCSA, a colaboração do LACED com o CIESAS atestam a internacionalização desses projetos. A criação do PPGAS-MN em estreita colaboração com David Maybury-Lewis e a Universidade de Harvard constata esse intercâmbio. Um assunto que resolvi não incluir pois poderia desviar-me das questões principais, a profundidade do financiamento das Ciências Sociais brasileira pela Fundação Ford em geral, e dos projetos descritos em particular, atestaria, por outras vias e argumentos, que estes centros vivem a contemporaneidade multilocalizada de situações, interesses, disputas e alianças. Procurei o contato com um dos responsáveis da Fundação Ford no Brasil. Não foi possível. Neste caso, descrever somente pelo cotejo de artigos e ensaios, pareceu-me insuficiente.

Por fim. Nos últimos anos, a atividade dos antropólogos brasileiros, principalmente aqueles envolvidos em seus estudos com os conflitos fundiários, tem sido violentamente atacada na mídia (vide a vil reportagem da Veja de maio de 2010) e, mais recentemente, nos fóruns parlamentares, na Comissão Parlamentar de Inquérito do FUNAI-INCRA 2, dominada pela bancada ruralista e os interesses do agronegócio internacional. Antonio Carlos de Souza Lima, então presidente da ABA, sofreu a possibilidade de ter sua conta bancária bloqueada pela CPI, que no seu relatório final indiciou vários antropólogos e antropólogas, entre as quais, Daniela Alarcon, orientanda de João Pacheco e diretora do documentário sobre os Tupinambás que relatei aqui. Outros pesquisadores ligados ao LACED, como Henyo Trindade e Fabio Mura, também foram indiciados. A ABA protestou contra essas arbitrariedades e reafirmou que:

O trabalho antropológico realizado no âmbito dos processos de regularização fundiária de terras quilombolas e indígenas resulta em estudos produzidos com rigor teóricometodológico científico, seguindo o código de ética profissional da ABA, e são peças essenciais para assegurar o acesso a direitos socioculturais que se encontram no diálogo com esferas da administração pública (ABA, Comitê Quilombos, 2007). ([http://www.portaladm.abant.org.br/informativo/files/00146\\_12947.pdf](http://www.portaladm.abant.org.br/informativo/files/00146_12947.pdf). Acesso 10.10.2017).

É a prova que, mesmo com todos os riscos, tirar e atirar gravatas aos movimentos sociais organizados continua a ser essencial à vitalidade e renovação da prática etnográfica e parte da luta por uma sociedade mais justa e democrática.



## BIBLIOGRAFIA

- ADORNO, T.W. (2001), *Minima Moralia. Reflexões a partir da vida lesada*, Edições 70, Lisboa.
- AGOSTINHO, P. (1995), "Agostinho da Silva: pressupostos, concepção e ação de uma política externa do Brasil com relação à África", *Afro-Ásia* nº 16, pp 9-23, CEAO, Salvador.
- ALMEIDA, A.W.B. (2008), *Terra de quilombo, terras indígenas, "babaçuais livre", "castanhais do povo", faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas* 2.<sup>a</sup> ed, PGSCA:UFAM, Manaus.
- \_\_\_\_\_. (2011), *Quilombos e as novas etnias*, UEA Edições, Manaus.
- \_\_\_\_\_. (2012), "Que 'papo' é este?" in AQUINO, T.T.V. de [et al], *Papo de índio*, UEA Edições, Manaus.
- \_\_\_\_\_. (2013), "Nova Cartografia Social da Amazônia", in ALMEIDA, A.W.B.; FARIAS JR. (orgs), *Povos e comunidades tradicionais: nova cartografia social*, UEA edições, Manaus.
- \_\_\_\_\_. (2013), "Apontamentos para uma nova descrição: uma abordagem crítica sobre a politização da consciência das fronteiras da Amazônia ao Prata" in *Actas de las jornadas "conocimientos tradicionales de la Pan-Amazonia al Río de la Plata"*, edição preliminar, Dina V. Picotti [et al.], Buenos Aires.
- \_\_\_\_\_. (2014), "A 'Turma do Brasil Central' e a 'Antropologia da Amazônia' " in VELHO, O. *Frente de expansão e estrutura agrária: estudo de processo de penetração numa área da Transamazônica*, UEA Edições, Manaus.
- ALMEIDA, M. H. T. de. (1996), "Pragmatismo por Necessidade: Os Rumos da Reforma Econômica no Brasil", *Dados*, vol. 39, nº 2, IESP/UERJ, Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_. e Moya, Maurício. (1997), "A Reforma Negociada: O Congresso e a Política de Privatização", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ano 12, nº 34, ANPOCS, São Paulo.
- ARENDT, H. (2007), *A condição humana*, Forense Universitária, Rio de Janeiro.
- AUGÉ, M. (2007), *El oficio del antropólogo*, Editorial Gedisa, Barcelona.
- BOLTANSKI, L. (2014), *Della critica: compendio di sociologia dell'emancipazione*, Rosenberg & Sellier, Torino.
- BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. (2005), "Astuzie della ragione imperialista", in WACQUANT, L. (org), *Le astuzie del potere: Pierre Bourdieu e la politica democratica*, Ombre Corte, Verona.
- BURAWOY, M. (2014), *Marxismo sociológico: quatro países, quatro décadas, quatro grandes transformações e uma tradição crítica*, Edição digital: Alameda, São Paulo.

- CAPONE, S. (2004), *A busca da África no candomblé: tradição e poder no Brasil*, Contra Capa: Palas, Rio de Janeiro.
- CARDOSO, F.H.; FALETTO E. (1975), *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*, Zahar Editores, Rio de Janeiro.
- CARDOSO, F.H.; WINTER B. (2013), *O improvável presidente: recordações*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, L.R. (2008), "A Antropologia fora da academia" in SILVA, G. (org) *Antropologia extramuros: novas responsabilidades sociais e políticas dos antropólogos*, ABA: Paralelo 15, Brasília.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, R. (1988), *Sobre o pensamento antropológico*, Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro: CNPq, Brasília.
- \_\_\_\_\_. (1992), "Depoimento: rememorando um Programa", *Antropologia Social: Comunicação do PPGAS*, vol. 2, pp. 45-56, PPGAS-MN/UFRJ, Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_. (2004a), "O mal-estar da ética na antropologia prática", in VÍCTORA, C. et al., *Antropologia e Ética: o debate atual no Brasil*, EdUFF, Niterói.
- \_\_\_\_\_. (2004b), "Cinco décadas de reuniões e consolidação do campo antropológico", *Anuário Antropológico: 2002:2003*, 9-25, Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_. (2006), "Antropologia e Interdisciplinariedade" in ECKERT, C.; GODOI, E.P. (orgs), *Homenagens: Associação brasileira de antropologia: 50 anos*, ABA: Nova Letra, Florianópolis.
- CEDI/PETI-MN (1987), *Terras indígenas no Brasil*, CEDI, São Paulo: MN, Rio de Janeiro.
- CHRISPINIANO, J. (2004). "Na criação do Dce Livre, uma derrota a Ditadura", *Revista Adusp*, nº33, p.69-73, ADUSP, São Paulo.
- Disponível in (<https://www.adusp.org.br/index.php/imprensa/revista-adusp/111-revista-n-33-outubro-de-2004>). Último acesso 28.08.2017).
- CLIFFORD, J. (2008), *Strade: viaggio e traduzione alla fine del secolo XX*, Bollati Boringhieri, Torino.
- CORRÊA, M.; CARDOSO DE OLIVEIRA, R., LARAIA, R. (2002), "Entrevista com Maybury-Lewis", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 17 nº 50, pp. 5-14, ANPOCS, São Paulo.
- COSTA LIMA, V. da (2003), *A família de santo nos candomblés jejes-nagô da Bahia: um estudo de relações intragrúps*, Corrupio, Salvador.
- COSTA, T. (2013), "O debate constituinte: uma linguagem democrática?" *Lua Nova*, nº 88, pp. 89-140, CEDEC, São Paulo.

CURY, C. R. J. (2005) "Quadragesimo ano do parecer CFE nº 977/65", *Revista Brasileira de Educação*, Set /Out /Nov /Dez 2005 N° 30, ANPEd, Rio de Janeiro.

ENGELS, F. [1877], *Anti-Dühring: o Senhor Eugen Dühring revoluciona a Ciência*, disponível em The Marxists Internet Archive (<http://www.marxists.org/archive/marx/works/1877-ad/index.htm>). Último acesso 15/10/2016 (Versão pdf sem numeração e data de tradução).

EULÁLIO, A.; PASSOS, J.P. (2016), *A História de luta dos trabalhadores da Ford: São Bernardo do Campo, 1981 a 2016*, Editora Perseu Abramo, São Paulo.

FABIAN, J. (2006), "A prática etnográfica como compartilhamento do tempo e como objetivação" *Mana*, 12(2), pp. 503-520, PPGAS-MN, Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_. (2013), *O tempo e o Outro: como a antropologia estabelece o seu objeto*, Vozes, Petrópolis.

FABIETTI, U. (2010), *Elementi di Antropologia Culturale*, Mondadori Università, Milano.

FASSIN, D. (2013), *La forza dell'ordine: antropologia de polizia nelle periferie urbane*, La Linea, Bologna.

FELDMAN-BIANCO, B., (2013), "Entre a Ciência e a Política: Desafios Atuais da Antropologia", in FELDMAN-BIANCO, B. (org), *Desafios da Antropologia Brasileira*, ABA, Brasília.

FÉLEZ, J-L. A. (2011), "Espacio, tiempo y encuentro. Etnografía del lugar universitário", *Gazeta de Antropología*, 27 (2), artículo 26. Disponível in <http://hdl.handle.net/10481/18351>. Versión PDF).

FERNANDES, F. (1970), "Os dilemas da reforma universitária consentida", *Revista Mexicana de Sociología*, Vol. 32, No. 4, Memorias del IX Congreso Latinoamericano de Sociología, 5 (Jul. - Ag.,1970), pp.967-1004, Universidad Nacional Autónoma de México, Ciudad del México. (<http://www.jstor.org/stable/3539163>. Acesso: 24/07/2017).

\_\_\_\_\_. (1974), "Reforma universitária e mudança social", *Argumento*, Ano 1 nº 3, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_. (2000), *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica* in "Intérpretes do Brasil, volume III", coordenação e seleção de livros, Silvano Santiago, Editora Nova Aguiar SA, Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_. (2014), *Florestan Fernandes na constituinte: leituras para a reforma política*, Editora Fundação Perseu Abramo-Expressão Popular, São Paulo.

FERNANDES, N. (2005), "apresentação" in *Magüta ariü wiyægü Cantos Tikuna* (CD), Coleção Documentos Sonoros, E.; Pacheco, G. [editores], Petrobrás/CGTT/LACED, Rio de Janeiro.

FIGUEIREDO, Â. (2007), "Fábrica de Idéias : relatório de uma experiência de dez anos (1998-2007)". (Documento disponível in <https://fabricadeideias.ufba.br/relatorio-de-dez-anos-de-atividades-do-programa-fabrica-de-ideias-1998-2007>. Último acesso em 20/09/2017).

FORACCHI, M.M. (1972), *A juventude na sociedade moderna*, Livraria Pioneira Editora, São Paulo \_\_\_\_\_ . (1977), *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*, Companhia Editora Nacional, São Paulo.

\_\_\_\_\_. (1982), *A participação social dos excluídos*, Editora Hucitec, São Paulo.

GARCIA JR, A. (2009), "Fundamentos empíricos da razão antropológica: a criação do PPGAS e a seleção das espécies científicas", *Mana* 15(2), pp. 411-447, Rio de Janeiro.

GASPARI, E. (2003), *A Ditadura Derrotada*, Companhia das Letras, São Paulo.

\_\_\_\_\_. (2004), *A Ditadura Encurralada*, Companhia das Letras, São Paulo.

\_\_\_\_\_. (2016), *A Ditadura Acabada*, Edição digital: Editora Intrínseca Ltda, Rio de Janeiro.

HARDT, M.; NEGRI, A. (2001), *Império*, Editora Record, Rio de Janeiro, São Paulo.

HANNERZ, U. (2012), *Il mondo dell'Antropologia*, Il Mulino, Bologna.

HOBSBAWM, E. (1995), *Era dos extremos: O breve século XX 1914-1991*, Companhia das Letras, 2ª ed, São Paulo. Ebook.

IANNI, O. (1975), *O colapso do populismo no Brasil*, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.

KOENNER, A.; FREITAS, L.B. de (2013), "O Supremo na Constituinte e a Constituinte no Supremo", *Lua Nova*, nº 88, pp. 141-184, CEDEC, São Paulo.

LANGLITZ, N. (2007), "What First-order Observers Can Learn From Second-order Observations," *ARC Concept Note*, No. 3, disponível em [www.anthropos-lab.net](http://www.anthropos-lab.net) (Versão PDF).

LEITE, I.B. (2008), "Os quilombos e a Constituição Brasileira", in Oliven, R.G.; Ridenti, M.; Brandão, G.M. (orgs), *A Constituição de 1988 na vida brasileira*, Aderaldo&Rothchild: ANPOCS, São Paulo.

LIMA, A.C.S. (1995), *Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*, Vozes, Petrópolis.

\_\_\_\_\_. (2015), "Memorial para a promoção à Classe E – Professor Titular Setor de Etnologia e Etnografia, Departamento de Antropologia, Museu Nacional/UFRJ", (cópia PDF), Rio de Janeiro.

LIMA, A.C.S.; PACHECO DE OLIVEIRA, J. (1988) (ed.) *Terra Magüta: a luta pela demarcação das terras Ticuna no alto Solimões*, PETI/CDPAS/CEDI: Editora UFRJ, Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_. (1999) (ed.), "Bases para uma nova política indigenista", Relatório Final do seminário, Museu Nacional, Rio de Janeiro.

LOPES, J.S.L. (1992), "20 anos do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/UFRJ", *Antropologia Social: Comunicações do PPGAS*, vol. 2, PPGAS-MN/UFRJ, Rio de Janeiro.

LÖWY, M. (2016), *O que é Cristianismo da Libertação: religião e política na América Latina*, Fundação Perseu Abramo e Editora Expressão Popular, São Paulo.

- MALIGHETTI, R. (2007), *O quilombo de Frechal: identidade e trabalho de campo em uma comunidade brasileira de remanescentes de escravos*, Edições do Senado Federal, vol. 81, Brasília.
- MARINI, R.M. (1970), "Os movimentos estudantis na América Latina", *Les temps modernes*, nº219, pp. 718-731, Paris. (A tradução do francês ao português é de autoria de Jonathan Jaumont, com revisão de Fernando Correa Prado e Vitor Hugo Tonin, disponível em [http://www.marini-escritos.unam.mx/pdf/038\\_movimentos\\_estududiantis.pdf](http://www.marini-escritos.unam.mx/pdf/038_movimentos_estududiantis.pdf). Acesso 31/07/2017).
- MARTINS, J.S. (2002), "Tempos de luta: os trinta anos da revista Debate & Crítica", *Jornal da USP*, ano XVIII no.623, p.12. (<http://www.usp.br/jorusp/arquivo/2002/jusp623/pag12.htm>. Acesso: 1/07/2017).
- MOISÉS, J.A. et al. (1987), "O que esperar da Constituinte?", *Lua Nova* vol.3 nº 4, 1987, CEDEC, São Paulo.
- MORAES, J. Q. de. (1989), "O poder constituinte e a força", *Estudos avançados*, vol.3, no.7, p.67-86, USP, São Paulo.
- MURA, C. (2007), "Uma 'tradição de glória': o papel da experiência para capuchinhos e leigos úmbrios na Amazônia", (dissertação de mestrado, orientador João Pacheco de Oliveira) PPGAS/MN/UFRJ, Rio de Janeiro.
- NASCIMENTO REIS, L. (2010). "O Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia: intercâmbio acadêmico e cultural entre Brasil e África (1959-1964)" (dissertação de mestrado, orientador Jocélio Teles dos Santos), CEAU/UFBA, Salvador.
- NEGRI, A. (2002), *Il potere costituente: saggio sulle alternative del moderno*, Manifestolibri, Roma.
- \_\_\_\_\_. (2014), *El poder constituyente: ensayo sobre las alternativas de la modernidade*, Edição digital: Traficantes de sueños, Madrid.
- O'DWYER, E.C. (2010), *O papel social do antropólogo: aplicação do fazer antropológico e do conhecimento disciplinar nos debates públicos do Brasil contemporâneo*, E-papers, Rio de Janeiro.
- OLIVEN, R.G. (2006), "A atuação a ABA diante das demandas sociais e políticas" in ECKERT, C.; GODOI, E.P. (orgs), *Homenagens: Associação brasileira de antropologia: 50 anos*, ABA: Nova Letra, Florianópolis.
- PACHECO DE OLIVEIRA, B. (2014), *Mídia índio(s): comunidades indígenas e novas tecnologias de comunicação*, Contra Capa: LACED, Rio de Janeiro.
- PACHECO DE OLIVEIRA, J. (1988a), *"O nosso governo": os Ticunas e o regime tutelar*, Marco Zero, São Paulo:MCT/CNPq, Brasília.
- \_\_\_\_\_. (1988b) (ed.), *Rü Aaü i Tikunagü Arü Wu'i: A lágrima Ticuna é uma só*, Magüta-CDPAS:PETI, Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_. (1998a) (org), *Indigenismo e territorialização: poderes, rotinas e saberes colinais no Brasil contemporâneo*, Contra Capa, Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_. (1998b) "Uma etnologia dos "índios misturados"? situação colonial, territorialização e fluxos culturais", in *Mana* 4(1):47-77, PPGAS-MN, Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_. (1999), "O ofício do etnógrafo e a responsabilidade social do cientista" in *Ensaio em Antropologia Histórica*, Pacheco de Oliveira, J., Ed. UFRJ, Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_. (2000) (org), "Os Ticuna Hoje" *Amazônia em Cadernos nº 5*, Editora da Universidade do Amazonas, Manaus.

\_\_\_\_\_. (2006) "Uma ABA indigenista? : notas para uma experiência singular do fazer antropológico", in ECKERT, C.; GODOI, E.P. (orgs), *Homenagens: Associação brasileira de antropologia: 50 anos*, ABA: Nova Letra, Florianópolis.

\_\_\_\_\_. (2008), "Sem tutela, uma nova moldura da Nação", in Oliven, R.G.; Ridenti, M.; Brandão, G.M. (orgs), *A Constituição de 1988 na vida brasileira*, Aderaldo&Rothchild: ANPOCS, São Paulo.

\_\_\_\_\_. (2009), "Pluralizando tradições etnográficas: sobre um certo mal-estar na antropologia", in *Cadernos do LEME*, vol. 1, nº 1, p. 2 – 27. jan./jun, Campina Grande.

\_\_\_\_\_. (2016), *O Nascimento do Brasil e outros ensaios: "pacificação", regime tutelar e formação de alteridades*, Contra Capa, Rio de Janeiro.

PALMEIRA, M.G.S. (2010), *Moacir Palmeira (depoimento, 2009)*, CPDOC/FGV: LAU/IFCS/UFRJ: ISCTE/IUL, Rio de Janeiro.

PEIRANO, M. (1992), *Uma antropologia no plural: três experiências contemporâneas*, Editora Universidade de Brasília, Brasília.

\_\_\_\_\_. (1995), *A favor da etnografia*, Relume-Dumará, Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_. (2004), "A teoria vivida: reflexões sobre a orientação em Antropologia", *Ilha* -, v.6, n.1 e n.2, p. 207-218 Florianópolis,

\_\_\_\_\_. (2008), "Etnografia ou a teoria vivida", In: *Ponto Urbe* Ano 2, fevereiro, Núcleo de antropologia urbana da USP, São Paulo. Disponível in (<http://n-a-u.org/pontourbe02/Peirano.html>), Último acesso 10.03.2014).

QUEIROZ, D, M.; SANTOS, J.T. dos (2006), "Sistema de cotas: um debate. Dos dados à manutenção de privilégios e de poder", *Educação e Sociedade*, vol. 27, n. 96-Especial, p. 717-737, Campinas.

RAMOS, A. (2010), "Revisitando a Etnologia à Brasileira", *Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: antropologia*, coord. Martins, C.B.; Duarte, L.F.D., ANPOCS, São Paulo.

RIBEIRO, G.L., (2004), "A Antropologia Brasileira entre políticas neoliberais e a globalização", Universidade de Brasília, Série Antropologia nº 367, Brasília.

- \_\_\_\_\_.; ESCOBAR, A. (ed.) (2008), *Antropologias del mundo: transformaciones disciplinarias dentro do sistema del poder*, Envi3n editores, Bogot3.
- RIBEIRO, R. (2009), *UnB 1977: o in3cio do fim*, Paralelo 15, Bras3lia.
- RIS3RIO, A. (1995), *Avant-garde na Bahia*, Instituto Lina Bo e P.M. Bardi, S3o Paulo.
- ROCHA, A.S. (2013), "Genealogia da Constituinte: do autoritarismo 3 redemocratiza33o" *Lua Nova*, n3 88, pp. 29-88, CEDEC, S3o Paulo.
- SANSONE, L.; SANTOS, J.T. dos. (org.) (1997), *Ritmos em Tr3nsito: s3cio-antropologia da m3sica baiana*, Dynamis Editorial, S3o Paulo.
- SANSONE, L. (2016a) "Roteiro de uma vida: Memorial para promo33o 3 Classe E, denomina33o Professor Titular, da Carreira do Magist3rio Superior da Universidade Federal da Bahia", (c3pia pdf sem numera33o), Salvador.
- \_\_\_\_\_. (2016b), "L3vio Sansone (depoimento,2016)". CPDOC/Funda33o Getulio Vargas (FGV) (1h 51min), Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_. (2007), *Negritude sem Etnicidade: o local e o global nas rela33es raciais e na produ33o cultural negra do Brasil*, EDUFBA, Salvador: Pallas, Rio de Janeiro.
- SANTOS, J.T. dos. (2005a), *O poder da cultura e a cultura do poder: a disputa simb3lica da heran3a cultural negra no Brasil*. EDUFBA, Salvador.
- \_\_\_\_\_. et al. (2005b). *A33es afirmativas na universidade p3blica: o caso da UFBA*. CEAO, Salvador.
- \_\_\_\_\_. (2008), "Os condombl3s da Bahia no s3culo XXI", in *Mapeamento dos terreiros de Salvador*. CEAO/UFBA, Salvador.
- \_\_\_\_\_. (org.) (2012), *Cotas nas universidades: an3lises dos processos de decis3o*. CEAO, Salvador.
- \_\_\_\_\_. (org.) (2014), *O impacto das cotas nas universidades brasileiras (2004-2012)*. CEAO, Salvador.
- SANTOS, S.C. dos (2006), "A atua33o da ABA diante das demandas sociais e pol3ticas: a import3ncia da reuni3o de 1974" in ECKERT, C.; GODOI, E.P. (orgs), *Homenagens: Associa33o brasileira de antropologia: 50 anos*, ABA: Nova Letra, Florian3polis.
- SILVA, A. da (1994), *Vida Convers3vel*. Universidade de Bras3lia, CEAM, Bras3lia.
- SILVA. H.R.S. (2009), "A situa33o etnogr3fica: andar e ver", *Horizontes Antropol3gicos*, ano 15, n. 32, p. 171-188, Porto Alegre.
- SILVEIRA JR, A.A.; NASCIMENTO C. (2016), "A cr3tica de Florestan Fernandes 3 reforma universit3ria e sua atualidade", *Em pauta*, n3 37, v. 14, p. 199 - 216, Rio de Janeiro. (www.e-

publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/download/25398/18363. Último acesso: 15/07/2017).

TARROW, S.G. (1990), *Democrazia e disordine: movimenti di protesta e politica in Italia 1965-1975*. Laterza, Bari.

\_\_\_\_\_. (2012), *El poder en movimiento: los movimientos sociales, la accion colectiva y la política*, Alianza Editorial, Madrid.

TILLY, C.; TARROW, S.G (2008), *La politica del conflitto*, Bruno Mondadori, Milano.

VELHO, OTÁVIO G. (2016), *Revisitando as frentes de expansão*, Casa 8, São Luís:Rio de Janeiro.

VIANNA, L.W. (2008), "O Terceiro Poder na Carta de 1988 e a tradição republicana: mudança e conservação in *A Constituição de 1988 na vida brasileira*, Oliven, R.G.; Ridenti, M.; Brandão, G.M. (orgs), Aderaldo e Rotschild: ANPOCS, São Paulo.

WOLF, E.R. (2003), "Os antropólogos americanos e a sociedade americana" in FELDMAN-BIANCO, B; R. G.L. (orgs) *Antropologia e poder. Contribuições de Eric R. Wolf*, Editora Universidade de Brasília, Brasília: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo e Editora Unicamp, São Paulo.



## REFERÊNCIAS ENTREVISTAS

<b>ENTREVISTAS LACED</b>	<b>CIDADE</b>	<b>DATA</b>	<b>PÁGINAS</b>
João Pacheco de Oliveira Filho	Rio de Janeiro	29.08.2014	02 - 24
Eliane Cantarino O'Dwyer	Niterói	28.01.2015	25 - 51
Rita de Cássia Melo Santos	Rio de Janeiro	06.02.2015	52 - 70
Bruno Pacheco	Rio de Janeiro	12.03.2015	71 - 102
Adriana Facina	Rio de Janeiro	06.04.2015	103 - 109
Adriana Vianna	Rio de Janeiro	09.04.2015	110 - 124

<b>ENTREVISTAS PNCSA</b>	<b>CIDADE</b>	<b>DATA</b>	<b>PÁGINAS</b>
Alfredo Wagner Berno de Almeida	Manaus	04.10.2014	02 - 16
Rosa Acevedo Marin	Manaus	26.09.2014	17 - 29
Arydmar Vasconcelos Gaioso	Manaus	10.09.2014	30 - 45
Gláucia Maria Quintino Baraúna	Manaus	11.09.2014	46 - 65
Emmanuel de Almeida Farias Jr.	Manaus	17.09.2014	66 - 90
Carolina Pinto da Silva	Manaus	19.09.2014	91 - 104
Glademir Sales dos Santos	Manaus	25.09.2014	105 - 117
Elieyd Souza de Menezes	Manaus	26.09.2014	118 - 137
Julienne Pereira dos Santos	Manaus	30.09.2014	138 - 150
Rosiane Lima	Manaus	30.09.2014	151 - 158
Flávia	Manaus	01.10.2014	159 - 172
Isabela do Amaral Sales	Manaus	01.10.2014	173 - 181
Diana Lemos	Manaus,	02.10.2014	182 - 185
Rosseline da Silva Tavares	Manaus	02.10.2014	186 - 195
Stefany Coelho	Manaus	02.10.2014	196 - 199
Jordeanes Araújo do Nascimento	Manaus	06.10.2014	200 - 208
Franklin P. Carvalho	Salvador	24.11.2014	209 - 230

<b>ENTREVISTAS CEAO</b>	<b>CIDADE</b>	<b>DATA</b>	<b>PÁGINAS</b>
Jocélio Telles dos Santos	Salvador	13.11.2014	02 - 25
Livio Sansone	Salvador	11.11.2014	26 - 43
Jamile Borges da Silva	Salvador	25.11.2014	44 - 67

<b>OUTRAS ENTREVISTAS</b>	<b>CIDADE</b>	<b>DATA</b>	<b>PÁGINAS</b>
---------------------------	---------------	-------------	----------------

Mariano Báez Landa	Goiânia	14.10.2014	02 - 16
Gustavo Lins Ribeiro	Brasília	21.10.2014	17 - 30
Thereza Menezes	Rio de Janeiro	15.04.2015	30 - 56
Carine Lemos	Brasília	19.05.2015	57 - 75

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

<b>AAB:</b>	<b>Aliança Anticomunista Brasileira</b>
<b>ABA:</b>	<b>Associação Brasileira de Antropologia</b>
<b>ABCD:</b>	<b>Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema</b>
<b>ABI:</b>	<b>Associação Brasileira de Imprensa</b>
<b>ACBANTU:</b>	<b>Associação Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu</b>
<b>ADUNB:</b>	<b>Associação dos Docentes da Universidade de Brasília</b>
<b>AI-5:</b>	<b>Ato Institucional nº 5</b>
<b>ANAI:</b>	<b>Associação Nacional de Ação Indigenista</b>
<b>ANC:</b>	<b>Assembleia Nacional Constituinte</b>
<b>ANPOCS:</b>	<b>Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais</b>
<b>APOINME:</b>	<b>Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo.</b>
<b>ARENA:</b>	<b>Aliança Renovadora Nacional</b>
<b>CAI:</b>	<b>Comissão de Assuntos Indígenas</b>
<b>CAPES:</b>	<b>Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior</b>
<b>CDPAS:</b>	<b>Centro de documentação e pesquisa do Alto Solimões</b>
<b>CEAA:</b>	<b>Centro de Estudos Afro-Asiáticos</b>
<b>CEAFRO:</b>	<b>Educação para a igualdade social e de gênero</b>
<b>CEAO:</b>	<b>Centro de Estudos Afro-Orientais</b>
<b>CEBRADE:</b>	<b>Centro Brasileiro Democrático</b>
<b>CEBRAP:</b>	<b>Centro Brasileiro de Análise e Planejamento</b>
<b>CEDI:</b>	<b>Centro Ecumênico de Documentação e Informação</b>
<b>CEPG:</b>	<b>Conselho de Pesquisa da Universidade Federal do Rio de Janeiro</b>
<b>CGTT:</b>	<b>Conselho Geral da Tribo Ticuna</b>
<b>CIE:</b>	<b>Centro de Informações do Exército</b>
<b>CIEE:</b>	<b>Council International Exchange Education</b>
<b>CINEP:</b>	<b>Centro Indígena de Estudos e Pesquisas</b>
<b>CLAPCS:</b>	<b>Centro Latino-Americano de Pesquisa em Ciências Sociais</b>
<b>CNBB:</b>	<b>Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros</b>
<b>CNPq:</b>	<b>Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico</b>
<b>CODI:</b>	<b>Centro de Operações de Defesa Interna</b>
<b>COIAB:</b>	<b>Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia</b>

**COMAGEPT: Cooperativa Mista Agroextrativista dos Povos e Comunidades Tradicionais do Médio Rio Negro**

**CONSEPE: Conselho de Ensino e Pesquisa**

**COSIPA: Companhia Siderúgica Paulista**

**CPDOC : Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do**

**CRH: Centro de Estudos e pesquisa em Humanidade**

**CSN: Conselho de Segurança Nacional**

**CUT: Central Única dos Trabalhadores**

**DCE: Diretório Central dos Estudantes**

**DOI: Destacamento de Operações de Informações**

**DST/AIDS: Doenças Sexualmente Transmissíveis e AIDS**

**ECA: Escola de Comunicação e Artes**

**EDUFBA: Editora da Universidade Federal da Bahia**

**EMAC: Escola de Música e Artes Cênicas**

**FAPERJ: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro**

**FENACB: Federação Nacional do Culto Afro-Brasileiro**

**FGV: Fundação Getúlio Vargas**

**FIERGS: Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul**

**FIESP: Federação das Indústrias do Estado de São Paulo**

**FINEP: Financiadora Pública de Projetos**

**FUNAI: Fundação Nacional do Índio**

**FUNDAJ: Fundação Joaquim Nabuco**

**GIT: Grupo Técnico Interministerial**

**GT: Grupo de Trabalho**

**GTZ: Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit**

**IBRAM: Instituto Brasileiro de Museus**

**IES: Instituição de Ensino Superior**

**IFMA: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Maranhão**

**ISER: Instituto de Estudos da Religião**

**JK: Juscelino Kubitschek**

**LACED: Laboratórios de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento**

**LGBT: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros**

**MAB: Movimento dos Atingidos por Barragens**

**MAE: Museu Arquelógico Etnológico**

<b>MAFRO:</b>	<b>Museu Afro-Brasileiro</b>
<b>MDB:</b>	<b>Movimento Democrático Brasileiro</b>
<b>MDS:</b>	<b>Ministério de Desenvolvimento Social</b>
<b>MEC:</b>	<b>Ministério da Educação e Cultura</b>
<b>MFPA:</b>	<b>Movimento Feminino pela Anistia</b>
<b>MIRAD:</b>	<b>Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário</b>
<b>MN:</b>	<b>Museu Nacional</b>
<b>MNU:</b>	<b>Movimento Negro Unificado</b>
<b>MST:</b>	<b>Movimento dos Sem Terra</b>
<b>MTGS:</b>	<b>Mato Grosso do Sul</b>
<b>MTS:</b>	<b>Mapeamento dos Terreiros de Salvador</b>
<b>NEIM:</b>	<b>Núcleo de Estudos interdisciplinares sobre a mulher</b>
<b>NEPTA:</b>	<b>Núcleo de Estudos de Política Territoriais na Amazônia</b>
<b>OAB:</b>	<b>Ordem de Advogados do Brasil</b>
<b>PCB:</b>	<b>Partido Comunista Brasileiro</b>
<b>PDS:</b>	<b>Partido Democrático Social</b>
<b>PETI:</b>	<b>Projeto Estudo Terra Indígenas no Brasil</b>
<b>PF:</b>	<b>Polícia Federal</b>
<b>PHEI:</b>	<b>Pathways to Higher Education Initiative</b>
<b>PIB:</b>	<b>Produto Interno Bruto</b>
<b>PMDB:</b>	<b>Partido do Movimento Democrático Brasileiro</b>
<b>PNCSA:</b>	<b>Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia</b>
<b>PÓS-AFRO:</b>	<b>Programa multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos</b>
<b>PP:</b>	<b>Partido Popular</b>
<b>PPGAS:</b>	<b>Programa de Pós-Graduação de Antropologia Social</b>
<b>PT:</b>	<b>Partido dos Trabalhadores</b>
<b>PTC:</b>	<b>Projeto Trilhas de Conhecimentos</b>
<b>PUC:</b>	<b>Pontifícia Universidade Católica</b>
<b>RBA:</b>	<b>Reunião Brasileira de Antropologia</b>
<b>S.A.M.B.A.:</b>	<b>Sócio-Antropologia da Música Baiana</b>
<b>SBPC:</b>	<b>Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência</b>
<b>SEPHIS:</b>	<b>South-South Exchange Programe for Research on History of development</b>

<b>SEPPIR:</b>	<b>Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial</b>
<b>SEPROMI:</b>	<b>Secretaria Estadual de Promoção da Igualdade</b>
<b>SNI:</b>	<b>Serviço Nacional de Informações</b>
<b>SPI:</b>	<b>Serviço de Proteção do Índio</b>
<b>STF:</b>	<b>Supremo Tribunal Federal</b>
<b>UCAM:</b>	<b>Universidade Cândido Mendes</b>
<b>UEA:</b>	<b>Universidade Estadual do Amazonas</b>
<b>UEMA:</b>	<b>Universidade Estadual do Maranhão</b>
<b>UERJ:</b>	<b>Universidade Estadual do Rio de Janeiro</b>
<b>UFAM:</b>	<b>Universidade Federal do Amazonas</b>
<b>UFBA:</b>	<b>Universidade Federal da Bahia</b>
<b>UFCAR:</b>	<b>Universidade Federal de Santa Catarina</b>
<b>UFMA:</b>	<b>Universidade Federal do Maranhão</b>
<b>UFMT:</b>	<b>Universidade Federal do Mato Grosso</b>
<b>UFPE:</b>	<b>Universidade Federal de Pernambuco</b>
<b>UFRJ:</b>	<b>Universidade Federal do Rio de Janeiro</b>
<b>UnB:</b>	<b>Universidade de Brasília</b>
<b>UNE:</b>	<b>União Nacional dos Estudantes</b>
<b>UNICAMP:</b>	<b>Universidade Estadual de Campinas</b>
<b>UNID:</b>	<b>União Nacional dos Indígenas</b>
<b>USAID:</b>	<b>United States Agency for International Development</b>
<b>USP:</b>	<b>Universidade de São Paulo</b>
<b>VPR:</b>	<b>Vanguarda Popular Revolucionária</b>
<b>WCAA:</b>	<b>World Council of Anthropological Associations</b>